

**As Políticas Públicas Portuguesas e Brasileiras na Prevenção e  
Combate ao Tráfico de Mulheres para Fins de Exploração Sexual: o  
Caso Português**

**Aracelli de Freitas Santos**

**(Edição corrigida e melhorada após defesa pública)**

**Dissertação  
de Mestrado em Ciência Política e Relações Internacionais,  
especialização em Globalização e Ambiente**

**Nota:** lombada (nome, título, ano)  
- encadernação térmica -

**Setembro, 2016**

Dissertação apresentada para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de  
Mestre em Ciência Política e Relações Internacionais com especialização Ambiente e  
Globalização, realizada sob a orientação científica do Professor Doutor Manuel Filipe Canaveira  
e coorientação da Professora Doutora Maria João Guia.

Nota: O presente documento não foi escrito ao abrigo do Acordo Ortográfico de Língua  
Portuguesa de 1990.

## **Resumo**

O problema do Tráfico de Pessoas, especificamente do tráfico de mulheres entre Brasil e Portugal (inserido no espaço da União Europeia), não é um fenómeno novo, mas é perceptível que nas últimas décadas se têm aperfeiçoado estratégias e políticas, como mudanças nos Planos Nacionais contra o Tráfico de Pessoas, no Brasil e em Portugal.

O tema é de bastante relevância e atualidade e insere-se numa das temáticas no âmbito da Ciência Política e Relações Internacionais, pois tem influência no campo diplomático entre Brasil e Portugal.

Esta pesquisa tem como objectivo central avaliar as mudanças responsáveis por moldar as políticas de prevenção e combate ao tráfico de pessoas no Brasil e em Portugal, especificamente de mulheres para fins de exploração sexual, de forma a responder à seguinte pergunta de partida: “Diante da actual conjuntura em termos de tráfico de pessoas, houve mudanças no contexto Português no respeitante à assistência à mulher estrangeira (nomeadamente brasileira), vítima deste crime?”

Tem-se intensificado a prevenção e a luta na última década, devido ao grande investimento no combate contra o tráfico de pessoas. A globalização permitiu que se obtivesse uma maior mobilidade nas fronteiras e, consequentemente, uma maior facilidade das ações criminosas. Destaco das conclusões que, apesar dos avanços em Portugal, em termos da transposição de normas europeias para a legislação nacional, é nítida a necessidade de haver mais capacitação por parte dos profissionais na área da investigação criminal, apostando no aperfeiçoamento da cooperação internacional. Por outro lado, é perceptível uma lacuna, no que tange a legislação brasileira, que se apresenta “desapropriada” (quanto à tipificação do crime de tráfico de pessoas), para além de ser necessário reforçar a atuação dos tratados internacionais. Por último, destaco a necessidade de reforço no apoio e acolhimento à vítima, bem como a sua inserção na sociedade de acolhimento.

**Palavras-chave:** Tráfico de Pessoas, Exploração Sexual de mulheres, Políticas Públicas

## **Abstract**

The problem of Human Trafficking, the trafficking of women between Brazil and Portugal (within the European Union) specifically, is not a new phenomenon. Still, it was during the last few decades that policies and strategies to counter this problem, such as the updates in the National Strategies against Human Trafficking, have become noticeable in both countries.

This is a subject of great relevance and contemporaneity, and inserts itself within the field of Political Sciences and International Relations due to its influence on the diplomacy between Brazil and Portugal.

It is the aim of this research to evaluate the changes responsible for shaping human trafficking prevention and combat policies in Brazil and Portugal, especially when it comes to human trafficking of women for sexual exploration, in order to answer to the question: “Facing the current human trafficking conjuncture, were there any changes in Portugal regarding the assistance provided to foreign women (namely Brazilian women) victims of this crime?”

Prevention and combat of human trafficking has intensified in the last decade due to increased investment in the field. Globalization allowed for more permeable borders and, consequently, for a facilitation of cross-border criminal activities. It should be noted that, despite the advances made in Portugal when it comes to transposition of European norms to national legislation, there is a clear need of further means by criminal investigators, namely when it comes to improving international cooperation mechanisms. On the other hand, besides needing to reinforce the enactment of international treaties there is also a gap in Brazilian legislation that appears “inappropriate” (when it comes to typifying the crime of human trafficking). Finally, it should be noted the necessity of reinforcement of victim support and refuge mechanism, as well as its insertion in the refuge society.

**Keywords:** Human Trafficking, Women Sexual Exploration, Public Policies

## **Agradecimentos**

Ao meu orientador, Dr. Manuel Filipe Canaveira, pela oportunidade, suporte e confiança que depositou em mim.

À minha coorientadora, Dra. Maria João Guia, pela intensa colaboração, disponibilidade, paciência no desenvolvimento e conclusão deste trabalho. Imensamente grata por não medir esforços mesmo distante, contribuindo com sua experiência e positividade, encorajando-me para não desistir, pois tudo sempre vale a pena.

À Associação Portuguesa de Apoio à Vítima, ao Alto Comissariado para as Migrações, à Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género, à Associação ComuniDária, à Paróquia da Nossa Senhora de Fátima de Lisboa, ao Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, à Polícia Judiciária e à Polícia Federal do Brasil, que prontamente aceitaram o convite de participar do *Focus Group*, contribuindo para uma manhã repleta de conhecimentos.

A você, querida Verónica Ferreira, em que neste trabalho muitas vezes, tão solicitário, me estendeste a mão na hora de maior angústia, com sua calma, sabedoria e competência. Meu muito obrigado.

Aos meus pais, Aluisio e Maria Zilma, modelos de simplicidade, honestidade, luta e coragem, que mesmo distante não pouparam amor, incentivo, apoio incondicional em todas as horas e por todos os ensinamentos da vida, o meu eterno amor e gratidão. A toda a família: irmã, sobrinho, primos, tios e, em especial, à minha tia Socorro Dias, que me deu incentivo com suas palavras de conforto e orou pela minha vida, pelas minhas decisões e que sempre acreditou que seria capaz de concluir esta árdua e intensa caminhada com vitória. Te amo!!!

E a todos os meus amigos e colegas que sempre acreditaram nas minhas capacidades. Obrigada pelo estímulo. E finalmente, a todos os meus colegas de trabalho pela compreensão, companherismo, força e afeto em momentos, muitas vezes, tão difíceis.

## Sumário

Lista de Tabelas .....	1
Lista de Gráficos .....	2
Lista de Figuras .....	3
Lista de Siglas e Abreviaturas .....	4
Metodologia .....	10
Descrição do Estudo .....	10
1 – Enquadramento Histórico do Tráfico de Pessoas .....	15
Introdução .....	15
1.1. Tráfico de pessoas e Direitos Humanos: a exclusão da liberdade .....	15
1.2. - Tráfico de Mulheres para Fins de Exploração Sexual (escrava branca) e a evolução histórica dos diversos tratados internacionais .....	18
1.3. Normativas Internacionais (Protocolo de Palermo) .....	21
1.4. Teorias Feministas e visões distintas sobre a exploração sexual da mulher .....	25
1.5. Fluxos Migratórios e Globalização: Uma “relação” com o Tráfico de Pessoas .....	31
2 - Fundamentação Teórica.....	38
Introdução .....	38
2.1 Estado da arte sobre tráfico de pessoas .....	38
2.2 Tráfico de pessoas <i>versus</i> Auxílio à Imigração Ilegal .....	44
2.3 Estereótipos e sua representação social no tráfico de mulheres para exploração sexual.....	48
2.4 As resultantes cifras negras no levantamento de dados de Tráfico de Pessoas para exploração sexual.....	54
3 - Explorando os novos contornos das políticas públicas sobre o tráfico de mulheres .....	57
Introdução .....	57
3.1 Implementação dos Planos Nacionais de combate ao Tráfico de Pessoas no Brasil e em Portugal .....	57
3.2 A importância das políticas públicas de assistência e combate ao Tráfico de pessoas ....	70
3.3 Contexto Europeu: directivas de combate ao tráfico de pessoas e de protecção às vítimas .....	80
4 - Percepções institucionais do tráfico de mulheres para fins de exploração sexual no contexto português .....	87
4.1 Introdução .....	87
4.2 Focus Group – Metodologia .....	87
4.3 Factores que motivam a diferenciação dos dados estatísticos sobre tráfico de pessoas para exploração sexual.....	88
4.4 A necessidade de intercâmbios de informações e de formações.....	89
4.5 O consentimento e a análise da mulher brasileira, face opinião dos participantes .....	92

4.6 Divergências quanto à legalização da prostituição, sua prática e distorções em termos de tráfico para exploração sexual .....	96
4.7 Reflexão institucional quanto às medidas de proteção às vítimas de tráfico para exploração sexual.....	98
4.7.1 A importância do trabalho das organizações de base local no favorecimento para implantação e dinamização das políticas públicas de prevenção.....	99
4.8 A importância das Campanhas Nacionais de prevenção ao tráfico de pessoas .....	103
Conclusão .....	106
Referências Bibliográficas .....	111
Apêndice A – Guião de Entrevistas .....	I
Apêndice B – Transcrição do Focus Group.....	V

## **Lista de Tabelas**

<b>Tabela 1</b> - Objectivos a serem cumpridos II PNETP	58
<b>Tabela 2</b> - Total de vítimas de tráfico por país onde ocorreu a exploração, entre os anos de 2005 a 2012	60
<b>Tabela 3</b> - Tráfico de pessoas por tipo de exploração registado pela DAC/MRE 2005 a 2013	63
<b>Tabela 4</b> - Referente às atribuições orientadas à CIG para o III PNPCTSH	65
<b>Tabela 5</b> - Crime de tráfico de pessoas registado pelas autoridades policiais entre 2013 e 2014	67
<b>Tabela 6</b> - Crime de tráfico de pessoas registado pelas autoridades policiais entre 2014 e 2015	69
<b>Tabela 7</b> - Total de sinalizações de tráfico de pessoas em Portugal entre 2011 e 2015	70
<b>Tabela 8</b> - Focus Group N° de intervenções das Instituições	88



## **Lista de Gráficos**

<b>Gráfico 1</b> - Países com maiores números de vítimas de tráfico de pessoas detectadas - 2005 a 2012_____	61
<b>Gráfico 2</b> - Registo de vítimas brasileiras de tráfico de pessoas anualmente_____	62
<b>Gráfico 3</b> - Índice total por ano do tipo de tráfico de pessoas_____	63

## **Lista de Figuras**

**Figura 1** – Projecto Mercadoria Humana\_\_\_\_\_75

**Figura 2** – Campanha Brasileira Fraternidade 2014 – Fraternidade e Tráfico Humano\_\_\_\_\_76

**Figura 3** – Campanhas em Portugal de Combate ao Tráfico de Pessoas\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_77

**Figura 4** – Campanha lançada em Portugal 2014\_\_\_\_\_77

## **Lista de Siglas e Abreviaturas**

ACIDI	Alto-Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural em Portugal
AII	Auxílio à Imigração Ilegal
APAV	Associação Portuguesa de Apoio à Vítima em Portugal
CATW	Coalition Against Trafficking in Woman
CIG	Comissão para Cidadania e Igualdade de Género de Portugal
CNBB	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CONATRAP	Comitê Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas do Brasil
CP	Código Penal
CPP	Código do Processo Penal Português
DAC	Divisão de Assistência Consular do Ministério das Relações Exteriores do Brasil
DGPJ	Direção-Geral da Política de Justiça de Portugal
DL	Decreto-Lei
DPF	Departamento da Polícia Federal do Brasil
FRONTEX	Agência Europeia de Gestão de Cooperação Operacional nas Fronteiras Externas dos Estados-Membro da União Europeia
GAATW	Global Alliance Against Traffic in Women
GI	Grupo Interministerial de Monitorização e Avaliação do II Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas do Brasil
GRETA	Group of Experts on Action Against Trafficking in Human Beings

INE	Instituto Nacional de Estatística de Portugal
MAI	Ministério da Administração Interna de Portugal
MJ	Ministério da Justiça do Brasil
MRE	Ministério das Relações Exteriores do Brasil
NETP	Núcleos de Enfrentamentos ao Tráfico de Pessoas do Brasil
OI	Organização Internacional
OIM	Organização Internacional para as Migrações
OIT	Organização Internacional do Trabalho
ONG	Organização não-Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
OTSH	Observatório do Tráfico de Seres Humanos de Portugal
OPC	Órgão de Polícia Criminal
PAAHM	Postos Avançados de Atendimento Humanizado ao Migrante do Brasil
PESTRAF	Pesquisa sobre tráfico de mulheres, crianças e adolescentes para fins de exploração sexual comercial no Brasil
PF	Polícia Federal do Brasil
PJ	Polícia Judiciária de Portugal
PNETP	Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas do Brasil
PNPCTSH	Plano Nacional de Prevenção e Combate ao Tráfico de Seres Humanos de Portugal
RASI	Relatório Anual de Segurança Interna de Portugal
RAPVT	Rede de Apoio e Proteção às Vítimas de Tráfico em Portugal

SDH\_\_\_\_\_Secretaria de Direitos Humanos do Brasil

SEF\_\_\_\_\_Serviço de Estrangeiros e Fronteiras de Portugal

SPM\_\_\_\_\_Secretaria de Políticas para as Mulheres do Brasil

SNJ\_\_\_\_\_Secretaria Nacional de Justiça do Brasil

TFUE\_\_\_\_\_Tratado de Funcionamento da União Europeia

TSH\_\_\_\_\_Tráfico de Seres Humanos

UATP\_\_\_\_\_Unidade Anti-Tráfico de Pessoas do Serviço de  
Estrangeiros e Fronteiras

UF\_\_\_\_\_Unidade Federativa do Brasil

UNODC\_\_\_\_\_Agência das Nações Unidas contra as Drogas e o  
Crime

## **Introdução Geral**

Esta investigação visa ampliar o conhecimento sobre a temática do tráfico de pessoas, especificamente o de mulheres para fins de exploração sexual, sobretudo entre Brasil e Portugal (inserido no espaço da União Europeia). Para tal, reflete-se directamente na questão dos Direitos Humanos e da violação da dignidade humana da vítima.

Pretende-se, portanto, conhecer mais sobre as políticas públicas de combate ao tráfico de pessoas, em especial de mulheres entre o Brasil e Portugal, bem como sobre o que foi desenvolvido e concretizado neste âmbito, com base nas exigências das Nações Unidas, explanadas no seu instrumento internacional de combate ao crime organizado, o Protocolo de Palermo. O objetivo será também de perceber, nomeadamente no contexto português, o que está sendo aprimorado em termos de legislação, prevenção e apoio no que concerne à mulher estrangeira vítima deste tipo de crime.

A escolha do estudo de caso recaiu sobre o Brasil e Portugal, em especial este último, devido não só aos fortes laços de amizade e acordos implementados entre ambos, mas por o Brasil e Portugal serem considerados tanto países de origem como de destino das redes de tráfico de pessoas. A percepção corrente associa o Brasil a grande exportador de mulheres para o tráfico de pessoas para Portugal, para fins de exploração sexual. Por sua vez, Portugal funciona como a porta de entrada para os demais Estados-Membros da União Europeia, sendo considerado também como país de origem, mas sobretudo país de trânsito e plataforma de distribuição para outros (para além de país de destino).

A principal razão para o desenvolvimento deste tema foi o constante aumento e visibilidade deste crime a nível mundial, em especial do tráfico de mulheres que, em termos gerais, segundo o Relatório Global sobre o Tráfico de Seres Humanos 2014 da UNODC, representam 97% das vítimas de tráfico de pessoas para fins de exploração sexual (UNODC, 2014, p. 37). Para além disso, a nacionalidade brasileira é a segunda nacionalidade não-europeia com maior número de vítimas do sexo feminino neste tipo de crime na Europa (EUROSTAT, 2015, p. 11) e observa-se que tal tem contribuído para aumentar o estigma sobre a mulher brasileira, que parece ser ainda muito forte (Santos et al, 2008).

Diante dos objetivos apresentados, a dissertação está dividida em quatro capítulos distintos, sendo os três primeiros de caráter teórico e o quarto e último capítulo de natureza empírica.

O primeiro capítulo contextualiza o tráfico de pessoas de caráter transnacional, embora seja também analisado a nível interno nos países em foco. É feito um breve resumo da evolução histórica dos instrumentos internacionais de prevenção e combate ao tráfico de pessoas, desde os primeiros tratados, passando pelo seu aprimoramento ao longo dos anos e resultando na elaboração do Protocolo de Palermo<sup>1</sup>, o instrumento internacional de referência no que concerne ao tráfico de pessoas. Por outro lado, são explorados os contributos das teorias feministas para o estudo do tráfico de pessoas, nomeadamente a problemática da escrava branca<sup>2</sup>.

No segundo capítulo, apresenta-se a fundamentação teórica que permite refletir sobre alguns conceitos base e estudos acerca da problemática do tráfico de pessoas. No mesmo capítulo, é realizada uma abordagem em torno da globalização, analisando-se este conceito enquanto conjunto de mecanismos de integração e explorando os seus aspectos positivos e negativos. Tem-se em consideração os benefícios deste processo, mas também as desvantagens que implica, tanto ao nível das trocas comerciais como meios e vias de transporte e de comunicação que contribuem para o movimento e respectivo aumento do fluxo de pessoas. Diante de toda essa complexidade, compreende-se que o processo de globalização tenha favorecido e ampliado as redes de tráfico de pessoas que são cada vez mais internacionalizadas, intensificando a vulnerabilidade de alguns grupos sociais. No âmbito das migrações, aborda-se ainda no segundo capítulo a diferença entre os crimes de tráfico de pessoas e de auxílio à imigração ilegal, com o intuito de clarificar estes dois crimes que, apesar de estarem em muitos casos interligados e acabarem por ser confundidos, têm as suas especificidades. Em seguida, debruça-se sobre a representação social da mulher na sociedade e os estigmas a ela associados, com destaque para a mulher brasileira no contexto português. Determinadas divergências, percepções e preconceitos acabam por influenciar durante o processo de levantamento de dados, resultando em cifras negras.

---

<sup>1</sup>Protocolo Adicional à convenção das Nações Unidas contra a Criminalidade Organizada Transnacional Relativo à Prevenção, à Repressão e à Punição do Tráfico de Pessoas em especial de mulheres e crianças. Adotado pela Assembleia das Nações Unidas em 15 de Setembro de 2000. Entrada em vigor a 29 de Setembro de 2003. (Daniel- wrabetz, 2012, p.291).

<sup>2</sup> O tema da escravatura branca fez despertar diferentes movimentos feministas, muitos dos quais proporcionaram a consciencialização da sociedade sobre a repressão, discriminação e preconceito sobre as mulheres vítimas deste crime.

O terceiro capítulo explora o tema central da dissertação relativo às políticas públicas de combate ao tráfico de pessoas, nomeadamente de mulheres para fins de exploração sexual, e a importância do apoio prestado às vítimas. Como exemplo de políticas públicas apresentam-se a criação dos Planos Nacionais no Brasil como Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas (PNETP) e em Portugal, Plano Nacional de Prevenção e Combate ao Tráfico de Seres Humanos (PNPCTSH), que permitem seguir os critérios propostos pela Organização da Nações Unidas (ONU) com base no Protocolo de Palermo, bem como os Relatórios nacionais anuais analisados sobre os últimos dados do tráfico de pessoas em ambos os países, no Brasil Relatório Nacional sobre Tráfico de Pessoas: Consolidação dos Dados 2005 a 2011, Relatório Nacional sobre Tráfico de Pessoas: dados de 2012 e Relatório Nacional sobre Tráfico de Pessoas dados de 2013, como em Portugal o Relatório Anual de Segurança Interna e o Relatório Anual do Observatório do tráfico de Seres Humanos (OTSH), dados de 2014 e o último publicado recentemente, referente aos dados de 2015. Será abordada também a Diretiva 2011/36/UE, de 5 de abril de 2011, e a Diretiva 2012/29/UE, de 25 de Outubro de 2012, transposta recentemente para o ordenamento jurídico português, em 15 de Setembro de 2015, para a lei nº 130/2015, que permitiu ampliar o conhecimento sobre os direitos de todas as vítimas de crimes, entre as quais também as do crime de tráfico de pessoas.

Para finalizar, o quarto capítulo tem como objetivo analisar o fenómeno do tráfico de mulheres, com base na percepção das instituições, das suas atuações e das suas intervenções no contexto português. Neste sentido, foi organizado um painel de discussão, de acordo com a metodologia do *focus group*, que permitiu refletir sobre muitos pontos. A organização do focus group permitiu levar a cabo uma abordagem mais participativa, uma maior interação entre os representantes das instituições e órgãos portugueses e brasileiros (com responsabilidades a nível das políticas públicas nesta área) que trabalham na área de intervenção, de apoio às vítimas e na investigação dos agressores de tráfico de pessoas. Sabe-se que a problemática do tráfico de pessoas é complexa por ser difícil de investigar, bem como de sinalizar e identificar as vítimas, devido a uma pluralidade de fatores. Uma grande parte dos casos é associada a situações de vulnerabilidade e pobreza. Ao mesmo tempo, o próprio conceito de tráfico de pessoas, a dificuldade em diferenciá-lo do crime de auxílio à imigração ilegal, ou de outras atividades criminosas que envolvem a exploração sexual relacionada com



fenómenos de prostituição (como o crime de lenocínio, por exemplo), entre outras dificuldades, acabam por dificultar a detecção e investigação do crime. Identificar o crime de tráfico de pessoas depende de muitos fatores, entre os quais a interpretação dos factos relatados ou constatados, estando inclusivamente em causa a criminalização da própria vítima, em vez da sua sinalização enquanto vítima.

O tráfico de pessoas é um crime muito antigo que perdura na contemporaneidade com novos contornos. Mesmo com as dificuldades descritas, que se afirmam pela sua obscuridade perante a sociedade, o crescente aumento de casos de mulheres traficadas para exploração sexual em todo o mundo ainda é muito acentuado.

O estudo permitiu concluir que existe um campo mais amplo em termos de legislação no contexto europeu, percebe-se um maior avanço e iniciativas das políticas de combate e assistência às vítimas nos últimos anos, a nível internacional, e também em Portugal, bem como a preocupação de um trabalho em rede mais detalhado, em interação com redes regionais, mas também a nível europeu e internacional. No Brasil, apesar dos grandes avanços, como a ratificação do Protocolo de Palermo, será ainda necessário levar a cabo muitas alterações à legislação nacional, pois esta não está ainda em conformidade com o tratado internacional. Alguns exemplos passam pela adopção de medidas mais eficazes de punição (Moreno, 2015, p. 111). A importância da capacitação dos profissionais, que trabalham de forma direta ou indireta com as mulheres vítimas de tráfico de pessoas para exploração sexual, o acompanhamento, apoio e sensibilização por parte das autoridades competentes, para melhor obter informações e consequentemente punir os culpados, torna-se essencial nas várias vertentes das políticas públicas de combate a este crime. Por outro lado, a troca de informações entre países e a implementação e reforço de acordos bilaterais, sobretudo entre países da União Europeia (UE) e outros (como o presente estudo de caso entre Portugal e Brasil) facilitam sobremaneira o sucesso da luta contra este crime.

## **Metodologia**

### **Descrição do Estudo**

Nesta pesquisa, abordam-se algumas das questões fundamentais relacionadas com as fases de investigação teórica sobre o problema em estudo, o Tráfico de Pessoas. Apresentam-se, por isso, alguns aspectos do método selecionado e utilizado na

realização deste estudo. Para tal, utilizou-se uma abordagem descritiva e explicativa, mediante instrumentos documentais e bibliográficos, que foram obtidos junto a órgãos responsáveis pela investigação, prevenção e repressão do problema, como o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF), o Ministério da Administração Interna (MAI), o Observatório do Tráfico de Seres Humanos (OTSH)<sup>3</sup>, a Organização Internacional do Trabalho (OIT), o Alto Comissariado para as Migrações<sup>4</sup> (ACM), a Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV<sup>5</sup>), Organizações Não-governamentais (ONG's), a exemplo da Associação ComuniDária e a Igreja Católica que trabalham em conjunto para uma melhor assistência, encaminhamento e reinserção das vítimas na sociedade brasileira e portuguesa<sup>6</sup>. O Departamento da Polícia Federal do Brasil, juntamente com o Ministério da Justiça e outras entidades, foram também fontes de consulta, tendo sido cruzados dados para se aferir das ações levadas a cabo para apoio às vítimas e punição dos culpados de crime de tráfico de pessoas.

Para refletir sobre a realidade portuguesa foram analisados os supramencionados três planos nacionais de combate ao tráfico de pessoas e os relatórios nacionais com os dados referentes ao mesmo, que avaliam a aplicação dos respetivos planos. No Brasil foram analisados os dois planos nacionais e os relatórios relativos ao último plano nacional de 2013, acima referidos. A dissertação incide, sobretudo sobre o contexto português, uma vez que o estudo é efetuado em Portugal. Houve, por isso, uma maior facilidade de acesso, não apenas às informações como aos órgãos responsáveis que trabalham no combate ao crime de tráfico de pessoas. Ao mesmo tempo, explorou-se mais extensivamente o caso português com o objetivo de extrair lições de um país com uma legislação mais avançada do que no Brasil (no seu contexto nível nacional), visto que as políticas públicas, inseridas no contexto Europeu, estão mais de acordo com as diretrizes internacionais na matéria.

Foi organizado um *Focus Group* para testar a perceção das instituições, sobretudo portuguesas, em interação com as autoridades brasileiras, tendo sido

---

<sup>3</sup> Este organismo foi criado em 2008 e constitui-se como um centro de referência nacional e internacional, promovendo a análise, recolha e actualização dos dados, conhecimento e a intervenção sobre o tráfico de seres humanos e formas de violência de género como é o caso da exploração sexual.

<sup>4</sup> Antes designado por Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural (ACIDI) e, em momento anterior Alto Comissariado para as Migrações e Minorias Étnicas (ACIME).

<sup>5</sup> A APAV é uma organização sem fins lucrativos e de voluntariado que apoia de forma individualizada, qualificada e humanizada vítimas de crime providenciando um serviço gratuito e confidencial. Ver em: [http://www.apav.pt/apav\\_v3/index.php/pt/apav-1/quem-somos](http://www.apav.pt/apav_v3/index.php/pt/apav-1/quem-somos) [Consulta em : 03/11/2015].

<sup>6</sup> Consoante o caso, sejam as vítimas reinseridas na sociedade de origem ou na de destino.

elaborado um guião para o efeito, com perguntas semi-estruturadas que serviram como um dos instrumentos da investigação, permitindo uma maior ampliação dos conhecimentos e percepções sobre o tema em questão. Os participantes escolhidos representavam alguns dos órgãos responsáveis tanto pela formulação e monitorização das políticas de enfrentamento, como da área de prevenção e assistência às vítimas, e da investigação criminal. A APAV foi convidada por prestar apoio gratuito e confidencial às vítimas deste crime; a Comissão para Cidadania e Igualdade de Género (CIG) foi escolhida enquanto comissão estatal responsável por garantir a execução de políticas públicas na área da cidadania e igualdade de género; o SEF não apenas como responsável pelo controle das migrações e fronteiras, mas também, em conjunto com a Polícia Judiciária (PJ), como órgãos de polícia criminal no combate ao tráfico de pessoas; o ACM por prestar serviços especializados no apoio a comunidades migrantes; a Associação ComuniDária e a própria Igreja por prestarem auxílio, apoio e possibilitarem a integração destas vítimas na sociedade; a Polícia Federal no Brasil junto com o Ministério da Justiça, atuando em missão diplomática junto a Embaixada do Brasil e responsável por assuntos de natureza policial, judicial, em cooperação policial internacional, de forma também a trabalhar no combate as redes de tráfico transnacional. Convidados directamente para participarem do debate no *Focus Group*, pelo seu trabalho desenvolvido no âmbito da cooperação internacional na investigação destas redes.

Dando continuidade à pesquisa, observou-se e analisou-se o que está presente na legislação portuguesa quanto ao tráfico de pessoas e as últimas mudanças e repercussões efetuadas no contexto actual. Neste sentido, optei por analisar os Planos Nacionais de Combate ao Tráfico de Pessoas em Portugal, o que está presente na legislação relativamente ao serviço prestado à vítima de tráfico de pessoas em Portugal. Para isso, utilizou-se sobretudo a *Coletânea Seleccionada de Instrumentos Jurídicos, Políticos e Jurisprudência em Portugal, na Europa e no Mundo* elaborada pelo Observatório do Tráfico de Seres Humanos, o Código de Processo Penal, os Relatórios Anuais de Segurança Interna e do OTSH . A nível Internacional, foram usados, por exemplo documentos do Gabinete de Estatísticas da União Europeia (EUROSTAT), da Agência das Nações Unidas contra as Drogas e o Crime (UNODC) e da Organização Internacional do Trabalho (OIT), com estimativas de dados estatísticos sobre o crime de tráfico de pessoas, o que permitiu uma visão mais ampla do caso em estudo.

O trabalho de investigação dividiu-se em três eixos dimensionais. Primeiro relativo à evolução histórica dos instrumentos elaborados de conceptualização do tráfico de mulheres, indicando as primeiras mudanças responsáveis por legitimar o que hoje existe na Legislação, sobre Prevenção, Repressão e Punição do tráfico de pessoas. Segue-se uma dimensão normativa onde se explora a importância das Organizações Internacionais (OI's), das diretrizes e a amplitude tomada pelo problema. No contexto internacional é importante ressaltar no espaço da União Europeia a Carta de Direitos Fundamentais, o Conselho da Europa, e as diretrizes a serem adotadas, e a ONU, como uma das precursoras ao combate do Tráfico de Pessoas.

O segundo eixo engloba a dimensão política, tendo como componentes duas variáveis: o tráfico de pessoas como variável independente (tendo como indicadores mulheres, idade, nacionalidade, cor, profissão, estatuto social e os acordos de cooperações como variáveis dependentes). Ou seja, tudo o que faz parte da dimensão do tráfico de pessoas irá influenciar num conjunto de acordos e políticas nacionais de controlo, entre Portugal e Brasil, a variável dependente.

E o terceiro eixo, mais exploratório, que tem o objectivo de perceber a realidade, na medida em que se refere à percepção das instituições, cuja informação foi colhida no decurso da análise do *Focus Group* citado anteriormente.

Analisa-se, com este estudo, a dimensão do crime de tráfico para fins de exploração sexual presente em Portugal. Questiona-se se os dados coletados divergem, dados fornecidos por ONG's que trabalham no apoio as vítimas, mas também pelo SEF, pelo Departamento de Polícia Federal (DPF) e por outras organizações, seja na identificação da vítima, seja nas punições dos envolvidos. De facto, a primeira dificuldade no estudo do tráfico de pessoas é conseguir acesso aos dados, a nível transnacional e na comparação dos mesmos em diversos países, devido às diferenças entre países na recolha dos dados e nas definições legais (Eurostat, 2015, p. 15). Em segundo lugar, a identificação das vítimas de tráfico é outra das dificuldades encontradas no processo de recolha e análise dos dados sobre tráfico de pessoas. Entre 2010 e 2012 foram identificadas 20 vítimas em Portugal no conjunto das vítimas presumidas e identificadas<sup>7</sup> (*Id.*, p. 23), o que se nos afigura ser um número baixo.

---

<sup>7</sup> De acordo com a Directiva 2011/36/EU, o termo “vítimas identificadas” é atribuído às pessoas que tenham sido formalmente identificadas pelas autoridades como vítimas de tráfico de pessoas, enquanto o termo “vítimas presumidas” refere-se às vítimas de tráfico de pessoas que preenchem todos os critérios da

## Objetivos

Tendo em conta o estudo do tema escolhido e dada a ligação com a pergunta de partida, o objetivo central deste estudo é avaliar as mudanças responsáveis por moldar as políticas de enfrentamento ao tráfico de pessoas em Portugal e no Brasil, especificamente o de mulheres para fins de exploração sexual, entre os anos de 2000 e 2014, período esse de grande fluxo migratório, sendo a altura em que se celebrou o Protocolo de Palermo para o enfrentamento do tráfico de pessoas.

Para validar algumas perguntas e hipóteses, os objetivos passam por saber “como” e “porquê” se desenvolveram os acordos nacionais e internacionais e as dificuldades na sua aplicabilidade.

Desta forma, os meus objetivos subdividem-se nos seguintes, pretendendo:

- Analisar a evolução do tráfico de mulheres para exploração sexual em Portugal, indagando se o número de brasileiras é acentuado;
- Perceber quais as medidas adoptadas na gestão dos fluxos migratórios direccionados ao combate ao tráfico de pessoas;
- Identificar o papel das instituições, dos profissionais e do Estado Português no apoio às vítimas sobretudo estrangeiras;
- Verificar as avaliações presentes nos últimos relatórios nacionais anuais sobretudo informações, sinalizações e confirmações de vítimas de tráfico de pessoas em Portugal, no contexto atual;
- Caracterizar as principais causas das dificuldades em sinalizar a vítima de tráfico de pessoas para exploração sexual.

---

directiva mas não foram formalmente identificadas como vítimas pelas autoridades (Eurostat, 2015, p. 21).

# 1 – Enquadramento Histórico do Tráfico de Pessoas

## Introdução

Sabe-se que uma das prioridades da agenda internacional actualmente é a defesa dos Direitos Humanos, uma tarefa árdua e necessária. Com isso, houve a necessidade de elaborar normas dentro de instrumentos internacionais, que foram sofrendo alterações ao longo dos últimos anos, com o intuito de favorecer a integridade, dignidade e liberdade das pessoas. Foram, assim, criados mecanismos de protecção e segurança e é neste contexto que surge a Convenção de Palermo.

Com a Globalização assistimos a um processo acelerado de integração internacional, do qual deriva a crescente facilidade de movimentos de pessoas – movimentos migratórios – e trocas de bens, serviços e capitais. Por outro lado, veio favorecer também, nesta perspectiva, a desigualdade social e a criminalidade organizada.

O presente capítulo pretende fazer uma breve contextualização do crime de tráfico de pessoas, especificamente o de mulheres para fins de exploração sexual, das alterações ao seu conceito no decorrer dos séculos e o surgimento de termos como o de “Escrava Branca”.

### 1.1. Tráfico de pessoas e Direitos Humanos: a exclusão da liberdade

Na Declaração Universal dos Direitos Humanos<sup>8</sup>, afirma-se que a liberdade, a justiça e a paz no mundo têm por base o reconhecimento da dignidade intrínseca e os direitos iguais e inabaláveis de todos os membros da família humana.<sup>9</sup> Ou seja, insiste-se na ideia do carácter pessoal e intransferível de usufruir dos direitos humanos por todas as pessoas. A própria Carta das Nações Unidas<sup>10</sup> estabelece as bases da máxima protecção dos Direitos Humanos, direitos esses que os Estados devem garantir e pelos

---

<sup>8</sup> A Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH) é um marco na história dos direitos humanos. Elaborada por representantes de diferentes origens jurídicas e culturais de todas as regiões do mundo, a Declaração foi proclamada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em Paris, em 10 de Dezembro de 1948, através da Resolução 217 A (III) da Assembleia Geral como uma norma comum a ser alcançada por todos os povos e nações. Ela estabelece, pela primeira vez, a protecção universal dos direitos humanos. Disponível na Internet: <<http://www.dudh.org.br/declaracao/>>. [Consult. 10 Abr. 2015].

<sup>9</sup> «Carta Internacional dos Direitos do Homem», *Gabinete de Documentação e Direito Comparado*. Disponível na Internet: <<http://www.gddc.pt/direitos-humanos/textos-internacionais-dh/tidhuniversais/cidh-dudh.html>>. [Consult. 14 JUL. 2015].

<sup>10</sup> «Carta das Nações Unidas», *Gabinete de Documentação e Direito Comparado*. Disponível na Internet: <<http://www.gddc.pt/direitos-humanos/textos-internacionais-dh/tidhuniversais/onu-carta.html>>. [Consult. 14 JUL. 2015].

quais devem zelar. Salvaguardamos ainda que a própria Declaração Universal condena qualquer violação dos Direitos Humanos uma vez que essa violação se apresenta como uma afronta à consciência da Humanidade.

O tráfico de pessoas é, ao mesmo tempo, uma prática criminalizada, podendo ser cometida por redes de crime organizado<sup>11</sup>. Isto é, segundo a alínea a) e b) do artigo 3.º do Protocolo Adicional à Convenção das Nações Unidas contra a Criminalidade Organizada Transnacional relativo à Prevenção, à Repressão e à Punição do Tráfico de Pessoas, em especial de Mulheres e Crianças – Protocolo de Palermo Por *tráfico de pessoas* entende-se:

“o recrutamento, o transporte, a transferência, o alojamento ou o acolhimento de pessoas, recorrendo à ameaça ou ao uso da força ou a outras formas de coação, ao rapto, à fraude, ao engano, ao abuso de autoridade ou de situação de vulnerabilidade ou à entrega ou aceitação de pagamentos ou benefícios para obter o consentimento de uma pessoa que tem autoridade sobre outra, para fins de exploração. A exploração deverá incluir, pelo menos, a exploração da prostituição de outrem ou outras formas de exploração sexual, o trabalho ou serviços forçados, a escravatura ou práticas similares à escravatura, a servidão ou a extração de órgãos; b) O consentimento dado pela vítima de tráfico de pessoas tendo em vista qualquer tipo de exploração descrito na alínea a) do presente artigo, deverá ser considerado irrelevante se tiver sido utilizado qualquer um dos meios referidos na alínea a)” (OIT, 2006).

Esta atividade antevê a violação dos instrumentos jurídicos internacionais, em matérias de proteção a grupos vulneráveis da sociedade. A Declaração Universal dos Direitos Humanos convenientemente indica que, todas as pessoas têm direito à liberdade e a segurança, bem como abomina a escravatura e a servidão, assinalando a proibição de qualquer comércio de escravos:

“A escravatura, prática social que conferia direitos de propriedade a um ser humano sobre outro, foi comum na Antiguidade em todo o mundo. Com a expansão europeia e a formação do sistema mundo iniciada nos finais dos séculos XV, com as viagens marítimas de Portugal e Castela, naquilo que alguns autores chamam de primeira modernidade (cfr.Mignolo, 2000), o tráfico de escravos começou a realizar-se através de rotas intercontinentais. (...) Hoje, a proeminência do tráfico de pessoas mostra-nos que a abolição da escravatura nos diversos países não veio pôr fim ao flagelo do tráfico humano, nem ao lugar que ele ocupa nas rotas económicas e migratórias da modernidade” (Santos et al, 2008, p. 23).

---

<sup>11</sup>A Convenção da ONU contra o Crime Organizado Transnacional contém uma definição de "grupo criminoso organizado". No artigo 2 (a): “um grupo de três ou mais pessoas que não foi formada aleatoriamente; existente por um período de tempo; agindo em conjunto com o objectivo de cometer pelo menos um crime punível com pena de prisão de pelo menos quatro anos; a fim de obter, directamente ou indirectamente, um benefício material financeiro ou outro”. Disponível na Internet: <<http://www.unodc.org/unodc/en/organized-crime/index.html>>[Consult. 01 Jun. 2016].

Estas práticas preconizadas pelas redes de crime organizado transnacional<sup>12</sup> infringem e violam um grande número de instrumentos jurídicos internacionais. Chegam a ser, na maioria das vezes, humilhantes para com estes grupos vulneráveis, considerando-se inclusivamente como *práticas modernas de escravidão*, quer no âmbito da exploração sexual, quer no âmbito da exploração do trabalho. Segundo Albano (2013, p. 5):

“Sendo certo que o tráfico de pessoas destinado à exploração sexual é caracterizado por formas de violência e exploração brutais, que têm por alvo especial as mulheres, a verdade é que o tráfico para a exploração de trabalho, conduzindo a formas de escravatura, assume dimensões impensáveis em pleno século XXI. E facto é que a prostituição forçada, a mendicidade forçada e o trabalho rural próximo da servidão, são realidades que ocorrem em território nacional, afetando mulheres, homens e crianças”.

Por sua vez, o tráfico de pessoas é a deslocação de seres humanos de um lugar para outro, dentro das fronteiras de um país, ou para fora delas, com a finalidade de os explorar. Na maioria das vezes esta exploração é sexual, laboral ou para a prática de mendicidade (sendo certo que agora já existem novas formas de exploração previstas na lei). Salienta-se, porém, que o consentimento da vítima é irrelevante para que se concretize a ação do tráfico propriamente dito, uma vez que, geralmente, este consentimento é obtido através de fraude, de uma ameaça, do uso da força, ou de outras formas de coação, nomeadamente do rapto, do abuso de poder ou de outra qualquer situação que torne a vítima vulnerável.

“(…) nunca alguém aceitaria um trabalho ou atividade em condições contrárias à dignidade da pessoa humana se pudesse decidir em plena liberdade e se não se encontrasse numa situação de vulnerabilidade que afecta ou anula essa liberdade.” (Patto, s.d)

O tráfico de pessoas é um fenómeno que nos acompanha desde a antiguidade e é uma atividade que ameaça os Direitos Humanos. Há vários séculos que mulheres e crianças são separadas dos seus locais de origem para serem comercializadas como mão-de-obra, para exercerem práticas de servidão e, sobretudo vendidas como objetos sexuais.

---

<sup>12</sup>Para a UNODC não existe uma definição exacta de crime organizado transnacional: “A natureza transnacional do crime organizado significa que redes criminosas forjar laços através das fronteiras, bem como superar as diferenças culturais e linguísticas na comissão de seu crime.” Disponível na Internet: <<http://www.unodc.org/unodc/en/organized-crime/index.html>>[Consult. 01 Jun. 2016].



Este problema social começou a despontar no final do século XIX<sup>13</sup>, com o fim do tráfico negreiro em muitas nações, e princípios do século XX, quando a Revolução Industrial impulsionou a busca por melhores condições de vida, mulheres brancas oriundas do continente Europeu e Americano eram deslocadas e comercializadas como objetos de exploração sexual. Esta exploração ficou conhecida como “tráfico de escrava branca”.

Este fenómeno atingiu números tão elevados que impulsionou a criação de diversos tratados internacionais e mais recentemente no seio das Nações Unidas, numa evolução histórica repleta de mudanças e de diversas interpretações que passará a ser descrita no tópico a seguir.

## **1.2. - Tráfico de Mulheres para Fins de Exploração Sexual (escrava branca) e a evolução histórica dos diversos tratados internacionais**

A problemática do Tráfico de Mulheres, tem precedente histórico desde o fim do século XIX, com o início das migrações de mulheres para o comércio do sexo internacional, o tráfico de “Escravas Brancas” (White Slave Trade)<sup>14</sup>. Na época, esta actividade era considerada uma ameaça contra os valores morais e sociais. Segundo a OIT,

“o termo passou a referir-se maioritariamente ao “comércio da escravatura branca”, definida como movimentação de mulheres e crianças para fins de prostituição através das fronteiras internacionais” (OIT, 2006b, p. 7).

Com o crescimento da industrialização na Europa, houve um aumento dos fluxos migratórios, normalmente do campo para a cidade e consequentemente a rápida expansão urbana, sobretudo, acompanhado do aumento da pobreza devido à miséria em que se encontravam grande parte dos operários.

Todo esse contexto acabou por contribuir e abrir espaço para todos os tipos de exploração humana a exemplo do aumento de prostíbulos e com eles a proliferação de doenças. O tráfico de brancas acabou associado ao de prostitutas “confundido com o comércio de mulheres”. (Tomás, 2016, p.13)

---

<sup>13</sup> Ainda que se tenha consciência de existir há bastantes mais anos, possivelmente sob outras formas.

<sup>14</sup> Mulheres europeias traficadas para os Estados Unidos a trabalharem na prostituição.

O termo faz referência, desde os finais do século XIX, ao tráfico de mulheres e meninas que eram raptadas, drogadas e forçadas à prostituição em cidades estrangeiras.

A expressão “escravatura branca” era já usada pelas feministas abolicionistas antes de 1880 para denunciar a prostituição. Tornou-se, todavia, um escândalo de grande magnitude quando, em 1881, foram publicados extratos de correspondência entre fornecedores ingleses e proxenetas belgas. Nestes documentos constatavam a idade, a descrição física e os atributos profissionais das “encomendas”. (Tomás, 2016. P.14)

Um dos motivos que levaram à expressão “tráfico de escravas brancas” deu-se pelo facto de a Europa exportar mais mulheres para serem exploradas do que importava, sendo os principais países importadores os Sul-americanos e Asiáticos.

Com o aumento do tráfico internacional de mulheres e crescentes correntes migratórias ainda no século XIX, alguns Estados foram impelidos a reunir para debaterem a questão, elaborando acordos de prevenção e punição a este crime.<sup>15</sup>

Esse conjunto de fatores impulsionou a criação de diversos tratados, que representam a evolução histórica de um fenómeno que atingiu números elevados, com grande evidência internacional.

O primeiro instrumento legal a respeito do tema surge em 18 de maio de 1904 a partir de uma reunião de 13 países europeus em Paris. Denominado como “Acordo Internacional para a Repressão ao Tráfico de Mulheres Brancas”, culminou, seis anos mais tarde, numa Convenção Internacional sobre o mesmo propósito e com o mesmo nome. Os seus objetivos eram o combate ao recrutamento de mulheres e principalmente a construção de uma política comum na luta contra os fluxos migratórios dessas mulheres “virgens ou não” que seriam destinadas à prostituição (Bandeira, 2014).

Em 04 de maio de 1910 é publicado mais um instrumento legal, a convenção de Paris (Paris Convention), *Convenção Internacional Relativa à Repressão do Tráfico de Mulheres Brancas*, a qual já inseria a punição dos traficantes e tendo sido assinada pelos países de todos os continentes e não apenas europeus. Neste ano, o tráfico de pessoas foi entendido como “o aliciamento, induzimento ou descaminho, ainda que com seu consentimento de mulher casada ou solteira menor para a prostituição.” (Castilho, 2007 p.11).

---

<sup>15</sup> Em 1885 o tema começa a ser debatido no congresso Penitenciário em Paris e em 1899, em Londres, ocorreu um congresso Internacional sobre o Tráfico de Escravas Brancas (Rodrigues, 2012 p.56).

Depois da Primeira Guerra Mundial, já no âmbito da Liga das Nações, foi assinado em Genebra, no dia 30 de setembro de 1921, a *Convenção Internacional para a Repressão do Tráfico de Mulheres e de Crianças*. Mais uma vez, a convenção foi assinada por países de todos os continentes. Em 11 de outubro de 1933, em Genebra, foi assinada a *Convenção Internacional Relativa à Repressão do Tráfico de Mulheres Maiores*. Já no escopo da ONU, em 21 de março de 1950 foi concluída, em Nova Iorque, a *Convenção para a Repressão do Tráfico de Pessoas e do Lenocínio* (Menezes, 2006 p. 54-55 *apud* Kappaun, s.d., p.15). Nomeadamente a *Convenção Internacional sobre a Supressão do Tráfico de Pessoas e da Exploração da Prostituição de Outrem* de 1949, implicou que a exploração sexual fosse considerada crime, o que constituiu um grande avanço para época. Assinala-se como primeiro instrumento de maior importância, aprovada pela resolução 317 (IV) da Assembleia – Geral das Nações Unidas, em 02 de Dezembro de 1949 e concluída em Lake Success, em Nova Iorque, em 21 de Março de 1950 (Santos et al, 2008) e ratificado para o nosso país pela Resolução da Assembleia da República n.º 31/91<sup>16</sup>.

Após a 2ª Guerra Mundial, com o aumento da emigração feminina, o tráfico de seres humanos não desapareceu, bem pelo contrário estendeu-se a todo o mundo e ganhou diferentes particularidades, atingindo na atualidade várias centenas de milhares de vítimas por ano.

“Por detrás destes números existem histórias e destinos de mulheres em busca de uma vida melhor. Estes números indicam uma coisa: as mulheres e as crianças acabam no mercado da prostituição. Estarem numa janela ou numa casa de alterne, em clubes de strip ou bordéis, elas são exploradas de uma forma que não se consegue imaginar. As ligações entre o mercado da prostituição e a exploração estão lá. As ligações com as redes criminais organizadas são cada vez mais evidentes. Não existem descrições de tarefas” (Comissária Malmstrom *apud* Vassiliadou, 2013, p. 12).

No início da década de 80 do século passado, depois de inúmeros anos de silêncio, a questão do tráfico de mulheres para fins de exploração sexual voltava a fazer parte dos discursos de políticos e de estudiosos dos diversos setores da sociedade. Uma das razões para tal evocação prende-se com o aumento da emigração feminina transnacional, que se verificava amiúde desde o final dos anos 70. Esta emigração com tendência a aumentar, passou a ser vista como um fenómeno de quase todas as regiões do mundo. Foi neste período de grandes movimentos migratórios que se começou a

---

<sup>16</sup> Diário da República n.º 233, I Série – A, de 10 de Outubro de 1991, p. 5256 – 5262.

utilizar o termo “tráfico de seres humanos”, “tráfico humano” ou tráfico de pessoas ao referir-se ao comércio internacional de mulheres e crianças.

Para Vassiliadou,

“Os escravos dos nossos dias, mulheres, homens, raparigas e rapazes, são traficados para diversas formas de exploração. As vítimas são traficadas para exploração sexual, trabalho forçado, mendicância, servidão doméstica, adoções ilegais, remoção de órgãos, para se envolverem em atividades criminosas. Enquanto as mulheres e as raparigas representam a maioria das vítimas, os traficantes não discriminam – os homens são forçados a trabalho forçado, as crianças são obrigadas a mendigar e roubar, as raparigas e rapazes são explorados sexualmente.” (Vassiliadou, 2013, p. 12).

Segundo a mesma autora, o tráfico de pessoas é influenciado pela questão de género que exerce um papel fundamental para o processo do tráfico. De facto, a vulnerabilidade por ser mulher ou pela sua condição social facilita o trabalho das redes de tráfico de pessoas e alimenta a exploração sexual.

### **1.3 Normativas Internacionais (Protocolo de Palermo) e a inserção de Portugal e Brasil**

O desafio do combate a este crime transnacional evidencia a necessidade da cooperação e por conseguinte de acordos internacionais. Mesmo com a existência de alguns instrumentos de luta contra este crime, seria necessária a criação de um instrumento universal que atendesse todos os aspectos relativos ao tráfico de pessoas.

A preocupação da Organização das Nações Unidas pela proteção das mulheres e crianças levou, através da Resolução nº 53/111 da Assembleia Geral, de 9 de dezembro de 1998, a instituir um comité intergovernamental especial, de composição aberta, para elaborar uma convenção internacional de âmbito global contra o crime transnacional (e examinar a possibilidade de elaborar um instrumento internacional para repressão contra o tráfico de mulheres e de crianças). Tal iniciativa culminou com a elaboração de um conjunto de instrumentos para inibir tais ações (Fernandes, 2014).

Dentre os vários instrumentos elaborados está o Protocolo adicional à Convenção das Nações Unidas Contra a Criminalidade Organizada Transnacional<sup>17</sup> relativo à Prevenção, a Repressão e à Punição do Tráfico de Pessoas, em especial de mulheres e crianças, mais conhecido como Protocolo de Palermo, devido ao nome da cidade onde foi aprovado, ou seja, Palermo, na Itália.

---

<sup>17</sup> Convenção das Nações Unidas contra o crime Organizado Internacional.

O mesmo foi adoptado pela Assembleia-Geral das Nações Unidas em 15 de Novembro de 2000, com entrada em vigor a 29 de Setembro de 2003 e em Portugal a 09 de junho de 2004, complementado pelo Protocolo Adicional à Convenção da ONU Contra o Crime Organizado Transnacional, Relativo ao Combate ao Tráfico de Migrantes por via Terrestre, Marítima e Aérea, bem como pela Convenção do Conselho da Europa relativa à Luta contra o Tráfico de Seres Humanos<sup>18</sup> a 16 de Maio de 2005 em Varsóvia (que Portugal também assinou). A sua aplicabilidade está no âmbito nacional ou internacional, incluindo todas as formas de tráfico de pessoas. Este documento teve como objetivo estreitar e unir as relações entre os Estados-Membros, permitindo um mecanismo de avaliação o qual é composto por um grupo de peritos sobre o tráfico de seres humanos, Group of Experts on Action Against Trafficking in Human Beings (GRETA) e pelo Comité das Partes, que foram de suma importância no reforço à Cooperação Internacional contra o tráfico de pessoas.<sup>19</sup>

“Essa resolução parece constituir uma mudança de rumo na política europeia em matéria de “tráfico de pessoas”, ao abandonar uma abordagem exclusivamente criminal do fenómeno para concentrar-se em uma perspectiva vitimológica mais próxima do entendimento do problema pela ótica dos direitos humanos” (Sousa, 2012 p. 132).

O Protocolo de Palermo presta uma especial atenção às mulheres e crianças, à protecção e ajuda às vítimas de tráfico, no pleno respeito dos seus direitos humanos e a promoção de cooperação entre os Estados Partes de forma a atingir esses objectivos (Art. 2º) (Daniel-Wrabetz, 2012, p. 27).

As relações entre Brasil e Portugal<sup>20</sup> duram quatro séculos e estes dois países compartilham cooperações bilaterais<sup>21</sup>, facilitando acções político-diplomáticas, como por exemplo, a partir do estatuído no Decreto n.º 42/2003 de 20 de Setembro, no Acordo entre a República Portuguesa e a República Federativa do Brasil para a

---

<sup>18</sup> Convenção do Conselho da Europa relativa à Luta contra o Tráfico de Seres Humanos. Artigo 1º da Resolução da Assembleia da República n.º 1/2008 (Daniel-Wrabetz, 2012, p.215).

<sup>19</sup> Diretiva 2011/36/EU do Parlamento Europeu e do Conselho, de 5 de Abril de 2011, relativa à prevenção e luta contra o tráfico de seres humanos e à protecção das vítimas, e que substitui a Decisão-Quadro 2002/626/JAI do Conselho (*Id.*, p.147).

<sup>20</sup> São também fundadores da Comunidade de Língua Portuguesa (CPLP) composta por ex-colónias do Império Português.

<sup>21</sup> Existem diversas formas de cooperações bilaterais. Acordos assinados por dois países com diversos objectivos, estratégias e parcerias. No caso do tráfico vêm a contribuir para o cumprimento de metas, aumentando o intercâmbio entre os países signatários.

Prevenção e a Repressão do Tráfico Ilícito de Migrantes, assinado em Lisboa em 11 de Julho de 2003.<sup>22</sup>

O aumento dos movimentos de imigração<sup>23</sup> deu-se a partir dos anos 90 em Portugal. Porém foi apenas no ano 2000 que foi assinada a Convenção do Protocolo de Palermo. Vários países ratificaram esta Convenção, comprometendo-se a estabelecerem políticas de enfrentamento ao tráfico de mulheres. Em Portugal foi ratificada pelo decreto do Presidente da República n.º19/2004, de 02 de abril, e publicada no Diário da República, 1.º Série-A, n.º79;<sup>24</sup>

Importante destacar que, as medidas não só deveriam ser desempenhadas por cada Estado, como deveriam tomar nota das regras a serem seguidas dentro da própria organização. No artigo 5.º Criminalização, do Capítulo I referente às Disposições Gerais do Protocolo, define bem que:

“1. Cada estado Parte deverá anotar as medidas legislativas e outras que considere necessárias para estabelecer como infrações penais de actos descritos no artigo 3.º do presente protocolo quando tenham sido praticados intencionalmente.

2. Cada Estado Parte deverá adoptar igualmente as medidas legislativas e outras que considere necessárias para estabelecer como infrações penais:

a) Sem prejuízo dos conceitos fundamentais do seu sistema jurídico, a tentativa de cometer uma infracção estabelecida em conformidade com o n.º1 do presente artigo;

b) Participar como Cúmplice numa infracção estabelecida em conformidade com o n.º1 do presente artigo; e

c) Organizar a prática de, ou mandar outras pessoas cometer uma infracção estabelecida em conformidade com o artigo n.º1 do presente artigo.”<sup>25</sup>

Vale ressaltar que 10 anos depois da entrada em vigor do Protocolo, no âmbito das Nações Unidas foi adotado, em 2010, o Plano Global de Ação de Combate ao Tráfico de Pessoas (GA n.º 64/293, de 12 de agosto), representando um esforço

---

<sup>22</sup> “Acordo entre a República Portuguesa e República Federativa do Brasil para a Prevenção e a Repressão do Tráfico Ilícito de Migrantes”. *Gabinete de documentação e Direito Comparado*. 2002. Disponível em: <http://www.gddc.pt/siii/ib.asp?id=1621> [Consulta em 29 de dezembro de 2013]

<sup>23</sup> Define-se imigração como o movimento migratório de entrada de pessoas, seja para uma determinada região, cidade ou país. (Ruivo, 2006, p.3)

<sup>24</sup> «Protocolo Adicional à Convenção das Nações Unidas contra a Criminalidade Organizada Transnacional, contra o Tráfico Ilícito de Migrantes por Via Terrestre, Marítima e Aérea », *Gabinete de Documentação e Direito Comparado*. Disponível em: [http://direitoshumanos.gddc.pt/3\\_5/IIPAG3\\_5\\_4.htm](http://direitoshumanos.gddc.pt/3_5/IIPAG3_5_4.htm) [consulta em 10/02/2016]

<sup>25</sup> Protocolo Adicional à Convenção das Nações Unidas Contra a Criminalidade Organizada Transnacional Relativo à Prevenção, à Repressão e à Punição do Tráfico de Pessoas, em Especial de Mulheres e Crianças (Daniel-Wrabetz, 2012, p.293).

suplementar na articulação de mecanismos de prevenção, cooperação e repressão ao nível mundial.<sup>26</sup>

A exemplo de um país que não pertence à União Europeia e que é considerado tanto de origem como de destino à prática deste crime, temos o Brasil. Acompanhando os anseios da sociedade internacional, o país tem ratificado vários tratados relacionados ao tema em estudo. Quanto à sua efectiva implementação no território brasileiro, na maioria das vezes a implementação de políticas públicas tornam-se pouco eficazes.

O Brasil ratificou dois tratados internacionais relativos aos direitos das mulheres: a Convenção da ONU sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher, ratificada em 1984 e a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher, ratificada em 1995. Ambos criaram obrigações para o país perante a comunidade internacional e obrigações internas que geraram novos direitos para as mulheres (Paula, 2007). O Protocolo de Palermo foi ratificado pelo Brasil por meio do decreto nº 5.017 em 12/03/2004.<sup>27</sup>

Os Estados Parte assumem o compromisso quanto às metas estabelecidas pelo Protocolo. Dentre várias está a prevenção, cooperação e outras medidas para o enfrentamento ao tráfico de pessoas, contidas no Artigo 9.º.

“Artigo 9.º - Prevenção do Tráfico de pessoas

1. Os Estados Partes deverão estabelecer políticas, programas e outras medidas abrangentes para:

- a) Prevenir e combater o tráfico de pessoas; e
- b) Proteger as vítimas de tráfico de pessoas, especialmente as mulheres e as crianças, de nova vitimação.

2. Os Estados Partes deverão esforçar-se por adoptar medidas tais como pesquisas e tais como pesquisas, campanhas de informação e de difusão através dos órgãos de comunicação social, bem como iniciativas sociais e económicas de forma a prevenir o combater o tráfico de pessoas.

3. As políticas, programas e outras medidas adoptados em conformidade com o presente artigo, deverão incluir, se necessário a cooperação com organizações não governamentais, outras organizações relevantes e outros sectores da sociedade civil.

4. Os Estados partes deverão adoptar ou reforçar medidas designadamente através da, cooperação bilateral ou multilateral, para reduzir os factores como a pobreza, o

---

<sup>26</sup>III PNPCTSH disponível em Diário da República 1.ª série — N.º 253 — 31 de Dezembro de 2013. Resolução do Conselho de Ministros nº101/2013, p.7008.

<sup>27</sup>Presidência da República, Decreto Nº 5.017, de 12 de Março de 2004.

Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2004/decreto/d5017.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5017.htm) [Consult. 14 JUL. 2014].

subdesenvolvimento e a desigualdade de oportunidades que tornam as pessoas, especialmente as mulheres e as crianças, vulneráveis ao tráfico.

5. Os Estados partes deverão adoptar ou reforçar as medidas legislativas ou outras, tais como medidas educativas, sociais ou culturais designadamente através da cooperação bilateral ou multilateral, a fim de desencorajar a procura que propicie qualquer forma de exploração de pessoas, em especial mulheres e crianças, que leve ao tráfico.”<sup>28</sup>

#### **1.4. Teorias Feministas e visões distintas sobre a exploração sexual da mulher**

Para a generalidade das feministas, o problema do tráfico humano é principalmente um problema de desigualdade das mulheres, uma vez que mundialmente a maior parte das vítimas são mulheres e crianças do género feminino. Contudo, as feministas apresentam uma visão distinta do problema, segundo as diferentes escolas em que se inserem e a forma como estas configuram o problema.

Desta forma, o feminismo estrutural ou radical considera que o tráfico humano é consequência da subordinação e da opressão a que têm sido submetidas as mulheres ao longo da História. Esta opressão manifesta-se principalmente no campo sexual e a prostituição é o melhor dos exemplos, uma vez que nesse submundo as mulheres são compradas e vendidas como bens de consumo, por isso as feministas radicais ou abolicionistas consideram a prostituição como uma das principais formas de tráfico de seres humanos. Segundo Jayashri Srikantiah,

O caso típico de trabalho sexual forçado nos Estados Unidos envolve mulheres e raparigas traficadas de países em desenvolvimento para prostituição. A rede de tráfico pode ser grande ou pequena, e envolve a seleção e o recrutamento de mulheres no país de origem, facilitando a entrada, transporte à chegada e exploração sexual das vítimas.<sup>29</sup>

As causas do tráfico de pessoas são a subordinação de que historicamente têm sido objeto as mulheres trazidas especialmente em constante exploração sexual. Com efeito, na sociedade patriarcal, as mulheres são incapazes de envolver-se voluntariamente numa troca monetária equitativa, que envolva a atividade sexual devido à dinâmica opressora e abusiva inerente às relações homem *versus* mulher. É por isso

---

<sup>28</sup>Protocolo Adicional à Convenção das Nações Unidas Contra a Criminalidade Organizada Transnacional Relativo à Prevenção, à Repressão e à Punição do Tráfico de Pessoas, em Especial de Mulheres e Crianças (Daniel-Wrabetz, 2012, p.293).

<sup>29</sup> Tradução livre da autora, do original em língua inglesa: “The typical forced sex work case in the United States involves women and girls trafficked from the developing world for prostitution. The trafficking network itself may be large- or small-scale, and involves selecting and recruiting women in the source country, facilitating victims’ entry into the United States, transporting victims upon arrival, and exploiting them for sex work” (Srikantiah, 2007, p. 166).



que para as feministas radicais, toda a atividade sexual que envolva as mulheres é uma forma de exploração, começando desde logo pela prostituição. Por esta ordem de ideias, para as feministas o tráfico humano é mais uma forma de exploração das mulheres. Como afirma Maria José Magalhães:

“ (...) as radicais compreendem o patriarcado não como uma extensão do capitalismo, mas como um sistema específico de opressão e que a opressão das mulheres é a opressão básica sobre a qual se erguem as restantes formas de opressão e dominação” (Magalhães, 2010, p.42).

Nesta perspetiva, a principal resposta institucional proposta pelas feministas radicais é a proibição da prostituição e de outras atividades que promovam a violência contra as mulheres, como a pornografia, bem como a criminalização dos proxenetas e de quem procura serviços sexuais. Para além disso, para as feministas radicais não existe diferença entre prostituição forçada e voluntária, uma vez que, na realidade, toda a forma de prostituição é forçada pelas iniquidades sociais e económicas que enfrentam as mulheres (Lobasz, 2010). Assim, esta escola não se preocupa com os meios empregues no tráfico de seres humanos, uma vez que os meios de exploração das mulheres são sempre os mesmos, força e coerção. Dito isto, Santos esclarece que:

“Estando o tráfico intimamente ligado com a prostituição, as feministas abolucionistas defendem que o primeiro se combate mais facilmente se se combater a prostituição e entendem que é perigoso o caminho seguido por vários Estados, entre eles a Holanda e a Alemanha, de estabelecer uma diferenciação entre tráfico e prostituição. Como refere Jean Henriques (2006), no fundo o que estes Estados estão a dizer às mulheres é que, num contexto de práticas patriarcais culturalmente aceites, quando todas as oportunidades se lhes esgotam, a sociedade dá-lhes uma outra que não devem recusar: a da venda do seu corpo” (Santos et al, 2008 p.21).

Esta visão do tráfico humano é criticada por colocar a sua ênfase na exploração sexual. Algumas feministas liberais, por exemplo, afirmam que a ênfase desproporcionada no “sexual” inviabiliza as similitudes que existem entre a exploração sexual e outras formas de tráfico humano (Lobasz, 2010). Em todas as modalidades de tráfico humano, as vítimas enfrentam os mesmos vexames, nomeadamente o isolamento, o abuso emocional e as ameaças. A divisão artificial entre modalidades de tráfico humano pode assim limitar as respostas institucionais e conduzir à amplitude de outras formas do fenómeno. Neste sentido, alguns autores assinalam que a divisão de modalidades de tráfico humano e a maior aproximação da exploração sexual levaram a que em determinados locais, o tráfico para a exploração laboral, a servidão doméstica e

outras categorias relacionadas com atividades tipicamente laborais sejam sancionadas com penas menores. Na mesma linha de raciocínio, outros autores críticos afirmam que, o feminismo radical ao centrar-se unicamente na exploração sexual e nas mulheres marginalizadas as outras vítimas, homens e mulheres que não são efetivamente escravos sexuais.

As feministas pós-modernas, por outro lado, afirmam que a visão das feministas radicais privilegia a experiência das mulheres brancas, vítimas de tráfico para exploração sexual e banalizam as experiências de outras mulheres, especialmente mulheres de outras raças que são migrantes em situação ilegal e que são objetos de exploração laboral. As estas outras vítimas é-lhes negada voz no debate. Segundo esta corrente, a raça, a orientação sexual, a classe social e outros fatores tornam a experiência das vítimas e as formas de opressão distintas. Esta lacuna do feminismo radical relativamente ao tráfico de seres humanos é prejudicial para as mulheres que são exploradas em servidão doméstica e mercado de trabalho informal.

Segundo os críticos destas teorias, no imaginário das feministas radicais o papel das vítimas e dos opressores é inviabilizado nos casos de tráfico de seres humanos executado por pessoas do mesmo sexo e marginaliza as vítimas masculinas, pois os homens são sempre considerados como autónomos, independentes, agressivos e mais fortes. Neste caso, o tráfico de seres humanos é considerado simplesmente como um problema laboral em que uma das partes obtém maiores benefícios em relação à outra. Para Cynthia Wolken:

“... as feministas da subordinação ignoram inteiramente situações comuns de tráfico em que a vítima e o opressor têm ambos o mesmo sexo”.<sup>30</sup>

O feminismo liberal preocupa-se principalmente com a possibilidade de as mulheres terem liberdade de escolha. Assim, esta escola feminista propõe um modelo de luta contra o tráfico que promova a autonomia das mulheres vítimas de tráfico. Para estas feministas, o problema do tráfico de seres humanos está relacionado com o desconhecimento da autonomia das vítimas, por isso a sua atenção centra-se na natureza coerciva da atividade dos traficantes, mais do que no tipo de trabalho que as vítimas são obrigadas a realizar. Ver o trabalho sexual como qualquer outra atividade laboral

---

30 Tradução livre da autora, do original em língua inglesa: “In this way, subordination feminists ignore entirely common trafficking situations in which the trafficking victim and oppressor are of the same sex” (Wolken, 2006, p.422).

evidencia as motivações comuns que conduzem as mulheres a envolverem-se em atividades de exploração. Ou seja, segundo Melynda Barnhart:

Similarmente, quando as mulheres escolhem entrar no trabalho ou servidão sexual, porque não encontram outras alternativas, deveriam ainda assim ser classificadas como vítimas de tráfico quando exploradas. Esta forma da teoria individualista é particularmente aplicável ao tráfico humano, uma vez que o crime como definido na maioria das jurisdições, internas e externas, engloba tanto a exploração sexual como laboral.<sup>31</sup>

As feministas liberais propõem como recurso base, a legalização da prostituição, considerando-a como um trabalho propriamente dito, devidamente regulado, como qualquer outra atividade laboral, com códigos de higiene e de segurança. Esta teoria é criticada por diversos especialistas, nomeadamente os que afirmam que esta doutrina é uma ferramenta teórica interessante para conceptualizar a autonomia sexual das mulheres, contudo não é útil para explicar os problemas do tráfico de seres humanos.

Para o feminismo cultural, o problema do tráfico de seres humanos está relacionado com a vulnerabilidade das mulheres. Esta corrente feminista considera que as mulheres têm uma consciência e uma cultura distinta da dos homens, que advém, para algumas, de aspetos biológicos e, para outras de aspetos culturais, nomeadamente da opressão que sofreram ao longo dos anos. Para estas feministas, a atitude de recolhimento interior, em vez da manifestação de situações de abuso e a natureza relacional não autónoma, tornam as mulheres mais vulneráveis ao tráfico. Segundo Cynthia Wolken:

Quer seja biologicamente determinado ou socialmente construído, tanto a teoria essencialista como a do construtivismo social do feminismo cultural levam a uma sobrevalorização das características do género feminino.<sup>32</sup>

Do ponto de vista do feminismo socialista, o tráfico de seres humanos é uma consequência da divisão sexual do trabalho na sociedade capitalista e da mercantilização que as mulheres experienciam nessa sociedade. Na sociedade capitalista, as mulheres estão normalmente relacionadas com o trabalho doméstico,

---

31 Tradução livre da autora, do original em língua inglesa: “Similarly, when women choose to enter sex work or servitude because they see no other options, they should still be able to be classified as trafficking victims if they are exploited. This form of the individualist theory is particularly applicable to human trafficking, since the crime as defined in most jurisdictions, domestic and international, encompasses both sexual and labor exploitation” (Barnhart, 2009 p. 113).

32 Tradução livre da autora, do original em língua inglesa: “Whether biologically determined or socially constructed, both essentialist and social constructionist theories of cultural feminism lead to the overvaluation of female gendered traits” (Wolken, 2006 p. 425).

assegurando a formação de nova mão-de-obra e, por isso, ocupam posições laborais de inferior reconhecimento e remuneração. Para, além disso, o seu corpo é utilizado como objeto de consumo e comercialização. Estas condições facilitam o tráfico de mulheres, especialmente para fins sexuais.

Como consequência desta postura, para combater o tráfico de seres humanos, principalmente o de mulheres, o Estado deve combater a divisão do trabalho baseado exclusivamente no sexo. Segundo Moshoula Desyllas,

Uma perspetiva mais inclusiva que vise outros tipos de trabalho é essencial para abranger todos os tipos de condições de trabalho opressivas. É importante superar a perspetiva moralista que estigmatiza e marginaliza as pessoas, e avançar em direção à proteção dos trabalhadores migrantes de condições de trabalho inseguras. As imagens e reportagens mediáticas que dão ênfase ao tráfico (sexual) têm que ser questionadas e uma mudança no foco permitirá abarcar todos os tipos de condições de trabalho inseguras. Uma perspetiva dos direitos do trabalho, que foque os direitos humanos dos trabalhadores, incorpora todos estes elementos para alargar a abordagem ao tráfico. Ao incluir todas as formas de trabalho, e por definição o trabalho sexual como uma actividade económica que é normalmente utilizada em combinação com outras formas de trabalho (Mellon, 1999), os migrantes e os trabalhadores sexuais não serão estigmatizados e marginalizados por serem associados ao rótulo de prostituta/o.<sup>33</sup>

Outras contribuições dignas de nota são-nos dadas por feministas e académicas que se têm concentrado na análise dos discursos e das narrativas relacionadas com o Tráfico de Pessoas, nomeadamente o tráfico de mulheres para fins sexuais. De acordo com Jo Doezema, o problema das políticas que pretendem erradicar o tráfico humano continuam a basear-se numa noção de vítima inocente, separando as mulheres consideradas «boas vítimas» daquelas que não o são, punindo estas últimas, as prostitutas (Doezema, 2000). Num artigo em que a autora examina a forma como as narrativas da «Escravidão Branca» e do «Tráfico de Mulheres» funcionam como mitos culturais, que nascem da necessidade de regular a sexualidade feminina dentro da ideia e lógica de protecção das mulheres.

---

33 Tradução livre da autora, do original em língua inglesa: “A more inclusive perspective that takes into account other types of work is crucial for addressing all types of oppressive working conditions. It is important to move away from a moral lens that stigmatizes and marginalizes people, and to move toward protecting migrant workers from unsafe labor conditions. Media images and reports that focus on (sex) trafficking need to be questioned and a shift in focus away from sex work will ensure that all types of unsafe working conditions are addressed. A labor rights perspective, which focuses on the human rights of workers, incorporates all of these elements to broaden the approach to trafficking. By including all forms of labor, and by defining sex work as an economic activity that is often used in combination with other types of work (Mellon, 1999), migrants and sex workers will not be stigmatized and marginalized due to the associations of being labeled as a prostitute” (Desyllas, 2007 p.73).

O que está em causa em análises deste tipo é a narrativa ideológica por detrás deste tipo de discurso. Por um lado, a ideia da mulher inocente, que precisa de ser protegida e por outro o traficante estrangeiro, que espelha o pânico das comunidades nacionais numa época de globalização, ou por outras palavras, de “crise das fronteiras” (Doezema, 2000, p. 46).

Torna-se claro que Jo Doezeema não nega os incidentes de tráfico relatados, ela chama, no entanto, à atenção para a reconstrução que se faz destes incidentes. Esta reconstrução tem perigos, um deles é a forma como recontam as experiências das mulheres migrantes que escolhem a indústria do sexo como forma de expandir as suas escolhas e estratégias de vida (*Id.* p. 47). A alternativa a representar estas mulheres como vítimas, é aceitar a sua agência e lutar pelo reconhecimento dos seus direitos enquanto trabalhadoras do sexo. Alguns exemplos deste discurso são Andrea M. Bertone (1999) e Donna M. Hughes (2000). Por um lado, Bertone faz eco dos preconceitos que separam dicotomicamente “a mulher do Terceiro Mundo” como vítimas dóceis, inocentes e pouco educadas à mercê dos “homens dos países industrializados e em desenvolvimento” (1999, p. 4). Da mesma forma, Hughes faz eco da ideia segundo a qual “as mulheres são as únicas vítimas de tráfico de mulheres para prostituição e os homens são os únicos jogadores que criam a procura de mulheres para prostituição”<sup>34</sup>. Os homens são assim retratados como agentes e as mulheres como vítimas passivas, a autora ignora assim a agência das mulheres, não só aquelas que escolhem a indústria do sexo, como aquelas que participam ativamente no tráfico<sup>35</sup>. Ao mesmo tempo junta-se às feministas abolicionistas que defendem que a legalização da prostituição aumenta a procura de mulheres, o que para a autora aumentaria a atividade das redes de crime organizado e por conseguinte de tráfico (Hughes, 2000, p. 651).

Este é apenas um dos grandes entraves à legalização ou proibição da prostituição e demonstra a postura quanto à relação desta com o tráfico para exploração sexual. Como sabemos são diversas as discussões sobre a problemática deste crime que, querendo ou não, está quase sempre associado à prostituição e esta à marginalização e

---

<sup>34</sup> Tradução livre da autora, do original em língua inglesa: “women are the sole victims in trafficking in women for prostitution and men are the sole players in creating the demand for women in prostitution” (Hughes, 2000, p. 650).

<sup>35</sup> Ver, por exemplo, estatísticas do Eurostat referentes ao género dos traficantes julgados em países europeus. Segundo as estatísticas do relatório de 2015, entre 2010 e 2012 vinte e cinco (2012) e vinte e nove (2010) dos suspeitos por tráfico de pessoas eram do género feminino (contra 73 e 70, respectivamente) (Eurostat, 2015, p. 53).

estigmas estereotipados carregados de preconceitos. Algumas posturas acabam, por vezes, por inviabilizar o verdadeiro conceito de tráfico e prostituição. No entanto, todas essas teorias evidenciam contribuições e aspectos importantes. Em primeiro lugar oferecem uma alternativa às visões securitárias e tradicionais do tráfico de pessoas, isto é, à visão cujo objecto de referência é o Estado e o que se pretende é defender a sua integridade. Ao contrário desta visão, cujo foco principal é o controlo de fronteiras, as feministas têm como foco central a segurança e defesa das vítimas (Lobasz, 2010, p. 228). Em segundo lugar, percebe-se que há um ponto em comum em algumas escolas, a “autonomia da mulher” e que procuram desvinculá-la da construção social meramente patriarcal onde o homem como ser dominante e torná-la independente.

### **1.5. Fluxos Migratórios e Globalização: Uma “relação” com o Tráfico de Pessoas**

Regra geral os fluxos migratórios são processos concebidos de forma limitada tanto no tempo como no espaço, conseguindo, os países de acolhimento, dar uma resposta organizada e racional a este número de pessoas em movimento. Contudo, actualmente, a globalização e todos os progressos que ela expõe, transformam estes fluxos de ocasionais em permanentes, pondo à vista de todos a conceção do desequilíbrio existente entre os países desenvolvidos e os países em vias de desenvolvimento, sendo a emigração um caminho de fuga cada vez mais acessível e real. Segundo Ortega:

“Os fluxos migratórios são consequência directa da globalização. A criação de um mercado mundial baseado na livre concorrência e na competitividade dá origem a deslocamentos dos factores de produção para as regiões de maior competitividade” (Ortega, 2007, p. 2).

Apesar disso, as situações reais de desequilíbrio, por mais evidentes que sejam, não são a causa principal destas migrações. Desequilíbrios entre países sempre existiram, mas não foi por esse motivo que as populações se movimentaram de um lado para o outro. As conjunturas peculiares, próprias de cada um e que só a ele dizem respeito não sendo determinantes para todos, podem ter maior significado que as previsões económicas e sociais de um país. A esperança fundada na probabilidade da melhoria das condições de vida é, de forma geral, responsável pela tomada da decisão arriscada de entrar irregularmente noutro país. Na opinião de Ramos,

“Os fluxos contínuos de migrantes, refugiados e outros deslocados (...) Embora sejam atraídas para os grandes centros urbanos em busca de melhores condições de vida, migram também devido a fragilidades ambientais ou para se adaptar às mudanças climáticas. Estas pessoas frequentemente forçadas a migrar procuram nas cidades proteção e oportunidades, mesmo que terminem vivendo em localidades carentes superpovoadas ou em bairros periféricos sem os mínimos serviços básicos” (Ramos, 2012, p. 76).

A imigração organizada, legítima e individual é certamente positiva porém, quando se processa em grande número, de forma ilegal e auxiliada por indivíduos ou organizações criminais a troco de quantias significativas de dinheiro, o ato de imigrar às vezes torna-se necessário a vontade individual e particular das pessoas, transformando-se num bem de consumo oferecido no mercado ilegal, perante a lei da oferta e da procura.

Segundo Castells, “A mistura que resulta da miséria mundial, deslocação/exílio de populações inteiras das suas regiões de origem e dinamismo das maiores economias do planeta, leva milhões de pessoas a emigrar. Por outro lado, controlos de fronteiras cada vez mais rigorosos, principalmente nas sociedades mais ricas, tentam conter o fluxo de imigrantes” (Castells, 2014 p. 221). São tendências opostas que permitem as organizações criminosas, maior oportunidade de acesso às pessoas mais vulneráveis, levando-as ao imenso mercado do tráfico.

O tráfico de pessoas consiste, segundo Jorge Malheiros e Maria João Guia, numa acção, como o recrutamento, transporte, acomodação ou recepção de um indivíduo; através do uso de força, de ameaças, de coerção, de rapto, de abuso de autoridade ou de uma situação de vulnerabilidade, com o objectivo de explorar sexualmente, laboralmente (ou através de outras formas de exploração) alguém (2015, p. 130-131). Segundo os mesmos autores a diferença entre este crime e o de auxílio à imigração ilegal é clara, na medida em que neste último o que está em causa é a soberania do Estado e no primeiro é a liberdade e autonomia individual da vítima que é violada (*Id.* p. 131). O auxílio à imigração ilegal é a entrada assistida de um indivíduo, num determinado país em troca de um favor, usualmente na forma de contribuição pecuniária.

Este auxílio pode ser através de pessoa individual ou através de um grupo ou rede organizada que possua diversos contactos no país originário do imigrante e no país receptor. Estas organizações e indivíduos têm ao seu dispor redes logísticas para

deslocar os imigrantes de um lugar para outro, oferecendo condições de alojamento, transporte, assistência na viagem, entre outras. Nos casos do auxílio à imigração ilegal, o indivíduo está consciente da ilicitude e do transporte ilegal de um lugar para o outro, mas paga um preço para conseguir o seu objetivo. Para Castle e Miller, “Migração Internacional é frequentemente causa e efeito de várias formas de conflito e não um fenómeno isolado” (Patarra, 2006), tornando-se parte integrante da globalização que, para Ulrich Beck, “significa o assassinato da distância, o estar lançado a formas de vidas transnacionais, muitas vezes indesejadas e incompreensíveis” (Beck, 2009).

Actualmente, as migrações internacionais descrevem com exatidão tudo o que a nossa consciência ou os nossos sentidos podem apreender da globalização. Contudo, é um facto comum que as migrações se devem a várias razões. Segundo Castels, “A globalização, definida como a proliferação de fluxos transfronteiriços e de redes transnacionais, alterou o contexto das migrações” (Castels, 2005, p.43).

Neste sentido, presenciamos do mesmo modo, um processo paralelo de forças contraditórias de globalização e de localização a que as sociedades atuais e os indivíduos estão subordinados.

A globalização pode ser considerada como um agente facilitador da migração e do desenvolvimento através dos progressos da tecnologia das comunicações e da diminuição dos custos das viagens. Deste modo permite aos migrantes, o contacto amigável com o seu país de origem e em simultâneo possibilita que se institua relações prolongadas com as diásporas e as redes transnacionais.

Atualmente dá-se cada vez mais relevância ao regresso de talentos e competências, inclusivamente quando os migrantes por motivos particulares não voltam de forma física e permanente ao país de origem. No entanto, para grande parte dos estudiosos a globalização está aparentemente a contribuir para o aumento das desigualdades nas estruturas económicas, nas condições sociais e na estabilidade política dos diversos países industrializados. Contudo, para Santos, “O contexto global do regresso das identidades, do multiculturalismo, da transnacionalização e da localização parecem oferecer oportunidades únicas a uma forma cultural de fronteira precisamente porque esta se alimenta dos fluxos constantes que a atravessam” (Santos, 1994, p. 50).



O início deste novo século foi visto por numerosas personalidades como, um símbolo de esperança e de um novo alento para conjunturas prósperas aos movimentos migratórios. Porém, embora a consolidação do processo de globalização tenha apresentado aspectos positivos, implicou igualmente um aumento de riqueza em determinados países, o que concorre para a subsistência do subdesenvolvimento das outras menos favorecidas e proporcionou um considerável alargamento das migrações irregulares, com uma participação cada vez mais ativa da criminalidade organizada e ao mesmo tempo globalizada. Assim, não é possível efetuar uma avaliação das migrações internacionais e o tráfico de pessoas sem atentar ao efeito da globalização no aumento dos fluxos migratórios.

O aumento dos fluxos migratórios, desde o final do século XX até aos nossos dias, resultante das crises e dos conflitos políticos, económicos e sociais, gerou como respostas dos países receptores um endurecimento e um controle mais apertado das suas fronteiras. Esta atitude, porém, não provocou uma diminuição dos fluxos migratórios, pelo contrário, concorreu para que a viagem dos migrantes se tornasse mais difícil, mais onerosa e mais arriscada.

Contudo, não podemos confundir o tráfico de pessoas para trabalhos forçados, com o auxílio à imigração ilegal. Como foi anteriormente referido, o trabalho forçado pode constituir uma prática de escravatura (em que o fim é a exploração), enquanto o auxílio à imigração ilegal é um produto das regulações migratórias. Isto é, o tráfico de seres humanos é inquestionavelmente uma atividade que resulta da cumplicidade do sistema penal, uma vez que não é concebível que haja, por exemplo, mulheres sequestradas num prostíbulo eternamente secreto, uma vez que não teriam clientes (Zaffaroni, 2012). Como observa Kapur,

“o tráfico de seres humanos está relacionado, no discurso contemporâneo, à migração, especialmente à ilegal, e ao contrabando de migrantes. Paralelamente, existe ainda o tráfico de mulheres e de crianças que está associado à sua venda e ao envio forçado a bordéis como trabalhadores sexuais” (Kapur, 2005, p.115).

Para a autora existe um paralelismo entre tráfico e as diferentes configurações de migração, mobilidade, a prostituição e trabalho sexual, encontrando-se ambas no centro do discurso atual sobre o tráfico global de pessoas.

Quando abordamos o tema do tráfico de pessoas, e o destaque que este fenómeno apresenta, deparamo-nos em simultâneo com fluxos transnacionais que

abdicando do apreço pela autodeterminação dos indivíduos, concretizam verdadeiros procedimentos de cúmulos económicos. Embora esta ocorrência seja ilegítima, desprovida de formalidades e sob a tutela de organizações e de redes criminosas, difere da posição nuclear da escravatura na criação do nosso universo. Todavia, não deixa de ter idêntico enredo relativamente a esta. Segundo Santos “A questão é que, se as práticas de tráfico não são centrais nos mercados globais transnacionais nem no mundo global em que vivemos, como outrora a escravatura o foi, elas alojam-se nas desigualdades e injustiças na distribuição de riqueza promovidas e fomentadas por esse mesmo sistema mundo” (Santos, Gomes e Duarte, 2009, p. 71).

A globalização revela ao mesmo tempo eventos, factos, uma ideologia e um projeto político (George, 2007). Quer no discurso académico, quer nas díspares esferas políticas, subsistem diferentes explanações que tentam explicar o fenómeno da globalização.<sup>36</sup> Neste contexto político, o mercado livre significa aumento de eficiência e crescimento de recursos financeiros, onde uma interferência exagerada do Estado provoca distorções e cria barreiras à economia global (Falk, 2002). Em sentido inverso, os estudiosos que adotam uma atitude incrédula relativamente a este dogma e colocam em evidência a própria noção de globalização, afirmando que esta não é um prodígio, mas que se trata simplesmente da economia ocidental alargada a nível mundial. Assim, este conceito tem como objetivo fundamental justificar e legitimar o projeto global neoliberal.

A sociedade internacional actual não é exclusivamente uma sociedade de Estados, é também um sistema de redes transnacionais que fazem parte integrante da sociedade global. Os efeitos dos processos de interdependência, globalização e transnacionalização concedem cada vez mais um maior destaque aos diversos atores não-estatais, tornando cada vez menos perceptível a compreensão das estruturas da sociedade atual, sem levarmos em linha de conta o protagonismo dos diversos atores, nomeadamente as sociedades financeiras das empresas transnacionais, as organizações não-governamentais, as redes sociais e outros grupos sociais com diversos alcances, os cartéis de narcotráfico ou das máfias organizadas (Nye, 2010).

---

<sup>36</sup>A globalização é entendida por uns como um paradigma actual e hegemónico de desenvolvimento (Unceta, 2009), que preconiza um mercado mundial único, isento de fronteiras (Beck, 2005), proporciona desenvolvimento e incrementa o crescimento nas diversas economias do mundo.

O trabalho legítimo é para as sociedades o ponto fundamental para a promoção do desenvolvimento e para a erradicação da pobreza. O direito ao trabalho é um direito humano, estritamente vinculado a outros direitos fundamentais. Assim como consequência diligenciar, para melhorar as condições de trabalho das pessoas, pode constituir-se num meio para promover uma globalização mais justa vinculando diretamente o funcionamento do sistema multilateral com o esboço das políticas nacionais (OIT, 2012). Contudo, o trabalho legítimo continua a ser um dos principais desafios da atualidade e da atual fase da globalização. Muitos países em desenvolvimento apresentam elevadas percentagens de trabalhos degradantes, tais como crianças menores obrigadas a trabalhar, tráfico de trabalhadores, tráfico de pessoas e exploração sexual. Estima-se que 215 milhões de crianças entre os 5 e os 17 anos se encontram a trabalhar em condições deploráveis, em situação de escravatura, com pagamento em dívidas, sob várias formas de trabalho forçado, incluindo neste a prostituição, em que as crianças se tornam “crianças-soldados” e vítimas de pornografia (OIT, 2013).

As redes ligadas ao narcotráfico<sup>37</sup>, ao tráfico de pessoas e ao tráfico de armas cresceram consideravelmente, alargando os benefícios e o poder das organizações criminais, enfraquecendo as competências dos Estados e, desgastando progressivamente as estruturas dos organismos e dos sistemas políticos das instituições democráticas. Assim, a soberania dos Estados converteu-se no principal obstáculo ao combate às redes criminais transnacionais (Mesa, 2008). A globalização promoveu estes processos, uma vez que reduziu ou eliminou as barreiras das atividades económicas, tornando mais fácil a interconexão entre os diversos grupos armados e as redes ilícitas. Para além disso, a livre circulação de capitais, os paraísos fiscais, os fundos de inversão ou as sociedades fantasma permitiram o crime organizado e a acumulação de capitais (Mesa, 2008).

Para Justo (2008) o actual desenvolvimento do fenómeno “tráfico de pessoas” é considerado consequência da globalização, resultado do aumento dos diversos fluxos de informação e indivíduos. Ao mesmo tempo que um certo nível de progresso pode ter sido considerado globalizado para uma gama maior de pessoas, houve também a globalização de certos males sociais.

---

<sup>37</sup> Narcotráfico entendido como o comércio ilegal de narcóticos, e de drogas. Geralmente este comércio ilegal de grandes quantidades de droga é realizado por carteis cuja cadeia de fabrico vai desde o cultivo à distribuição e venda da droga em questão (Santana, 1999).

Em síntese, as políticas unilaterais que adoptam os Estados no sector da segurança, as novas morfologias das guerras, o terrorismo internacional e o crime organizado transnacional definem-se como um autêntico risco de carácter global, que não pode ser administrado exclusivamente por um Estado, ou por um reduzido número de Estados, tornando-se decisivo a criação de um verdadeiro governo global que permita identificar as causas dos conflitos e da violência organizada de modo a prevení-los.

## **2 - Fundamentação Teórica**

### **Introdução**

O presente estudo visa apresentar a problemática do crime de tráfico de pessoas para fins de exploração sexual<sup>38</sup>, numa contribuição normativa conceitual e científica por alguns autores que estudaram a temática, enquadrada em estudos académicos, com o objectivo de relacioná-los com a realidade do país e como forma de expor a negatividade proporcionada por este crime que é para muitos conhecido como “escravidão moderna”. É consequentemente uma grave violação dos direitos humanos, seja na sua complexidade, causas, dificuldades, anseios por parte do Estado e a necessidade de um trabalho unificado que limite as cifras negras, em relação as estimativas sobre este crime que afeta principalmente pessoas em situações mais vulneráveis, sobretudo mulheres.

### **2.1 Estado da arte sobre tráfico de pessoas**

Diante da preocupação mundial relativa ao crime de tráfico de pessoas, tornou-se necessária a criação de documentos universais (ver capítulo I) de combate ao tráfico internacional de pessoas, com base nas diretrizes dos direitos humanos universais.

Como qualquer crime multifacetado, não se pode atribuir apenas um elemento de causa. Deve-se antes relacioná-lo a diversos fatores, principalmente sociais, bem como questões de género e a sua problemática, sobrecarregando este lado obscuro do crime de tráfico de pessoas.

Com o aumento em Portugal da imigração no final dos anos 1990, foram publicados mais estudos sobre o tráfico de pessoas, verificando-se um despertar para a relevância do impacto deste crime. Até então, como nos mostra Maria João Guia e Jorge Malheiros (2015, p. 132), o país não estava preparado para lidar com este tipo de crime.

Em seus estudos, Peixoto descreve que, em Portugal, a primeira leva de imigrantes teve origem, sobretudo, na Europa de Leste, seguida pelo Brasil. No

---

<sup>38</sup>Pode-se definir como “(...) uma violência sexual que se realiza nas relações de produção e mercado (consumo, oferta e excedente) através da venda dos serviços sexuais de crianças e adolescentes pelas redes de comercialização do sexo, pelos pais ou similares, ou pela via de trabalho autónomo. Esta prática é determinada não apenas pela violência estrutural (pano de fundo) como pela violência social e interpessoal. É resultado, também, das transformações ocorridas nos sistemas de valores arbitrados nas relações sociais, especialmente o patriarcalismo, o racismo, e a apartação social, antítese da ideia de emancipação das liberdades económicas/culturais e das sexualidades humanas” (Leal, 2001 p.4).

seguimento do mesmo, tornou-se visível a presença de mulheres estrangeiras, sobretudo de brasileiras, ligadas ao negócio do sexo (Peixoto, 2007).

Segundo Peixoto (2007) essa maior visibilidade na prostituição, no negócio do sexo e entretenimento ganhou proporção devido aos meios de comunicação. Destaca o caso das mães de Bragança em Portugal, noticiado mundialmente (foi capa da revista “Times”), repercutindo-se de forma negativa e selando um estereótipo em torno da mulher brasileira. Estereótipo esse ligado ao imaginário masculino pela hipersexualização, exotismo, sensualidade e da mulher brasileira, considerada “fácil”, por ser associada a uma cultura específica do corpo e pela sua liberdade sexual (Malheiros e Guia, 2015, p. 132).

Na sua pesquisa sobre o contexto do tráfico de pessoas, especificamente o de mulheres para fins de exploração sexual, Peixoto relaciona-o com o contrabando e auxílio à imigração ilegal ou smuggling<sup>39</sup>, neste caso dos imigrantes brasileiros para Portugal. Procura distinguir esses conceitos, que por muitas vezes de difícil distinção, acabam por ser confundidos.

“Do ponto de vista terminológico, tendo em conta que o smuggling se refere apenas ao auxílio na transposição das fronteiras e não ao apoio prestado à permanência ilegal num país, pensamos que o termo “contrabando de migrantes” é de uso mais rigoroso do que o mais amplo “auxílio à imigração ilegal”, que abarca tanto a entrada como a permanência irregulares” (Peixoto, 2007 p. 72).

Neste caso o autor conclui que as redes de tráfico existentes em Portugal são de pouca estrutura e dimensão reduzida, apresentando-se mais de maneira informal a exemplo de um grupo que resolve angariar mulheres através de contatos de amigos e familiares, o que torna mais difícil a avaliação e confirmação do crime por parte das autoridades competentes.

Um estudo posterior, na perspectiva do tráfico de pessoas em Portugal, encontra-se em Santos (et al. 2008). O autor apresenta um estudo amplo que contempla vários campos e contextos sobre tráfico de mulheres para fins de exploração sexual em Portugal, utilizando como uma das bases o trabalho de campo.

Na interpretação do Protocolo de Palermo, o autor entende que:

---

<sup>39</sup> Sua definição encontra-se no Protocolo contra o Tráfico Ilícito de Migrantes por Via Terrestre, Marítima e Aérea, art. 3.º (a).

“ (...) enquanto que o smuggling implica o voluntarismo do migrante, no tráfico, desde que tenha sido utilizado algum dos meios de condicionamento da vontade indicados, o consentimento da vítima é irrelevante” (Santos et. al, 2008 p. 20).

Segundo Leal e Leal (2002) o tráfico de pessoas e o contrabando de migrantes são similares, mas os acordos internacionais e as leis nacionais fazem distinção entre eles. Como foi referido anteriormente, enquanto o tráfico de pessoas é considerado um crime contra a liberdade da pessoa, o contrabando de migrantes é um crime contra o Estado. Assim, os estrangeiros contrabandeados são, por vezes, tratados como criminosos, enquanto uma pessoa traficada é considerada “vítima de tráfico” e por isso merecedora de proteção dos governos, inclusive de receber uma autorização de residência. Por outro lado, a pessoa contrabandeada está sujeita a deportação, sem ter direito a ser tratada com dignidade (Leal e Leal, 2005 p.6), apesar do que se encontra completado, contrariamente, no artº 109º da lei nº 23/2007, de 04 de Julho, com a nova redação dada pela Lei nº 29/2012, de 09 de Agosto.

O consentimento é uma das problemáticas que está relacionado com as duas distinções entre smuggling e tráfico e tem-se assinalado em vários estudos, na conclusão de Santos (et al, 2008), por exemplo, o conceito de tráfico torna-se complexo não só por sua definição, mas pela sua ligação com o conceito de prostituição.

No Brasil, no Relatório Nacional de Pesquisa sobre Tráfico de Mulheres, Crianças e Adolescentes para fins de Exploração Sexual Comercial (PESTRAF) 2002, o consentimento da prostituição e sua interferência em ser vítima de tráfico ou não, sempre existiu como objeto de polémica. Foi sempre uma questão que sempre exigiu um debate amplo. Este Relatório tem como base a pesquisa realizada pelas organizadoras Maria Lúcia Leal e Maria de Fátima Leal, e através dele pôde-se constatar essa dificuldade no o consentimento. As autoras acrescentam um novo conceito à discussão:

“Consentimento induzido”: a palavra induzir significa levar a, persuadir, instigar, incutir. No âmbito do Direito é traduzida como crime que consiste em abusar da inexperiência, da simplicidade ou da inferioridade de outrem sabendo ou devendo saber que a operação proposta é ruinosa, ou seja, pode ser nociva e trazer prejuízos. Neste sentido, também o que chamamos de “consentimento induzido” diz respeito ao conceito de cooptação que aqui adquire o significado de abuso por parte de um grupo que domina um tipo de situação - no caso as pessoas que fazem parte da rede para exploração sexual comercial - em relação a uma pessoa ou grupo, para levar a uma aparente escolha ou consentimento” (Leal & Leal, 2002 p.45).

Para Jesus (2003), as mulheres são as principais vítimas deste tipo de crime de tráfico para exploração sexual. Além da vulnerabilidade de ser mulher, as condições precárias de vida acabam por ser das principais causas para a exploração.

Sua pesquisa deu-se em meados do ano 2000, logo depois, quando o tema do tráfico de pessoas veio à tona com a criação do Protocolo de Palermo, sendo um dos primeiros a fazer uma pesquisa mais extensa sobre este crime no Brasil.

Sua metodologia de pesquisa é dividida em duas partes. A primeira é o mapeamento do tráfico de pessoas no Brasil com o objetivo de saber sobre sua dimensão e distribuição no país, no qual foram necessários contactos com órgãos vinculados ao controlo, repressão e punição do tráfico de mulheres. A segunda encontra-se o estudo de caso das regiões com maiores incidências de tráfico de mulheres e onde se relatam mais dificuldades em obter dados sobre o crime no Brasil devido à falta de um trabalho mais unificado, uma articulação mais sistemática entre os diversos Estados e Regiões envolvidos no combate a este crime. Segundo Jesus (2003, p.8):

“o requisito central no tráfico é a presença do engano, da coerção, da dívida e do propósito de exploração”.

A partir destes requisitos, levanta-se a questão sobre o consentimento da vítima, onde mesmo que a pessoa aceite trabalhar na prostituição ou indústria do sexo como mencionado, não espera viver em situações de escravidão desprovida de qualquer liberdade.

Essa é uma das várias problemáticas que envolvem o tráfico para fins de exploração sexual que é levantada por muitos autores que trabalham sobre o tema, principalmente em referência à vítima de tráfico de pessoas, que para Santos (et al., 2008, p.17):

“ (...) deparam-se com uma dificuldade prévia: a definição do objeto de estudo. O tráfico de pessoas é um conceito complexo que gera alguma controvérsia sobre a sua definição.”

Neste contexto corre-se o risco de se obter uma definição de tráfico e de vítima com base em hierarquias e conceitos pré-julgados de uma sociedade machista, sobre a mulher, pois passa por uma construção social que leva à não investigação de muitos casos e à não identificação da vítima.



Todos esses factores serão vistos na sequência deste capítulo, sendo os mesmos de suma importância para uma melhor compreensão da complexidade deste crime e da necessidade de estabelecer capacitações em toda a conjuntura, seja na esfera social, política e jurídica. A legislação, por exemplo é primordial para o enfrentamento deste crime de tráfico de pessoas, especificamente para fins de exploração sexual, mas que acaba muitas vezes por ser problemática, visto que cada Estado adota sua própria legislação.

“A legislação é sem dúvida uma ferramenta importante para o enfrentamento do fenômeno, e a falta dela significa, definitivamente, uma dificuldade para a desconstrução do crime e a punição dos responsáveis, entretanto, o fato de haver legislação não garante nada, é o que ocorre em alguns países que aprovaram a legislação, mas onde as leis não são cumpridas de maneira adequada. Assim, além da elaboração de leis, elas devem ser divulgadas, seguidas de treinamento (técnicas de investigação e técnicas de acusação) e de monitoramento de todos os que irão aplicá-la” (Leal & Leal, 2002, p.19).

Em relação ao Código Penal Português, o autor Vaz Patto (s.d.) faz uma análise às alterações revistas no Código Penal Português de 2007, com a inclusão de outras formas de tráfico de pessoas e que vai de encontro às normas do Direito Internacional e Europeu já incluídas na sua definição. (Patto, s.d)

Em seu artigo Patto (s.d) analisa várias questões, sobretudo conceitos contidos na definição de tráfico de pessoas e que não se expressam de maneira clara, tal como o “aproveitamento de situação de especial vulnerabilidade da vítima”<sup>40</sup> e que, no entanto, pode acarretar maior dificuldade se for um conceito mal interpretado e pôr em causa outros meios de prática de tráfico de pessoas. Outro fator primordial que o autor tem como destaque é a punição para os utilizadores dos serviços da vítima, atuar quando o cliente sabe que a pessoa é vítima de tráfico ou quando é suposto que seja vítima de tráfico e mesmo assim utiliza os seus serviços.

Assim como Patto (s.d) faz sua análise sobre a revisão do Código Penal, Simões (2009) em seu artigo faz sua análise do Protocolo de Palermo enfatizando o mesmo ponto em comum “aproveitamento de situação de especial vulnerabilidade da vítima” (assim presente na Lei Portuguesa), destacando vários pontos pertinentes que vão de encontro sobre o conceito de tráfico presentes no Protocolo. Ambos demonstram uma

---

<sup>40</sup> “[...] abuso de uma situação de vulnerabilidade” deverá entender-se “toda a situação em que a pessoa visada não tenha outra escolha real nem aceitável senão a de submeter-se ao abuso” (Simões, 2009).

preocupação com o adjetivo “especial” que à partida parece suscitar maior dificuldade de interpretação.

Uma interpretação restrita pouco acrescentará para a identificação das formas de tráfico, porém chama-se à atenção para um conceito mais amplo que poderá causar um aumento no âmbito das punições, por outro lado também corre o risco de ser confundido com crimes e infracções de menor gravidade, tal como o crime de lenocínio (Patto, s.d).

Certas situações só são aceites devido à vulnerabilidade da vítima. Independente do tipo, a vulnerabilidade deve ser levada em consideração, pois uma pessoa em perfeitas condições (sociais, psicológicas etc.) não aceitaria tais situações. E é neste sentido que no Protocolo de Palermo o consentimento se torna irrelevante.

“(…) nunca alguém aceitaria um trabalho ou atividade em condições contrárias à dignidade da pessoa humana se pudesse decidir em plena liberdade e se não se encontrasse numa situação de vulnerabilidade que afecta ou anula essa liberdade.” (Patto, s.d)

Concluindo que, numa lógica de aproveitamento da situação em que a vítima se encontra e da sua mercantilização, há uma maior procura, pois quanto maior a vulnerabilidade da pessoa vítima deste crime de tráfico mais submissa ela se torna.

Pode-se tomar, por exemplo, situações de autocontrolo e submissão à violência doméstica uma situação à parte do consentimento, e, como menciona Patto, de uma “particular vulnerabilidade”.

Quando se trata de violência doméstica, na maioria das vezes, envolve o casamento que pode assumir vários contornos, seja ele forçado ou por conveniência, e está muitas vezes ligado a fenómenos de *imigração ilegal* e a infracções associadas ao tráfico de pessoas.

Neste sentido Maria João Guia (2012) em seu estudo sobre casamento e tráfico humano, verifica que a presença em situação irregular no país significa um passo para o casamento de conveniência, ou seja, a regularização da presença no país baseia-se neste factor como forma de contornar as dificuldades existentes em obter a documentação necessária para residir no país ou mesmo a nacionalidade.

Guia (2012) destaca que os casamentos entre estrangeiros e portugueses realizados em Portugal são cada vez mais comuns e os casos concretos de casamentos

por conveniência são de difícil identificação, mesmo sendo notório a exemplo de algumas brasileiras com portugueses.

Na sua maioria o casamento por conveniência, previsto e punido no art. 186º a Lei 23/07 de 4 de julho, com alterações introduzidas pela Lei 29/12 de 9 de Agosto, está relacionado com o fenómeno da imigração. Constituindo o casamento forçado (recentemente criminalizado autonomamente) muitas vezes uma forma de exploração para tráfico de pessoas (Guia, 2012).

“O casamento forçado é internacionalmente reconhecido como uma forma de violação aos direitos humanos e de violência de género, apesar de não existir uma uniformização europeia ou internacional na definição desta prática”. (Guia, 2016: 39)

Guia (2016) esclarece a importância da inclusão do casamento forçado na criminalização do tráfico de pessoas (como de resto vinha referido na Diretiva 2011/36/EU), pois conduz a outras formas de exploração, entre elas a violência doméstica e a exploração sexual, no qual em seu recente estudo (Guia, 2016) com base na Legislação portuguesa Diretiva 2012/29/EU e sua transposição para nova lei nº 130/2015 de 4 de Setembro apresenta a importância da garantia dos direitos das vítimas de crimes grave, neste caso o crime de tráfico de pessoas.

## **2.2 Tráfico de pessoas *versus* Auxílio à Imigração Ilegal**

Há uma falta de consenso na distinção entre tráfico de pessoas para exploração sexual e outros crimes. Consequentemente, verifica-se divergências nos números apresentados, tornando-se os mesmos, por vezes, poucos sólidos e fiáveis. Neste contexto, há uma discrepância entre a legislação e a prática. O tráfico de mulheres tem que enfrentar, por conseguinte, algumas dificuldades na sua definição, no seu entendimento e na sua caracterização. Precisamente uma das dificuldades está na ambiguidade relatada por vários autores entre tráfico de pessoas e Auxílio à imigração ilegal (smuggling).

Estas organizações, ou indivíduos, têm ao seu dispor redes logísticas, para deslocar os imigrantes de um lugar para outro, oferecendo condições de alojamento, transporte, assistência na viagem, entre outras. Nos casos do auxílio à imigração ilegal, o indivíduo está consciente do contrabando e do transporte de um lugar para o outro e paga um preço para conseguir o seu objectivo.

Normalmente a análise que caracteriza o crime de tráfico de pessoas com o objectivo de exploração direcciona-se para a tripartição entre ação, meios e fins. A sua apropriação nem sempre é feita da mesma maneira, visto que circundam outros assuntos ligados ao tráfico para exploração sexual como a migração e prostituição (Santos, 2012b).

Em seu estudo Simões (2009) relata que a maioria das vítimas de tráfico de pessoas são provenientes de países com grande carência económica e desequilíbrio social. Por outro lado, os traficantes têm maior estatuto económico, o que faz das vítimas objectos geradores de lucro. Sendo comum países da Europa de Leste, América Latina e África, serem os locais de origem da maior parte das vítimas de exploração laboral e sexual na Europa (Simões, 2009, p.2).

“(…) tem havido poucas investigações empíricas sobre como os membros da sociedade civil tem vindo a explorar o conceito de tráfico, o que tem efeitos diretos no facto das pessoas/vítimas/potenciais vítimas, procurarem ou não aconselhamento ou ajuda, assim como irá determinar como estas pessoas respondem às questões específicas para perceber se foram alvos de tráfico ou ‘simplesmente’ contrabandeados” (Kelly, 2005 *apud* Santos, 2012 p.36).

O auxílio à imigração ilegal ocorre quando o migrante paga a outrém para que lhe facilite a passagem de fronteiras, ou seja, é a entrada de pessoas para o país de destino por mecanismos ilegais (Sousa, 2012, p. 64). Embora o tráfico de pessoas possa implicar o auxílio à imigração ilegal, pressupõe como fator diferenciado a exploração da força de trabalho do indivíduo e o aproveitamento da sua condição.

Segundo Castells (2014, p.221), as tendências contraditórias de deslocação de milhares de pessoas a emigrar e o controlo de fronteiras mais rigoroso oferecem às organizações criminosas maiores oportunidades de acesso ao mercado do tráfico, através dos conhecidos coyotes<sup>41</sup>.

“O processo em que ocorre essa busca de oportunidades apanha, recorrentemente, os indivíduos em situação de extrema fragilidade e com poucas possibilidades de negociar as condições em que vão trabalhar. Nessas circunstâncias, poder-se-ia afirmar que os sujeitos prescindem de algo e cedem, sob coação, para obter qualquer míngua renda; e esse algo, não raramente, é a sua dignidade.” (Sousa, 2012, p.19).

---

<sup>41</sup> *Coyote*, nome atribuído aos contrabandistas de imigrantes na fronteira entre o México e os Estados Unidos da América.

Por outro lado, nem todos os casos de tráfico são projectados para a prostituição, nem todos as que trabalham na prostituição são vítimas de redes de tráfico. O tráfico de pessoas é um crime em que os seres humanos são tratados como objectos, são negociados por uma rede, deslocam-se no interior e exterior do país e são submetidos a condições de exploração (*Ibidem*).

A existência das rotas de tráfico de mulheres para fins de exploração sexual está ligada à estreita relação entre a pobreza e desigualdades regionais. São nessas regiões pobres que existem maiores incidências de mulheres aliciadas e exportadas para estes fins. As condições de vulnerabilidade em que essas mulheres se encontram, muitas das vezes com poucas possibilidades de negociar as condições que irão trabalhar, tornam-se um factor de motivação para as redes de tráfico, visto que, o que motiva a mobilidade destas mulheres é a necessidade de alcançar um projecto de vida melhor, atraídas por propostas de um bom emprego e melhores salários. No entanto a maioria possui baixa escolaridade, o que facilita a fácil abordagem com promessas enganosas por parte dos aliciadores, que à partida se apresentam como pessoas dignas de confiança.

Diante da complexidade do problema é importante destacar que se devem compreender as diversidades e os motivos que levaram o sujeito a tomar determinada decisão. Pois nem toda a procura de trabalho através de migrações constitui tráfico e nem todas as mulheres são aliciadas para a prostituição.

Numa abordagem marxista, este problema que leva o crime organizado a recrutar pessoas para exploração sexual está vinculado à ordem económica capitalista que, na teoria de Marx, é o conjunto do “Trabalho e Exploração” e é com base nesses dois fatores que resulta a riqueza capitalista, uma acumulação de capital extraída da mais-valia<sup>42</sup> onde se encontra o lucro do capitalista.

A indústria do sexo, assim como a expressão “Comércio de pessoas” ou “Mercado sexual” entre outros termos, está associada ao tráfico de pessoas, um negócio

---

<sup>42</sup> “[...] o método de calcular a taxa de mais-valia é o seguinte: tomamos o valor total do produto e igualamos a zero o valor do capital constante que apenas reaparece nele. A soma de valor restante é no processo de formação da mercadoria o único produto de valor realmente produzido. Dada a mais-valia, descontamo-la desse produto de valor para encontrar o capital variável. Procedemos inversamente, se é dado esse último e procuramos a mais-valia. Sendo ambos dados, temos apenas de executar a operação final, calcular a relação da mais-valia para com o capital variável,  $m/v$ ” (Marx, 1997, p. 333).

que envolve compra e venda em que a mercadoria<sup>43</sup>. É a própria pessoa reflectida em, nada mais nada menos, que uma simples “coisa”.

“Com a valorização do mundo das coisas, aumenta em proporção direta a desvalorização dos mundos dos homens. O trabalho não produz apenas mercadorias; produz-se também a si mesmo e ao trabalhador como uma mercadoria e justamente na mesma proporção com que produz bens. (...) O produto do trabalho é o trabalho que se fixou num objeto, que se transformou em coisa física, é a objetivação do trabalho. A realização do trabalho constitui simultaneamente a sua objetivação” (Marx, 2002, p. 111).

Na perspectiva de Marx, a mercadoria tem valor de uso e valor de troca, em que se tem valor de uso é porque satisfaz uma necessidade particular. Se relacionarmos ao tráfico de pessoas para exploração sexual, algumas autoras como Leal e Pinheiro (2007 p.18-19) esclarecem que esse valor de uso se baseia na qualidade, utilização e necessidade do consumidor, ou seja, o prazer proporcionado por meio dos serviços sexuais. Enquanto houver necessidade (cliente) aquela mercadoria (mulher) terá utilidade, as qualidades físicas da mercadoria definirão seu valor de uso.

O valor de troca caracteriza-se pelo valor quantitativo, pelos serviços prestados pelas trabalhadoras do sexo. O que Marx chama de trabalho improdutivo, ou seja, um valor de troca imaterial que se torna concreto, pois é produto de uma relação de exploração e escravidão. Para Marx o valor da mercadoria é determinado pelo tempo de trabalho necessário à sua produção; da mesma forma, é o valor da força de trabalho enquanto mercadoria (Leal e Pinheiro, 2007).

“o valor de uso de cada mercadoria encerra determinada atividade produtiva adequada a um fim, ou trabalho útil. (...) Como criador de valores de uso, como trabalho útil, é o trabalho, por isso, uma condição de existência do homem, independente de todas as formas de sociedade, eterna necessidade natural de mediação do metabolismo entre homem e natureza e, portanto, da vida humana.” (Marx, 1997, p. 172).

Diante disto observa-se que, a rotina dessas mulheres é o sofrimento e a exploração sexual contínua, a limitação de seus direitos, o abuso dos seus corpos enquanto meras mercadorias, onde o objetivo é extração do lucro por parte dos que as exploram. Estas mulheres estão alienadas em sua intimidade, integridade, no qual a busca pelos seus serviços e pelo prazer de quem as procura, não passam de um valor de uso em um valor de troca obscuro, desigual e desumano.

---

<sup>43</sup> “Mercadoria é, antes de tudo, um objeto externo, uma coisa, a qual pelas suas propriedades satisfaz necessidades humanas de qualquer espécie” (Marx, 1997, p. 165).

## **2.3 Estereótipos e sua representação social no tráfico de mulheres para exploração sexual**

A definição do conceito de tráfico de pessoas para fins de exploração sexual é importante porque confere eficácia às políticas de combate, bem como a ações que dismistifiquem o preconceito em torno das mulheres vítimas de tráfico. A dificuldade em defini-lo resulta de controvérsias que condicionam a percepção do crime e induzem ao erro.

Com foi anteriormente referido, foi nos finais dos anos 90 que Portugal despertou para esta realidade. Devido ao acelerado aumento da imigração, passou a ser visível o papel das redes organizadas de auxílio à imigração ilegal. João Peixoto (2007) destaca que, na primeira fase o aumento diz respeito a imigrantes da Europa de Leste, o qual se tornaram mais dependentes destas redes, talvez pela ausência de acordos, ou como o próprio autor João Peixoto chama de “laços prévios” com a sociedade Portuguesa. Em seguida destaca-se o Brasil que mesmo apesar das ligações, acordos bilaterais<sup>44</sup> dentre outros com a sociedade Portuguesa, recorria a auxílios informais. Nesta época a presença de mulheres estrangeiras ligadas ao trabalho do sexo era visível, sendo a maior parte de nacionalidade brasileira (Peixoto, 2007, p.71).

Para Peixoto (2007), essa visibilidade da prostituição exercida por estrangeiras, aumentou com os meios de comunicação e destaca uma publicação feita por uma revista internacionalmente conhecida, sobre as mulheres brasileiras, numa pequena região em Portugal.

“Um dos casos marcantes foi a publicação, por uma revista de grande circulação norte-americana, de uma reportagem acerca de mulheres brasileiras numa região periférica do interior de Portugal (Time Magazine, 2003). Essa reportagem, que teve honras de primeira página, aludia à entrada de mulheres brasileiras naquela região portuguesa, para exercerem actividades ligadas ao sexo, e à desestabilização posterior do tecido social. O texto aludia ao “novo bairro de prostitutas da Europa” e à reacção das mulheres locais, que desencadearam um movimento público de protesto. O caso, que se tornou conhecido como o das “mães de Bragança”, despertou o debate público sobre o tema e reforçou o controlo policial sobre estas actividades (Peixoto, 2007, p.81).

“(...) os estereótipos e preconceitos relativamente à prostituição e as mulheres imigrantes de determinadas nacionalidades, podem levar a que a lei não seja efectiva.” (Santos, Gomes & Duarte, 2009, p. 91).

---

<sup>44</sup>Os tratados e acordos, tanto multilaterais como bilaterais, entre as nações são instrumentos dos mais importantes na diplomacia internacional e na resolução de conflitos. Eles permitem que os Estados se unam e possam enfrentar os desafios comuns através de princípios jurídicos. Ver em: [http://www.oas.org/pt/topicos/tratados\\_acordos.asp](http://www.oas.org/pt/topicos/tratados_acordos.asp) [Consulta em : 02/02/2016].

Existe uma visibilidade negativa da mulher imigrante, aos olhos da sociedade de acolhimento, sobretudo a mulher brasileira. Essa construção social a exemplo da mulher brasileira no exterior reflecte-se de forma muito notória em Portugal.

Segundo o relatório do SEF 2014, “Verifica-se uma redução da representatividade da população estrangeira oriunda dos países de língua oficial portuguesa, representando cerca de 45,4% do total, evidenciando as nacionalidades Brasileira (22,1%), Cabo-verdiana (10,4%) e Angolana (5%) (SEF, 2014, p. 10).”

Apesar do decréscimo da comunidade brasileira nos últimos anos em Portugal, continua a ser ainda a mais representativa. Segundo o mesmo Relatório do SEF com um total de 87.43 cidadãos. “A diminuição do número de residentes desta nacionalidade (4.627) representa cerca de 75,5% do decréscimo total de estrangeiros residentes em Portugal” (*Ibid.*).

Diversos estudos indicam que em Portugal há uma cada vez maior incidência de cidadãs estrangeiras na prostituição.

“É isto que demonstra o estudo realizado por Manuela Ribeiro *et al.* (2005) sobre a prostituição em clubes, onde se conclui que, as mulheres que trabalham como prostitutas em clubes e bares de alterne provêm, sobretudo, da América Latina, designadamente do Brasil (62%) e da Colômbia (8%). Parece ser esta, igualmente, a percepção de algumas organizações da sociedade civil por nós entrevistadas que trabalham no terreno com mulheres que se prostituem (Santos et al. 2008, p.113).

Ressalvando o estereótipo da mulher brasileira, ligado a alegria e sensualidade, para além da facilidade de comunicação levam a uma maior procura deste perfil para a indústria ou comércio do sexo.

“A construção da identidade brasileira no exterior, ancorada em ícones como o samba, carnaval, mulatas e futebol, contribui decisivamente na formulação de um imaginário social, que vê nas brasileiras, produtos de fácil e rentável aceitação no mercado internacional do sexo.” (Téchio, 2006, p. 9 *apud* Santos et al, 2008, p. 115).

Um estudo feito por Dulce Couto sobre caracterização e discursos sobre as vítimas de tráfico em peças jornalísticas nacionais do *Público* e *Correio da Manhã* em 2008 constatou que, no conjunto das peças jornalísticas que abordavam informação relativa às vítimas de tráfico, o que corresponde a 81,2% das notícias, a caracterização era atribuída através do sexo e nacionalidade, com destaque para o sexo feminino com 62,3% e nacionalidade brasileira com 34,8% (Couto, 2012, p. 129). Nestas notícias, o



conceito de prostituição estava mais presente do que o do tráfico. Quanto as restantes origens, prevaleciam as vítimas da Europa de Leste e África (Couto, 2012, p.130). Na realidade, aos olhos da sociedade prevalece a ideia de que as mulheres brasileiras vêm trabalhar no mercado do sexo, descartando a possibilidade de serem exploradas.

Como se referiu anteriormente, também Jorge Malheiros e Maria João Guia (2015) abordam a questão do desejo que a mulher brasileira desperta no imaginário masculino português. Os autores associam esta procura com a existência de um mercado lucrativo para a mulher brasileira explorar já que, embora o auxílio à imigração ilegal e o proxenitismo não estejam ausentes, a actividade das mulheres brasileiras na indústria de sexo portuguesa não está associada ao tráfico de pessoas para fins de exploração sexual (Malheiros e Guia, 2015, p. 132). Ao contrário por exemplo das mulheres provenientes da Europa de Leste, devido sobretudo à facilidade de isolamento destas mulheres por não falarem português, inglês ou francês e ao fascínio que o perfil nórdico despertava (*Id.*, p. 133). Para além disso tornava-se relativamente fácil para as redes que se desenvolveram com a queda dos regimes comunistas da Europa de Leste recrutarem mulheres que almejavam melhores condições de vida (*Ibid.*).

Outro problema relacionado que causa distorções no seu conceito é a questão do consentimento<sup>45</sup>, o qual tratando-se do tráfico de mulheres insere-se na construção social do que é ser vítima<sup>46</sup> ou da noção de vítima.

Diante de várias polémicas em torno do Protocolo, questionava-se se o consentimento da vítima seria relevante ou não para excluir o crime. Estas polémicas deveram-se em parte à grande participação e debate das feministas em torno deste Protocolo em específico (Sullivan, 2003, p. 67). Ficou definido que:

“b) O consentimento dado pela vítima de tráfico de pessoas tendo em vista qualquer tipo de exploração descrito na alínea a)”<sup>47</sup> do presente Artigo será

---

<sup>45</sup> “Segundo a interpretação constante no protocolo, o consentimento para a prostituição, não significa que a mulher não seja vítima de uma situação de exploração semelhante à escravidão e em que os seus direitos humanos são violados” ( Santos, p.20).

<sup>46</sup> De entre várias definições de vítima está a de Bittencourt, para ele a palavra vítima de modo generalizado “serve hoje para designar a pessoa que sucumbe, ou que sofre as consequências de um ato, de um fato ou de um acidente.” Ver em: [www.jurisway.org.br/v2/dhall.asp?id\\_dh=1409](http://www.jurisway.org.br/v2/dhall.asp?id_dh=1409).

No quadro do estatuto da vítima em Processo Penal a) “Vítima” é a pessoa singular que sofreu um dano moral, ou uma perda material, diretamente causadas por acções ou omissões que infrinjam a legislação penal de um Estado-Membro (Daniel-Wrabetz, 2012, p.187).

<sup>47</sup> Ver alínea: a) A expressão “tráfico de pessoas” significa o recrutamento, o transporte, a transferência, o alojamento ou o acolhimento de pessoas, recorrendo à ameaça ou uso da força ou a outras formas de coação, ao rapto, à fraude, ao engano, ao abuso de autoridade ou à situação de vulnerabilidade ou à entrega ou aceitação de pagamentos ou benefícios para obter o consentimento de uma pessoa que tenha autoridade sobre outra para fins de exploração. A exploração incluirá, no mínimo, a exploração da

considerado irrelevante se tiver sido utilizado qualquer um dos meios referidos na alínea a),”<sup>48</sup>

Apesar do protocolo tentar exercer uma posição de neutralidade, a perspectiva abolicionista (ver capítulo 1, tópico 1.3) é a que mais se enquadra na sua definição, visto que, existe uma distinção entre prostituição forçada e prostituição voluntária. Se o consentimento for obtido através de fraude, coerção, abuso de autoridade etc., presentes na alínea (b) do Protocolo, o consentimento é considerado irrelevante, não exclui o crime.

O consentimento pode ser influenciado por diversos fatores seja a ameaça, a pobreza, a violência, até mesmo abuso de autoridade ou outra situação que permite compreender a vulnerabilidade da pessoa e avaliar se esse consentimento é válido ou não.

Mesmo que seja do “consentimento” da mulher trabalhar na prostituição em determinado país, ou no seu país de origem (tráfico interno), no intuito de adquirir maior rendimento, ela não visa ser desprovida de qualquer liberdade e submeter-se a todo tipo de exploração em condições degradantes e sub-humanas, sujeita as maus-tratos, obrigada a consumir drogas e privada de toda a sua documentação.

Quando se analisam alguns processos de violência contra a mulher recorre-se à noção de passividade, submissão e inferioridade enraizadas na construção social de género. Comportamentos imbuídos das práticas patriarcais e questões de género que reflectem, sobretudo na violência contra a mulher, uma cultura estruturada a partir de um paradigma machista que organiza a sexualidade de forma a que as mulheres existam para servir os desejos dos homens. São, portanto, destituídas de qualquer vontade e desejo, descartadas da categoria de ser humano para se tornarem o próprio objeto.

“No plano simbólico, essa objetificação pode parecer mais sutil, mas é ela que em última análise permite ou até legitima, na prática, a subjugação feminina e a sua submissão a situações de violência de diversas ordens (patrimonial, física, psicológica etc.) e inclusive a sua redução à condição de escravidão ou análoga” (Anjos et al, 2013, p. 254).

---

prostituição de outrem ou outras formas de exploração sexual, o trabalho ou serviços forçados, escravatura ou práticas similares à escravatura, a servidão ou a remoção de órgãos.”(Daniel-Wrabetz, 2012, p.292)

<sup>48</sup> Protocolo Adicional à Convenção das Nações Unidas Contra a Criminalidade Organizada Transnacional Relativo à Prevenção, à Repressão e à Punição do Tráfico de Pessoas, em Especial de Mulheres e Crianças, art.º 3 Definições (Daniel-Wrabetz, 2012, p. 293).

Relativamente ao casamento por conveniência, este crime encontra-se na Lei nº 23/2007 de 4 de Julho (artº 186º). Muitos grupos utilizam este tipo de crime para camuflarem outros crimes relacionados com a imigração ilegal, lenocínio etc.. Representa, portanto, uma forma de contornar as leis vigentes e camuflar crimes conexos ao tráfico de pessoas (Guia, 2012). O casamento forçado<sup>49</sup>, ou combinado, é uma prática comum em algumas culturas. As crianças são as vítimas mais vulneráveis à violência e abusos de seus maridos, o que resulta em consequências físicas e psicológicas graves. Muitas dessas crianças ainda não se encontram com seu desenvolvimento físico e emocional concluído, o que leva em muitos casos à morte (Guia, 2016).

Segundo Dados da Associação para o Planeamento da Família (APF),

“Em todo o mundo, uma em cada três mulheres casou antes dos 15 anos de idade. Mais de 700 milhões de mulheres em todo o mundo casaram antes de atingir a maioridade”.<sup>50</sup>

Esses posicionamentos conduzem a própria sociedade, em muitos casos, a criminalizar a própria vítima, pela sua condição de mulher. E é neste contexto de controvérsias que muitas dessas mulheres vítimas de tráfico ou não, preferem o silêncio, a ter que se expor ainda mais a posições xenófobas ou misóginas, o que inviabiliza muitas vezes seu processo de inclusão e sociabilidade. A culpa e o medo serão, muito provavelmente, as responsáveis pela condição quase oculta da vítima, que muitas vezes não conhecem o idioma, leis e cultura do país. Esta situação deixa-as mais vulneráveis, alvo de constantes ameaças de deportação ou prisão pelos exploradores.

A pessoa que retorna ao seu local de origem após a experiência de ser traficada carrega consigo um estigma devastador. No caso de mulheres vítimas da exploração sexual, o preconceito costuma ser grande tanto pela comunidade de origem, como muitas vezes pela própria família.<sup>51</sup>

Neste contexto a autora Tânia Sousa (2012 p.41) esclarece que a questão do pacto de segredo dentro de portas ou além-fronteiras não apenas é distinto como potencia o

---

<sup>49</sup> “A Organização das Nações Unidas (ONU) define Casamento Forçado como a união entre duas pessoas, em que, pelo menos, uma delas não deu o consentimento pleno e livre para participar dessa união. É considerado pela mesma organização como uma violação dos Direitos Humanos, pois vai contra os direitos básicos de autonomia e liberdade.” (APF)

<sup>50</sup> APF. Disponível em: <http://www.apf.pt/violencia-sexual-e-de-genero/casamentos-forcados> [Consultado em 01/08/2016].

<sup>51</sup> Idem.

silenciamento da mulher. Muitas vezes a mulher oculta a sua atividade devido à sua condição, ou por compromissos pactuados com os redes de tráfico. A mulher migrante deve manter-se discreta no âmbito das relações sociais do país de destino, ou pela situação de ilegalidade, ou porque as posturas xenófobas/anti-emigração condicionam o seu processo de sociabilidade.

“Paradoxalmente, a vítima é mais apresentada como objeto de uma determinação estrutural propiciada pelo contexto socioeconômico do seu grupo e como vítima de uma história de violência intra e extrafamiliar que a destitui de valores fundamentais inerentes à condição de ser humano, e, eventualmente, vítima da sua própria condição de ser mulher, antes de ser vítima do tráfico. Naquela caracterização, também parece instituir-se um estereótipo, ou uma condição prévia, que determina o “ser traficada”, como que, reunidos aqueles requisitos, é elevada a probabilidade de ser aliciada pelo tráfico – quase uma inevitabilidade. Nesse sentido, a vítima não depende de uma circunstância concreta, mas, pelo contrário, apresenta-se como uma situação inerente à sua história de vida.” (Sousa, 2012, p.87).

O Protocolo, em sua definição, não clarifica os termos exploração sexual e prostituição. Cada caso tem seus aspectos particularidades, este carácter difuso leva à ineficácia das investigações policiais.

“A diversidade legal nesta matéria levou, deste modo, a que o Protocolo não clarificasse esta polémica, deixando-a à consideração dos estados Nacionais” (Santos et al.2008, p.23).

O próprio Observatório do Tráfico de Seres Humanos deixa claro que, sendo uma realidade à escala global importa destacar que, direta ou indiretamente, as mulheres e as crianças continuam a ser as principais vítimas do tráfico. Com efeito, as mulheres e as crianças continuam a apresentar um maior risco de vulnerabilidade, maioritariamente associada a fatores de exclusão social e de discriminação. Assim, é determinante que as políticas de prevenção e de apoio dediquem uma especial atenção a estas realidades específicas.<sup>52</sup> Decisiva para a identificação de situações de tráfico.

O tráfico de pessoas é considerado um problema crucial por governos e por entidades que defendem os direitos humanos, incluindo organizações feministas e grupos de apoio às pessoas que trabalham na indústria do sexo.

“Ainda são poucos os serviços capacitados para receber a vítima de tráfico ou a mulher migrante cujos direitos foram violados. Faz-se necessário que

---

<sup>52</sup> Observatório do Tráfico de Seres Humanos

esses serviços contemplem, entre outras demandas, o atendimento psicológico e programas de reinserção social” (Souza, 2011, p. 9).

## **2.4 As resultantes cifras negras no levantamento de dados de Tráfico de Pessoas para exploração sexual**

O número de pessoas existentes no mundo em situação análoga à da escravidão permanece uma incógnita. A cifra correcta de quantas pessoas são traficadas por ano é de difícil cálculo. Por se tratar de um crime e, portanto, não ser passível de contagem directa, o seu cálculo faz-se com base em projecções ou estimativas (Anjos et al, 2013). A invisibilidade e o carácter clandestino deste crime de tráfico de pessoas para exploração sexual, aliada às definições contraditórias por parte dos Estados e organizações de combate, torna os dados quantitativos ainda menos sustentáveis.

Em muitos casos, há situação de clandestinidade em que o traficante aparece como seu “protetor”, acobertando a vítima, reforçando a impunidade e consequentemente o levantamento de dados. Com medo de serem deportadas ou outras punições muitas não buscam protecção junto das autoridades competentes.

Diante dos vários factores e indícios que conduzem as prováveis cifras negras, os investigadores muitas vezes deparam-se com situações em que as pessoas mesmo sendo exploradas não se consideram vítimas, agravando ainda mais o conhecimento quantitativo deste crime no país. Como podemos ver no artigo 10.º da Convenção do Conselho da Europa,

“Artigo 10.º - Identificação da vítimas

1. Cada uma das partes assegurar-se-á de que as suas autoridades competentes dispõem de pessoas formadas e qualificadas no domínio da prevenção e da luta contra o tráfico de seres humanos, bem como da identificação das vítimas, em particular das crianças, e do apoio a estas últimas, assegurando-se ainda que as diversas autoridades envolvidas colaboram entre si e com as organizações com funções de apoio, de modo a permitir a identificação das vítimas num processo que tenha em consideração a situação específica das mulheres e das crianças vítimas e, nos casos apropriados, a emissão de autorizações de permanência de acordo com as condições previstas no artigo 14.º da presente Convenção.”<sup>53</sup>

Neste contexto, são de grande importância as capacitações e a formação, não apenas das organizações que prestam assistência, como de quem tem o primeiro contacto com a vítima. Existe a necessidade das formações dos agentes da autoridade,

---

<sup>53</sup> Demais normas estabelecidas no art.º 10 da Convenção do Conselho da Europa Relativa à Luta Contra o Tráfico de Seres Humanos (Daniel-Wrabetz, 2012, p.221).

para melhor compreender as particularidades de cada caso das vítimas de tráfico de pessoas, compreendendo melhor o grau de complexidade que lhe é atribuído. Estas formações devem ser feitas não apenas nas investigações, como também para melhorar o primeiro contacto com a possível vítima de crime, reencaminhando-a adequadamente.

“Após a detecção é necessário perspicácia para entender se estão presentes os característicos “sintomas” deste tipo de vítimas – entre outros retracção física, dificuldade em falar - sabedoria, paciência para que se ganhe proximidade com a(s) suposta(s) vítima(s), para que elas adquiram confiança e segurança junto das forças de autoridade, tarefa dificultada pela língua, pelo desnorteio geográfico, pelo desconhecimento das instâncias políticas e pelo regime que ali vigora, pela desconfiança de que, como imigrantes ilegais que são, as autoridades os queiram deportar para os países de origem, os queiram corromper ou simplesmente porque temem as ameaças (a si e, frequentemente, à família) dos seus traficantes para que não denunciem a sua situação” (Filipe, 2007, p.118).

A própria Organização Internacional para as Migrações (OIM) evitou divulgar números globais em relação ao tráfico no mundo, uma vez que as informações não são precisas e não há como confirmá-las. Segundo publicado no pelo Ministério da Administração Interna, o número total de vítimas sinalizadas durante 2008 foram 138, correspondendo a: 123 vítimas em Portugal continental e 15 no arquipélago da Madeira.<sup>54</sup>

O exemplo a seguir reflecte bem algumas ideias pré-julgadas que acabam por se reflectir em determinadas decisões e necessitam de ser banidas para que os agentes policiais obtenham melhores resultados.

“O facto de muitas mulheres brasileiras trabalharem na prostituição sem terem sido vítimas de tráfico pode levar a que, não raras vezes, quer os media, quer os agentes policiais, não estabeleçam claramente a distinção entre prostituição forçada no discurso de uma situação de tráfico e prostituição voluntária. Pode, portanto, acontecer que numa investigação não raras vezes a mulher brasileira seja em primeira linha considerada prostituta e só depois, se as provas assim o demonstrarem, tida como vítima” (Santos et al., 2008, p. 126).

Os Órgãos de Polícia Criminal (OPC's) devem ter conhecimento do fenómeno que se investiga, tal como os magistrados devem conhecer o que irão julgar. Deve-se, neste sentido, apostar nas qualificações na aproximação à realidade.

Na opinião de alguns operadores judiciais, a eficácia da investigação deste tipo de criminalidade está no enquadramento legal e na definição de diferentes competências

---

<sup>54</sup>Dados do Ministério da Administração Interna (MAI, 2009, p. 7).

entre os órgãos de polícia criminal. A falta de articulação entre os mesmos gera consequências negativas no combate a este crime (*Id.*, p.296).

“A formação é, ainda encarada como a principal via para transformar a cultura jurídica dominante. Embora se admita que há cada vez um maior conhecimento e sensibilidade por parte das polícias e operadores judiciais para com este fenómeno, fruto da preocupação internacional e da realização de seminários e de acções de formação, considera-se que é fundamental um maior activismo nesta matéria e um maior conhecimento do fenómeno.” (*Id.*, p. 295).

Neste contexto, realizou-se em Junho de 2015, em Lisboa, um Seminário Internacional<sup>55</sup> na sede da Polícia Judiciária, onde, dos vários debates sobre a problemática do tráfico de pessoas, uma das preocupações baseava-se na erroneidade dos dados levantados, as cifras negras, gerada pelas lacunas existentes nas trocas de informações e dados que não se cruzam. Há a necessidade de um trabalho em rede mais integrado, com a participação dos Estados da UE e Organismos Internacionais que trabalham no combate a este crime.

---

<sup>55</sup> Seminário Internacional: Novos (velhos?) desafios no combate ao Tráfico de Seres Humanos, Lisboa 25 e 26 de Junho, 2015.

### **3 - Explorando os novos contornos das políticas públicas sobre o tráfico de mulheres**

#### **Introdução**

Para promover o cumprimento das normas estabelecidas pelo Protocolo de Palermo, alguns dos países signatários, como Brasil e Portugal, estabeleceram e implementaram políticas públicas de combate ao tráfico de pessoas. Uma das formas mais efetivas encontradas para combater este crime é através da prevenção, e para isso os governos criaram programas de protecção e ajuda às vítimas.

A adesão de ambos os países ao Protocolo de Palermo permitiu a institucionalização de políticas públicas de combate ao tráfico de pessoas, estabelecendo a participação conjunta entre Governo, ONG's e Sociedade Civil com vista ao cumprimento das normas internacionais estabelecidas pelo mesmo para uma efectiva articulação em sectores de diferentes áreas.

#### **3.1 Implementação dos Planos Nacionais de combate ao Tráfico de Pessoas no Brasil e em Portugal**

##### **3.1.1. No Brasil**

Na perspectiva de combate ao tráfico de pessoas, foram criados Planos Nacionais de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas (PNETP), visando consciencializar tanto a sociedade civil como o poder público e os organismos internacionais. Este tópico tem como base os actuais planos de enfrentamento ao tráfico de pessoas, dando-se maior importância ao fenómeno de tráfico para fins de exploração sexual, na forma do II PNETP brasileiro (2013).

Os três marcos fundamentais para a efectivação das políticas de enfrentamento do tráfico de pessoas no Brasil foram, em primeiro lugar, a ratificação em 2004 do Protocolo de Palermo. Em segundo lugar, a elaboração e aprovação da Política Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, por meio do Decreto Presidencial 5.948, de 26



de Outubro de 2006, e, por último, a formulação do I PNETP<sup>56</sup>, apresentado em 2007, lançado em 2008 pelo Decreto n.º 6347 e finalizado em 2010.

Seguiu-se o II PNETP<sup>57</sup> aprovado na Portaria Interministerial, nº 634, de 25 de Fevereiro de 2013, com vigência 2013 a 2016, e que conta com a participação e representação da Sociedade Civil, órgãos públicos e organismos internacionais, foi aprovado pela Portaria Interministerial nº 634, de 25 de Fevereiro de 2013, fruto de um Grupo de Trabalho Interministerial que contou com a colaboração do Ministério Público Federal, do Ministério Público do Trabalho e da Sociedade Civil organizada (II PNETP, p. 19).

“(…) o II Plano apresenta uma revisão dos avanços do I Plano e dos desafios que ainda restavam por enfrentar, incorporando a aprendizagem referente ao processo do I Plano” (MJ/SNJ, 2013, p.36).

O II PNETP pretende por meio de seus objectivos:

**Tabela 1 - Objectivos a serem cumpridos II PNETP**

Objectivo	Descrição do objectivo
<b>I</b>	Ampliar e aperfeiçoar a actuação de instâncias e órgãos envolvidos no enfrentamento ao tráfico de pessoas, na prevenção e repressão do crime, na responsabilização dos autores, na atenção às vítimas e na protecção de seus direitos;
<b>II</b>	Fomentar e fortalecer a cooperação entre órgãos públicos, organizações da Sociedade Civil e organismos internacionais no Brasil e no exterior envolvidos no enfrentamento ao tráfico de pessoas;
<b>III</b>	Reduzir as situações de vulnerabilidade ao tráfico de pessoas, consider as identidades e especificidades dos grupos sociais;
<b>IV</b>	Capacitar profissionais, instituições e organizações envolvidas com o enfrentamento ao tráfico de pessoas;
<b>V</b>	Produzir e disseminar informações sobre o tráfico de pessoas e as ações para seu enfrentamento, e
<b>VI</b>	Sensibilizar e mobilizar a sociedade para prevenir a ocorrência, os riscos e os impactos do tráfico de pessoas.

**Fonte:** II Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas. Brasília: Ministério da Justiça, 2013, p. 10.

<sup>56</sup> I Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico e Pessoas (PNETP). Disponível em: <http://www.justica.gov.br/sua-protecao/trafico-de-pessoas/publicacoes/anexos/i-plano-nacional-de-etp.pdf> [Consulta em: 19/12/2014].

<sup>57</sup> II Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico e Pessoas (PNETP). Disponível em: <http://www.justica.gov.br/sua-protecao/trafico-de-pessoas/publicacoes/anexos/ii-plano-nacional-1.pdf> [Consulta em: 19/12/2014].

Actualmente, no Brasil um total de dezassete ministérios promovem e organizam políticas públicas, estratégias de formação profissional, acções de prevenção e repressão ao tráfico.<sup>58</sup> Foi instituído por decreto presidencial o Comité Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas (CONATRAP)<sup>59</sup>.

Cabe à Coordenação Tripartite da Política Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, constituída pelo Ministério da Justiça (MJ), Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM) e Secretaria de Direitos Humanos (SDH), ambas pertencentes à Presidência da República, a coordenação do II PNETP. Têm a função de coordenar a gestão estratégica e integrada da política nacional e dos planos nacionais.

Para um melhor acompanhamento do II PNETP foi também criado o Grupo Interministerial de Monitoramento e Avaliação do II PNETP, doravante denominado GI<sup>60</sup>, responsável pelo acompanhamento e implementação das 115 metas estabelecidas no plano e tendo como suas principais atribuições:

“monitorar e avaliar o II Plano, em suas metas de curto, médio e longo prazo até 2016; propor ajustes técnicos e de prioridades; e coletar, difundir e disseminar informação entre os organismos implementadores e para toda a sociedade. Órgãos de governo e organizações não governamentais também trabalharão em estreita colaboração no Grupo Assessor” (II PNETP, p.13).

Os relatórios de monitoramento do Grupo Interministerial, que reúne a cada 4 meses<sup>61</sup>, são produzidos para avaliarem o progresso e cumprimento das 115 metas estabelecidas. Com o objetivo de consultar os órgãos responsáveis, visa salientar que essa avaliação publicada em Dezembro de 2014 é intermediária e não o resultado final. É tão somente uma análise ao funcionamento do sistema de monitoramento, desenvolvido pelo GI.

---

<sup>58</sup> Ver em: <http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2015/03/brasil-investe-em-aco-es-de-combate-ao-trafico-de-mulheres> [Consulta em: 27/12/2015].

<sup>59</sup> “(...) terão representação órgãos do governo federal, organizações da sociedade Civil, organismos especialistas na área de enfrentamento ao tráfico de pessoas, conselhos nacionais de políticas relacionadas ao tema, redes de Núcleo de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas e Postos Avançados de Atendimento Humanizado ao Imigrante, Comitês Estaduais e do Distrito Federal de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, além de convidados do Poder Judiciário e do Ministério Público.” (IIPNETP, p.13).

<sup>60</sup> O Grupo Interministerial se reunirão quadrimestralmente e desses encontros serão produzidos relatórios sobre o progresso da implementação das metas. <http://traficodepessoas.org/site/2013/10/03/ii-plano-nacional-de-enfrentamento-ao-trafico-de-pessoas-monitoramento/#sthash.342zknQi.dpuf> [Consulta em: 10/12/2015].

<sup>61</sup> Ver em: <http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2015/01/governo-divulga-balanco-do-plano-de-enfrentamento-ao-trafico-de-pessoas> [Consulta em 06/12/2015].

Das 115 metas do II PNETP avaliadas segundo os indicadores de gestão de progresso, 54 obtiveram um ótimo resultado, 28 estão com bom progresso, 15 estão com progresso regular, 12 apresentam um progresso ruim e 2 péssimo progresso.<sup>62</sup> Na análise geral desta primeira avaliação externa, verificou-se um cumprimento de 81,8% das metas estabelecidas(a partir dos indicadores de gestão).<sup>63</sup>

Os dados referentes ao período entre 2005 e 2012 fornecidos pelo Ministério das Relações Exteriores (MRE) no Brasil apresentam o número de vítimas de tráfico de pessoas encontradas e os respectivos países de destino.<sup>64</sup>

**Tabela 2** – *Total de vítimas de tráfico por país onde ocorreu a exploração entre os anos de 2005 e 2012*

PAÍS/ANO	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	Total
<b>Alemanha</b>	1	-	-	-	1	1	1	4	<b>8</b>
<b>Áustria</b>	3	-	-	-	-	-	-	3	<b>6</b>
<b>Portugal</b>	3	1	-	-	5	-	-	9	<b>18</b>
<b>Holanda</b>	8	17	4	13	25	2	2	71	<b>142</b>
<b>EUA</b>	1	-	-	-	-	-	-	1	<b>2</b>
<b>Espanha</b>	-	2	4	2	20	71	5	104	<b>208</b>
<b>Suíça</b>	-	34	27	33	32	1	-	127	<b>254</b>
<b>Japão</b>	-	1	-	-	-	-	-	1	<b>2</b>
<b>Inglaterra</b>	-	-	1	-	-	-	-	1	<b>2</b>
<b>República Checa</b>	-	-	1	-	-	-	-	1	<b>2</b>
<b>Itália</b>	-	-	1	-	6	2	-	9	<b>18</b>
<b>Venezuela</b>	-	-	-	1	-	-	-	1	<b>2</b>
<b>Suriname</b>	-	-	-	1	2	130	-	133	<b>266</b>
<b>Cuba</b>	-	-	-	-	1	-	-	1	<b>2</b>
<b>França</b>	-	-	-	-	1	-	-	1	<b>2</b>
<b>Argentina</b>	-	-	-	-	-	2	1	3	<b>6</b>
<b>Peru</b>	-	-	-	-	-	1	-	1	<b>2</b>
<b>Índia</b>	-	-	-	-	-	3	-	3	<b>6</b>
<b>Total</b>	16	55	38	50	93	213	9	474	<b>948</b>

**Fonte:** Relatório Nacional TP consolidação dos dados 2005 a 2011, adaptado pela autora.

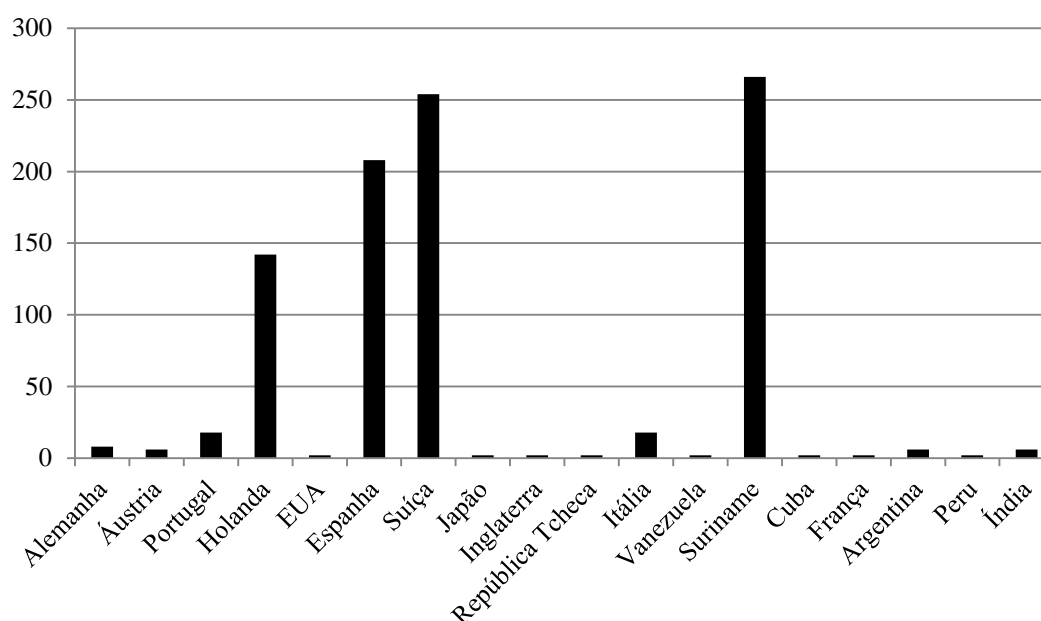
<sup>62</sup> Avaliação sobre o Progresso do II Plano Nacional de enfrentamento ao Tráfico de Pessoas. Brasília, dezembro de 2014 (p.60-61) Disponível em: [http://www.justica.gov.br/sua-protecao/trafico-de-pessoas/politica-brasileira/arquivos-geral/avaliacao-do-ii-pnetp\\_publicau00e7u00e3o.pdf](http://www.justica.gov.br/sua-protecao/trafico-de-pessoas/politica-brasileira/arquivos-geral/avaliacao-do-ii-pnetp_publicau00e7u00e3o.pdf) [Consulta em 14/11/2014].

<sup>63</sup> Idem [http://www.justica.gov.br/sua-protecao/trafico-de-pessoas/politica-brasileira/arquivos-geral/avaliacao-do-ii-pnetp\\_publicau00e7u00e3o.pdf](http://www.justica.gov.br/sua-protecao/trafico-de-pessoas/politica-brasileira/arquivos-geral/avaliacao-do-ii-pnetp_publicau00e7u00e3o.pdf) (2014, p.5).

<sup>64</sup> Dados colhidos no Relatório Nacional sobre tráfico de pessoas: Consolidação dos dados de 2005 a 2011, p.33.

Pode-se observar que o Suriname é o país com maior incidência de brasileiras vítimas de tráfico, devido à proximidade geográfica, uma vez que partilha uma fronteira com o Brasil, o aproveitamento da procura de mulheres pelos mineiros ou porque o Suriname funciona como país de trânsito entre o Brasil e a Holanda (Kempadoo, 2004, p. 153-154)<sup>65</sup>. Segue-se a Suíça, Espanha e Holanda também com índices altos. Portugal aparece na quinta posição juntamente com a Itália.

**Gráfico 1-** *Países com maiores números de vítimas de TP detectadas entre 2005 e 2012*

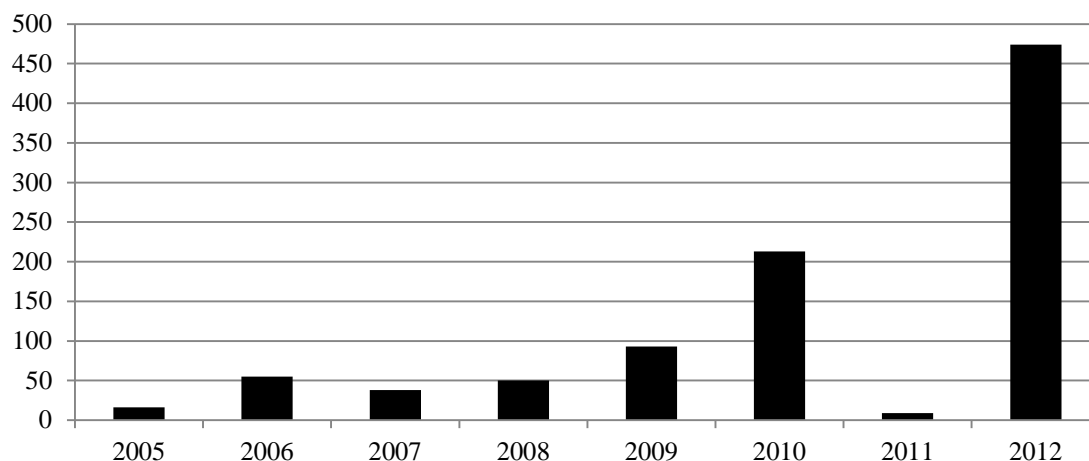


**Fonte:** Elaborado pela autora a partir de dados do Relatório Nacional TP dados 2005 a 2011.

No gráfico 2 observa-se o aumento anual de vítimas de tráfico no período que medeia entre 2005 e 2012, exceção feita ao ano de 2011, onde se verificou uma forte queda, retomando-se a tendência em 2012.

<sup>65</sup> Muitas vezes essas mulheres são recrutadas para trabalharem no país adquirindo dívidas que normalmente não são quitadas e são forçadas a viver com os mineiros do Suriname (Kempadoo, 2004, p. 153).

**Gráfico 2 - Registo de vítimas brasileiras de tráfico de pessoas, anualmente**



**Fonte:** Elaborado pela autora a partir de dados do Relatório Nacional TP dados 2005 a 2012.

Segundo o último Relatório Nacional sobre Tráfico de Pessoas (cujos dados<sup>66</sup> datam de 2013), dos casos que chegaram ao conhecimento de postos consulares de vítimas brasileiras de tráfico internacional de pessoas, observou-se um total de 62 vítimas de tráfico de pessoas, das quais 66% (n=41) eram vítimas de exploração sexual, sendo que 36 eram do sexo feminino e 5 de sexo não informado. Destas últimas, 34% (n=21) foram vítimas de trabalho escravo, contabilizando-se 11 do sexo masculino, 7 do sexo feminino e 3 sem informação.<sup>67</sup>

Com base no referido relatório pode concluir-se que a tendência é de um maior número de vítimas serem traficadas para fins de exploração sexual e não para trabalho escravo, não se verificando esta tendência somente entre 2010 e 2012. A média anual tem rondado os 60 casos por ano de tráfico de pessoas, tendo-se observado um aumento considerável em 2010, com os números chegando a 218 vítimas. Nos anos 2011 e 2012 os números registrados foram consideravelmente baixos se comparados com a média anual (nove e oito casos respectivamente), o que não representa, necessariamente, uma efectiva queda do número real de casos. Em 2013, por sua vez, o número voltou a aumentar, com o registo de 62 casos.<sup>68</sup>

<sup>66</sup> Os dados do tráfico de pessoas foram registados pela Divisão de Assistência Consular (DAC).

<sup>67</sup> Dados colhidos no Relatório Nacional Brasil sobre tráfico de pessoas: Dados de 2013, p.17

<sup>68</sup> (Idem, p.18)

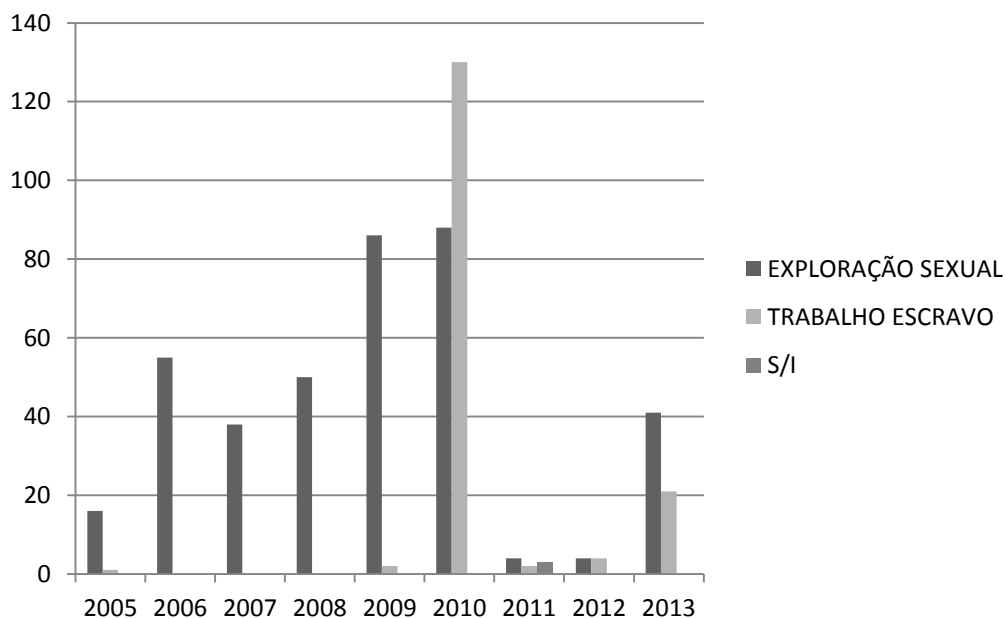
**Tabela 3** - *Tráfico de pessoas por tipo de exploração registrado pela DAC/MRE entre 2005 e 2013*

ANO	EXPLORAÇÃO SEXUAL	TRABALHO ESCRAVO	S/I	TOTAL POR ANO
2005	16	1	0	17
2006	55	0	0	55
2007	38	0	0	38
2008	50	0	0	50
2009	86	2	0	88
2010	88	130	0	218
2011	4	2	3	9
2012	4	4	0	8
2013	41	21	0	62
<b>TOTAL POR TIPO</b>	382	160	3	545

Fonte: (Relatório Dados de 2013 Tráfico de Pessoas, Brasil, p.18)

O Relatório esclarece que os números apresentados correspondem apenas aos casos que chegaram ao conhecimento dos Postos Consulares nos anos respectivos.

**Gráfico 3** – *Índice total por ano do tipo de tráfico de pessoas*



Fonte: A autora a partir do Relatório Dados de 2013 Tráfico de Pessoas, Brasil, p.18.

Apenas dezoito das vinte e sete Unidades Federativas (UF) do Brasil enviaram informações das ocorrências registradas. Dentre elas, os Estados de São Paulo e de Minas Gerais verificaram os mais altos índices de 65 ocorrências em 2013. São Paulo com 107 ocorrências de tráfico de pessoas interno para fins de exploração sexual e 1 de tráfico internacional para fins de exploração sexual<sup>69</sup> e em Minas Gerais com 3 ocorrências de tráfico internacional para fins de exploração sexual. Em suma, verificou-se um total de 254 vítimas, inseridas nas várias modalidades de tráfico de pessoas,<sup>70</sup> registradas nas delegacias da Polícia Civil.

Para além do balanço dos últimos 2 anos, desde a implementação do II PNETP, foram também divulgados outros dois relatórios semestrais, referentes às redes de Núcleos de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas (NETP) e dos Postos Avançados de Atendimento Humanizado ao Migrante (PAAHM). Estas, compostas por dezasseis núcleos e doze postos, respectivamente, relatam sobre as principais actividades realizadas na prevenção do tráfico de pessoas e assistência às vítimas e seus familiares no âmbito Estadual, Municipal e Distrital.<sup>71</sup>

O mais recente relatório semestral divulgado refere-se ao terceiro, correspondente ao período de Janeiro a Junho de 2015, onde se indica que foram acompanhados 495 casos pelas redes de Núcleos de Enfrentamento ao tráfico de pessoas, destacando-se as situações de trabalho em condições análogas à de escravidão, correspondentes a 176 casos. Convém destacar que muitas vezes alguns casos são atendidos por outras instituições parceiras da rede além de serem acompanhados pelos Núcleos e/ou Postos. No atendimento realizado pelos NETP, foram contabilizadas 528 pessoas atendidas, sendo 22 crianças e adolescentes, verificando-se uma predominância da exploração no trabalho.<sup>72</sup>

---

<sup>69</sup> De acordo com os dados do Ministério Público Federal – MPF, no ano de 2013 foram registradas 30 denúncias e 24 ações penais autuadas sobre tráfico interno e internacional de pessoas para fins de exploração sexual (Relatório Brasil dados 2013, p.59)

<sup>70</sup> Idem p. 58.

<sup>71</sup> Ver e :<http://www.justica.gov.br/sua-protecao/trafico-de-pessoas/redes-de-enfrentamento/1o-relatorio-semestral-da-rede-de-nucleos-e-postos> [Consultado em : 06/12/2015].

<sup>72</sup> Idem.

### 3.1.2. Em Portugal

Para também assumir o compromisso político com as exigências estabelecidas pelo Protocolo de Palermo, dada a gravidade de um crime tão complexo e transversal, Portugal apresentou, em 2007, o I Plano Nacional de Prevenção Contra o Tráfico de Seres Humanos (I PNPCTSH) com uma vigência de três anos (2007-2010), contendo medidas distribuídas pelas seguintes áreas prioritárias de enfoque: conhecer e disseminar informação; prevenir, sensibilizar e informar; proteger, apoiar e integrar; investigar criminalmente e reprimir o tráfico (Santos, 2012).

Na vigência do II PNPCTSH (2011 a 2013) pretendeu-se consolidar a estratégia nacional neste domínio através do reforço das respectivas áreas de intervenção. Procurou-se consolidar e reforçar as componentes de intervenção desta temática e de outras iniciativas, primando sempre pelos direitos humanos e pela cooperação institucional.<sup>73</sup>

Actualmente, Portugal já se encontra no III Plano Nacional de Prevenção e Combate ao Tráfico de Seres Humanos (III PNPCTSH) que tem como prazo de vigência o período compreendido entre 2014 e 2017. Como entidade coordenadora para a elaboração e monitorização do III PNPCTSH está designada a Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género (CIG), contendo as seguintes atribuições:<sup>74</sup>

**Tabela 4 – Atribuições da CIG, na vigência do III PNPCTSH**

Orientações	Descrição
A	Elaborar anualmente o plano de actividades para execução do III PNPCTSH de acordo com as planificações anuais apresentadas por cada ministério;
B	Orientar e acompanhar as entidades responsáveis pela implementação das medidas constantes do III PNPCTSH, solicitando, sempre que necessário, informações sobre o respectivo processo de execução;
C	Assegurar o funcionamento regular do grupo de trabalho de apoio à entidade coordenadora com o objectivo de garantir uma execução contínua e eficaz do III PNPCTSH;
D	Elaborar anualmente um relatório intercalar sobre a execução das medidas do III PNPCTSH, no qual seja feita também a avaliação do cumprimento do plano anual de actividades, a entregar ao membro do Governo de que depende até 15 de Março de cada ano;
E	Elaborar um relatório final de execução do III PNPCTSH até ao final do primeiro trimestre seguinte ao termo da respectiva vigência, dele dando conhecimento ao membro do Governo de que depende.

**Fonte:** III PNPCTSH

<sup>73</sup> III PNPCTSH disponível em Diário da República 1.ª série — N.º 253 — 31 de Dezembro de 2013.Resolução do Conselho de Ministros nº101/2013, p.7009.

<sup>74</sup> Diário da República 1.ª série — N.º 253 — 31 de Dezembro de 2013.Resolução do Conselho de Ministros nº101/2013, p.7007.



O III PNPCTSH tem como finalidade dar sequência ao trabalho desenvolvido nos últimos anos no decurso dos Planos Nacionais anteriores e articulá-los com outros Planos Nacionais existentes nesta área, como são os casos do V Plano Nacional para a Igualdade de Género, Cidadania e Não-discriminação (2014-2017) e do V Plano Nacional de Prevenção e Combate à Violência Doméstica e de Género (2014-2017).

Neste sentido merece também destaque a criação de mais equipas multidisciplinares que prestam assistência de forma descentralizada e especializada às vítimas de tráfico de pessoas, implementadas a partir da Rede de Apoio e Protecção às Vítimas de Tráfico (RAPVT) que operam a partir de um mecanismo de cooperação e troca de informações com o objectivo de melhor prevenir, proteger e reintegrar a vítima na sociedade (III PNPCTSH, p.7010).<sup>75</sup>

A coordenação e monitorização da metodologia de implementação do III PNPCTSH competem à CIG. Este grupo de trabalho conta com representantes dos Ministérios em que possuem um maior número de medidas a cargo, com três representantes de organizações não-governamentais que compõem a RAPVT e a Procuradoria-Geral da República (PGR), as quais tem como finalidade angariar representantes de vários serviços públicos OPC's, sociedade civil e Universidades com o objetivo de proporcionar o trabalho em rede, assim como do Conselho Superior da Magistratura (ver Apêndice B)<sup>76</sup>.

O III PNPCTSH estrutura-se em cinco áreas estratégicas, num total de 53 medidas (III PNPCTSH, p.7011-7016):

**Área estratégica 1**

Prevenir,  
Sensibilizar,  
Conhecer e Investigar;

**Área estratégica 2**

Educar,  
Formar e Qualificar;

**Área estratégica 3**

Proteger,  
Intervir e Capacitar;

**Área estratégica 4**

Investigar Criminalmente;

**Área estratégica 5**

Cooperar.

---

<sup>75</sup> III PNPCTSH disponível em Diário da República 1.ª série — N.º 253 — 31 de dezembro de 2013. Resolução do Conselho de Ministros nº101/2013, p. 7010.

<sup>76</sup> Lista das prestações que formam o grupo de apoio à CIG (III PNPCTSH, p.7010).

Cada área estratégica integra, com as devidas componentes, uma quantidade de medidas necessária para atingir as metas estabelecidas no plano, reforçando, assim, as diversas vertentes de intervenção e aprofundamento dessas medidas em todos os campos previstos. Para isso, existe a monitorização de todas as medidas para uma melhor resposta e concretização da prática.<sup>77</sup>

Segundo o *Tráfico de Seres Humanos: Relatório sobre 2014* da Administração Interna, elaborado pelo Observatório do Tráfico de Seres Humanos (OTSH), organismo responsável pela recolha e actualização dos dados e informações sobre tráfico de seres humanos, o número de vítimas de tráfico de pessoas registadas neste ano foi de 198 presumíveis vítimas, porém um registo não foi confirmado, considerando um total de 197. Dessas, foram sinalizadas em Portugal 182 vítimas nacionais e estrangeiras, entre as quais 27 eram menores e 141 eram adultos. No estrangeiro, foram sinalizados 15 cidadãos nacionais (maioritariamente adultos), uma ocorrência onde não foi identificado o local e a sinalização não foi confirmada pelo OPC (OTSH-MAI, 2015, p.8).

De acordo com os dados da Direção Geral da Política de Justiça DGPJ houve um acréscimo no total de crimes de tráfico de pessoas, com variação homóloga de +71% para o período de 2013-2014 relativamente ao período de 2012-2013 com + 21,7% (OTSH-MAI- 2015, p. 23).

**Tabela 5** - *Crime de TP registrado pelas autoridades policiais ente 2013 e 2014*

Ano	Total
2013	28
2014	48
<b>Variação homóloga</b>	71%

**Fonte:** Relatório<sup>78</sup> - Tráfico de Seres Humanos: Relatório sobre 2014. OTSH-MAI, 2015 p.23

Como informa o relatório anual<sup>79</sup>, houve, em 2013, 299 sinalizações. Este número total resultou de apenas 4 ocorrências: uma de exploração sexual no distrito de Lisboa e três de exploração laboral (na agricultura) nos Distritos de Beja e Santarém.

<sup>77</sup> Estão todas as representações que trabalham no apoio a entidade coordenadora (III PNCTSH, pag.7010).

<sup>78</sup> Relativamente ao referido relatório, deve-se salientar que os dados apresentados se referem apenas ao território nacional (Portugal). São dados de vítimas registadas pelas autoridades policiais e não vítimas sinalizadas, sendo as sinalizações recolhidas pelo OTSH de vítimas no estrangeiro.

<sup>79</sup> Idem, p.8.

Deste último resultaram 192 sinalizações de presumíveis vítimas, ou seja, 64% do total das sinalizações.

Com uma amplitude temporal que vai de 2011 a 2014, este relatório revela que no Distrito de Lisboa, em termos de tráfico para fins de exploração sexual, o peso das ocorrências foi de 21% e que a maioria das vítimas desse tipo de exploração era do sexo feminino. Observa-se através dos dados divulgados um peso maior<sup>80</sup>, na exploração laboral agrícola em Portugal, destaque para os distritos de Beja (com um peso de ocorrências de 71%) e Santarém (com 85%), sendo a maioria das vítimas sinalizadas do sexo masculino.<sup>81</sup>

Vale a pena salientar que relativamente à exploração sexual, a maioria das vítimas sinalizadas no Relatório sobre 2014 eram do sexo feminino, contando-se 123 do total de 197 sinalizações. Associado para fins de exploração sexual contabilizaram-se 85 vítimas em Portugal (tendo sido as restantes sinalizadas no estrangeiro), destas 79 de nacionalidade estrangeira entre as quais 49 cidadãs comunitárias. É relevante destacar que 46 dessas vítimas comunitárias tinham nacionalidade romenas, destas foram apresentadas 5 sinalizações de tráfico interno ( OTSH-MAI,2015, p.13).

Como é perceptível no relatório, verifica-se um aumento de sinalizações de vítimas de tráfico para fins de exploração sexual em 2014, aumento este que surge na sequência de os dados serem fornecidos por uma nova entidade junto do OTSH (cuja identidade não foi revelada), relativamente à área metropolitana de Lisboa. Esta entidade trabalha no âmbito de um projecto de recolha de dados com o fim de proporcionar um maior conhecimento sobre a dimensão do fenómeno da exploração sexual.

De acordo com o mais recente Relatório do OTSH sobre 2015, foram sinalizadas em Portugal 135 vítimas<sup>82</sup> de tráfico de pessoas, entre estrangeiros e nacionais. Desses 135, 116 são adultos e 18 menores de idade. Os dados apresentam uma diminuição de 47 vítimas em relação a 2014 (vítimas em 2014, n=182). (OTSH-MAI, 2016, p.14).

Das 135 vítimas sinalizadas em Portugal em 2015, 70% pertencem ao Continente Europeu. São maioritariamente oriundas de países comunitários, num total

---

<sup>80</sup> Designa-se como grande ocorrência quando se têm 20 ou mais vítimas associadas.

<sup>81</sup> “As variações observadas nos restantes distritos encontram-se associadas a totais relativamente baixos, pelo que uma análise mais detalhada não é possível. Numa menção descritiva, menciona-se: Faro, Bragança, Guarda e Castelo Branco”. (MAI, 2015, p.11).

<sup>82</sup> Um dado está pendente de investigação pelo OPC.

de 94 vítimas. Tal como em anos anteriores, os nacionais da Roménia constituem a maioria deste subgrupo, com 55 vítimas, seguidos de Portugueses com 35 vítimas. As restantes vítimas são oriundas de vários países África (n=20 vítimas), com destaque para a Nigéria (com 8 vítimas) e Angola (com 5 vítimas). Relativamente ao continente asiático, foram detectadas 9 vítimas, embora a nacionalidade não tenha sido revelada, ao abrigo do segredo estatístico. Por fim, das vítimas sinalizadas oriundas da América do Sul (n=9 vítimas) todas eram brasileiras (OTSH-MAI,2016, p.14).

Quando se analisam as vítimas de tráfico, constantes no relatório, por tipo de exploração, observa-se que em Portugal, em 2015, a exploração laboral teve uma maior representatividade, com 82 sinalizações, o que equivale a 61% do total dos casos. Em segundo lugar, a exploração sexual foi a mais sinalizada, com 28 sinalizações de vítimas. Seguiu-se a mendicidade com 4 vítimas sinalizadas, a adopção ou venda de menor também com 4 vítimas sinalizadas, e por fim os restantes casos<sup>83</sup> obtiveram um total de 7 sinalizações (OTSH-MAI,2016, p.14).

Segundo os dados da DGPI, em 2015, foram registados 53 crimes de tráfico de pessoas. Se comparado com 2014, com 48 casos registados, verifica-se um aumento de cinco crimes de tráfico de pessoas.

**Tabela 6 - Crime de TP registado pelas autoridades policiais entre 2014 e 2015**

Ano	Total
2014	48
2015	53
<b>Variação absoluta</b>	+5

**Fonte:** OTSH-MAI, 2016, p.24

O Relatório sobre 2015 do OTSH apresenta 30 casos confirmados de tráfico de pessoas em Portugal pelo OPC,<sup>84</sup> 20 são de exploração laboral, 5 são de exploração sexual e 3 são desconhecidos, os demais casos estão protegidos por segredo estatístico. Das 30 confirmações em Portugal, 24 são adultos, com 18 situações de tráfico para exploração laboral de vítimas do sexo masculino<sup>85</sup>, sobretudo, de nacionalidade portuguesa, brasileira e nigeriana. Relativamente ao tráfico de pessoas para exploração sexual, das 5 vítimas confirmadas todas são do sexo feminino e têm nacionalidade romena. Quanto aos menores de idade foram confirmadas 6 vítimas, do sexo masculino.

<sup>83</sup> Não houve qualquer vítima sinalizada por exploração sexual e laboral em simultâneo.

<sup>84</sup> Ver tabela 2 do Relatório do OTSH sobre dados de 2015. (OTSH- MAI,2016 p.14)

<sup>85</sup> Sobretudo” (...) nos setores do futebol, da agricultura, e da construção civil” (OTSH, 2016, p. 18).

Dessas 6 vítimas, 5 tinham nacionalidade angolana, embora a forma de exploração se encontre indefinida e outras três protegidas por segredo estatístico (OTSH-MAI, 2016, p.14,17 e 18).

Tomando como referência o período temporal entre 2011 e 2015, verifica-se que, no total das sinalizações, o ano de 2013<sup>86</sup> teve um peso equivalente a 34% sobre o total dos demais anos, com 308 sinalizações<sup>87</sup>. De acordo com estes dados o ano de 2013 foi o que verificou mais sinalizações, para além de 3 grandes ocorrências. Foi um ano atípico para os dados estatísticos, segundo consta no Relatório do OTSH sobre 2015 (OTSH- MAI, 2016, p11), conforme se pode observar na seguinte tabela

**Tabela 7 - Total de sinalizações de tráfico de pessoas em Portugal entre 2011 e 2015**

Ano	2011	2012	2013	2014	2015
Total de Sinalizações	79	125	308	197	193

**Fonte:** a autora com base no Gráfico 3 do Relatório do OTSH-MAI, 2016, p.11.

Contudo, segundo consta no relatório o decréscimo ou acréscimo dos registos de tráfico de pessoas dá-se devido às grandes ocorrências. Por exemplo, o ano de 2013 teve 3 grandes ocorrências confirmadas, sendo por isso considerado um ano atípico em termos de estatísticas (OTSH-MAI, 2016, p.11). Com exceção do ano de 2013, comprova-se uma constante diminuição nas sinalizações de vítimas de tráfico de pessoas em Portugal, sendo a maioria das sinalizações de tráfico relativas à exploração laboral. Apenas em 2014 houve um acréscimo na exploração sexual, devido ao fornecimento de dados de uma nova entidade junto do OTSH (OTSH-MAI, 2016, p.31).

### 3.2 A importância das políticas públicas de assistência e combate ao Tráfico de pessoas

A ampliação e o aprofundamento político-estratégico dos Estados tornaram necessária a criação de políticas de combate ao tráfico de pessoas. No entanto, esse

<sup>86</sup> Recorda-se que, em 2013, este distrito [Beja] evidenciou, de forma clara, a problemática da exploração de migrantes sazonais na agricultura (...)”(OTSH, 2016, p.30).

<sup>87</sup> O total das sinalizações refere-se a estrangeiros e nacionais em Portugal, vítimas de tráfico de pessoas, mas também de nacionais vítimas deste crime no exterior de Portugal.

problema não é recente, visto que tem sido objecto de um esforço legislativo na última década, conforme já referido.

“(...) a atenção dos governos para o fenómeno do tráfico, designadamente na Europa Ocidental e América do Norte, tem-se focado mais em questões de migração e controlo dos fluxos migratórios do que de direitos humanos, sendo paradigmáticas as leis de imigração mais restritivas.” (Santos, Gomes e Duarte, 2009)

Dito isto, não há como excluir o novo contexto em que nos situamos, isto é, a imigração em massa, e a sua deslocação para o continente europeu, prevendo-se possíveis alterações nas leis de imigração e complicações que poderão surgir.

O aumento dos fluxos migratórios, desde o final do século XX até aos nossos dias, resultante das crises e dos conflitos políticos, económicos e sociais, geraram nos países receptores um endurecimento e um controlo mais apertado das suas fronteiras. As falsificações de documentos, a violência paralela, o tráfico de pessoas e as longas viagens em meios de transportes sem condições mínimas de segurança fazem parte deste tipo de migrações, realçando-se a percepção de que o imigrante é um transgressor da lei, piorando, deste modo, a sua frágil situação de ser humano indefeso.

As práticas de angariar vítimas para entradas ilegais nos países, que procuram trabalho e melhores condições de vida é uma forma de exploração da vulnerabilidade, que fornece às máfias internacionais um número avultado de lucros. Embora passíveis de conjugação, não podemos confundir trabalho forçado com tráfico de pessoas. Enquanto o trabalho forçado pode ser uma prática de escravatura, o tráfico de pessoas pode implicar a exploração do trabalho das suas vítimas.

Presente no III PNPCTH português, as políticas públicas de combate ao tráfico de seres humanos “devem ter na vítima o sujeito central”. Para isso são necessárias as componentes de protecção e apoio à vítima e o reforço das medidas de intervenção.

Das 53 medidas estratégicas de combate presentes no III PNPCTH, a terceira refere-se a “Proteger, Intervir e Capacitar”<sup>88</sup> e esclarece a necessidade de assistência à vítimas de tráfico, incentivando projectos que possibilitem a integração da mesmas ao encaminhá-las para centros de acolhimento onde podem qualificar-se profissionalmente e ser reintegradas. Ali podem beneficiar de acções de formação e receber material

---

<sup>88</sup>Diário da República 1.ª série — N.º 253 — 31 de dezembro de 2013.Resolução do Conselho de Ministros nº101/2013, p.7014.

informativo sobre os seus direitos, beneficiar de um período de reflexão ou de um programa de retorno voluntário, ao abrigo do programa de apoio ao retorno voluntário de cidadãos nacionais de países terceiros.

“financiado pelo Fundo Europeu de Regresso e co-financiado pelo Serviço de Estrangeiros e Fronteiras e pela Secretaria Geral do Ministério da Administração Interna. O Programa de Apoio ao Retorno Voluntário e à Reintegração, privilegia uma abordagem integrada, tendo por base o respeito pelos direitos fundamentais dos migrantes e a sustentabilidade inerente ao processo de retorno. O Programa existe desde 1997 e apoia imigrantes nacionais de estados terceiros (excepto nacionais da EU) a regressar voluntariamente aos seus países de origem quando não têm condições para o fazer por meios próprios. Até à data a Missão da OIM em Lisboa apoiou através desta iniciativa mais de 5700 pessoas a regressar para 57 países.”<sup>89</sup>

Estas são algumas de entre várias outras práticas que devem ser cumpridas durante a vigência do III PNPCTH.

O SEF<sup>90</sup>, enquanto órgão de polícia criminal sua competência concretiza-se em áreas tais como ser responsável pelo controle da circulação de pessoas nas fronteiras, tem como missão a fiscalização de atividade e permanência de estrangeiros em território nacional, medidas de ações no plano interno e externo seja na investigação e repressão com vista a compreender e lidar com crimes ligados a imigração ilegal e o tráfico de pessoas.<sup>91</sup> Possui a Unidade Anti- Tráfico de Pessoas (UATP) da Direção Central de Investigação dos Serviços de Estrangeiros e Fronteiras, um órgão vocacionado para o combate ao crime de tráfico de pessoas em todas as suas vertentes. Um dos seus desafios foi o de centrar a ação do SEF na proteção da vítima, recolha e tratamento de informações e indícios, cooperando com parceiros nacionais e internacionais, conjugando esforços com o objectivo de contribuir para erradicação do tráfico de pessoas.<sup>92</sup>

---

<sup>89</sup>OTSH. Disponível em: <http://www.otsh.mai.gov.pt/Noticias/Pages/Programa-de-Retorno-Volunt%C3%A1rio.aspx> [Consulta em: 17/06/2016].

<sup>90</sup> “Atualmente as competências deste Serviço de Segurança concretizam-se em áreas tão diversas como o controlo da circulação de pessoas nas fronteiras, a fiscalização da atividade e permanência de estrangeiros em território nacional, a investigação e repressão de fenómenos criminais ligados à imigração ilegal, e o estudo, promoção, coordenação e execução de várias medidas e ações, quer no plano interno quer no plano externo, com vista a compreender e lidar melhor com os fenómenos da imigração ilegal e o tráfico de seres humanos”. Ver em [http://www.sef.pt/portal/v10/PT/asp/organizacao/index.aspx?id\\_linha=6678&menu\\_position=6677#0](http://www.sef.pt/portal/v10/PT/asp/organizacao/index.aspx?id_linha=6678&menu_position=6677#0) [Consulta em : 07-01-2016].

<sup>91</sup> Ver em:

[http://www.sef.pt/portal/v10/PT/asp/organizacao/index.aspx?id\\_linha=6678&menu\\_position=6677#0](http://www.sef.pt/portal/v10/PT/asp/organizacao/index.aspx?id_linha=6678&menu_position=6677#0)  
Consulta em: 15/07/2016

<sup>92</sup> Idem.

Segundo consta no Relatório de Imigração, Fronteiras e Asilo 2015 (RIFA), foram procedidos à sinalização, registo e encaminhamento de 33 vítimas de tráfico de seres humanos pela UATP, das quais 17 traficadas para fins de exploração laboral, 6 vítimas de tráfico para fins de exploração sexual, 4 para fins de servidão doméstica e 6 vítimas traficadas para outros fins. Deste total, 5 vítimas são menores de idade (RIFA,2015, p.29).

Para além do OTSH (que é de suma importância no acompanhamento e divulgações de resultados sobre o tráfico de pessoas), existe também a parceria com importantes órgãos (tais como a Associação Portuguesa de Apoio à Vítima- APAV, o ACM) com o propósito de promover um trabalho integrado.

Outro órgão representativo é o Alto-Comissariado para Migrações (ACM), que tem desenvolvido vários serviços especializados em dar respostas às necessidades dos migrantes. Com as dificuldades de integração sentidas em Portugal pelos imigrantes em diversas áreas, surgiu a necessidade de criar-se um espaço que respondesse a diferentes questões e que abrigasse serviços diferenciados.<sup>93</sup>

Em todo o mundo as ONGs, mesmo com limitações de recursos, assumem um importante papel na ajuda e combate deste crime que afecta gravemente os direitos humanos.

“Os serviços prestados variam em função dos recursos humanos e financeiros disponíveis e da localização das ONGs. Não sendo um grupo uniforme- as ONGs podem estar ligadas à defesa dos direitos humanos em geral, à defesa dos direitos dos imigrantes, ao movimento feminista, ao movimento das trabalhadoras do sexo ou terem um carácter evangelizador e possuírem uma agenda conservadora – os serviços dependem, ainda, dos próprios objetivos das organizações” (Santos et al, 2008, p. 54).

A actuação das ONGs pode ser tanto local, como transnacional. A título de exemplo temos a *Coalition Against Trafficking in Woman* (CATW), entre outras, que providenciam auxílio às vítimas e actuam também noutras frentes com recurso a investigações e especialistas. Para maior consciencialização da sociedade existe a necessidade, além dos vários programas criados pelos governos, de se criar campanhas nacionais e internacionais de prevenção que envolvam tanto os países de origem como

---

<sup>93</sup> Ver em: <http://www.acm.gov.pt/-/cnai-centro-nacional-de-apoio-ao-imigrante> [Consulta em: 01/12/2015].



os de trânsito e de destino numa prestação de auxílio e informação social não só no local como também no apoio ao regresso de mulheres ao seu país de origem.

Neste sentido, são desenvolvidos em alguns países, a exemplo do Brasil, trabalhos nos aeroportos.<sup>94</sup> Uma campanha lançada pelo Governo brasileiro, juntamente com a UNODC, onde as mulheres que iam viajar para o estrangeiro, na faixa etária dos 18 aos 35 anos, recebiam com o seu passaporte um folheto informativo que dizia: “Primeiro eles tiram-te o passaporte, depois a tua liberdade”. Além disso o Aeroporto de Guarulhos, em São Paulo, possui um posto de atendimento humanizado, para as vítimas que chegam ao país, receberem imediata atenção e serem encaminhadas para os serviços necessários de assistência. Em várias campanhas a participação e colaboração das ONG, traz grandes benefícios (Santos et al, 2008, p.53).

---

<sup>94</sup> “Os esforços feitos no sentido da prevenção, dirigem-se, sobretudo, para a diminuição dos fatores que vulnerabilizam as mulheres a estas redes, e ao mesmo tempo, para a integração social dos grupos mais vulneráveis” (Santos et al, 2008, p.53)..

**Figura I – Projeto Mercadoria Humana**



**Fonte:** Fotografia de Pedro de Medeiros, Projeto Mercadoria Humana<sup>95</sup> *apud* João Pedro Lobato.

Em Maio de 2013, o Brasil uniu-se a outros dez países na campanha Coração Azul com vista à luta contra o tráfico de pessoas. Esta campanha é uma parceria entre o Ministério da Justiça do Brasil e o Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC), e no Brasil recebeu o *slogan* “Liberdade não se compra. Dignidade não se vende”<sup>96</sup>. Além destas, destaca-se a Campanha da Fraternidade 2014, promovida anualmente pela Igreja Católica, evento realizado pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), cuja finalidade é fazer despertar a atenção da sociedade perante um crime tão obscuro ao identificar as práticas de tráfico humano nas suas várias formas e denunciá-las como violação da dignidade e da liberdade humana. A Campanha

<sup>95</sup> Conjunto de oito fotografias disponíveis em [http://obviousmag.org/archives/2012/11/mercadoria\\_humana.html](http://obviousmag.org/archives/2012/11/mercadoria_humana.html) [Consulta em: 10/08/2016]

<sup>96</sup> Ver em: <http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2015/03/brasil-investe-em-aco-es-de-combate-ao-traf-co-de-mulheres> [Consulta em: 03/01/2016].

apresentou o tema “Fraternidade e Tráfico Humano” e o lema “É para liberdade que Cristo nos Libertou” (GL 5:1).<sup>97</sup>

**Figura 2** – *Campanha Brasileira Fraternidade 2014 – Fraternidade e Tráfico Humano*



**Fonte:** Cáritas Brasileira<sup>98</sup>

Portugal aderiu à campanha Coração Azul contra o tráfico de pessoas em 2012. Segundo Manuel Albano,<sup>99</sup> "O lançamento da campanha Coração Azul em Portugal, faz parte do nosso plano nacional de combate ao tráfico de seres humanos. Por ser uma campanha global, ela nos permite ampliar o alcance de nosso trabalho de prevenção"<sup>100</sup>. A18 de Outubro de 2013, a CIG lançou uma Campanha de Sensibilização contra o Tráfico de Seres Humanos, sob o mote “Não deixe que o Tráfico Humano escreva o seu destino”. A Campanha de combate ao tráfico de pessoas promovida pela CIG em 2014 teve o tema “Apanhados no Tráfico Humano”.

<sup>97</sup>

Disponível

em:

<http://www.missionariascatequistassc.org.br/mcsc25/index.php/publicacoes/noticias/109-cf2014> [Consulta em: 12/01/2016].

<sup>98</sup> Disponível em <http://caritas.org.br/cnbb-divulga-cartaz-subsidios-da-campanha-da-fraternidade-2014-fraternidade-trafico-humano/15751> [Consulta em: 02/04/2016].

<sup>99</sup> Relator Nacional do Tráfico em Portugal e representante da CIG.

<sup>100</sup> Disponível em: <http://www.unodc.org/lpo-brazil/pt/frontpage/2012/04/16-portugal-joins-blue-heart-campaign.html> [Consulta em: 05/12/2015].

**Figura 3** – Campanhas em Portugal de Combate ao tráfico de pessoas



**Fonte:** CIG – Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género

**Figura 4** – Campanha lançada em Portugal 2014



**Fonte:** CIG – Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género

Quando se proporciona a colaboração entre ONGs, dos países de destino, trânsito e origem verifica-se uma maior preparação relativamente à estadia e ao regresso das mulheres vítimas de tráfico de pessoas.

O decreto-lei nº 368/2007<sup>101</sup> de 5 de Novembro resulta em cumprimento da Lei nº 23/2007 de 04 de Julho, que aprovou o regime jurídico de entrada, permanência, saída e afastamento de estrangeiros do território nacional, com a redação dada pela Lei nº 29/2012 de 9 de Agosto<sup>102</sup>, da necessidade de proteger as vítimas do crime de tráfico de pessoas, nos termos do Artigo 109º, um regime especial de concessão de autorização de residência (válida por um ano e renovável por igual período) para pessoas identificadas como vítimas de tráfico de pessoas. No presente Artigo 109º, a autorização de residência é concedida ao cidadão estrangeiro que seja ou tenha sido vítima “de infrações penais ligadas ao tráfico de pessoas ou ao auxílio à imigração ilegal, mesmo que tenha entrado ilegalmente no País ou não preencha as condições de concessão de autorização de residência, concedida após o termo do prazo de reflexão previsto no artigo 111º.”<sup>103</sup>

Neste caso concreto, o regime especial dispensou a verificação de necessidade da permanência da vítima em território nacional devido ao interesse no seu contributo para as investigações e procedimentos judiciais em curso. Esta prescindiu da vontade clara de colaboração com as autoridades na investigação e repressão contra o tráfico de pessoas ou do auxílio à imigração ilegal.<sup>103</sup>

No artigo 13º da Convenção do Conselho da Europa Relativa à Luta contra o Tráfico de Seres Humanos, aprovada pela Assembleia da República Nº 1/2008 cujo título é “Período de restabelecimento e reflexão”, menciona-se que:

“Cada uma das partes consagrará, no seu direito interno, um período de, pelo menos, 30 dias para restabelecimento e reflexão se houver motivos razoáveis para crer que determinada pessoa é uma vítima. O referido período deverá ter uma duração que permita à pessoa a que respeita restabelecer-se e escapar a influência de traficantes, bem como tomar uma decisão esclarecida relativamente à sua cooperação com as autoridades competentes. Durante esse período, não deverá ser

---

<sup>101</sup> Diário da República, 1ª Série - Nº 21 – 5 de Novembro de 2007. Disponível em: [http://www.dgpj.mj.pt/sections/informacao-e-eventos/2007/decreto-lei-n-368-2007/downloadFile/attachedFile\\_f0/DEC-LEI\\_368.2007.pdf?nocache=1194254773.67](http://www.dgpj.mj.pt/sections/informacao-e-eventos/2007/decreto-lei-n-368-2007/downloadFile/attachedFile_f0/DEC-LEI_368.2007.pdf?nocache=1194254773.67) [Consulta em: 03/02/2016]

<sup>102</sup> Diário da República, 1ª série — Nº 154 — 9 de Agosto de 2012. Disponível em: <https://dre.pt/application/dir/pdf1sdip/2012/08/15400/0419104256.pdf> [Consulta em: 03/02/2016].

<sup>103</sup> Diário da República, 1ª série — Nº 212 — 5 de Novembro de 2007. Ver em: <https://dre.pt/application/dir/pdf1sdip/2007/11/21200/0800808008.pdf> . [Consulta 03/02/2016].

executada qualquer medida de expulsão que lhe respeite. (...) Durante tal período as partes autorizarão a permanência dessa pessoa no seu território”.<sup>104</sup>

Destaca-se que os apoios prestados as vítimas devem estar condicionados ao enquadramento legal das leis internas de cada país, seja para casos relacionados com imigração, com tráfico ou com prostituição. Talvez devido à existência de recursos de apoio limitados e até de diferenças na forma de transpor a lei, alguns países deportam mulheres quase de imediato enquanto outros oferecem uma estadia de curta duração com o propósito de permitir às vítimas o testemunho contra os traficantes ou a tomada de outras informações relevantes.

“Um dos efeitos impressionantes é que, embora as pessoas objeto de tráfico sejam designadas como “vítimas” em várias políticas e leis, a menos que se tornem informantes da polícia e entreguem seus “traficantes”, que bem podem ser seus amigos, amantes, irmãos, irmãs ou seus empregadores, elas são tratadas como imigrantes ilegais, criminosas ou ameaças à segurança nacional” (Kempadoo, 2005, p. 67 *apud* Santos et al, 2008, p. 52).

É necessário muito cuidado e ponderação nestes casos para que o papel da vítima não seja invertido e esta assim se sinta “criminalizada”. A vítima passa, normalmente por situações de violência física e/ou psicológica, assumindo com frequência um papel de especial vulnerabilidade, e acaba por se sentir constrangida, pressionada, amedrontada e culpada, quando em vez de ser tratada na qualidade de vítima, o passa a ser no papel de “criminoso”. É determinante que as políticas de prevenção e de apoio dediquem uma especial atenção, decisiva para a identificação de situações de tráfico, a estas realidades específicas.<sup>105</sup> O facto de este crime se processar à escala global, sobretudo quando a exploração é para fins de exploração sexual, importa destacar que, directa ou indirectamente, as mulheres continuam a ser as principais vítimas, assumindo maior risco de vulnerabilidade (juntamente com as crianças), o que se associa, grande parte das vezes, a factores de exclusão social e de discriminação.

---

<sup>104</sup> Convenção do Conselho da Europa Relativa à luta contra o Tráfico de Seres Humanos aberta assinatura em Varsóvia em 16 de Maio de 2005. Resolução da Assembleia da República nº 1/2008 de 14 de Janeiro. Art. 13.º (Daniel-Wrabetz, 2012, p.224).

<sup>105</sup> Observatório do Tráfico de Seres Humanos.

### **3.3 Contexto Europeu: directivas de combate ao tráfico de pessoas e de protecção às vítimas**

Nos últimos anos, a União Europeia tem adoptado uma atitude muito favorável no reconhecimento e na protecção das vítimas de crimes cometidos no território dos seus Estados-Membros. Neste sentido, foi publicada a Directiva<sup>106</sup> 2012/29/UE, que representa o derradeiro desenvolvimento normativo nesta matéria.

As reivindicações contra a discriminação, pela inclusão e por justiça social, ou seja, pelos direitos de todos os seres humanos, têm sido amplamente expressas em pedidos sucessivos pela redacção e pela execução de textos jurídicos independentes.

A Directiva 2011/36/UE<sup>107</sup> de 05 de abril de 2011 do Parlamento Europeu e do Conselho, relativa à prevenção e luta contra o tráfico de seres humanos e à protecção das vítimas, representou um grande avanço, não só por trazer uma definição mais ampla de tráfico de pessoas, mas também por introduzir novas formas de exploração, tais como a mendicidade forçada, a exploração de actividades criminosas (prática de pequenos roubos ou furtos, tráfico de droga e outros semelhantes), assim como a remoção de órgãos.

No que concerne à Directiva 2012/29/UE do Parlamento Europeu e do Conselho de 25 de Outubro de 2012, foi criada no sentido de “assegurar a protecção das vítimas da criminalidade e em estabelecer normas mínimas” (§ (2), da Directiva 2012/29/UE) e competentes, em relação aos direitos, ao apoio e à protecção das vítimas de criminalidade. Esta directiva veio substituir a Decisão-Quadro 2001/220/JAI de 15 de Março do Conselho Europeu.

Contudo, a directiva em questão não é um documento jurídico isolado, mas faz parte de uma estratégia global de protecção à vítima e está intimamente relacionada com outros textos legais adoptados. A diferença reside no facto de a sua aplicação abranger as vítimas na sua generalidade. Os instrumentos jurídicos anteriores particularizavam as

---

<sup>106</sup> As directivas são actos legislativos que estabelecem os objectivos gerais que devem ser cumpridos pelos países-membro da União Europeia. Estes actos legislativos permitem aos países elaborar a sua própria legislação durante o processo de cumprimento dos objectivos. Disponível em: [https://europa.eu/european-union/law/legal-acts\\_pt](https://europa.eu/european-union/law/legal-acts_pt) [Consulta em: 04/07/2016]

<sup>107</sup> Directiva 2011/36/UE, 15 de abril. Jornal Oficial da União Europeia, L101, L101/1 – L101/11. Disponível em: <http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=OJ:L:2011:101:0001:0011:PT:PDF> [Consulta em 10/09/2015].



vítimas e abordavam as suas necessidades específicas, como são os casos das vítimas de terrorismo<sup>108</sup>, de tráfico de seres humanos (Directiva 2011/36/UE<sup>109</sup> de 5 de Abril de 2011), da proteção das Vítimas<sup>110</sup>, de abusos sexuais, da exploração sexual e pornografia infantil<sup>111</sup> de 13 de Dezembro de 2011), entre outras.

O Código Penal de 1982, aprovado pelo Decreto-Lei nº 400/82 de 23 de Setembro, no n.º 1 seu artigo 217º, no capítulo I “Dos crimes contra os fundamentos ético-sociais da vida social”, na secção II “Dos crimes sexuais” estabelecia que a definição de tráfico de pessoas abrangesse unicamente as situações de prostituição<sup>112</sup>. Procedendo a uma revisão do CP, o Decreto nº 48/95, de 15 de Março<sup>113</sup>, passa a incluir no artigo 169º o crime de tráfico de pessoas, no Capítulo dos crimes contra a liberdade e autodeterminação sexual, na secção de “crimes contra a liberdade sexual”, este agora sendo considerado crime de tráfico aquele que comete à exploração da prostituição e a actos sexuais de relevo.<sup>114</sup>

Em 2007 houve alterações de grande importância no Código Penal Português relativamente ao crime de tráfico de pessoas. Essas alterações foram efectuada pela lei nº 59/2007 de 4 de Setembro. Com elas, o tráfico interno passou também a ser tipificado, dando origem a uma nova categorização do crime, disposto anteriormente no

---

<sup>108</sup>Decisão-Quadro 2002/475/JAI de 13 de Junho de 2002. Disponível em: [http://www.dgpj.mj.pt/sections/relacoes-internacionais/anexos/2002-475-jai-decisao/downloadFile/file/DQ\\_2002.475.JAI\\_terrorismo.pdf?nocache=1199977781.17](http://www.dgpj.mj.pt/sections/relacoes-internacionais/anexos/2002-475-jai-decisao/downloadFile/file/DQ_2002.475.JAI_terrorismo.pdf?nocache=1199977781.17) [Consulta em: 07/08/2015]

<sup>109</sup> Tendo em conta as especificidades “A presente diretiva reconhece que o tráfico é um fenómeno com aspectos específicos conforme o sexo e que os homens e as mulheres são objeto de tráfico para diferentes fins. Por este motivo as medidas de assistência e apoio deverão ser diferenciadas por sexo sempre que oportuno. Os fatores de «dissuasão» e «incentivo» podem ser diferentes conforme os setores em questão, como seja o tráfico de seres humanos na indústria do sexo ou para exploração laboral, por exemplo na construção civil, na agricultura ou no trabalho doméstico.” (Daniel-Wrabetz, 2012, p.146)

<sup>110</sup> Directiva 2011/99/UE do Parlamento Europeu e do Conselho de 13 de dezembro. Disponível em: <http://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/?uri=CELEX%3A32011L0099> [Consulta em: 15/12/2015]

<sup>111</sup> Directiva 2011/92/UE do Parlamento Europeu e do Conselho de 13 de dezembro. Disponível em: <http://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/?uri=celex:32011L0093> [Consulta em: 15/12/2015].

<sup>112</sup>Decreto-Lei nº 400/82 de 23 de Setembro. DR. Iª Série Nº 221, 3006-(36). Artigo 217º (Tráfico de pessoas) “Quem realizar tráfico de pessoas, aliciando, seduzindo ou desviando alguma, mesmo com o seu consentimento, para a prática, em outro país, da prostituição ou de actos contrários ao pudor ou à moralidade sexual, será punido com prisão de 2 a 8 anos e multa até 200 dias.” Disponível em: [http://www.dgpj.mj.pt/DGPJ/sections/leis-da-justica/pdf-leis2/dl-400-1982/downloadFile/file/DL\\_400\\_1982.pdf?nocache=1182362106.47](http://www.dgpj.mj.pt/DGPJ/sections/leis-da-justica/pdf-leis2/dl-400-1982/downloadFile/file/DL_400_1982.pdf?nocache=1182362106.47) [Consulta em 06/03/2016].

<sup>113</sup> Decreto de Lei nº 48/95 de 15 de Março. Correspondente a 7ª Versão da Lei Nº400/82. Disponível em: [http://www.dgpj.mj.pt/DGPJ/sections/leis-da-justica/pdf-leis2/dl-48-1995/downloadFile/file/DL\\_48\\_1995.pdf?nocache=1182362188.33](http://www.dgpj.mj.pt/DGPJ/sections/leis-da-justica/pdf-leis2/dl-48-1995/downloadFile/file/DL_48_1995.pdf?nocache=1182362188.33) [Consulta em: 06/06/2016]

<sup>114</sup> Artigo 169º - Tráfico de Pessoas. “Quem, por meio de violência, ameaça grave, ardil ou manobra fraudulenta, levar outra pessoa a prática em país estrangeiro, da prostituição ou de actos sexuais de relevo, explorando a sua situação de abandono ou de necessidade, é punido com pena de prisão de 2 a 8 anos.”



título como “dos crimes contra as pessoas”, agora está no título “dos crimes contra a liberdade pessoal”.<sup>115</sup>

Numa análise sobre as mudanças efectuadas no Código Penal Português de 2007, o autor Patto (s.d) sublinha a importância do acréscimo de outras formas de tráfico de pessoas, não o restringindo apenas à exploração sexual, presente no antigo artigo 169º do CP.

A transposição da diretiva 2011/36/EU foi materializada com a publicação da Lei n.º 60/2013 de 23 de Agosto<sup>116</sup> alterando o artigo 160º do código penal, que viu abrangidas novas formas de exploração, designadamente:

“ (...) oferecer, entregar, recrutar, aliciar, aceitar, transportar, alojar ou acolher pessoa para fins de exploração, incluindo a exploração sexual, a exploração do trabalho, a mendicidade, a escravidão, a extração de órgãos ou a exploração de outras atividades criminosas” (n.º 1 do artigo 160).

Patto (s.d) destaca várias questões revistas no Código Penal (CP), de entre as quais a vulnerabilidade da vítima, a punição dos culpados e, sobretudo, a punição de quem utiliza os serviços da vítima (exploração sexual, laboral e extração de órgãos) sabendo que está a usufruir de serviços de uma vítima de tráfico de pessoas ou apenas supondo que a pessoa seja vítima, uma importante inovação no Código Penal revisto.<sup>117</sup>

A Directiva 2012/29/UE foi adoptada em Outubro de 2011, três anos após a entrada em vigor do Tratado de Lisboa. Se a Decisão-Quadro 2001/220/JAI<sup>118</sup> não reconhecia abertamente direitos às vítimas de uma infracção penal, como podemos observar no seu texto, e, salvo raras excepções, as palavras “direito a...” não surgem no seu corpo, a Directiva 2012/29/UE, adoptada com base no n.º 2 do artigo 82.º do Tratado de Funcionamento da União Europeia (TFUE), tem como objectivo garantir que as vítimas de crimes recebam a informação, o apoio e a protecção adequados e a possibilidade de participarem no processo penal (§ (3) e § (20), da Directiva

---

<sup>115</sup> Diário da República, 1.ª série — N.º 253 — 31 de dezembro de 2013(III PNPCTSH), p. 7009

<sup>116</sup> Diário da República n.º 162, I Série – A, de 23 de agosto de 2013, 5088 – 5090.

<sup>117</sup> “Pode interpretar-se a exigência de “conhecimento” como uma exigência de que o agente actue com dolo directo, isto é, que esteja certo de que a pessoas cujo os serviços ou órgão utiliza é vítima de tráfico. Ou pode entender-se que o agente também será punido se actuar com dolo eventual, sito é, se admitir como provável tal facto, e mesmo assim porque isso lhe é indiferente, porque tal facto pouco pesa na sua decisão, porque acima de tudo, coloca o seu próprio interesse na utilização em causa, não deixa de actuar” (Patto, s.d).

<sup>118</sup> Decisão-Quadro 2001/220/JAI, 22 de março. Jornal Oficial das Comunidades Europeias, L82, L82/1 – L82/4. Disponível em <http://www.dgpj.mj.pt/sections/relacoes-internacionais/anexos/2001-220-jai-decisao/> [Consulta em 18/12/2015].

2012/29/UE). O seu objectivo é o estabelecimento de normas mínimas sobre os direitos, o apoio e a protecção das vítimas de crimes, o que não impede os Estados-Membros de aplicarem os seus direitos estabelecidos, propiciando deste modo um nível mais elevado de protecção nos respectivos territórios (§ (11), da Directiva 2012/29/UE). Assim, conforme o § (19), da Directiva 2012/29/UE,

“Uma pessoa contra a qual tenha sido cometido um crime deve ser reconhecida como vítima, independentemente de o autor do crime ter sido identificado, detido, acusado ou condenado e independentemente do vínculo de parentesco entre eles (...)”<sup>119</sup>.

As directivas prevêem uma data limite para a sua transposição: esta pode ser feita através de uma lei, decreto-lei ou decreto legislativo regional e o seu cumprimento garante o pleno funcionamento da UE e do Mercado Interno. No caso da Directiva 2012/29/UE foi definida a data da transposição para dia “(...) 16 de novembro de 2015” (n.º 1 do Artigo 27.º da Directiva 2012/29/UE), tendo sido a mesma transposta para o ordenamento jurídico português através da Lei n.º 130/2015, de 4 de Setembro:

“ (...) procede à vigésima terceira alteração ao Código de Processo Penal e aprova o Estatuto da Vítima, transpondo a Directiva 2012/29/UE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 25 de outubro de 2012, que estabelece normas relativas aos direitos, ao apoio e à proteção das vítimas da criminalidade e que substitui a Decisão – Quadro 2001/220/JAI do Conselho, de 15 de março de 2001”<sup>120</sup>

Desta lei destina-se o artigo 4.º “alteração sistemática ao Código do Processo Penal” (CPP), designadamente o acréscimo do Artigo 67.º-A, deste código que define “vítima” e o Artigo 5.º que refere por sua vez a aprovação do Estatuto da Vítima<sup>121</sup>.

O Estatuto da Vítima (doravante Estatuto) é um documento anexo à lei n.º 130/2015, composto por 5 capítulos. O primeiro desses capítulos define as disposições gerais, o segundo os princípios, o terceiro o direito das vítimas de criminalidade, o quarto define o estatuto de vítima especialmente vulnerável e, por último, o quinto capítulo define as disposições finais do diploma.

O objecto do Estatuto:

---

<sup>119</sup> Também disponível em: [http://www.apav.pt/apav\\_v3/images/pdf/LexUriServ\\_Directiva\\_PT.pdf](http://www.apav.pt/apav_v3/images/pdf/LexUriServ_Directiva_PT.pdf). [Consulta em 03/01/2016].

<sup>120</sup> Artigo 1º da Lei 130/2015. Disponível em: [http://www.pgdlisboa.pt/leis/lei\\_mostra\\_articulado.php?tabela=leis&nid=2394&pagina=1&ficha=1](http://www.pgdlisboa.pt/leis/lei_mostra_articulado.php?tabela=leis&nid=2394&pagina=1&ficha=1) [Consulta em 03/01/2016].

<sup>121</sup> Estatuto da vítima. Disponível em: [http://www.apav.pt/apav\\_v3/images/pdf/estatuto\\_da\\_vitima.pdf](http://www.apav.pt/apav_v3/images/pdf/estatuto_da_vitima.pdf) [Consulta em: 08/08/2016].

“contém um conjunto de medidas que visam assegurar a proteção e a promoção dos direitos das vítimas da criminalidade, transpondo para a ordem jurídica interna a Diretiva 2012/29/UE (...)” (Artigo 1.º do Estatuto da Vítima).

Na alínea a) do artigo 1.º do CPP é definido crime “como o conjunto de pressupostos de que depende a aplicação ao agente de uma pena ou de uma medida de segurança criminais”. Por sua vez, a alínea j), do mesmo artigo, define criminalidade violenta como “(...) as condutas que dolosamente se dirigem contra a vida, a integridade física, a liberdade pessoal, a liberdade e autodeterminação sexual ou a autoridade pública e forem puníveis com pena de prisão de máximo igual ou superior a 5 anos”. Referimos ainda a redação da alínea m) do Artigo 1.º do CPP que faz referência à criminalidade altamente organizada, definindo-a como “as condutas que integrarem crimes de associação criminosa, tráfico de pessoas, tráfico de armas (...)” no artigo 160º do CPP, o tráfico de pessoas está inserido no “Capítulo IV- dos crimes contra a liberdade pessoal” tido como uma das formas mais graves de crime.

Relativamente à vítima, o CPP no ponto i) da alínea a) do Artigo 67.º-A considera-a, “A pessoa singular que sofreu um dano, nomeadamente um atentado à sua integridade física ou psíquica, um dano emocional ou moral, ou um dano patrimonial (...)”. Assiste às vítimas o direito de “informação, de assistência, de proteção e de participação ativa no processo penal (...)” (n.º 4 do Artigo 67.º-A do CPP).

O Estatuto da vítima<sup>122</sup> está, perante a lei, devidamente articulado com outros diplomas legais, como refere o seu Artigo 2.º e,

” toda vítima independente da ascendência, nacionalidade, condição social, sexo(...) goza dos direitos fundamentais inerentes à dignidade da pessoa humana, sendo-lhe assegurada a igualdade de oportunidades para viver sem violência e preservar a sua saúde física e psíquica”(Artigos 3.º Princípio da igualdade).  
“É-lhe, simultaneamente assegurado o direito à informação, garantido o direito de comunicação, assistência gratuita específica e, ainda o direito à proteção e o direito a uma decisão relativa a indemnização<sup>123</sup> e a restituição de bens” (Artigos 11.º ao 13.º e 15.º do Estatuto)

---

<sup>122</sup> Disponível também em: [http://www.apav.pt/apav\\_v3/images/pdf/estatuto\\_da\\_vitima.pdf](http://www.apav.pt/apav_v3/images/pdf/estatuto_da_vitima.pdf). [Consulta em: 08/08/2016]

<sup>123</sup> Como consta no Conselho da Europa relativa a Luta Contra o Tráfico de Seres Humanos no Artigo 15.º - Indemnização e apoio: “3. cada uma das partes consagrar, no seu direito interno, o direito das vítimas a serem indemnizadas pelos autores das infracções. 4. cada uma das partes adotará as medidas legislativas ou outras necessárias para garantir a indemnização das vítimas, nas condições previstas no seu direito interno, mediante, por exemplo, a criação de um fundo de indemnização às vítimas ou outras medidas ou programas destinados à assistência e a integração social das vítimas, podendo ser financiados pelos valores resultantes da aplicação das medidas previstas no artigo 23.º” (Daniel-Wrabetz, 2012, p.225)

As vítimas especialmente vulneráveis<sup>124</sup> têm direito a assistência médica e medicamentosa, e estão isentas, segundo a lei, de taxas moderadoras (Artigo 26.º do Estatuto). Segundo Viviane Reding, (2012, p. 1):

“Os sistemas de justiça penal dos Estados-Membros da UE têm estado demasiadamente centrados nos criminosos, não se preocupando suficientemente com as vítimas. Esta nova legislação europeia reforçará os direitos das vítimas. Ninguém quer ser vítima de um crime, mas se tal acontecer, as pessoas têm a garantia de que beneficiam dos mesmos direitos fundamentais em toda a União Europeia” (Reding, 2012, p.1).

A legislação penal brasileira, por exemplo, falhou em relação ao tráfico de pessoas, por não prever outras modalidades além de fins para a exploração sexual nos termos dos arts. 231 e 231A do Código penal brasileiro, mesmo com a ratificação do Protocolo de Palermo, o que implicou uma grande lacuna.<sup>125</sup>

Nos termos do ordenamento jurídico brasileiro, o crime de tráfico de pessoas está presente desde 1940 e a tipificação do crime para o tráfico de mulheres era, no seu texto previsto para fins de prostituição, estando presente no seu artigo 231<sup>126</sup>. Esta tipificação perdurou 65 anos, dificultando a sua aplicação devido à sua formulação omissa, o que resultou na impunidade dos transgressores (Moreno, 2015, p. 68).

Com o intuito de melhor adequar o Código Penal Brasileiro à realidade e ao Protocolo adicional à Convenção de Palermo, visto que a Constituição Brasileira assegura que o país cumprirá as orientações e acordos internacionais ratificados com a aprovação no Congresso, foi modificado no artigo original pela lei nº 11.106 de 28 de Março de 2005<sup>127</sup>, passando a incluir na sua nomenclatura o tráfico nacional e internacional, independentemente do género, visto a anteriormente a menção exclusiva a

---

<sup>124</sup>Disposto no Artigo 67.º -A- (Vítima na alínea b) “Vítima especialmente vulnerável a vítima cuja especial fragilidade resulte, nomeadamente, da sua idade, do seu estado de saúde ou de deficiência, bem como do facto de o tipo, o grau e a duração da vitimização haver resultado em lesões com consequências graves no seu equilíbrio psicológico ou nas condições da sua integração social;” Disponível em: [http://www.apav.pt/apav\\_v3/images/pdf/estatuto\\_da\\_vitima.pdf](http://www.apav.pt/apav_v3/images/pdf/estatuto_da_vitima.pdf) [Consulta em: 08/08/2016].

<sup>125</sup> Relatório Nacional sobre Tráfico de Pessoas: consolidação dos Dados de 2005 a 2011. P.10

<sup>126</sup> Art. 231 Promover ou facilitar a entrada, no território nacional, de mulher que nele venha exercer a prostituição, ou a saída de mulher que vá exercê-la no estrangeiro: Pena: reclusão, de três a oito anos § 1º Se ocorre qualquer das hipóteses do §1º do 227: Pena: reclusão, de quatro a dez anos § 2º Se há emprego de violência, grave ameaça ou fraude, a pena é de reclusão, de 5 (cinco) a 12 (doze) anos, além da pena correspondente à violência § 3º Se o crime é cometido com o de lucro, aplica-se também multa. O Art. 1º do Código Penal Brasileiro prevê: Não há crime sem lei anterior que o defina. Não há pena sem prévia cominação legal.

<sup>127</sup> Tráfico internacional de pessoas (Lei nº 11.106, de 2005) “Art. 231. Promover, intermediar ou facilitar a entrada, no território nacional, de pessoa que venha exercer a prostituição ou a saída de pessoa para exercê-la no estrangeiro: Pena - reclusão, de 3 (três) a 8 (oito) anos, e multa. Pena - reclusão, de 4 (quatro) a 10 (dez) anos, e multa. § 2o Se há emprego de violência, grave ameaça ou fraude, a pena é de reclusão, de 5 (cinco) a 12 (doze) anos, e multa, além da pena correspondente à violência”.

“mulheres” ter sido substituída por “pessoas”, incluindo assim tanto homens como mulheres. Passa também a prever no seu artigo 231 A<sup>128</sup> de 2005 o tráfico interno (OIT, 2006, p.67). Recentemente foi publicada nova Lei Nº 13.344/16 de 06 de Outubro, tornando-se mais rigorosa as penalidades como a atenção e proteção às vítimas. Com a nova Legislação deixa de ser considerado crime apenas quando para exploração sexual e passa a ser “Crime contra a liberdade individual”, incluindo novas formas de tráfico de pessoas. Revogam-se os arts. 231 e 231–A do decreto Lei nº 2.848 de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal).<sup>129</sup>

Diante disto, apesar dos avanços, percebe-se que a legislação brasileira, se comparada com o Código Penal Português que apresenta um maior aperfeiçoamento do tema, ao abarcar todas as formas de tráfico de pessoas e condutas puníveis, não condiz com a realidade ou com as necessidades da sociedade que seguem em regra as directrizes presentes no Protocolo de Palermo.

Segundo o III Plano Nacional de Combate ao Tráfico de Seres Humanos Português (2014-2017), cerca de 83% dos países têm a legislação adequada ao combate ao tráfico de pessoas e, numa das áreas com mais fragilidades, a que está relacionada com a justiça, 25% dos países registaram aumento no número de condenações.

Os desafios, a nível global, ainda são grandes, principalmente no que toca ao número de condenações, existindo graves lacunas ao nível de dados estatísticos. Até às conclusões do III PNCTSH, trinta e nove países ainda não tinham ratificado a Convenção contra a Criminalidade Organizada Transnacional.<sup>130</sup>

Outra abrangência esteve relacionada com a alteração ao Código Penal efectuada pela Lei n.º 59/2007, de 4 de Setembro que passou a incluir, para além do tráfico para fins de exploração sexual, a exploração laboral e a extracção de órgãos.

---

<sup>128</sup> “O Código Penal passa a caracterizar o tráfico interno, prevendo pena de 3 a 8 anos e multa para quem “promover, intermediar ou facilitar, no território nacional, o recrutamento, o transporte, a transferência, o alojamento ou o acolhimento da pessoa que venha exercer a prostituição”.

<sup>129</sup> Presidência da República. Casa civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2016/lei/L13344.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/lei/L13344.htm). [Consulta em: 03/03/2017].

<sup>130</sup> Diário da República, 1.ª série — N.º 253 — 31 de Dezembro de 2013(III PNCTSH) p.7008.

## **4 - Percepções institucionais do tráfico de mulheres para fins de exploração sexual no contexto português**

### **4.1 Introdução**

O presente capítulo pretende analisar as informações e considerações fornecidas pelas instituições, em resposta às questões sobre o tráfico de pessoas para fins de exploração sexual colocadas a partir das políticas públicas entre Brasil e Portugal.

Desta forma organizou-se um *Focus Group*, no qual estiveram presentes representantes da Associação Portuguesa de apoio à Vítima – APAV, Comissão para Cidadania e Igualdade de Género – CIG, Polícia Judiciária – PJ, Serviço de Estrangeiros e Fronteiras – SEF, Alto Comissariado para Migrações – ACM, Polícia Federal – PF, Associação Comunitária e Paróquia Nossa Senhora de Fátima. No intuito de promover o diálogo e obter respostas às questões pretendidas, foi elaborado um guião que foi distribuído aos participantes (ver Apêndice) e que foi seguido ao longo do debate.

### **4.2 Focus Group – Metodologia**

O *Focus Group*, enquanto método de avaliação permite captar diferentes percepções, através de um exercício avaliativo de reflexão em diversas áreas. É um instrumento útil quando se pretende uma vasta quantidade de informações num relativamente curto espaço de tempo. Resolveu-se, portanto, incluir este método com o intuito de extrair informações das instituições participantes que fossem de encontro às questões elaboradas sobre o tema.

A sessão realizou-se no dia 15 de Maio de 2015, nas instalações do CES – Centro de Estudos Sociais em Lisboa. Foi enviada uma carta-convite a cada instituição, para morada física e *online*, com um mês de antecedência. Entrou-se posteriormente em contacto telefónico com o objectivo de confirmar a presença das instituições.

Das doze instituições convidadas, oito compareceram na sessão, as demais por motivo de agenda não puderam comparecer. No entanto, apesar das ausências, os participantes presentes constituíram um excelente grupo discussão. A sessão durou três horas, durante as quais se realizou uma edificante troca de considerações e conhecimentos.

Durante a sessão de debate verificou-se que, em termos de intervenções efectuadas pelos participantes, a CIG e o SEF demonstraram maior número de

intervenções comparativamente às outras instituições presentes. Porém, deve-se esclarecer que o menor número de intervenções não reduz a importância das restantes intervenções, todos os discursos apresentaram a sua contribuição, valor e preocupação diante do estudo do crime de tráfico de pessoas.

**Tabela 8 - Focus Group: Número de intervenções de cada instituição**

ENTIDADE	1ª PARTE	2ª PARTE	TOTAL
APAV	1	3	4
ACM	1	7	8
CIG	6	15	21
SEF	7	12	19
PF	3	6	9
PJ	1	6	7
A.COMUNIDÁRIA	8	6	14
PARÓQUIA	2	9	11
N.Sr <sup>a</sup> FÁTIMA			
<b>TOTAL</b>	<b>29</b>	<b>64</b>	<b>93</b>

**FONTE:** a autora, decorrente da análise das intervenções.

#### **4.3 Factores que motivam a diferenciação dos dados estatísticos sobre tráfico de pessoas para exploração sexual**

A ausência de uma maior colaboração por parte das vítimas acaba por dificultar a sua sinalização e consequente a investigação. Desta forma, foram colocadas aos participantes, na primeira parte do debate, questões sobre as constantes cifras negras do crime de tráfico, principalmente para fins de exploração sexual.

É importante ter sensibilidade, estar preparado e saber abordar uma vítima de tráfico. Contudo, em muitos casos torna-se complicado devido à fragilidade, medo, trauma vivido pelas vítimas, bem como a falta de preparação. Algumas vítimas acabam por não colaborar com a investigação, por muitas vezes acharem que a Polícia tem um papel repressivo, que as irá reportar ou atrapalhar as suas expectativas de vida.

“(…) as vezes quando agente fala em tráfico, agente fala em engano de pessoas, em perspectivas de melhoria de vida, ofertas de emprego em que essas pessoas migram e não querem colaborar com a investigação (…) confundir inclusive as vezes a gente tem que ter muita sensibilidade quando você vai abordar alguém para conversar sobre tráfico de pessoas porque elas começam a não ter noção de nada de absolutamente nada” (Focus Group, PF, 15 de maio de 2015)

Segundo o representante da PJ, a tendência dita que a maior parte de cidadãos brasileiros é vítima de lenocínio. Não se detectam, por conseguinte, estruturas

criminosas muito organizadas por trás. Há sempre a indicação de um conhecido que facilita um alojamento, etc, tornando o número de tráfico de pessoas muito reduzido.

“ (...) até então a dificuldade da nossa investigação é que as pessoas quando elas buscam uma melhoria de condição de vida quando a polícia quer a Polícia Federal, SEF ou qualquer Polícia do mundo vai fazer a abordagem há uma situação dessas, a tendência das pessoas é de achar que a repressão do Estado tá querendo prejudicá-la...” (*Focus Group*, PF, 15 de maio de 2015)

(...) é difícil detectar as vítimas, antes à chegada ao destino, antes da exploração (...) em todos os crimes maiores ou menores, em termos de vítimas de tráfico de pessoas em investigações nossas, vítimas brasileiras são um valor infero.” (*Focus Group*, PJ, 15 de maio de 2015)

Neste excerto, é possível ter acesso ao conhecimento empírico dos intervenientes que se seguem, muitos deles por trabalharem directamente na elaboração de políticas públicas de combate ao tráfico de pessoas para fins de exploração sexual em Portugal, que nos demonstram através dos dados divulgados. Segundo o representante da CIG, com base no Eurostat de 2014, a nível mundial o tráfico para fins de exploração sexual está em primeiro lugar, em Portugal a situação mais sinalizada é a de tráfico para exploração laboral.

“(...) com o grau de ocultação no tráfico de seres humanos os números são e valem o que valem no ponto de vista da sua dinâmica... os números que nós temos oficialmente ou dos que são colhidos pelo observatório que resultam do que é reportado quer seja pela sociedade civil quer seja pelos órgãos de polícia criminal, espalham uma realidade que de alguma forma é um contra-ciclo num espaço mundial e até no espaço europeu...” (*Focus Group*, CIG, 15 de maio de 2015)

“(...) o tráfico é um fenómeno além de criminal, social extremamente complexo n’ é? Ligado a outros fenómenos também de igual complexidade como a imigração, auxílio a imigração ilegal a questão do lenocínio e outras muitas que acompanham, acho que a questão da sinalização está estritamente ligada a isso não é?” (*Focus Group*, APAV, 15 de maio de 2015)

#### **4.4 A necessidade de intercâmbios de informações e de formações**

Nas intervenções seguintes, destaca-se a preocupação com a importância da formação dos órgãos de polícia criminal e da magistratura, bem como a necessidade de mais conhecimento deste crime.

Percebe-se que há uma maior preocupação com os magistrados, um pilar crucial nas tomadas de decisões. É, por isso, importante haver mais conhecimento sobretudo com os indicadores que caracterizam o crime de tráfico de pessoas. O conhecimento



aumenta a sensibilidade dos intervenientes em diversos aspectos, seja na tipificação, facilidade de comunicação entre vítimas e autoridade, social, pessoal etc. Perceber que o crime existe é complexo, mas com maior preparo pode obter-se provas suficientes e chegar à punição dos culpados.

“A magistratura está mais atenta à questão do tráfico. Aqui há 15 anos, para dar o exemplo, era quase impossível uma condenação associação criminosa. A magistratura tendo conhecimento, havendo mais investigações, estando sensibilizadas para a situação, havendo um conhecimento da sociedade, consegue-se mais condenações nesse sentido” (*Focus Group*, PJ, 15 de maio de 2015)

(...) trabalhar a formação nesta perspectiva não é só dizer os indicadores para reconhecer, não se trabalha muito a formação neste aspecto e isso tem sido feito, quer no Campo dos órgãos de polícia criminal, quer no outro campo que é essencial que é as magistraturas, (...) é o fim e o início de um processo dessas situações e portanto isto tem sido feito.” (*Focus Group*, CIG, 15 de maio de 2015)

Seguindo esta lógica de uma maior preparação, todos concordaram que essa necessidade é clara, não só para os magistrados, mas para todos os que trabalham na perspectiva de abordagem e apoio à vítima. Actualmente, a cooperação entre as diferentes instituições nacionais e internacionais, juntamente com a sociedade civil, na opinião de quase todos os participantes, tende a ser maior se comparada a anos anteriores. Este aumento tende a favorecer a investigação, possível identificação da vítima e consequentemente a tipificação do crime.

“ (...) então a percepção nossa é muito complicada e agente tem de ter muita sensibilidade na abordagem, porque se não agente não vai conseguir absolutamente nada de informação e sem a cooperação internacional quer judicial quer policial, fica mais difícil ainda a detecção, que às vezes para caracterização do tipo criminoso né? Nós precisamos é de dados além das fronteiras e se não houver o intercâmbio de informações entre as polícias nós não vamos conseguir reprimir.” (*Focus Group*, PF, 15 de maio de 2015)

Relativamente ao contexto da investigação, são mencionados vários factores que intervêm na busca pelos culpados e tipificação do crime. A ausência de redes criminosas aumenta a dificuldade. No entanto, quando existe uma estrutura criminosa torna-se mais fácil, na perspectiva da investigação, o combate.

Quando se fala do Brasil está-se a falar de um país considerado de origem e exportação de mulheres vítimas deste crime de tráfico para exploração sexual. Portugal, na opinião de algumas instituições, serve mais como país de trânsito, sendo a Espanha e

a Itália países mais atractivos, não havendo talvez, neste sentido, uma rede criminosa com grandes estruturas, pois seria mais fácil a sua identificação.

“(…) Se nós nesta altura do Campeonato estamos a espera de que haja efetivamente uma espécie de estrutura de associação criminosa, que tem bases no Brasil ou perfeitamente associadas a células em Portugal ou outras bases e que gera isto num tipo de negócio piramidal em vamos identificar a estrutura da organização da base ao topo cada um com uma função definida etc. (...) se nós tivermos uma mera estrutura organizacional tipicamente criminosa obviamente que sendo sempre difícil este tipo de investigação, é mais fácil porque temos um rosto para combater.” (*Focus Group*, SEF, 15 de maio de 2015)

Neste sentido, chama-se atenção de que, mesmo desmantelando um grupo criminoso muitas vezes torna-se mais fácil conseguir condenações por imigração ilegal e lenocínio, por serem crimes próximos e/ou conexos com o tráfico de pessoas, tal complexa as vezes é a investigação.

Nessa perspectiva, segundo o agente da PJ, quando se trata de cidadãos brasileiros a tendência é a de serem vítimas de lenocínio, sendo a investigação célere, por não se detectar uma estrutura criminosa por trás. Este facto torna o número por tráfico de pessoas muito reduzido. Neste ponto o representante da CIG sublinhou até que ponto o crime do lenocínio é mais fácil de provar no envolvimento ou na investigação criminal, apresentando e discutindo exemplos de casos de pesquisas em 2008 sobre os números do lenocínio. Segundo o representante da CIG, as vítimas muito poucas vezes afirmam ser vítimas de tráfico. Muitas delas nem sabem que são vítimas. Diante dessas questões, percebe-se que as intervenções na tipificação do crime acabam por interferir nestes resultados, mesmo punindo alguns culpados a dimensão do crime está aquém dos dados estatísticos.

“(…) nós ganhamos do ponto de vista social do ponto de vista criminal porque retiramos digamos que do mercado do crime um tipo de organização que potencia sempre o tráfico de seres humanos, e portanto nesta perspectiva se eu conseguir uma condenação eventualmente significativa na área do lenocínio, da imigração ilegal ou de outro tipo de criminalidade conexa, já é digamos neste ponto de vista um ganho a nível daquilo que é a perspectiva da investigação e da justiça. (*Focus Group*, SEF, 15 de maio de 2015)

Para melhor estabelecer os intercâmbios e informações, destaca-se a necessidade de assistência, encaminhamento e linhas de apoio ao imigrante e vítimas de tráfico, com a finalidade de um trabalho em rede que permita uma melhor identificação.

“ (...) do Tráfico de Seres Humanos, tem uma linha que recebe as denúncias e depois é encaminhado para os órgãos públicos e a polícia criminal, por exemplo, durante o ano passado 2014, nós não tivemos uma única denúncia, na linha do Disk..., provavelmente haverá muito mais vítimas do que aquelas que se conhece, se conhecem os dados estatísticos.” (*Focus Group*, ACM, 15 de maio de 2015)

Neste sentido, questionou-se o porquê de as pessoas denunciarem pouco, se as que denunciam conhecem os parâmetros sobre este crime e se alguma se enquadrava no crime de tráfico. A resposta obtida referia que a maioria das pessoas que denunciam são terceiros. Segundo informações de anos anteriores, não especificamente de tráfico, poucas têm noção deste crime, denunciam por identificarem que algo não está bem. De acordo com as denúncias, diante de questões que vão sendo levantadas, poderá ser identificada alguma vítima de tráfico. Neste caso, transmite-se as informações para os órgãos criminais competentes investigarem.

“ (...) Nós não cabe definir se é vítima ou se não é, portanto a partir do momento em que nos chegam uma denúncia nossa obrigação é fazer chegar aos órgãos de polícia criminal que são quem irá investigar e... se trata de tráfico ou não.” (...) mas nunca aconteceu, eu ter uma denúncia de alguém que diz: eu conheço uma vítima de tráfico! Não” (*Focus Group*, ACM, 15 de maio de 2015)

Segundo a APAV, organização não-Governamental, que presta apoio à vítima de crime, 95% dos casos são de violência doméstica. Na maioria dos casos são mulheres brasileiras, por ser a maior comunidade imigrante em Portugal, reflectindo desta forma nas estatísticas. Esta instituição gere um dos centros de atendimento e proteção para as vítimas de tráfico, porém, segundo é dito, as denúncias de potenciais casos de tráfico são poucas. Têm uma dimensão muito reduzida, rondando nos últimos anos 10 a 15 casos, mas que até ao presente momento há registo de mulheres brasileiras vítimas de tráfico.

#### **4.5 O consentimento e a análise da mulher brasileira, face opinião dos participantes**

Como vimos em capítulos anteriores, a questão do consentimento da vítima provoca diversas divergências no que concerne à prostituição ou trabalho sexual. Divergência que acaba, muitas vezes, por afastar a hipótese de vítima. O que o Protocolo estabelece e o que está na legislação quanto ao tráfico de pessoas é que o

consentimento não impede a classificação de vítima, é uma questão independente da vontade da vítima.

A visão sociológica do problema está sempre ligada a um olhar crítico e, em muitos casos, preconceituoso. Por vezes o preconceito é generalizado quando se fala da mulher brasileira, que acabou por se tornar o foco central dos discursos nesta sessão.

Esta parte da sessão levantou várias questões em torno da percepção sobre a mulher brasileira. Como está criado seu perfil no contexto português, que não deixa de ser influenciado pela perspectiva sociológica e de género, numa visão negativa generalizada que implica a existência de estereótipos, que acabam por influenciar as investigações de tráfico de mulheres para exploração sexual.

“(…) é algo que nos tem preocupado é que é a nossa visão a cerca da mulher brasileira também no contexto português e o que ela significa, é nossa idealização da mulher brasileira e a nossa idealização de uma coisa que é o consentimento e portanto, quando nós falamos do consentimento afastamos muitas vezes a hipótese da sinalização de alguém que possa ser potencialmente uma vítima de tráfico.”  
(*Focus Group*, CIG, 15 de maio de 2015)

Estes factores condicionam a realidade actual referente aos números que não são reportados, aqueles que são reportados estão abaixo dos números que potencialmente existem, seja na sinalização ou identificação das vítimas. Para isto há todo um processo de recolha de dados e uma estrutura por forma a trabalharem integrados.

“(…) nós não podemos esquecer que aqui o Observatório de Tráfico de Seres Humanos recolhe é a realidade que lhe é reportada do ponto de vista de acolher e apresentar as sinalizações depois a identificação tem um processo que passa pelos órgãos de polícia criminal competentes e nas reuniões semestrais que tem para identificar aquelas ações e ouvir os processos (*Focus Group*, CIG, 15 de maio de 2015)

“(…) a percepção que elas têm delas próprias porque deram o seu consentimento de vir para prática prostitutiva implica que elas próprias não se reconheça como vítima.” (*Focus Group*, CIG, 15 de maio de 2015)

Em algumas intervenções durante o debate, vê-se que alguns participantes foram objectivos relativamente à idealização da mulher brasileira no contexto social. Para alguns, há um estereótipo de mulher hiper-sexualizada transmitido em parte pela representação das novelas brasileiras e ao turismo sexual. Ou seja, o que é exportado

transformou-se numa concepção negativa da mesma. E foi devido a esta questão que o debate na 1ª parte se tornou mais amplo.

“ (...) depois da sua própria representação e das nossas representações sociais eu as vezes digo de forma mais forte em alguns contextos ser brasileira é puta e portanto não interessa e não identificamos desculpa a dureza das palavras mas muitas vezes fazemos esta associação direta...” (...) porque nos é vendido também socialmente o Brasil como o país das mulheres lindas das bundas grandes e tudo mais e portanto a nossa própria perspectiva social e o Brasil também como o país de destino de turismo sexual e portanto nós importamos o turismo sexual de forma não é? (*Focus Group*, CIG, 15 de maio de 2015)

Nas percepções de alguns participantes, os factores que de algum modo motivam ou induzem determinadas visões da mulher imigrante em especial a brasileira são não o saber académico da construção do perfil, mas a construção pelos meios de comunicação. Resultando num perfil da mulher brasileira “diferente” do perfil da mulher portuguesa.

Papel de género não aceitável à partida pelo português. O preconceito dita que a maioria vem para exercer trabalho sexual consentido. Questiona-se, assim, o porquê de ser vítima? Ou seja, analisando essa questão entende-se que o simples fato de ser brasileira e de se ter consentido no trabalho sexual, mesmo caindo nas redes do tráfico, torna-a menos vítima.

“ (...) não podemos esquecer como é que Portugal constrói o perfil da mulher brasileira? Não constrói nos livros da escola ou pontualmente poderá haver uma caricatura escolarizada desse encontro de Portugal Brasil, constrói nos últimos 40 anos através do meio de comunicação privilegiada que se chama telenovelas...” (*Focus Group*, Paróquia N.Sr.ª de Fátima, 15 de maio de 2015)

O mesmo participante expôs também que a telenovela serviu como porta de entrada para o divórcio em Portugal após o 25 de abril, remetendo a mulher brasileira à entrada de um perfil até então desconhecido no país.

Após o seu comentário, houve alguns intervenientes que se posicionaram contra algumas considerações. Para muitos, as considerações conduzem a generalização e põem em causa, com algumas distorções, o perfil da vítima. A discriminação surge como num pacote que soma ao facto de ser mulher, imigrante, sozinha e independente. E principalmente a agravante, relativa ao facto de muitas vezes de ser brasileira.

“Sim concordo e discordo em algum ponto, eu acho que tem que ver com os dois, de ser mulher lógico, e de estar exercendo o trabalho sexual e com um adicional eu

acho que aqui a mesmo a questão da discriminação múltipla (...) muitas não são mulheres que vieram pelo reagrupamento familiar (...) a brasileira ela pode ser loira, branca, negra entendeu? Ela vai sofrer o impacto por ser brasileira, pode ser de todas as cores.” (*Focus Group*, A.ComuniDária, 15 de maio de 2015)

Para o representante da PF há controvérsias e confusão em relação a alguns conceitos no que toca ao tratamento a mulher brasileira. A maneira como tratamos a questão e o próprio tráfico está impregnando de toda uma lógica machista. Chamando a atenção para um conceito que não reflecte a realidade brasileira.

“Mas quando agente trata de tráfico agente está tratando de pessoas, você pode olhar até um perfil na situação brasileira, não reflete nem 1% da população brasileira isto está envolvida com a prática desse tipo de risco, e infelizmente as mulheres brasileiras estão levando uma fama que não possuem, as próprias novelas não refletem a realidade brasileira, são bem evolutivas a de vocês também não, né?” (*Focus Group*, PF, 15 de maio de 2015)

(...) digamos que essa capacidade de libertação que a própria mulher brasileira em termos educativos teve e tem e vai continuar a ter numa dinâmica digamos na afirmação da própria mulher na sociedade, que vai desse tipo de profissão até outro tipo de muita coisa outro tipo de afirmação das mais diversas profissões, e portanto tudo isto tem de ser entendido dessa perspectiva. (*Focus Group*, SEF, 15 de maio de 2015)

Na opinião da APAV existe sempre o perigo da discriminação e generalização nas instituições e serviços que tratam as vítimas, culpabilizando essas mulheres pelo próprio sofrimento. Em especial, a brasileira ou outro grupo específico que, em muitos casos, são alvo de formas diferenciadas de atendimento.

Assim como a APAV, muitas das instituições presentes afirmaram que ainda existe, de facto, discriminação em relação à mulher brasileira. Essa discriminação pode comprovar-se no dia-a-dia. Há, ao mesmo tempo, a preocupação em mudar estes tipos de posturas preconceituosas. Na opinião da maioria, a situação já foi pior e reconhece-se que há mudanças e que algo está sendo feito para melhorar. Seguem abaixo algumas opiniões das várias instituições mencionadas sobre este assunto:

“ (...) nós notamos sim que a descriminação existe na percepção da mulher brasileira enquanto vítima (...) como se a mulher brasileira estivesse mesmo aqui para sofrer esse tipo de coisa não é? Se tá aqui a prostituição é uma consequência natural, se tá aqui a exploração é uma consequência natural, se tá aqui a discriminação é uma consequência natural, violência doméstica também veio aqui pra que? Isso as mulheres brasileiras ouvem muito mais do que as vítimas de outras nacionalidades.” (*Focus Group*, APAV, 15 de maio de 2015)

“Eu queria deixar aqui só uma nota, para colaborar com isso tudo que o PF disse, é há de facto essa preocupação, em termos éticos de valores etc. Junto das próprias polícias em que há disciplinas específicas para tratar disso, de facto para se evitar esse preconceito, muitas das vezes contra muitos dos cidadãos, que são nosso utente etc.” (*Focus Group*, SEF, 15 de maio de 2015)

“ (...) há de fato na minha visão uma discriminação institucional fortíssima (...) vem sempre uma perspectiva ali no olhar da prostituição, isto eu vejo em todas as instituições, nas fronteiras nas esquadras, quando agente leva uma denuncia de violência doméstica, há um trato desfavorável ainda há um tratamento desfavorável com a mulher brasileira muito claro. E também outras instituições como a Segurança social.” (*Focus Group*, A.ComuniDária, 15 de maio de 2015)

#### **4.6 Divergências quanto à legalização da prostituição, sua prática e distorções em termos de tráfico para exploração sexual**

Esta passagem do debate, referente à prostituição ou trabalho sexual como muitos preferiram chamar, não deixa de ser um assunto polémico e que causa sempre algumas divergências. Divergências essas sobretudo no que toca à sua legalização e regulação laboral ou ausência da mesma, aos contornos que poderiam surgir na ocultação do tipo de profissão ao olhar da sociedade, o tratamento que lhe é proporcionado, o receio de assumir um trabalho não bem visto. Factores que se tornaram outro dos pontos fortes do debate.

A par da questão do trabalho sexual, foi apontada pela Associação Comunitária, por exemplo, a falta de apoio quando a eventual escolha não dá certo, seja na opção profissional quando se sofre situações de opressão e exploração, ou por engano ao cair nas redes de tráfico.

Situações em que se encontram irregulares, segundo menciona a Associação, em determinadas áreas de Portugal, 85% das mulheres que trabalham na prostituição são brasileiras. Ressalva ainda o trabalho não reconhecido em Portugal, que acarreta maior dificuldade por se viver em situações ocultas e sem protecção. No entanto justifica em seguida que a sua posição não é em defesa da legalização, a sua preocupação é relativa à situação irregular da pessoa.

(...) o que me preocupa na questão da legislação propriamente é realmente a questão de uma mulher migrante, não documentada, que está atuando no trabalho doméstico, é isto que me preocupa, entendeu? (...) várias tentam buscar outra forma, que eu acho até fraudulenta, e é orientada para buscar uma outra profissão

com contratos de trabalhos falsos entendeu? Tipo usando principalmente o trabalho doméstico como contratação. (*Focus Group*, A.ComuniDária, 15 de maio de 2015)

Em contrapartida, dá-se atenção, neste momento do discurso, à questão da legalização da prostituição, embora não se justifica a resolução do problema e a diminuição das cifras negras em relação ao tráfico. Desta forma não é pelo facto de alguns países terem legalizado o trabalho sexual que o problema do tráfico cessa.

“(...) eu estive há dois anos em Amsterdão e um marinheiro muito claramente dizia (...) as cifras negras do tráfico não diminuíram pelo fato de termos a prostituição legalizada e ninguém me garante que aquelas mulheres que estão na montra não são traficadas. (...) é muito perigoso no meu ponto de vista quando entramos com discursos desse gênero, no sentido da defesa ou não defesa da legalização da prostituição, e eu não vou entrar por aí. (...) muito cuidado com isto, porque podemos estar a dar um tiro nos pés.” (*Focus Group*, CIG, 15 de maio de 2015)

Seguem-se explicações e posicionamentos quanto à questão da legalização da prostituição e abre-se a discussão à condicionante do trabalho em bares de alterne. Muitas instituições têm a mesma opinião e alertam que trabalhar em bares de alterne não é semelhante à prostituição. O trabalho em bares de alterne tem enquadramento legal.

“Eu quero deixar aqui só uma nota que foge da perspectiva meramente penal (...) o fato de se trabalhar num bar de alterne isso não significa a prostituição, não significa, nós temos decisões, a nível da contornação judiciais em que o magistrado sanciona o empregador pelo fato de estar a fazer exploração laboral daquela pessoa, em milhares de euros Coimbra tem vários exemplos desses, em que há sentenças neste sentido...” (*Focus Group*, SEF, 15 de maio de 2015)

A realidade do tráfico é escondida, portanto é difícil perceber, através das atitudes, a verdadeira profissão e se, por trás da mesma não existem indicadores de tráfico então daí resulta situações de ineficácia em termos de dados objectivos.

“(...) claro que nunca vamos ter, nem temos meio de ter dados objetivos que representem a realidade do tráfico, porque por si é uma realidade escondida, (...) temos que em conjunto procurar indicadores, sinais, indiciadores que nos permitam tentar perceber se calhar por de trás de determinado tipo de atitude ou por exemplo dessa dos falsos contratos de trabalho doméstico estará outra coisa e que isso pode indiciar tal crime. (...) quando estamos a pensar de grupos que já estão fragilizados pela condição de imigrantes e pela condição de imigrantes que estão muitas vezes ilegais, que é o perfil da origem (...) estamos a falar de posturas sociais muito diferentes e também se calhar por isso mesmo são ainda mais difíceis de detectar enquanto tráfico, porque já têm em si todo um jogo de vivência que de alguma maneira já tinha aprendido, no próprio tráfico, por tanto já aprendeu a lidar com



isso de um modo, que a partida o europeu não lhe daria, no caso uma europeia portanto ainda é mais difícil de identificar. (*Focus Group*, Paróquia N.Sr.<sup>a</sup> de Fátima, 15 de maio de 2015)

#### **4.7 Reflexão institucional quanto às medidas de protecção às vítimas de tráfico para exploração sexual**

Na segunda parte do debate foram postas questões aos participantes no contexto das políticas públicas e planos nacionais de combate ao tráfico de pessoas. O que está sendo feito? E se reflecte nos acordos bilaterais? Ainda há muito por fazer?

Na opinião dos participantes, principalmente das instituições que trabalham directamente com esta problemática e dos órgãos de polícia criminal, houve mudanças ao longo dos anos, no entanto há muito por fazer. Abre-se, assim, um leque de discussões que trazem à tona questões legislativas e processuais. No princípio segundo o qual a solução, independente das diretivas, acordos ou legislação, deve ir além dos termos processuais para abarcar a prática.

Diante disto, foi demonstrada preocupação face à perspectiva futura de vida das vítimas de tráfico, a sua reintegração. Atendendo ao que refere a legislação, a exemplo da obtenção da autorização de residência e do período de reflexão, existe uma lacuna em termos de apoio prestado *a posteriori*. O que se fará depois? Alertando para o facto de que está tudo planificado apenas em teoria.

“Óbvio que a partir do momento em que acaba todo o processo judicial, a pessoa tem o título de residência, passa a ser um cidadão residente em território nacional mas falta depois tudo o resto, que é a questão do trabalho, a questão da habitação. (...) os refugiados em Portugal, durante um certo período de tempo têm um apoio monetário da Segurança Social...eu creio que isso não esteja pensado para as vítimas de tráfico.” (*Focus Group*, ACM, 15 de maio de 2015)

“Vamos tirar essa pessoa que está aqui num sítio qualquer de Lisboa ou numa grande cidade, e vamos mandar para o interior do país? Ou vamos mandar para outra cidade? Quem é que lhe vai dar emprego? Regressar eventualmente ao país de origem não resulta na maior parte das vezes porque é mais fácil cair outra vez na própria rede de tráfico.” (*Focus Group*, SEF, 15 de maio de 2015)

Contrapondo estas intervenções, o representante da CIG, no sentido de melhor esclarecer a sua posição e o seu conhecimento de caso, discorda. Segundo o mesmo, nem tudo se aplica apenas na teoria, deve-se levar em consideração o período temporal,

iniciado em Portugal em 2007, que é recente. Neste aspecto há toda uma estrutura e critérios a serem seguidos seja a nível jurídico-penal ou do ponto de vista social.

“E já há, felizmente, processos de sucesso do ponto de vista quer de reintegração na sociedade portuguesa ou de integração, como queiramos, quer também nos países de origem ou de outro país em que as pessoas optaram pôr estar.” (*Focus Group*, CIG, 15 de maio de 2015)

#### **4.7.1 A importância do trabalho das organizações de base local no favorecimento para implantação e dinamização das políticas públicas de prevenção**

Deve-se capacitar as organizações de base local para que melhor efectivem as políticas públicas, a fim de atingir a suas metas.

Os trabalhos de base no apoio à vítima, para um melhor funcionamento em várias áreas, têm apoios específicos, como por exemplo o centro de emprego cujo objectivo é encontrar medidas proactivas que resultem num trabalho articulado seja no emprego ou na habitação.

“ (...) neste momento tem protocolos com o IEFP, com câmaras municipais, que procura e que trabalha quer as questões da habitação, quer as questões da saúde, quer as questões do emprego. Portanto, há um trabalho articulado e isso foi a grande vantagem que nós fomos construindo...” (*Focus Group*, CIG, 15 de maio de 2015)

“ (...) uma coisa que interessa é o que está o terreno, e o que está no terreno são as organizações de base local, e é essas que é necessário capacitar.” (*Focus Group*, CIG, 15 de maio de 2015)

No âmbito das políticas públicas destacam-se os Planos Nacionais. Neste sentido, os participantes são questionados sobre as possíveis melhorias em Portugal, nas intervenções nos acordos bilaterais com o Brasil.

Quando se fala dos acordos de cooperação, quando se fala de uma intervenção mais articulada, quer dizer, se o SEF e o Brasil têm uma série de ligações de um lado e doutro, ou a PJ, e não trabalharemos estas questões de uma forma articulada... não, podemos ter os planos todos. Nós temos trabalhado muito com o plano do enfrentamento do tráfico. (*Focus Group*, CIG, 15 de maio de 2015)

Todos concordam que sociedade civil passa a ser um ator relevante nos apoios de base de prevenção a este crime de tráfico de pessoas. Na opinião de alguns órgãos governamentais e ONGs, os próprios planos nacionais estão obtendo evoluções neste

sentido. Acresce que o primeiro plano nacional esteve focado na exploração sexual, pois era o que a realidade, quer internacional e nacional, apresentava.

“ (...) os planos são um bocado cartas de intenções, não são medidas legislativas, vinculativas ou de atuação. É um olhar sobre a realidade e estabelecer metas e indicadores que possam definir uma política e uma intervenção.” (*Focus Group*, CIG, 15 de maio de 2015)

Adiciona-se outro factor preponderante em termos de evolução mencionada no debate, a existência de confiança que antes era impensável entre a Polícia e organizações da sociedade civil que estão no terreno. Hoje muitas acompanham a polícia em algumas diligências.

“ (...) dou-te o exemplo de uma evolução fantástica. Onde é que a PJ ou o SEF há 10 anos atrás levava uma organização da sociedade civil a uma rusga? (...) hoje em dia, quer uma força policial quer outra se prevê que vai encontrar alguma situação de tráfico, já não sai para rua, deixem-me utilizar esta expressão, sem falar com as equipas de base local, as equipas multidisciplinares «vamos ter isto, era importante que vocês nos acompanhassem, porque nós não sabemos muito bem o que vamos encontrar».” (*Focus Group*, CIG, 15 de maio de 2015)

“Hoje em dia os planos nacionais de combate e prevenção ao tráfico são discutidos e planeados nas organizações da sociedade civil. (...) Esse envolvimento, também, não é visto, não é presente noutros países da União Europeia”. (...) é um avanço muito importante, isso possibilita que duas vezes por ano organizações da sociedade civil se encontrem em Bruxelas e discutam as políticas do tráfico. (*Focus Group*, APAV, 15 de maio de 2015)

“Tenho sentido que a instituição que eu represento, apesar de ser uma pequena organização, tem evoluído nesse sentido, não é? A partir da integração em várias redes que a associação faz parte, do Observatório, da rede também de combate ao tráfico da CIG, da ligação institucional, não só institucional, mas muito aproximada com o consulado brasileiro em Lisboa. Eu sinto essa evolução na nossa organização” (*Focus Group*, A.ComuniDária, 15 de maio de 2015)

A própria APAV sublinha as vantagens do trabalho em conjunto e da relação próxima que possui com as organizações em termos de intervenção, como o SEF, CIG e outras mais. Afirmando também que a sua união representa uma evolução.

Dando sequência ao diálogo, as instituições consideraram de forma consensual que o trabalho integrado que têm vindo a desenvolver, não só com os órgãos representativos ou polícia criminal, mas também com a sociedade civil, proporcionam

uma melhor aproximação junto a vítima, já que em muitos casos a vítima sente-se desconfortável em dialogar com um agente policial não cooperando, assim, com a investigação.

“Permite que aquela vítima que está ali, que a polícia não consegue falar logo porque ela desestabiliza (...) é a polícia a conseguir fazer o seu trabalho e ter a cooperação disto com vista à condenação e temos aquela vítima a confiar no sistema porque o que ela vê não é o nosso sistema. (...) e a pessoa o que tem do lado de lá é uma visão completamente diferente do sistema, e isto complica, complica a intervenção. Não está tudo feito, é preciso fazer muito mais.” (*Focus Group*, CIG, 15 de maio de 2015)

“A vítima que o SEF precisa que se proteja por questões criminais e judiciais do ponto de vista do processo, este é um interesse, mas o SEF não vai ter esta colaboração se a vítima não estiver estabilizada, capaz de falar, capaz de prestar um depoimento que seja importantíssimo para aquilo e perceber que afinal o SEF não quer voltar a colocar no circuito, antes pelo contrário.” (*Focus Group*, ACM, 15 de maio de 2015)

No entanto o problema é complexo, quando se trata de uma vítima estrangeira. Mesmo com acordos, existem lacunas pois o país de origem não está preparado para receber, acolher e prestar segurança aquela vítima.

(...) Existe esse risco do retorno, não é resposta, a pessoa não tem opção se ela é de um determinado estado do Brasil, não há nenhum apoio governamental brasileiro no caso, por exemplo, para que ela vá sozinha ou com a família para algum outro estado onde tem algum tipo de proteção e não volte para a situação social que deu origem ao tráfico.” (*Focus Group*, APAV, 15 de maio de 2015)

Nota-se um maior interesse pelo estudo académico e de investigação sobre este tema do tráfico de pessoas. Este facto mostra o despertar para uma nova realidade até então desconhecida. Um contributo que proporciona maior visibilidade sobre este crime, servindo como instrumento de divulgação. Neste aspecto durante a sessão é destacado o estudo científico de Duarte e de Boaventura Sousa Santos em 2007 como o primeiro a apresentar este tema de tráfico de mulheres para fins de exploração em Portugal.

“ (...) demonstra que objetivamente, isto passou a começar a ser uma realidade social (...) Eu faço sempre o exemplo com a violência doméstica, eu estou nisto há 21 anos, há 21 anos eu não trabalhava na violência doméstica como trabalho hoje e a sua visibilidade era completamente diferente. Não era um fenómeno socialmente aceite, se quiseses, para discutir sequer, e hoje é indiscutível. O tráfico nós temos que atingir patamares deste nível, ou seja, que socialmente nós saibamos aquilo que

estamos a falar, e que também é uma forma de o combater.” (*Focus Group*, CIG, 15 de maio de 2015)

Uma das questões levantadas foi relativa à participação das autarquias em Portugal. Se existem ou não meios e capacidade de apoio para a realidade do tráfico de pessoas. Em resposta, a CIG menciona que são estabelecidos protocolos de actuação, os quais possuem em quase todos os municípios. Esta colaboração representa maior coordenação com os poderes locais, permitindo a articulação e sensibilização tanto para as questões de género como de igualdade, podendo desta forma melhor trabalhar a problemática do tráfico de pessoas.

“ (...) eu acho que há uma sensibilidade muito maior, embora considere que em termos de responsabilidades nesta matéria que ainda é necessário fazer muito mais junto das autarquias. (...) o exemplo que lhe dei da rede regional do norte, mesmo a de Coimbra, do centro, funciona também um bocadinho desta forma na área do tráfico de seres humanos, já consegue ter autarquias a colaborar com elas nesta matéria. Já consegue colocar pessoas em habitação social, já consegue trabalhar com as estruturas de emprego de base local no sentido da integração.” (*Focus Group*, CIG, 15 de maio de 2015)

Mais uma vez, é realçada a necessidade do envolvimento das organizações sociais, com o Estado e os poderes locais, nas intervenções a esta problemática.

“O Estado, ele precisa não trabalhar só na repressão, ele precisa ser mais proactivo para determinar o problema social que está ocasionando. (...) se houver vontade política, se houver organização social porque o Estado não faz nada sem o próprio povo, a sociedade precisa de dar o apoio, se não ninguém consegue nada. Eu acho que as organizações sociais são fundamentais no combate a esse tipo de atividade, a participação comunitária é fundamental, não é?” (*Focus Group*, PF, 15 de maio de 2015)

Levantam-se questões sobre aquilo que está estipulado na legislação relativamente à diferença entre crime de tráfico de pessoas, lenocínio e outras atividades relacionadas com prostituição. Se é fácil para um órgão de polícia criminal, operacionalizar o combate e prevenção e o que poderá ser feito neste sentido para melhorar.

Segundo a resposta obtida, por mais que se conheça a diferença entre o tráfico e outras práticas criminosas, é difícil distinguir qual é o crime que está em causa, principalmente no início da investigação, no decorrer da mesma tudo pode mudar.

“ (...) nós podemos fazer muita investigação e dizer «do nosso ponto de vista, isto é um caso de tráfico», mas o Ministério Público não ter esse entendimento e vai a julgamento por outro crime que acham mais fácil ou porque acham que não se conseguirá condenar por tráfico, há elementos suficientes noutras infracções para se obter a condenação.” (*Focus Group*, PJ, 15 de maio de 2015)

Algumas intervenções reportam que apesar das melhorias entre Brasil e Portugal, no que respeita a prevenção do crime de tráfico de pessoas em Portugal, existe a necessidade de maior integração entre o SEF e Polícia Judiciária junto a Polícia Federal do Brasil.

“Sinto, sinto melhorias, embora sinta que eventualmente o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras no caso concreto da instituição que represento possa colaborar mais e deva colaborar mais, e ter mais um aspecto prático de mais envolvimento com a própria polícia federal, não é? (...) ao nível da formação, desta forma de experiências muito concreta, podemos fazer mais qualquer coisa. (...) para trabalharmos de forma muito similar e, portanto haver, digamos que uma harmonização até dos procedimentos. (...) este trabalho em rede ao nível das polícias tem que ser necessariamente feito. (*Focus Group*, SEF, 15 de maio de 2015)

#### **4.8 A importância das Campanhas Nacionais de prevenção ao tráfico de pessoas**

Apesar de sentir a evolução em termos de colaboração entre associações e outras instituições, percebe-se a necessidade de maior reforço em termos de conscientização nas comunidades mais vulneráveis. Neste sentido, o destaque para as campanhas de prevenção, alertando sobre o risco de cair em redes criminosas de tráfico de pessoas, é justificado.

“ (...) a questão do tráfico, eu penso ainda há muito caminho por andar, as pessoas é de uma obscuridade imensa não é? “a gente entrou numa comunidade que tem uma presença cigana, a associação não tinha experiência com as comunidades ciganas. E o primeiro, o cartaz que a gente colocou, aquele cartaz imenso da CIG «Apanhadas no tráfico», foi incrível! A comunidade cigana passa no passeio, entra na associação e só olham para aquele cartaz. Aquele cartaz tem um impacto incrível.” (*Focus Group*, A.ComuniDária, 15 de maio de 2015)

Em seguida, foi mencionada especificidade desta última campanha. A anterior, do Coração Azul, apresentou um resultado não esperado, sobretudo em 2012, no auge da crise. Segundo a CIG, as pessoas tiveram outra interpretação e passaram a ligar à procura de emprego, segue o relato:

“(...) o cartaz apesar da figura tinha...era de uma mulher magoada, sentida, mas dizia, «Oferecem-lhe um trabalho no estrangeiro com alojamento garantido e um excelente salário, informe-se». Bem... Receberam chamadas à procura de emprego porque as pessoas fixaram-se na oferta de emprego. (...) As pessoas não se fixaram na imagem, não se fixaram em nada, fixaram-se naquela mensagem. Ou seja, o ACIDI, uma vez tenho a ligar-me «temos que tirar os cartazes, estamos invadidos de chamadas a pedirem-nos emprego». Como é que isto funcionou, e tinha a linha dos CAPES, e exatamente a mesma coisa.” (*Focus Group*, CIG, 15 de maio de 2015)

Nomeadamente, há quem discorde da amplitude dessas campanhas, afirmando que seu impacto é mínimo, até porque a maioria das vítimas são estrangeiras.

“Essas campanhas são sempre uma dificuldade, porque atingem também um nicho muito pequeno, não é? Sendo as vítimas, a maior parte das vítimas identificadas em Portugal estrangeiras... No caso do Brasil, o que é que adiantam as campanhas de prevenção aqui por mais eficazes que sejam no Brasil não têm impacto, não previne a vitimação e a vinda de mulheres ou homens brasileiros para cá.” (*Focus Group*, APAV, 15 de maio de 2015)

A importância da participação da Igreja ou outras entidades religiosas na prevenção, combate e apoio às vítimas de tráfico de pessoas é essencial. Algumas trabalham directamente com questões de género, ponto essencial para esclarecer determinadas questões sociais, com a função essencialmente de promover a dignidade humana e com papel fundamental na desocultação do fenómeno.

“(...) no caso concreto da igreja católica há documentos universais, da doutrina social da igreja que chamam a atenção para a exploração do tráfico. (...) do cuidado pelo tal respeito pela dignidade da pessoa. (...) noutras religiões... Sinto é que isso se calhar não está tão presente. (...) porque temos todo um perfil de submissão, de organização social, do papel da mulher, do papel da família, daquilo que cada um pode e de quem depende que pode facilitar a existência destas redes de tráficos.” (*Focus Group*, Paróquia N.Sr.ª de Fátima, 15 de maio de 2015)

“(...) nós temos na rede temos as Oblatas e as Adoradoras (...) institutos de religiosas, para além da promoção da dignidade humana foi muito um trabalho que elas próprias despoletaram do ponto de vista do conhecimento do fenómeno (...) A partir do apoio de base e sem julgamento, religioso até, à prática prostitutiva, mas do desenvolvimento da pessoa..., começaram eles próprios a identificar situações de tráfico. O Papa Francisco (...) tem criticado formalmente e claramente as questões do tráfico como algo que é inadmissível que aconteça.” (*Focus Group*, CIG, 15 de maio de 2015)

Devido talvez ao conhecimento de causa e por trabalharem com políticas públicas de combate a este crime, as intervenções de algumas instituições prolongaram-

se mais nesta segunda parte do debate. Esta segunda parte foi de suma importância para a troca de experiência e conhecimentos sobre o assunto, tanto para o estudo em causa como para os participantes. Proporcionando, desta forma, o levantamento de questões e posicionamentos.



## Conclusão

Este trabalho teve como objectivo analisar a temática do tráfico de pessoas para fins de exploração sexual, considerando o Brasil como exportador e Portugal como destino e trânsito. *A priori* não só se pretendeu delimitar esta temática relativamente às políticas públicas entre ambos os países, como também centralizar a questão no contexto português em termos de assistências, apoio e proteção às mulheres vítima de tráfico.

Os laços históricos existentes entre os dois países, seja no aspecto económico, cultural, político, acabam por facilitar o fluxo migratório. A comunidade brasileira residente é ainda considerada a principal comunidade estrangeira em Portugal, mesmo com o decréscimo de imigrantes devido à crise que despontou em 2008.

No âmbito da criminalidade organizada, o tráfico de pessoas é considerado um dos maiores crimes contra a dignidade humana, uma verdadeira violação dos direitos humanos, um meio de coerção criminoso que potencializa a prática escravocrata classificada na contemporaneidade para muitos como “escravidão moderna”.

As mudanças ocorridas em todo mundo, principalmente com o fim da Guerra Fria, proporcionaram o aumento dessas redes de criminosas em diversos países. A criação do mercado único europeu, ao criarem uma maior liberdade de circulação e consequentemente o aumento dos fluxos migratórios, potencializaram a actuação destas redes. A globalização reflecte todo esse paradigma mundial, que perpassa a nível económico, político, social, toda a sua expansividade e rapidez ao facilitar a consolidação dessas redes especializadas do crime de tráfico de pessoas. Devido à rapidez e facilidade dos fluxos, o mesmo país poderá servir como país de origem, trânsito e destino.

Considerado um tema complexo, é constituído por diversas modalidades, como a mendicidade forçada, exploração laboral, tráfico de órgãos, tráfico de crianças, além da exploração sexual. Esta última esteve em destaque ao longo do trabalho e foi caracterizada pela sua difícil identificação, devido à dificuldade em ter acesso a dados concretos e consequentemente as resultantes cifras negras.

Neste sentido, vê-se que o tema constitui um problema em expansão que se interliga com elementos que interferem nos dados, como o auxílio à imigração ilegal, lenocínio, a prostituição. Para, além disso, há neste com este último exemplo a questão do consentimento. Práticas que, apesar de estarem conexas, culminam muitas vezes em percepções erróneas quando inicialmente julgadas, com destaque para tráfico de mulheres para exploração sexual.

Desde fins do século XIX este crime ganhou grande visibilidade, sobretudo devido às mulheres europeias vítimas do tráfico conhecidas como “escravas brancas”. Estas mulheres eram traficadas para vários países, uma época especialmente patriarcal e numa sociedade onde se impunha a sujeição da mulher ao homem. As mulheres tornaram-se presas fáceis nas mãos dos traficantes.

O aumento deste crime tornou-se evidente no cenário internacional, propiciando uma maior preocupação e esforço a nível mundial. Esta maior preocupação permitiu a criação de diversas convenções, instrumentos e tratados com a finalidade de combater o tráfico para fins de exploração sexual. Neste sentido, destaca-se o Protocolo adicional à Convenção das Nações Unidas contra a Criminalidade Organizada Transnacional relativo à Prevenção, Repressão e à Punição do Tráfico de Pessoas, em especial de mulheres e crianças. Conhecido como Protocolo de Palermo, este instrumento significou grandes avanços comparativamente aos anteriores. Em termos de União Europeia ganha-se destaque para a Convenção do Conselho da Europa relativa a luta à contra o tráfico de seres humanos.

Todos estes tratados e convenções contribuem para o trabalho benéfico de criação de políticas públicas por parte dos Estados signatários que visam o combate a este crime e onde são estabelecidas as normas a cumprir.

Estes instrumentos que deram início em 1904 quando a comunidade internacional começou a despertar para a problemática do tráfico de mulheres, resultaram numa evolução histórica. Se em primeiro eram consideradas vítimas apenas as mulheres, com as seguintes convenções as vítimas foram incluindo as crianças e por fim passaram a englobar todos os seres humanos.

Exemplos destas políticas, consideradas um grande avanço, são os Planos nacionais de combate ao tráfico de pessoas no Brasil e em Portugal, os quais

contemplam os critérios estabelecidos pelo Protocolo. No entanto Portugal difere do Brasil, relativamente ao seu maior acompanhamento da vítima, por ser um Estado-Membro da União Europeia e estar vinculado aos actos legislativos da mesma. Para além disso, foram feitas alterações às suas legislações, tanto no CPP quanto na criação de directivas pelo Conselho Europeu, permitindo e propiciando uma maior abrangência em relação à protecção das vítimas e punição dos criminosos.

A Directiva 2011/36/UE é relativa à prevenção e luta contra o tráfico de seres humanos e permitiu um grande avanço no contexto europeu, ao inserir novas formas de tráfico como a mendicidade forçada e a exploração de actividades criminosas. Recentemente, mais um grande passo foi dado, referente à aprovação do estatuto da vítima de crime, a directiva 2012/29/UE que foi transposta para Lei nº130/2015 com importantes alterações no ordenamento jurídico português. Concluindo, muitas dessas alterações contidas no ordenamento são mais avançadas que as sugeridas no Protocolo, estabelecendo um significativo progresso na legislação portuguesa.

Percebe-se que em termos de exploração sexual, mulheres e crianças são as maiores vítimas (um facto) segundo os números divulgados. A vulnerabilidade apresenta-se através de diversos factores, sejam eles por questões de género, pobreza, exclusão social, discriminação, medo de represálias para si ou sua família, entre outros. A aprovação do Estatuto da Vítima, na Lei nº130/2015 como citada a cima, permite uma maior atenção no direito à protecção, à assistência e apoio à vítima de crime, seja no campo da informação, indemnização, cuidados de saúde entre outros.

Para melhor alcançar os objetivos desta pesquisa, foi elaborado um *focus group* de suma importância na análise das instituições. Desta forma compreendeu-se as percepções de cada uma delas, as suas críticas e sugestões sobre o tráfico de pessoas, em especial o de mulheres para fins de exploração sexual, sobretudo no contexto português.

Viu-se que na opinião de alguns participantes, o número de casos de tráfico de pessoas em Portugal, principalmente no que concerne a mulher brasileira é muito limitado. Segundo a PJ, a maioria dos casos são de imigrantes ilegais e lenocínio. Neste aspecto foi mencionado que os países mais procurados hoje são França, Espanha e Itália. Em parte, percebe-se que a invisibilidade do crime poderá ser um contraponto,

visto que é complexo e difícil de identificar. Uma coisa são os números outra é a realidade.

No que corresponde ao âmbito da abordagem da vítima e investigação, todos os presentes concordaram que há a necessidade de formação e maior integração por parte da polícia e restantes órgãos envolvidos no primeiro contacto. Enfatizaram a importância do preparo e sensibilidade em sinalizar uma possível vítima de tráfico humano e poder manter um diálogo. Embora reconheçam que é difícil, devido à fragilidade, medo e em muitos casos as vítimas culpam-se por estarem naquela situação. Foi também destacado o trabalho em conjunto com os órgãos de polícia criminal seja PJ, SEF e PF para melhor integração, articulação e eficácia no combate a este crime.

Essa formação perpassa nos sistemas de assistência e como essas instituições propõem em ajudar, sejam elas governamentais, ONGS, ou até a própria sociedade civil, no apoio e proteção à mulher vítima deste crime. Conclui-se neste aspecto que há a necessidade de um atendimento humanizado. Para isso, exige-se maior esforço, seja dos agentes criminais, equipas técnicas ou servidores públicos, para compreender a situação vivenciada por cada vítima. Compreender as particularidades e vulnerabilidades, no sentido de diminuir a distância entre a vítima e os profissionais presentes que estão no terreno para ajudá-la, num atendimento pautado pela dignidade humana.

Constatou-se que as denúncias na APAV e ACM, por exemplo, são poucas. As vítimas não denunciam e, muitas vezes, quando há denúncia, a pessoa não conhece os indícios do tráfico. O que acontece é que entender que algo profundamente errado se passa. As denúncias são, sobretudo por violência doméstica (o que também não descarta a possibilidade de tráfico) e, neste caso, segundo a APAV são mulheres imigrantes brasileiras.

No contexto português foram grandes as referências à mulher brasileira, em todo o debate. O olhar da sociedade relativamente ao “perfil” do ser brasileira é pautado pelo estigma generalizado. Muito possivelmente devido à grande presença, no início dos anos 90, da indústria do sexo de mulheres estrangeiras em Portugal, principalmente brasileiras. Ocasionalmente ainda na conjuntura actual discussões em torno da prostituição ou trabalho sexual como muitos preferem chamar. Esta problemática reflecte-se na associação da mulher brasileira à prostituta, mesmo sendo vítima de tráfico, o que se

reflecte, por sua vez, no aumento da obscuridade deste crime e, conseqüentemente, na inexistência de dados.

Na opinião de alguns participantes, os média têm um papel preponderante na criação do estereótipo relativo à mulher brasileira, segundo os mesmos talvez essa visão esteja ligada essencialmente às novelas brasileiras. É vendido ao exterior, para além de ser construído esse estereótipo, sobretudo através do turismo sexual. Um rótulo criado de mulher atraente, alegre e que poderá induzir à proliferação deste crime.

Apesar dos avanços legislativos, vê-se que há cada vez mais necessidade de políticas públicas voltadas para assistências às vítimas, seja na esfera pública ou privada. Sobretudo na formação dos profissionais que trabalham directamente com esta matéria. Conclui-se que deve haver ainda uma preocupação no apoio e assistência à vítima, mesmo com toda a legislação do estatuto da vítima que garante auxílio durante o processo, na prática existem muitas lacunas.

## Referências Bibliográficas

- Albano, M. (2013). Tráfico de seres humanos: a escravatura dos tempos modernos. *Comissão para a Cidadania e Igualdade do Género, Notícias* 89, 5–8.
- Anjos, F. A. et al (org.) (2013). *Tráfico de Pessoas: uma abordagem para os direitos humanos*. Secretaria Nacional de Justiça, Departamento de Justiça, 1.ed. Brasília: Ministério da Justiça.
- Associação Nacional dos Delegados de Polícia Federal. Tráfico Humano. Quem são as vítimas deste tipo de crime? Março 2013. Disponível em: <URL: [http://www.adpf.org.br/adpf/admin/painelcontrole/materia/materia\\_portal.wsp?tmp.edt.materia\\_codigo=5252#.VxJTcfrLIV](http://www.adpf.org.br/adpf/admin/painelcontrole/materia/materia_portal.wsp?tmp.edt.materia_codigo=5252#.VxJTcfrLIV) [Consulta em 15/04/2015]
- Barnhart, M. (2009). Sex and slavery: Na analysis of three models of state human trafficking legislation. *William & Mary Journal of Women and the Law*, 16, 83 – 132.
- Beck, U. (1999). *O que é Globalização?* São Paulo: Paz e terra
- Beck, U. (2005). *La mirada cosmopolita o la guerra es la paz*. Barcelona: Paidós.
- Bertone, A. M. (1999). Sexual trafficking in women: International political economy and the politics of sex. *Gender Issues*, 18(1), 4-22.
- Campos, B. P. C. (s.d.). *O tráfico de pessoas à luz da normativa Internacional de proteção dos direitos humanos*. Disponível em: <http://www.corteidh.or.cr/tablas/r28150.pdf> [Consulta em.30/11/ 2013]
- Castells, M. (2014). A era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura. *O Fim do Milénio*. 3ª Ed. 210-225
- Castels, S. (2005). *Globalização, transnacionalismo e novos fluxos migratórios*. Lisboa: Edições Fim de Século.
- Castilho, E. W. V. (2007). Tráfico de Pessoas: Da Convenção de Genebra ao Protocolo de Palermo. In: Ministério da Justiça, *Política Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas*. Brasília: Ministério da Justiça. (10-15)
- Cordeiro, P., (2013). *Portugal pode fazer mais contra o tráfico de seres humano*. Disponível em: <http://expresso.sapo.pt/portugal-pode-fazer-mais-contr-o-trafico-de-seres-humanos=f786515> [Consulta em. 29/12/2013]

- Costa, J. A. (2011). Tráfico de Seres humanos. Compilações Doutrinais. Verbo Jurídico. 2-23.
- Daniel-Wrabetz, J. (coord.), (2012). Tráfico de Seres Humanos. Coletânea selecionada de instrumentos jurídicos, políticos e jurisprudência em Portugal, na Europa e no Mundo. Coleção Direitos Humanos e Cidadania 5. Ministério da Administração Interna, OTSH.
- Desyllas, M. (2007). A critique of the global trafficking discourse and U.S. Policy. *The Journal of Sociology & Social Welfare*, 34, 57 – 79.
- Doezema, J. (2000). Loose women or lost women? The re-emergence of the myth of white slavery in contemporary discourses of trafficking in women. *Gender issues*, 18(1), 23-50.
- Duarte, M. (2014). Uma boa mulher é difícil de encontrar? – Diálogos entre o direito e o feminismo. In Ciclo de Seminários “Cátedra México”. Diálogos sobre direito, justiça e sociedade, Centro de Estudos Sociais, Laboratório Associado, Coimbra: Universidade de Coimbra.
- Falk, R. (2002). *La globalización depredadora. Una crítica*. Madrid: Siglo XXI de España Editores.
- Fernandes, D. A. (2014) A Convenção de Palermo e o tráfico de pessoas. *Jus*. Disponível em <https://jus.com.br/artigos/31719/a-convencao-de-palermo-e-o-traffic-de-pessoas#ixzz3DfuACnLM> [Consulta em. 19/02/2016].
- Fundo Brasil de Direitos Humanos, (2013). *Fundo do Brasil e Tarso realizam campanha no Dia Internacional contra a Exploração Sexual e o Tráfico de Mulheres e Crianças*. Disponível em: <http://www.fundodireitoshumanos.org.br/v2/pt/news/view/fundo-brasil-e-tarso-realizam-campanha-no-dia-internacional-contra-a-exploracao-sexual-e-o-traffic-de-mulheres-e-criancas> [Consulta em 05/12/ 2013].
- George, S. (2007). *El pensamiento secuestrado*. Barcelona: Icaria.
- Guia, M. J. (2012). O Casamento e o Tráfico de Seres Humanos: uma Ameaça Premente? in Guia, Maria João e Gomes, Sílvia (org.) (2012) II Colóquio de Conferências - O crime Organizado e o Tráfico de Pessoas. Livro de resumos da conferência. ISBB e ISMAI. Financiado pela FCT.

- Guia, M. J. (2016). A proteção de vítimas (não nacionais) de crimes numa perspetiva de género. Coleção Migrações no Séc. XXI. Serviço de Estrangeiros e Fronteiras.
- Guia, M. J. (ed.) (2015). *The Illegal Business of Human Trafficking*. Springer, New York/London.
- Hughes, D. M. (2000). The "Natasha" trade: The transnational shadow market of trafficking in women. *Journal of international affairs*, 625-651.
- Kapur, R. (2005). Travel plans: border crossings and the rights of transnational migrants. *Harvard Human Rights Journal*, 18, 107–138.
- Kempadoo, K. (2004), *Sexing the Caribbean: Gender, Race and Sex Labor*. Routledge, New York.
- Leal, M. L. e Pinheiro, P. (2007). A pesquisa social no contexto do tráfico de pessoas: uma abordagem marxista. In Maria Lúcia Pinto Leal, Maria de Fátima Pinto Leal e Renata Maria Coimbra Libório (org.) *Tráfico de Pessoas e Violência Sexual*. VIOLES/UNB, Brasília.
- Leal, M. L.; Leal, M. F. (2005), "Tráfico de Mulheres, Crianças e Adolescentes para Fins de Exploração Sexual Comercial: Um Fenômeno Transnacional", *SOCIUS Working Paper* n. 4. Disponível em <http://www.repository.utl.pt/handle/10400.5/2002> [Consulta em: 17/01/2016].
- Leal, M. L.; Leal, M. F. (org.), (2002), *Pesquisa sobre Tráfico de Mulheres, Crianças e Adolescentes para Fins de Exploração Sexual no Brasil - PESTRAF*. Brasília, CECRIA. Disponível em [http://www.childhood.org.br/wp-content/uploads/2014/03/Pestraf\\_2002.pdf](http://www.childhood.org.br/wp-content/uploads/2014/03/Pestraf_2002.pdf) [Consulta em: 17/01/2016].
- Lobasz, J. K. (2010). "Beyond border security: feminist approaches to human trafficking" in Laura Sjoborg, *Gender and International Security: Feminist Perspectives*, Routledge, London/New York.
- Magalhães, M. (2010). Feminismos e lesbianismos. *LES Online*, 2 (1), 33 – 46. Disponível em: <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/35074/2/88820.pdf> [Consulta em: 15/07/2015].
- Malheiros, J. e Guia, M. J. (2015) Forced Sex, Chosen Sex: Risk, Trafficking, and Prostitution in Portugal, in Maria João Guia (ed.) *The Illegal Business of Human Trafficking*. Springer, New York/London.



- Marx, K. (1997). *O Capital*. Vol. 1, 1.º Livro, Tomo 1, Cap. 1. Editora Nova Cultura, São Paulo.
- Marx, K. (2002). *Manuscritos Econômico-Filosóficos*. Editora Martin Claret, São Paulo.
- Mesa, M. (2008). La cooperación al desarrollo y la violência transnacional: respuestas y retos pendientes. F. Rojas & M. Mesa (Coord.), *Seguridad y violencia en América Latina. Pensamiento Iberoamericano*, 95–124.
- Nye, J. (2010). *Los desplazamientos mundiales de poder*. Disponível na Internet: <  
[http://www.ted.com/talks/lang/spa/joseph\\_nye\\_on\\_global\\_powwer\\_shifts.html](http://www.ted.com/talks/lang/spa/joseph_nye_on_global_powwer_shifts.html)  
 [Consulta em. 14/07/ 2015].
- Ortega, M. (2007). A Europa face aos novos fluxos migratórios. *Colóquio Globalização, Pobreza e Migrações. Ciclo “África Começou Mal, África Está Mal: A Tragédia Africana*. Universidade de Coimbra: Faculdade de Economia.
- Patto, P. M. G. V. (s.d.). *O Crime de Tráfico de Pessoas no Código Penal Revisto: análise de algumas questões*. Disponível em:  
[http://www.tre.mj.pt/docs/ESTUDOS%20%20MAT%20CRIMINAL/Crime\\_Trafico\\_Pessoas%20-%20Analise.pdf](http://www.tre.mj.pt/docs/ESTUDOS%20%20MAT%20CRIMINAL/Crime_Trafico_Pessoas%20-%20Analise.pdf) [Consulta em 01/07/2016].
- Paula, C. A. (2007). *Tráfico internacional de pessoas com ênfase no mercado sexual*. In: *Âmbito Jurídico*, Rio Grande, IX, n. 36. Disponível em:  
[http://www.ambitojuridico.com.br/site/index.php?n\\_link=revista\\_artigos\\_leitura&artigo\\_id=1640](http://www.ambitojuridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=1640) [Consulta. em 13/02/2016].
- Peixoto, J. (2007) *Tráfico, Contrabando e Imigração Irregular. Os novos Contornos da Imigração Brasileira em Portugal*. Sociologia. Problemas e Práticas, nº53, pp.71-90.
- Peixoto, J. et al (2005). *Tráfico de migrantes em Portugal: perspectivas sociológicas, jurídicas e políticas*. Observatório da Imigração: 12
- Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para assuntos Jurídicos. Decreto Nº 5.017, de 12 de Março de 2004. Disponível em:  
[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2004/decreto/d5017.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5017.htm)  
 [Consulta em: 14/07/2014]

- Ramos, C. (2012). Migrações, Desenvolvimento e Dinâmicas Locais e Regionais. In Pina, H.; Marques, H.; Ramos, M & Remoaldo, P. (Orgs). *Grandes Problemáticas do Espaço Europeu – Políticas de Ordenamento e Recomposições Territoriais nas Periferias Europeias*, Porto, FLUP, 63–102.
- Reding, V. (2012). Atribuir prioridade às vítimas: foi adotada nova legislação europeia que reforça os direitos das vítimas de crimes. *Comissão Europeia: Comunicado de Imprensa IP/12/1066*. Luxemburgo: Service de Porte-parole.
- Rodrigues, T. (2010). *Dinâmicas Migratórias e riscos de segurança em Portugal*. Cadernos IDN.
- Santana, A. (1999). A globalização do narcotráfico. *Revista Brasileira de Política Internacional* 42(2), 99-116.
- Santos, B. (1994). Modernidade, identidade e a cultura de fronteira. *Tempo social*, 5 (1/2), 31–52.
- Santos, B. S. et al. (2008). *Tráfico de mulheres em Portugal para fins de exploração sexual*. Coleção estudos de género. CIG, Lisboa.
- Santos, B., Gomes, C. & Duarte, M. (2009). Tráfico sexual de mulheres: representações sobre ilegalidade e vitimação. *Revista Crítica das Ciências Sociais*, 87, 69–94.
- Simões, D.E. (2009) *Tráfico de Seres humanos: Prevenção e Repressão à Luz do Protocolo Adicional à convenção de Palermo*. Disponível em ://julgar.pt/wp-content/uploads/2014/07/Tr%C3%A1ficodesereshumanos.pdf. [Consulta em : 01/07/2016].
- Souza, V. A. (2011) O Tráfico de Mulheres sob a Perspectiva dos Direitos Humanos. Pensar os Direitos Humanos: desafios à educação nas sociedades democráticas. *Anuário do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Direitos Humanos/UFG*, v. 1, n. 1.
- Srikantiah, J. (2007). Perfect victims and real survivors: the iconic victim in domestic human trafficking law. *Boston University Law Review*, 87, 157 – 211. Disponível em: <http://www.bu.edu/law/journals-archive/bulr/volume87n1/documents/srikantiahv.2.pdf> [Consulta em: 15/07/2015].

- Tomás, J. (2014). “Da ‘escravatura branca’ ao tráfico de seres humanos” *I e II Ciclo de Conferências Internacionais: O crime organizado e o tráfico de pessoas – reflexões e dilemas internacionais*. Instituto Superior Bissaya Barreto.
- Unceta, K. (2009). Desarrollo, subdesarrollo, maldesarrollo y posdesarrollo. Una mirada transdisciplinar sobre el debate y sus implicaciones. *Carta Latinoamericana, contribuciones en desarrollo y sociedade en América Latina*, 7, 1–34.
- Vassiliadou, M. (2013). Tráfico de seres humanos e género: a perspetiva da União Europeia. *Comissão para a Cidadania e Igualdade do Género, Notícias* 89, 11–14. Disponível em: <http://www.igfse.pt/upload/docs/2014/N89TráficoHumano.pdf> [Consult. 12/03/2015]
- Waltz, K. N. (2011). Teoria das Relações Internacionais. Gradiva, Lisboa.
- Wolken, C. (2006). Feminist legal theory and human trafficking in the United States: Towards a new framework. *University of Maryland Law Journal of Race, Religion, Gender and Class*, 6, 407 – 437.
- Zaffaroni, E. (2012). La cuestión criminal. *El Telégrafo. Decano de la Prensa Nacional*, 26, 1–8.

### **Manografias, Dissertações e Teses**

- Bandeira, M. A. V. D. (2014). *O Brasil na Rota Internacional do Tráfico de Mulheres: entre o início do século XX e a contemporaneidade*. Dissertação de Mestrado em Relações Internacionais, História das Relações Internacionais. Instituto de Relações Internacionais da Universidade de Brasília.
- Couto, D. L. M., (2012). *Tráfico de seres humanos: Percepções sociais, percursos de vitimação e de sobrevivência*. Tese de Doutoramento em Psicologia da Justiça na Escola de Psicologia da Universidade do Minho.
- Filipe, A. F. (2004-2007). Tráfico de Seres Humanos: Análise de uma Escravatura contemporânea. Dissertação de Mestrado em Comportamentos Desviantes e Ciências Criminais. Faculdade de Medicina - Universidade de Lisboa.
- Justo, N. (2008). *Tráfico de Pessoas, Valores e Prostituição*. Trabalho de Conclusão de Curso de Bacharel em Relações Internacionais. Faculdade de História, Direito e Serviço Social da Universidade Paulista “Júlio de Mesquita Filho”.

Kappaun, A. O. (s.d) *Tráfico de Mulheres Feminismo e Relações Internacionais: Uma Abordagem Histórica*. Mestrando em Relações Internacionais. PPGRJ-UERJ. Bolsista Capes. P.15 Disponível em : <http://www.proceedings.scielo.br/pdf/enabri/n3v1/a04.pdf>> [Consulta em 31/01/2015].

Moreno, C. M. M. (2015) *O crime de tráfico de pessoas para exploração sexual: uma análise legislativa luso-brasileira*. Dissertação de Mestrado em Estudos em Direito, especialização em Ciências Jurídico-Criminais. Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra.

Ruivo, P. (2006). *A imigração uma visão geral*. Universidade de Coimbra. Faculdade de Economia. Disponível em: <http://www4.fe.uc.pt/fontes/trabalhos/2005022.pdf> [Consulta em: 13/01/2016]

Santos, M. I. M. (2012). *Localizar Portugal na luta contra o tráfico de seres humanos*. Universidade do Porto. Mestrado em Criminologia.

Sousa, T. T. L. (2012). *Tráfico Internacional de Mulheres: Nova face de uma Velha Escravidão*. Tese de Doutorado - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Programa de Estudos Pós-Graduados de Serviço Social.

Vallim, D.C. (2010). *Tráfico de Mulheres para Exploração Sexual e suas Políticas Públicas: Estado e ONG'S*. Dissertação de Mestrado em Ciência Política. UFF/Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. Rio de Janeiro.

### **Legislação:**

Código de Processo Penal. (2015). Disponível em: [http://www.pgdlisboa.pt/leis/lei\\_print\\_articulado.php?tabela=leis&nid=199&nversao=&tabela=leis](http://www.pgdlisboa.pt/leis/lei_print_articulado.php?tabela=leis&nid=199&nversao=&tabela=leis). [Consulta em: 15/12/2015].

Decisão-Quadro 2001/220/JAI, 22 de março. Jornal Oficial das Comunidades Europeias, L82, L82/1 – L82/4. Disponível em <http://www.dgpgj.mj.pt/sections/relacoes-internacionais/anexos/2001-220-jai-decisao/> [Consulta em: 18/12/2015].

Decisão-Quadro 2002/475/JAI, 13 de junho. Jornal Oficial das Comunidades Europeias, L164, L164/0003 – L164/0007. Disponível em

<http://www.dgpj.mj.pt/sections/relacoes-internacionais/anexos/2002-475-jai-decisao/> [Consulta em: 07/08/2015].

Decreto da Presidência da República n.º 5.017, de 12 de março. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2004/decreto/d5017.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5017.htm) [Consulta em: 14/07/2014].

Decreto da Presidência da República n.º 48/91, 10 de outubro. DR. n.º 233, I Série – A, 5256. Disponível em <http://www.legislacao.org/primeira-serie/decreto-do-presidente-da-republica-n-o-48-91-setembro-junho-assinado-assembly-108064> [Consulta em: 02/09/2015].

Decreto-Lei n.º 368/2007, de 5 de novembro. DR. n.º 212, I Série p.8008. Disponível em: <https://dre.pt/application/dir/pdf1sdip/2007/11/21200/0800808008.pdf> . [Consulta em: 03/02/2016].

Decreto-Lei n.º 400/82 de 23 de setembro. DR. Iª Série Nº 221, 3006-(36). Disponível em: [http://www.dgpj.mj.pt/DGPJ/sections/leis-da-justica/pdf-leis2/dl-400-1982/downloadFile/file/DL\\_400\\_1982.pdf?nocache=1182362106.47](http://www.dgpj.mj.pt/DGPJ/sections/leis-da-justica/pdf-leis2/dl-400-1982/downloadFile/file/DL_400_1982.pdf?nocache=1182362106.47) [Consulta em: 06/03/2016].

Decreto-Lei nº 48/95 de 15 de março. DR Iª Série-A Nº63 . I Série, 1350. Disponível em:[http://www.dgpj.mj.pt/DGPJ/sections/leis-da-justica/pdf-leis2/dl-48-1995/downloadFile/file/DL\\_48\\_1995.pdf?nocache=1182362188.33](http://www.dgpj.mj.pt/DGPJ/sections/leis-da-justica/pdf-leis2/dl-48-1995/downloadFile/file/DL_48_1995.pdf?nocache=1182362188.33) [Consulta em: 06/06/2016]

Diretiva 2011/36/UE, 15 de abril. Jornal Oficial da União Europeia, L101, L101/1 – L101/11. Disponível em <http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=OJ:L:2011:101:0001:0011:PT:PDF> [Consulta em: 10/09/2015].

Diretiva 2011/92/UE, 17 de dezembro. Jornal Oficial da União Europeia, L335, L335/1 – L335/14. Disponível em <http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=OJ:L:2012:026:0001:0021:pt:PDF> [Consulta em: 10/09/2015].

Diretiva 2011/99/UE, 21 de dezembro. Jornal Oficial da União Europeia, L338, L338/2 – L338/18. Disponível em <http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=OJ:L:2011:338:0001:0018:pt:PDF>

lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=OJ:L:2011:338:0002:0018:pt:PDF [Consulta em: 10/09/2015 ].

Diretiva 2012/29/UE, 25 de outubro. Jornal Oficial da União Europeia, L315, L315/57 – L315/73. Disponível em [http://www.apav.pt/apav\\_v3/images/pdf/LexUriServ\\_Directiva\\_PT.pdf](http://www.apav.pt/apav_v3/images/pdf/LexUriServ_Directiva_PT.pdf) [Consulta em: 08/06/2016].

Lei n.º 130/2015, de 4 de Setembro. D.R. 1.ª Série. N.º 173, 7004 – 7010. Disponível em: [http://www.pgdlisboa.pt/leis/lei\\_mostra\\_articulado.php?tabela=leis&nid=2394&pagina=1&ficha=1](http://www.pgdlisboa.pt/leis/lei_mostra_articulado.php?tabela=leis&nid=2394&pagina=1&ficha=1) [Consulta em: 20/06/2016].

Lei nº 29/2012, de 9 de Agosto. DR. 1.ª Série. nº 154, 4191. Disponível em: <https://dre.pt/application/dir/pdf1sdip/2012/08/15400/0419104256.pdf> [Consulta em: 03/02/2016].

Nações Unidas. (2000). *Protocolo Adicional à Convenção das Nações Unidas contra a Criminalidade Organizada Transnacional relativo à Prevenção, à Repressão e à Punição do Tráfico de Pessoas, em especial de Mulheres e Crianças*. Nova Iorque: UN.

Secretaria Geral do Ministério da Justiça. Disponível na internet <URL: <http://www.sg.mj.pt/sections/relacoes-publicas/ficheiros/vol-5-web1/downloadFile/file/Vol-5-web1.pdf?nocache=1444845919.5> [Consulta em: 10/12/2015].

União Europeia. (2010). *Tratados Consolidados: Carta dos Direitos Fundamentais* (TFUE). Luxemburgo: Serviços das Publicações da União Europeia.

## **Planos e Relatórios**

CIG (2014). *Quadro Internacional de Ação: Para Implementação do Protocolo Relativo ao Tráfico de Seres Humanos*. Lisboa. Disponível em: <http://cid.cig.gov.pt/Nyron/Library/Catalog/winlibsrch.aspx?skey=0E20B9FDA D87420E916AF496F64A680C&cap=&pesq=5&thes1=26477&doc=95877> [Consulta em: 19/02/2016].

DGAE (2014). *Manual de Boas Práticas para a Negociação, Transposição e Aplicação de Legislação da União Europeia*. Lisboa: Direção-Geral dos Assuntos

Europeus, Ministério dos Negócios Estrangeiros. Disponível em: <http://www.igfse.pt/upload/docs/2014/N89TraficoHumano.pdf> [Consulta em 02/02/2016]

EUROSTAT (2015). *Trafficking in human beings*. Luxembourg: Publications Office of the European Union. Disponível em: [https://ec.europa.eu/anti-trafficking/sites/antitrafficking/files/eurostat\\_report\\_on\\_trafficking\\_in\\_human\\_beings\\_-\\_2015\\_edition.pdf](https://ec.europa.eu/anti-trafficking/sites/antitrafficking/files/eurostat_report_on_trafficking_in_human_beings_-_2015_edition.pdf) [Consulta em 30/07/2016].

I Plano Nacional Contra o Tráfico de Seres Humanos: 2007-2010. Lisboa: Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género, 2008. Anexo à Resolução do conselho de Ministros nº 81/2007.

II Plano Nacional Contra o Tráfico de Seres Humanos: [2011-2013]. Diário da República I série. 231 (29 nov. 2010) 5372-5379. Anexo à Resolução do Conselho de Ministros nº 94/2010.

III Plano Nacional de Prevenção e Combate ao Tráfico de Seres Humanos [2014-2017]. Diário da República I série. 253 (31 dez. 2013) 7007-7017. Anexo à Resolução do Conselho de Ministros n.º 101/2013.

Lisboa, M. (coord.) (2010). *Relatório: Tráfico de Seres Humanos*. SIIC, FCSH/UNL. Disponível em: [https://www.cig.gov.pt/siic/pdf/2014/siic-20110628\\_SIIC\\_TSH.pdf](https://www.cig.gov.pt/siic/pdf/2014/siic-20110628_SIIC_TSH.pdf) [Consulta em: 19/02/2016].

MAI (2009) *Sistema de Monitorização para o Tráfico de Seres Humanos: análise estatística dos casos registados durante o ano de 2008 (Guia único de registo*. DGAI, Lisboa. Disponível em: [file:///C:/Users/Araceli/Downloads/Relatorio\\_GUR\\_Sinalizacoes\\_2008\(1\).pdf](file:///C:/Users/Araceli/Downloads/Relatorio_GUR_Sinalizacoes_2008(1).pdf) [Consulta em 10/12/2015].

MAI (2015). *Relatório anual de Segurança Interna, 2014*. Lisboa: Ministério da Administração Interna. Disponível em: [http://www.ansr.pt/InstrumentosDeGestao/Documents/Relat%C3%B3rio%20Anual%20de%20Seguran%C3%A7a%20Interna%20\(RASI\)/Relat%C3%B3rio%20Anual%20de%20Seguran%C3%A7a%20Interna%202014.pdf](http://www.ansr.pt/InstrumentosDeGestao/Documents/Relat%C3%B3rio%20Anual%20de%20Seguran%C3%A7a%20Interna%20(RASI)/Relat%C3%B3rio%20Anual%20de%20Seguran%C3%A7a%20Interna%202014.pdf) [Consulta em: 10/03/2016].

- MJ/SNJ (2008). *Política Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de pessoas*. 2ª Ed. Brasília: Ministério da Justiça. Disponível em [http://www.justica.gov.br/sua-protecao/trafico-de-pessoas/publicacoes/anexos/cartilha\\_tpessoas\\_politica.pdf](http://www.justica.gov.br/sua-protecao/trafico-de-pessoas/publicacoes/anexos/cartilha_tpessoas_politica.pdf) [Consulta em 14/11/2014].
- MJ/SNJ (2010). *Relatório final de execução do Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de pessoas*. 1ª Ed. Brasília: Ministério da Justiça. Disponível em <http://www.justica.gov.br/sua-protecao/trafico-de-pessoas/publicacoes/anexos-relatorios/etprelatorioplanonacional.pdf> [Consulta em 14/11/2015].
- MJ/SNJ (S.D). *Relatório Nacional sobre Tráfico de Pessoas: Consolidação dos Dados de 2005 a 2011*. Ministério da Justiça e secretaria Nacional de Justiça. Disponível em [https://www.unodc.org/documents/lpo-brazil/noticias/2013/04/2013-04-08\\_Publicacao\\_diagnostico\\_ETP.pdf](https://www.unodc.org/documents/lpo-brazil/noticias/2013/04/2013-04-08_Publicacao_diagnostico_ETP.pdf) [Consulta em 17/02/2016].
- MJ/SNJ (S.D.). *Relatório Nacional sobre o Tráfico de Pessoas: dados de 2012*. Ministério da Justiça e Secretaria Nacional de Justiça. Disponível em <http://www.justica.gov.br/sua-protecao/trafico-de-pessoas/publicacoes/relatorio-dados-2012.pdf/view> [Consulta em 10/03/2016].
- MJ/SNJ (S.D.). *Relatório Nacional sobre Tráfico de Pessoas: Dados de 2013*. Disponível em: <http://www.dedihc.pr.gov.br/arquivos/File/2015/relatoriotraficodepessoas2013.pdf> [Consulta em: 23/09/2015].
- MJ/SNJ. (2013) *Guia de Atuação no enfrentamento ao Tráfico de Pessoas no Brasil*. 1ª Edição, Brasília. Disponível em [http://www.brasileirosnomundo.itamaraty.gov.br/cartilhas/trafico-de-pessoas/GUIA\\_DE\\_ATUACaO.PDF](http://www.brasileirosnomundo.itamaraty.gov.br/cartilhas/trafico-de-pessoas/GUIA_DE_ATUACaO.PDF) [Consulta em 03/04/2016].
- OIT. (2006). *O tráfico de pessoas para fins de exploração sexual*. Brasília: OIT Secretaria Internacional do Trabalho Brasil. Disponível em: <http://www.justica.sp.gov.br/StaticFiles/SJDC/ArquivosComuns/ProgramasProjetos/NETP/trafico%20de%20pessoas%20para%20fins%20de%20exploracao%20sexual.pdf> [Consulta em 10/08/2015].
- OIT. (2006b). *Tráfico para trabalho forçado: como fiscalizar o recrutamento de trabalhadores migrantes*. Lisboa: Escritório da OIT em Lisboa. Disponível em:



[http://www.ilo.org/public/portugue/region/eurpro/lisbon/pdf/trafico\\_manual.pdf](http://www.ilo.org/public/portugue/region/eurpro/lisbon/pdf/trafico_manual.pdf)  
[Consulta em 15/07/2015].

OIT. (2012). *Princípios e direitos fundamentais no trabalho: do compromisso à ação*. Genebra: Bureau Internacional do Trabalho. Disponível em: [http://www.ilo.org/public/portugue/region/eurpro/lisbon/pdf/relatorio\\_normas\\_2012.pdf](http://www.ilo.org/public/portugue/region/eurpro/lisbon/pdf/relatorio_normas_2012.pdf) [Consulta em: 15/07/2015]

OIT. (2013). *Medir o progresso na luta contra o trabalho infantil: estimativas e tendências mundiais 2000 – 2012*. Genebra: Bureau Internacional do Trabalho. Disponível em: [http://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---ed\\_norm/---ippec/documents/publication/wcms\\_221799.pdf](http://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---ed_norm/---ippec/documents/publication/wcms_221799.pdf) [Consulta em: 15/07/2015].

OTSH (2015). MAI – *Tráfico de seres humanos. Relatório sobre 2014*. Lisboa: Observatório do Tráfico de Seres Humanos. Disponível em: [http://www.otsh.mai.gov.pt/Noticias/Documents/OTSH\\_MAI\\_Relatorio%20Anual%20TSH\\_2014.pdf](http://www.otsh.mai.gov.pt/Noticias/Documents/OTSH_MAI_Relatorio%20Anual%20TSH_2014.pdf) [Consulta em 10/03/2015].

OTSH (2016). MAI – *Tráfico de Seres Humanos. Relatório sobre 2015*. Lisboa: Ministério da Administração Interna. Disponível em <http://www.otsh.mai.gov.pt/Recursos/Pages/default.aspx> [Consulta em: 10/08/2016].

SEF (2014). *Relatório de Imigração Fronteiras e Asilo 2014*. Disponível em: [http://sefstat.sef.pt/Docs/Rifa\\_2014.pdf](http://sefstat.sef.pt/Docs/Rifa_2014.pdf) [Consulta em 03/03/2016].

SEF (2015). *Relatório de Imigração fronteiras e Asilo 2015*. Disponível em: [http://sefstat.sef.pt/Docs/Rifa\\_2015.pdf](http://sefstat.sef.pt/Docs/Rifa_2015.pdf) [Consulta em: 05/08/2016].

SJ/MJ (2008). *I Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas*. Disponível em: <http://www.justica.gov.br/sua-protecao/trafico-de-pessoas/publicacoes/anexos/i-plano-nacional-de-etp.pdf> [Consulta em 14/11/2014].

SJ/MJ (2013). *II Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas*. Disponível em: <http://www.justica.gov.br/sua-protecao/trafico-de-pessoas/publicacoes/anexos/ii-plano-nacional-1.pdf> [Consulta em 14/11/2014].

UNODC (2009). *Global Report on Trafficking in Persons*. Disponível em: [https://www.unodc.org/documents/Global\\_Report\\_on\\_TIP.pdf](https://www.unodc.org/documents/Global_Report_on_TIP.pdf) [Consulta em: 20/12/2015].

UNODC (2014). *Global Report on Trafficking in Persons*. Disponível em [http://www.unodc.org/documents/lpo-brazil/Topics\\_TIP/Publicacoes/GLOTIP\\_2014\\_full\\_report.pdf](http://www.unodc.org/documents/lpo-brazil/Topics_TIP/Publicacoes/GLOTIP_2014_full_report.pdf) [Consulta em: 15/09/2016].

Varandas, I. (coord.) (S.D.). *Mulheres Vítimas de Tráfico Para Fins de Exploração Sexual. Centro de Acolhimento e Protecção. Manual para Operacionalização. Projecto CAIM*. Disponível em: <https://www.cig.gov.pt/wp-content/uploads/2013/12/centroacolhimento.pdf> [Consulta em: 19/02/2016].

### Sites

Caritas Brasileira (2013). *CNBB divulga cartaz e subsídios da Campanha da Fraternidade 2014: “Fraternidade e Tráfico Humano”*. Disponível em: <http://caritas.org.br/cnbb-divulga-cartaz-subsidios-da-campanha-da-fraternidade-2014-fraternidade-traffic-humano/15751> [Consulta em: 02/04/2016].

DUDH (S.D.). *A Declaração Universal dos Direitos Humanos*. Disponível em: <http://www.dudh.org.br/declaracao> [Consulta em: 10/04/2015].

GDDC (2013). *Acordo entre a República Portuguesa e República Federativa do Brasil para a Prevenção e a Repressão do Tráfico Ilícito de Migrantes 2002*. Disponível em: <http://www.gddc.pt/siii/ib.asp?id=1621> [Consulta em: 29/12/2013].

GDDC. (S.D.) *Carta Internacional dos Direitos do Homem*. Disponível em: <http://www.gddc.pt/direitos-humanos/textos-internacionais-dh/tidhuniversais/cidh-dudh.html>. [Consulta em: 14/07/2015].

OEA (S.D.). *Mais direitos para mais pessoas: Tratados e Acordos*. Disponível em: [http://www.oas.org/pt/topicos/tratados\\_acordos.asp](http://www.oas.org/pt/topicos/tratados_acordos.asp) [Consulta em: 02/02/2016].

Portal Brasil (2015). *Brasil investe em ações de combate ao tráfico de mulheres*. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2015/03/brasil-investe-em-aco-es-de-combate-ao-traffic-de-mulheres> [Consulta em: 27/12/2015].

Presidência da República. Casa civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2016/lei/L13344.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/lei/L13344.htm). [Consulta em: 03/03/2017].

SEF (S.D.). *Unidade Anti-Tráfico de Pessoas*. Disponível em: [http://www.sef.pt/portal/v10/PT/asp/organizacao/index.aspx?id\\_linha=6678&menu\\_position=6677#0](http://www.sef.pt/portal/v10/PT/asp/organizacao/index.aspx?id_linha=6678&menu_position=6677#0) [Consulta em: 15/07/2016].

UNODC (S.D.). *Portugal adere à campanha Coração Azul contra o tráfico de pessoas*. Disponível em: <http://www.unodc.org/lpo-brazil/pt/frontpage/2012/04/16-portugal-joins-blue-heart-campaign.html> [Consulta em: 05/12/2015].

UNODC (S.D.). *Organized Crime*. Disponível em: <http://www.unodc.org/unodc/en/organized-crime/index.html> [Consulta em: 01/07/2016].

## **Apêndice A – Guião de Entrevistas**



### **Mestrado em Ciência Política e Relações Internacionais, especialização em Globalização e Ambiente**

15 de Maio de 2015

Mestrado: As políticas públicas Portuguesas e Brasileiras na prevenção e combate ao  
Tráfico de Mulheres para fins de exploração Sexual: o Caso Português

Mestranda: Aracelli de Freitas Santos

Orientador (Universidade Nova de Lisboa): Professor Doutor Manuel Filipe Canaveira

Co-orientadora (Universidade de Coimbra): Doutora Maria João Guia

#### **Questões:**

**1. Uma das problemáticas do tráfico de pessoas é que a dimensão deste crime fica muito aquém dos dados estatísticos disponíveis, talvez pela própria dificuldade em sinalizar as vítimas, mesmo quando os fins são os da exploração sexual.**

1. Atualmente qual a tipologia de vítimas de tráfico de pessoas que mais se destaca? Portugueses ou estrangeiros? Mantém-se o maior número de vítimas mulheres exploradas sexualmente? Ou há tendências hoje em dia de mudança em termos da origem das vítimas? As brasileiras continuam a serem vítimas muito numerosas de tráfico de pessoas para fins de exploração sexual?

2. A questão dos estereótipos sobre mulheres brasileiras identificadas em negócios de prostituição compromete a denúncia/queixa/identificação das vítimas de tráfico de pessoas para fins de exploração sexual?

3. As autoridades/ONG's estão totalmente preparadas para saber lidar com determinadas situações, como conseguir identificar objetivamente a linha do consentimento? E consegue-se obter, nestes casos, prova para cabal condenação dos criminosos?

4. Será complicada, na prática, a distinção entre o lenocínio, a prostituição consentida e o tráfico de pessoas? Como se distingue, nestes casos, a vítima da potencial agressora, quando há mulheres envolvidas nos esquemas criminosos? Não serão estas últimas também vítimas de uma hierarquia criminosa?

5. Nem sempre é clara a distinção entre tráfico pessoas e crimes relacionados com o auxílio à imigração ilegal, estando muitas vezes um associado ao outro. Haverá uma estreita relação entre ambos fenómenos, quando o tráfico de pessoas é internacional?

6. O SEF e a PJ, OPC's responsáveis pela investigação de tráfico de pessoas têm uma formação especializada. Que tipo de ajuda/apoio sentem como necessário ou imprescindível por parte dos outros OPC's ou ONG's? Que formação lhes é dada? E aos magistrados, são sensibilizados para o problema?

**2. As políticas públicas e os planos de prevenção, combate e repressão ao tráfico de pessoas Portugal-Brasil.**

8. Os acordos bilaterais refletem-se na elaboração e implementação de medidas decorrentes de políticas públicas conjuntas de combate ao tráfico de pessoas? O caso específico de Portugal-Brasil tem sido bem sucedido? Ou haverá pontos a melhorar?

9. Atualmente o Brasil possui dois Planos Nacionais de combate ao Tráfico de Pessoas; porém a Legislação Penal brasileira pune apenas o tráfico de pessoas para fins de exploração sexual, excluindo todas as outras formas de exploração humana. Havendo esta grande lacuna e a falha no cumprimento dos termos do Protocolo de Palermo, os acordos bilaterais Brasil-Portugal não ficam comprometidos?

10. Em termos de fornecimentos de dados, as associações trabalham em conjunto na elaboração do Plano Nacional?

11. Com o II Plano Nacional Português de combate ao Tráfico de Seres Humanos, houve a criação e implementação de equipas multidisciplinares a exemplo da RAPVT (rede de apoio e proteção às vítimas de tráfico), com objetivo de melhor articulação e intervenção com as vítimas. Essas mudanças ocorridas proporcionaram uma maior eficácia no número de vítimas assistidas e um melhor encaminhamento das mesmas na sociedade? Que alterações se verificaram?

12. O III Plano Nacional de combate ao tráfico de pessoas, em Portugal, foi aprovado pelo Conselho de Ministros nº 101/2013 retificado dia 31/12/2013. Houve uma maior dificuldade na sua elaboração em relações aos anteriores? O que mudou e o que mais se destaca neste III Plano em relação aos demais?

3. **Assistência às vítimas de tráfico de pessoas**

14. As mulheres brasileiras vítimas de tráfico de pessoas em Portugal recebem o mesmo tratamento em termos de assistência e resolução dos seus problemas? Não haverá a tentação de as considerar “menos vítimas” pelo facto de conhecerem a língua, terem mais facilidade de movimentos ou mais conhecimentos e assim terem menos assistência por parte das autoridades?

15. Deverá haver mais esforços encetados na integração das vítimas por parte dos países onde há maior sinalização de vítimas de TSH, como os países de trânsito (Portugal) ou considerados de origem, como o Brasil?

16. As associações de apoio à vítima, mesmo sem competência de investigação, têm direito a alguma formação que lhes permita detectar vítimas ou reconhecer os criminosos responsáveis por tráfico de pessoas?

17. Que tipo de desenvolvimento, em termos de melhor cooperação entre países poderia trazer uma melhor proteção às vítimas, para que as mesmas

pudessem contribuir para a investigação sem mais tarde sofrerem represálias?

18. As vítimas de tráfico de pessoas podem beneficiar de uma Autorização de Residência por um ano, em Portugal, no caso de estarem em situação irregular em Portugal. Após esse prazo, a vítima continua a obter o apoio necessário Jurídico e a assistência necessária, ou já não é da responsabilidade dos órgãos competentes? Quem se encarrega de prover os necessários documentos à vítima, mesmo que esta já não seja necessária para carrear prova em sede de julgamento?

19. As vítimas de tráfico de pessoas recebem um documento atestando essa qualidade? Têm direito a assistência médica imediata e a longo termo? Têm direito a uma ação indemnizatória, por parte do Estado, ou na prática a sua eficácia é inexistente?

**4. No Brasil a Igreja Católica, promove anualmente a Campanha da Fraternidade, no período da quaresma. Em 2014 o tema da Campanha foi *Fraternidade e Tráfico Humano* com o lema: *Foi para liberdade que Cristo nos libertou* (Gl5,1) .**

21. Em Portugal existe alguma campanha a ser trabalhada anualmente pela Igreja Católica ou outra igreja, visando uma melhor consciencialização da sociedade sobre temas problemáticos?

22. Será que com este tema e iniciativa por parte da Igreja Católica ou outra igreja, a sociedade despertou para esta triste realidade e um crime que viola gravemente os direitos humanos?

23. Como a Instituição Igreja Católica ou outra poderá ajudar em termos de assistência a pessoas vítimas de tráfico de pessoas? E poderá influenciar no desmantelamento das redes de tráfico?

## **Apêndice B – Transcrição do Focus Group**

### **Gravação do *Focus Group* -15/05/2015**

**Prof. M<sup>a</sup> João Guia:** a Dr<sup>a</sup> Aracelli está a escrever sua tese de mestrado subordinada a temática das políticas Públicas Portuguesas e Brasileiras na prevenção e combate ao tráfico de pessoas, sendo certo que focou especialmente o caso para fins de exploração sexual. No entanto uma das questões que inicialmente ela está a ponderar e escrever sobre ela o fato do que já leu e já escreveu, o facto dos dados estatísticos está a quem da realidade, ou seja, conhecemos aquilo que é possível conhecer sendo certo que a pirâmide da justiça é sempre afunilada no que concerne a identificação a condenação e as penas que são atribuídas a criminosos de qualquer tipo de criminalidade, na área de tráfico de pessoas a Dr<sup>a</sup> Aracelli julgou haver alguma dificuldade da detecção da sinalização das vítimas sobre tudo no caso que está a tratar nos fins de exploração sexual.

**(MJ): Concordam com esta abordagem? Será mesmo complicado sinalizar as vítimas? Estarão mesmo os dados defasados dessa realidade?**

**(PF):** Concordo! Primeira coisa que este tipo de crime, ele é muito complicado, porque geralmente ele atinge as pessoas menos favorecidas, existe aquela situação da exploração sexual consentida quando a livre vontade da participação, mas a grande parte dessas pessoas que vivenciam este tipo de crime elas advêm de uma situação de dificuldade, que é de agressão é familiar quer já exerciam a prostituição propriamente dita, quer de dificuldade financeiras... o perfil geralmente são mulheres entre 18 e 30 anos né? Geralmente como vítima de alguma forma e buscam melhores condições, a repressão é muito complicada primeiro que a Legislação Brasileira, a Jurisprudência e Doutrina ela tá indo para o caminho se tratando de um crime que não exige o resultado, mas até então a dificuldade da nossa investigação é que as pessoas quando elas buscam uma melhoria de condição de vida quando a polícia quer a Polícia Federal, SEF ou qualquer Polícia do mundo vai fazer a abordagem há uma situação dessas, a tendência das pessoas é de achar que a repressão do Estado tá querendo prejudicá-la, é uma situação difícil porque elas nem sempre colaboram com a investigação, acham que nós estamos atrapalhando aquilo que ela tá pretendendo em termos de melhora de vida e as vezes elas nem acreditam, há situações inclusive em que as pessoas são iludidas né?



Para participar de algum quer como modelo, quer como alguma outra forma de melhor remuneração **04:10**, as vezes elas nem sabem da existência do ilícito tráfico de pessoas, então a percepção nossa é muito complicada e agente tem de ter muita sensibilidade na abordagem, porque se não agente não vai conseguir absolutamente nada de informação e sem a cooperação internacional quer judicial quer policial, fica mais difícil ainda a detecção, que as vezes para caracterização do tipo criminoso né? Nós precisamos é de dados além das fronteiras e se não houver o intercâmbio de informações entre as polícias nós não vamos conseguir reprimir.

**(PJ):** O tráfico... antes do facto em si da exploração é difícil as vítimas vem por engano, maior parte das vítimas vem um com oferta de emprego, eventualmente até é proposto trabalho na prostituição mas noutras condições, portanto antes da chegada ao destino e de ser explorada maior parte das vezes não tem consciência que será vítima de tráfico, aí é sempre difícil a detenção...

**(MJ):** Ou seja, há uma diferença grande então também na sua perspectiva? Entre o nº de vítimas conhecidas e aquelas que potencialmente poderão existir...

**(PJ):** o que estou a dizer é que é difícil detectar as vítimas, antes à chegada ao destino, antes da exploração, agora se faz...em todos os crimes maiores ou menores **05:35**, em termos de vítimas de tráfico de pessoas em investigações nossas, vítimas brasileiras são um valor inferior. Muito reduzido...

**(M J):** Ou seja bastante menos do que outras nacionalidades...!!!

**E o que que acha que proporciona esse facto?**

**(PJ):** Maior parte das investigações que nós em cima dos cidadãos brasileiros ou brasileiras tem haver com o lenocínio que não se detecta o envolvimento de tráfico de pessoas no lenocínio em si, e ou...eventualmente..., aquelas que terão vindo por si mesmo sem qualquer organização por trás, eventualmente com conhecidos que disseram ô pá posso te arranjar alojamento, ajuda quando chegares, mas sem qualquer estrutura criminosa por trás, pelo menos que se detecte ou que seja dada a conhecer, a maior parte é por aí em termos de tráfico .

**(M J):** Dr<sup>a</sup> Sónia o que acha sobre este assunto?

**(ACM):** o ACM tem a linha SOS imigrante que é alinha que recebe as denúncias, factualmente não identificamos isso... não há denúncias...

**(M J): sobre tráfico ou especificamente sobre mulheres brasileiras?**

**(ACM):** do tráfico... do Tráfico de Seres Humanos, tem uma linha que recebe as denúncias e depois é encaminhado para os órgãos públicos e a polícia criminal, por exemplo durante o ano passado 2014, nós não tivemos uma única denúncia, na linha do Disk..., provavelmente haverá muito mais vítimas do que aquelas que se conhece, se conhecem os dados estatísticos.

**(MJ):e porque será que as pessoas denunciam pouco?**

**(ACM):** aí está é... na sequência do que foi dito talvez porque as vezes nem a vítima tem consciência que é vítima, é... das denúncias que nós tivemos dos anos anteriores, nunca aconteceu de uma pessoas pegar no telefone e dizer eu sou vítima, são pessoas que ligam terceiros é quando nos contactam não é para nos dizer é p/ fazer uma denúncia de tráfico não..., a própria pessoa que denuncia não tem bem noção do que é o tráfico, denuncia porque acha que naquela situação há aí qualquer coisa que não está a correr bem ou ...

**(MJ): conhecerá todos os parâmetros?**

**(ACM):** Quem denuncia não, nós é que é em conversa, vamos colocando questões e vamos chegando a essa conclusão de tráfico...poderá tratar de uma vítima de tráfico, mas nunca aconteceu, eu ter uma denúncia de alguém que diz: eu conheço uma vítima de tráfico! Não

**(Mª João):** Mas já aconteceu durante o ano transato que tenham feitos denúncias que depois com essas questões que colocam possam enquadrar-se no crime de tráfico?

**(ACM):** Sim, sim ...Nós não cabe definir se é vítima ou se não é, portanto a partir do momento em que nos chegam uma denúncia nossa obrigação é fazer chegar aos órgãos de polícia criminal que são quem irá investigar e... se trata de tráfico ou não.

**(M J):**8:50h agradecer a presença, estou a prestar a minha ajuda a Drª Aracelli, e que foram distribuídos guiões que foram iguais p/ todos os participantes, no fundo são as

questões, nas quais a Dr<sup>a</sup> Aracelli pretende responder no decurso da sua tese assim como uma declaração de cedência daquilo que está sendo aqui conversado e gravado para que a Dr<sup>a</sup> ... possa transcrever na íntegra e para quanto faça a sua análise académica possa está contextualizado no decurso daquilo que foi aqui conversado, motivo pelo qual solicitávamos então que analisassem ponderassem este mesmo pedido, e por isso vamos aqui começar ....uma breve conversa enquanto aguardávamos o resto dos participantes começando por esta primeira questão ponderando a dificuldade que a Dr<sup>a</sup> Aracelli encontrou logo no início quando começou a escrever o seu primeiro capítulo em que refletiu sobre a possibilidade de existirem dados estatísticos disponíveis que não espelhem completamente a realidade ou seja haver eventualmente um maior nº de vítimas de tráfico sendo certo que o tema da Dr<sup>a</sup> Aracelli são os fins da exploração sexual no âmbito do tráfico de pessoas maioritariamente mulheres brasileiras, estávamos aqui a conversar sobre este assunto, e eu perguntava ao Dr. Manuel Albano o que é que acha se de facto há discrepância se há dificuldade em sinalizar se os números são diferentes ou não maioritariamente no que concerne a exploração sexual...

**(CIG):** respondo diretamente a pergunta é evidente quanto a....diplomáticas criminais com o grau de ocultação no tráfico de seres humanos os números são e valem o que valem no ponto de vista da sua dinâmica.... os números que nós temos oficialmente ou dos que são colhidos pelo observatório que resultam do que é reportado quer seja pela sociedade civil quer seja pelos órgãos de polícia criminal, espalham uma realidade que de alguma forma é um contra-ciclo num espaço mundial e até no espaço europeu..... pegando por exemplo o último relatório das nações unidas sobre esta temática que quem continua a aparecer os números mais elevados em termos de exploração sexual e por tanto aparece aí que é o último relatório do Eurostat .... 18 de outubro do ano passado em que relata também que a exploração sexual é também aquela que ainda hoje é mais reportada e em Portugal o que nós temos é que a exploração laboral é aquela que é mais reportada e mais sinalizada melhor dizendo sendo mais preciso mais sinalizada no contexto de tráfico de seres humanos, tirando 2014 que de alguma forma altera aqui do ponto de vista da sinalização estes estados e também altera porque houve o novo que entrou e sua perspectiva é também diferenciada do ponto de vista que foi uma organização não governamental que até 2013 não fornecia dados e a partir de 2014 passou a nos fornecer e temos em 2014 novamente em termos de sinalização incluindo no global órgãos de Polícia criminal e organizações da sociedade civil um maior

número em termos de exploração sexual. Reportando ao foco da Araceli é que tem haver com exploração sexual de mulheres brasileiras em Portugal e penso que tem haver com isso o seu foco do seu trabalho eu diria que por vezes e que Antônio Ferreira já reportou um bocadinho isso, eu não sei se isto é assim mas é algo que nos tem preocupado é que é a nossa visão a cerca da mulher brasileira também no contexto português e o que ela significa, é nossa idealização da mulher brasileira e a nossa idealização de uma coisa que é o consentimento e portanto quando nós falamos do consentimento afastamos muitas vezes a hipótese da sinalização daquela pessoa logo na primeira instância de alguém que possa ser potencialmente uma vítima de tráfico e o que pode acontecer é que como o Antônio Ferreira diz vamos penalizá-las poucas por manticas.. criminais ou seja o lenocínio e que até aqui não sei até que ponto o lenocínio fazem bem ou mal há uma investigação não é isto que está aqui em questão e eu não sei até que ponto os números do Lenocínio que quer no ponto de vista criminal são mais fáceis para provar ou no ponto de vista do envolvimento e desenvolvimento da ação de investigação criminal não escondem no caso das mulheres brasileiras é algo que tem haver com nossa própria cultura portuguesa e do idealizamos da mulher brasileira, eu recordo-me de um estudo que o SEF fez há uns anos atrás e que eu sinto muito contestei estes estudos mas que teve haver sobre precisamente as questões da mulher brasileira e o que significava e contestei por uma questão não que aqueles estudos estejam certos ou não ..... havia um fator que pra mim informava logo isso e portanto existe sempre as pessoas que fizeram um estudos as pessoas que fizeram a entrevista foram órgãos da polícia criminal é evidente que nenhuma mulher iria dizer que era vítima de tráfico muito poucas diriam.... e eu acho que isso era uma pedra de toque naquela que era a identificação e aquela sinalização que foi feita na altura e isto ..... estamos a falar em 2008 já vão os anos vastos e também em Portugal estávamos a começar a dar os primeiros passos também no ... para perceber o que era este fenómeno e temos também alteração tipificação ...criminal ...2007 portanto nós temos marcos em termos do ponto de vista português que tem de ser...em conta do ponto de vista da análise quer sociológica quer criminal que fazemos do fenómeno até 2007 né? O tráfico na perspectiva exclusivamente da exploração sexual muito próximo ali do lenocínio e portanto as coisas valiam o que valiam nessa altura em que éramos bons ... Estados Unidos....e portanto tem haver com estas ... em fim também a partir daí começou a se construir todo um conjunto de Planos nacionais o primeiro plano em 2007 estamos no 3º e todo um conjunto de ferramentas de capacitação dos agentes para melhor sinalizar e

isto não é por acaso que os números em Portugal tem vindo de alguma forma aumentar é porque hoje em dia temos ferramentas quando eu digo temos é a sociedade civil que está no terreno, os órgãos de polícia criminal tem informação do ACM que todos os anos temos informação precisamente para que está nos canais e na linha para perceber cada vez mais e detectando que possa ser uma potencial porta de entrada .... e alguém sinaliza, os indicadores tem de estar muito claros daquilo que se está a fazer e como podem sinalizar, agora na perspectiva da mulher brasileira e isto é muito pessoal não é baseado em nenhuma análise científica do problema, nós temos um estudo em 2007 que as mulheres brasileiras são notoriamente aquelas que são traficadas para Portugal para exploração sexual estudo do Boa Ventura da Conceição e da Madalena ou seja foi o primeiro estudo com base científica que se fez em Portugal sobre esta matéria se altas teses de doutoramento e mestrados já de alguns e algumas investigadoras que vão neste sentido também por outro lado temos aqui o que o António Ferreira diz que é a mulher brasileira não é identificada ou sinalizada como vítima de tráfico mas sim com outras problemáticas criminais e sociais, eu julgo e é uma hipótese que acho seria muito interessante ser discutida e verificada de alguma forma porque que isto acontece e eu acho que é muito pela nossa perspectiva em termos de mulher brasileira nos percebemos dizia o colega do Brasil que objetivamente a percepção que elas tem próprias delas próprias porque deram o seu consentimento de vir para prática prostitutiva implica que elas próprias não se reconheça como vítima ou que os agentes que teoricamente devem sinalizar também porque tem esse conhecimento possam implicar agentes todos nós não estou a falar só de órgãos de polícia criminal, estou a falar PC, sociedade civil, todos nós que de alguma forma desta matéria não as conseguimos identificar eventualmente ou sinalizar no primeiro estado, sinalizar como vítimas ou potenciais vítimas, primeiro porque o discurso delas mesmo quando estão acolhidas em casas de acolhimento, quando são abordadas pelas organizações da sociedade civil é sempre um discurso por vezes culpabilizando elas próprias pelas acções que elas tiveram por tanto culpabiliza-se pelo facto de estar envolvidas na prostituição, na prática prostitutiva e o que isto socialmente representa também no ponto de vista social para estas pessoas e portanto também aqui há uma culpabilização desculpabilizante desse facto e que isto significa depois da sua próprias representação e das nossas representações sociais eu as vezes digo de forma mais forte em alguns contextos ser brasileira é puta e portanto não interessa e não identificamos desculpa a dureza das palavras mas muitas vezes fazemos esta associação direta, até porque muitas vezes e nós vemos e aí também pensamos e

esta cooperação tem sido cada vez mais efetiva nomeadamente com os Serviços Estrangeiros e Fronteiras, com a Polícia Federal e projetos desenvolvidos de um lado e doutro das Fronteiras ou dos países é muito nesta tentativa de reconhecimento também destes sinais, por lado logo a partida né? Outros projetos que se teve e por outro lado a entrada e a capacitação de um lado e doutro do Atlântico como é que se reconhece logo a partida de sinais que possam potencializar isso no ponto de vista da fronteira. E isto tem sido muito importante porque nos é vendido também socialmente o Brasil como o país das mulheres lindas das bundas grandes e tudo mais e portanto a nossa própria perspectiva social e o Brasil também como o país de destino de turismo sexual e portanto nós importamos o turismo sexual de forma não é? E estas visões condicionam depois toda a análise que todos e todas fazemos quando nos deparamos em contacto com e isto condiciona a análise que nós temos e diria dos números muito claramente do meu ponto de vista são é a realidade reportada, nós não podemos esquecer que aqui o Observatório de tráfico de seres humanos recolhe é a realidade que lhe é reportada do ponto de vista de acolher e apresentar as sinalizações depois a identificação tem um processo que passa pelos órgãos de polícia criminal competentes e na reuniões semestrais que tem para identificar aquelas ações e ouvir os processos ... depois mas eu diria que estamos certamente abaixo dos números que potencialmente existem. Portanto por todos estes fatores e mais alguns.

**(MJ):** Sim Dr. Achas que o facto de haver mais conhecimento do que são indicadores do Tráfico há mais sinalizações e por isso mais vítimas? há discrepância entre os dados ? o que é que acha sobre isso?

**(SEF):** Bom dia a Todos... eu gostava de pegar umas pequenas notas, antes de chegar a questão brasileira em si. Se calhar é importante procurarmos saber do ponto de vista sociológico da comparação cultural etc. Porque que em determinados fluxos na de origens eu consigo chegar mais facilmente a tipificação do tráfico e porque é que no caso do Brasil por exemplo está a se tornar mais difícil e isso se calhar era interessante saber porque a partir daí nós podíamos ver quer em termos técnicos ou práticos e jurídicos ou policiais, porque que chegamos há um resultado e em outras circunstâncias chegamos a outro, isso seria interessante.

É do ponto de vista da questão brasileira eu diria o seguinte: O Brasil do ponto de vista de quem está cá deste lado, e que digamos recebe com o fluxo migratório, tanto do país

de destino ou as vezes como mero trânsito não nos esquecemos da plataforma Ibérica e que muitas das vezes não são para parar em Portugal não sei... é...Espanha e Itália continua, a ser espaços atrativos e pelos quais é interessante ter eventualmente uma porta aberta para entrada como atrativo através de Portugal, é.. mas eu diria que aqui e um aspecto importante e que é valorativo de certa medida da mulher brasileira comparativamente a sua alternidade que se encontra do outro tipo de mulher deste tipo, isto porque? Se nós nesta altura do Campeonato estamos a espera de que haja efetivamente uma espécie de estrutura de associação criminosa, que tem bases no Brasil ou perfeitamente associadas a células em Portugal ou outras bases e que gera isto num tipo de negócio piramidal em vamos identificar a estrutura da organização da base ao topo cada um com uma função definida etc. Logo a priori estamos a ter alguma dificuldade, porque eu acho que nesta altura face aqui as potencialidades e esta é que é a dureza das palavras o próprio mercado nos dar, e pra quem está envolvido neste tipo de coisas não é necessário este tipo de organização, e portanto estando de acordo com tudo aquilo que foi dito até agora , mas que nenhuma destas vertentes que foi aqui analisadas acho que sobrepõe a qualquer das outras, nós nunca chegaremos há uma espécie de verdade superior que nos vai dar a priori uma linha mestre de entendimento e vai dizer ” não” é por aqui que temos de ir porque todo o resto se calhar é subalterno relativamente a tudo que estivemos a dizer até agora, e eu penso que essa que é a dificuldade, porque? Porque se nós tivermos uma mera estrutura organizacional tipicamente criminosa obviamente que sendo sempre difícil este tipo de investigação, é mais fácil porque temos um rosto para combater uma estrutura que já vamos definir, que está posicionada, está no terreno, tem ligações ali e acolá, mesmo depois de uma análise mais complexa etc. somos capaz de traduzir isso em termos criminais e tipificar. Outra questão é, é quando já não é só apenas isso que existe e há apenas uma dinâmica social pulverizada em que qualquer pessoa que tenha esse tipo de iniciativa mesmo no ponto de vista singular e toma a iniciativa de ir pro outro lado e resolver a sua vida mesmo caminhando nesta perspectiva, eu diria que neste aspecto e aqui pegando naquelas características que o Albano falou e que são amargas pra aquilo que se pretende tipificar para a mulher brasileira, por outro lado, isto para qualificar a própria vítima a priori, se nós formos pegar naquilo que é a realidade também há aqui uma certa valorização da mulher brasileira, porque a mulher brasileira, se se decide a envolver neste tipo de trama, pode muito bem fazer em determinado tipo de circunstâncias por sua alto recriação e não estão sujeitas a quem quer que seja, e é possível vir para Portugal ou

para outro País da Europa, se quiser prostituir , numa perspectiva de ganhar a sua vida seu dinheiro, ter uma espécie de contrato palavrado com quem quer que seja que tem uma casa dessas , ela pode estar a ajudar a casa a ganhar nas bebidas que serve isso aqui aquilo a qui outro, mas depois ela pode ter o seu apartamento alugado a viver no meio de outras pessoas e ninguém sabe o que é que ela é, e pontualmente ter o seu cliente e faz a sua vida e Etc. Etc. Etc. Ora bem isso traduz logo numa dificuldade acrescida para tipificação e... não é minimamente comparada a mulher brasileira e aí conseguimos tipificar e identificar as pessoas etc. Etc. E portanto é um pouco isto que está a acontecer nesta altura e se calhar acaba por nos dar esta redução dos números, por um lado poderá haver pessoas que eventualmente poderão cair mais na trama do lenocínio sem dúvida alguma, mas a nossa perspectiva de investigação, é que, começando a ter alguma noção deste tipo de realidade e dificuldades pra nós muita das vezes ainda que desmantelemos um grupo criminoso é uma célula dedicada e que a prostituição apenas venha a ficar tecnicamente apenas por imigração e por lenocínio, nós entendemos que apenas que em termos de levandagem criminal investigada é que ainda que não consigamos a condenação do Tráfico de pessoas para aquela organização, todavia temos um ganho social, dos crimes pelo facto de estarem tão juntos e tão conexos e muitas vezes é uma espécie de dois em um, nós ganhamos do ponto de vista social do ponto de vista criminal porque retiramos digamos que do mercado do crime um tipo de organização que potencia sempre o tráfico de seres humanos, e portanto nesta perspectiva que eu conseguir uma condenação eventualmente significativa na área do lenocínio da imigração ilegal ou de outro tipo de criminalidade conexa, já é digamos neste ponto de vista um ganho a nível daquilo que é a perspectiva da investigação e da justiça, portanto é um bocado este o cenário em que nós nos encontramos nesta altura e portanto haverá situações de pessoas que naturalmente estarão enredadas numa trama e entregam aquilo que foi dito aqui anteriormente, haverá outro tipo de situações de pessoas que veio numa perspectiva de convite boca a boca com a pessoa que já cá está e faz a sua vida e se integra a outra tipo de perfil e muitas outras e depois tem que ver , que o Brasil sendo o País que tem a dimensão que tem, eu digo que não é um País é um continente e que já muitas das vezes a características do próprio tráfico interno, mas tivemos a oportunidade de discutir isto com a Polícia Federal, retira muito da capacidade do que nós temos quando queremos pegar nas vítimas e trabalhá-las já depois das fronteiras, porque elas já vem com um sofrimento de vida com um Background que é muito amargo, mas que também lhes dá outro tipo de estruturas de defesas porque a priori



saindo da questão do tráfico interno quando vem pra Portugal por exemplo, tomando Portugal como exemplo, digamos que aquilo que é o peso e a amargura do tráfico que foram sujeitas no seu País é relativamente mais libertadora as circunstâncias que vem para Portugal por exemplo, em que já tem uma outra dinâmica e pontualmente podem ter uma vida própria, podem ter um relacionamento específico com alguém independentemente de poderem ter o seu apartamento para fazer aquilo que fazem, portanto essa própria conjuntura também nos cria algumas dificuldades pra depois voltar, procurar saber especificamente as questões do tráfico como é que é como é que não é. Portanto tudo aquilo que foi dito aqui é verdade mas digamos que essa capacidade de libertação que a própria mulher brasileira em termos educativos teve e tem e vai continuar a ter numa dinâmica digamos na afirmação da própria mulher na sociedade, que vais desse tipo de profissão até outro tipo de muita coisa outro tipo de afirmação das mais diversas profissões, e portanto tudo isto tem de ser entendido dessa perspectiva e levamos um pouco a nisto que estamos aqui a falar é um pouco desta ideia.

(MJ):

**Dr<sup>a</sup> Magdala concorda de facto...o facto de haver características específicas de determinadas vítimas oriundas de determinados locais possa contribuir para maior ou menor sinalização. O facto de haver estatísticas que apresentam determinado número e tudo aquilo que foi referido até agora, o que que acha sobre esse assunto?**

**ComuniDária:** em 1º lugar eu concordo que há uma diferenciação nesse perfil da vítima e na questão da mulher brasileira em Portugal, eu acho que Portugal é um País ... acho e alguns estudos também e a experiência do dia a dia, mostra que Portugal é um País que acolhe e trata diferente as mulheres brasileiras, pela própria história uma história recente, de contextos com a prostituição ou com o trabalho sexual ou o que queiram escolher dizer a nomenclatura do nome na nomenclatura, mas eu concordo que a mulher brasileira em Portugal recebe um outro tratamento, tanto por parte da mídia como por parte das instituições, há de fato na minha visão uma discriminação institucional fortíssima que vai desde da polícia quando chega uma mulher brasileira nas esquadras entendeu? Normalmente uma mulher brasileira existe alí um outro olhar, existe um outro olhar mesmo uma outra perspectiva já de cara entendeu? Como é que

essa mulher potencialmente já de cara já é vista, nas fronteiras também na entrada uma mulher brasileira que entra sozinha mesmo acompanhada com o marido, quando chega em Portugal no aeroporto vai par um guichê né? Porque não vão os dois juntos né, um vai pro guichê e o outro para o outro, ela também tem um trato, ela também recebe um trato e um olhar inclusive diferente, quem é esta mulher? Se for uma mulher de 35 anos ou menos de 35 anos, é recebida mesmo como uma ...como uma potencial o nome é grosseiro mas é isso mesmo... uma potencial “puta” entendeu? Que está vindo a Portugal né? É a primeira perspectiva no olhar, não é uma perspectiva muitas vezes de reagrupamento familiar não é não vem essa de um problema de saúde, vem sempre uma perspectiva ali no olhar da prostituição, isto eu vejo em todas as instituições , nas fronteiras nas esquadras , quando agente leva uma denuncia de violência doméstica, há um trato desfavorável ainda há um tratamento desfavorável com a mulher brasileira muito claro. E também outras instituições como a Segurança social .

**(SEF):** Penso que já melhoramos muito ainda assim... digo eu ...digo eu

**(ComuniDária):** sim, melhorou mas na minha perspectiva tem muito para melhorar , um caminho muito longo muito longo para melhorar... se a mulher brasileira de fato existe números que não são né? Tão formais mas existe números a áreas em Portugal onde 85% das mulheres que estão na prostituição ou no trabalho sexual , prefiro dizer trabalho sexual... são de fato brasileiras, não é? São brasileiras 80% realmente são brasileiras, onde está a Associação ComuniDária a dados que são brasileiras entendeu? Há tudo isto, mas há também como concordo aqui com Dr. José Van Der Keller que há uma diversidade imensa, há uma diversidade das mulheres independentes, há uma diversidade de mulheres que trabalham por conta própria, há mulheres que trabalham em pequenos serviços né? Nas casas de alterne, e há poucas mulheres brasileiras que trabalham na rua né? Há uma visão é ou na casa de alterne ou a mulher brasileira também né Dr. José ...tem essa perspectiva de uma alto determinação de uma independência que passa isto também para o trabalho sexual... essa alto determinação da mulher brasileira essa independência também está nesse negócio. Agora vejo também uma coisa... um problema muito sério nessa distinção entre trabalho sexual e tráfico. Em Portugal o trabalho sexual não é reconhecido como profissão não é isto Dr.? Estou certa?

**CIG:** Certíssima

**(ComuniDária):** não é reconhecido como profissão, recentemente há 3 meses atrás a Espanha reconheceu o trabalho sexual como profissão, aí o que que acontece?.... Reconheceu 3 ou 4 meses atrás , o trabalho sexual na Espanha está reconhecido com os mesmo direitos na desconto na Segurança social e tudo, tudo direitinho tá reconhecido. Portugal esse trabalho sexual não é reconhecido e aí agente tem uma grande dificuldade com isto, que acontece? Há um primeiro momento que pode ter sido uma escolha, a mulher brasileira ter escolhido de alguma forma ou não, vir para a Europa, né? Há um momento de escolha, mas muitas vezes um momento de escolha desconhecida e aí onde é que agente sofre quando chega uma denúncia uma situação dessa? A escolha não deu certo. A Associação só recebe quando as escolhas não dão certo, a nossa experiência a nossa perspectiva, a escolha não deu certo em algum momento essa escolha falhou entende? Falhou porque a pessoa está indocumentada no país, ou depois resolveu trazer o filho como tem várias prostitutas ou trabalhadoras sexuais que trazem seus filhos, estão em situação irregular, estão vivendo em situação oculta dentro do país, não tem condições de encarar moralmente entendeu? Essa perspectiva e aí muda tudo a primeira fase foi uma escolha a segunda a escolha não deu muito certo, ou a retenção de documentos exploração laboral inclusive nas casas de alterne, altíssima exploração laboral e não existem cobertura de fato não existe uma proteção né? Não existe uma proteção pra essa mulher e aí a situação complica, como é que passa de uma perspectiva de escolha para lenocínio ou para tráfico né? E agente fica nesse limbo, que hoje eu sinto pelos poucos casos que chegou a associação que em algum momento pode ser configurado como tráfico e em outros não o resultado não foi tráfico porque foi a pessoa que escolheu lá na origem, mas lá na origem de fato ela pode ter escolhido numa perspectiva de alto determinação de empreendedorismo e tudo mais né ? Empreendedorismo sexual que seja que não estou aqui pra julgar o lado moral.

**(SEF):** Mas por isso mesmo que a tipificação do crime não releva o consentimento da pessoa, portanto isso aí em termos jurídicos é o que vale.

**(ComuniDária) :** É outra fase, eu acho que essas questões desse limbo dessas transições tem que ser melhor trabalhada não é? Do resultado que deu a escolha, que muitas vezes é desconhecida, não adianta agente chegar e dizer a ela escolheu, escolheu pegar um carro lá de um gringo na Bahia e chegou aqui esta presa dentro de um apartamento sem documentos e nada e agora? Eu acho que essa é uma situação mesmo

que tem que ser discutida, eu acho que o papel da mídia em Portugal é importantíssima entendeu? Eu acho que a mídia, alguns movimentos de brasileiros aqui inclusive eu estive envolvida em vários, agente chegou a fazer várias queixas entendeu? Nas questões da mídia do estereótipo, de confundir o que é tráfico com prostituição, já houve casos aqui de autoridades que chegaram a dizer na televisão que as mulheres brasileiras são prostitutas, quando estavam discutindo a questão do tráfico, enquadraram todas as mulheres como prostitutas, isso é muito sério acho que a mídia também tem um papel preponderante a mídia não destaca, por exemplo, que a mulher brasileira que tá em Portugal também é preponderante no trabalho doméstico digno é a mulher mais qualificada na questão no cuidado de idosos é a mulher preferida esses dados estão na segurança social isso que estou falando não está fora né? Da segurança social são dados realmente existentes e quando você vai tentar divulgar e mostrar essa outra imagem, da formalidade da qualificação de mulheres que vem enfermeiras do Brasil não isso some, né? Outra vez e visibiliza completamente essa figura da mulher brasileira e continua né? Este papel da mulher hiper sexualizada, acho que isso é um problema claro tirando o problema do Brasil que vendeu acho que mudou a perspectiva brasileira tá muito clara mudou muito né? De vender a mulher brasileira de vender o corpo da mulher brasileira isso houve uma mudança muito grande, mas o passado está aí os resultados estão na nossa porta tá vendo que isto tá acontecendo, eu acho que a questão também, acho que é importante também entrar o debate da questão da legislação entendeu? É importante pra separar as águas do tráfico do trabalho sexual, da proteção dessas mulheres imigrantes, entendeu? que estão elas em situação não documentadas e estão também as vezes tem seus filhos aqui sua famílias aqui, eu acho que isso é importante nessa perspectiva né? Agente também saltar pro outro lado.

Outro ponto que eu acho muito interessante é exatamente várias dessas mulheres receberem como o trabalho sexual não é reconhecido em Portugal e quando vivem em situações de opressão ou de exploração laboral dentro da casa de alterne, a perspectiva que existe de fato muitas dessas mulheres realmente não é voltar, não é sair nem mudar de profissão, várias não é, realmente não querem mudar de profissão, que eu chamo profissão. Várias tentam buscar outra forma, que eu acho até fraudulenta entendeu? Acho mesmo não sei se estou certa mas acho até fraudulenta e é orientada para buscar uma outra profissão com contratos de trabalhos falsos entendeu? Tipo usando principalmente o trabalho doméstico como contratação, muito tem sido usado o trabalho

doméstico, o contrato de trabalho doméstico, para camuflar o trabalho sexual e muitas vezes também esse tráfico, não é? Vem embutida de trabalho doméstico ou está numa casa de alterne ou então consegue arrumar alguém que diz que é o empregador ou empregadora consegue arrumar alguém e essa operação está aí não é? Muito invisível, sem uma resposta entendeu? Quando uma mulher como essa chega ao SEF com algum problema seríssimo e digo isso porque já recebi e agora o que é que eu vou fazer? O que é que eu vou fazer eu preciso, eu tô não documentada já recebi uma ordem de expulsão, já recebi a segunda, tô na terceira e o que é que eu faço? Vem me perguntar e o que é que eu faço? Eu digo não, você não pode virar trabalhadora doméstica, você não é empregada doméstica e essa perspectiva toda não é? Acho que há escolha como há óbvio, há mesmo a escolha, mas há o tráfico mesmo, há o resultado da escolha negativa e para esse resultado da escolha negativa, não percebo uma resposta à altura entendeu? A escolha foi negativa, tem algum resultado ali negativo e aí eu já não... entendeu? Ficamos sem grandes respostas e a questão também de não sei como isso o SEF e as fronteiras resolver situações como realmente Portugal ser trânsito né? Das mulheres brasileiras! Não é muito mas tivemos caso de trânsito e da dificuldade em.. isso já foi envolvido o consulado brasileiro alguns órgãos e tudo, de conseguir localizar uma mulher que realmente deu uma entrada em Portugal, entrou em Portugal foi de passagem de passar dois dias e passar as fronteiras e desapareceu né? Tivemos situação de uma caso desse e foi sinalizado pela Embaixada , tentamos trabalhar integrado e essa questão do trânsito que é muita confusa né? Muito difícil essa passagem de usar Portugal como trânsito ir para Espanha e depois essa pessoa sumir no espaço Europeu, não ser... exatamente as fronteiras né?

**(CIG):** ... Maior parte das brasileiras vão para França e Itália ....

**(MJ):** Obrigada ...**Dra. Juliana sobre os dados estatísticos a dificuldade em sinalizar a diferença daquilo que existe e as cifras negras ou não o que é que achas sobre este caso?**

**(APAV):** Bom dia a todos... primeiro esclarecer a limitação desse tema para nós né? Represento aqui a Associação Portuguesa de apoio às vítimas, uma instituição não governamental que presta apoio à vítima de crime, o nosso universo consiste essencialmente quando se trata de mulheres imigrantes vítimas de violência doméstica eu diria que 95% das que acompanhamos, são vítimas de violência doméstica,

maioritariamente brasileiras, não que as brasileiras sejam mais vítimas, mas é a maior comunidade imigrante em Portugal e consequentemente isso reflete nas nossas estatísticas também, os casos de tráfico diante da dimensão da nossa secção dos outros crimes que são registrados é uma dimensão muito reduzida, de mulheres brasileiras exploradas sexualmente ainda mais acho que não contamos nos dedos de uma mão os casos que nós registramos nos últimos anos, **44:56** nós não sei se todos estão familiarizados com o trabalho da APAV, nós temos 15 gabinetes de apoio à vítima por todo o País, então as pessoas podem nos contactar presencialmente ou pela linha telefônica, toda essa rede pode sim receber denúncias de potenciais situações de tráfico, ou situações que ao menos sejam de tráfico. Nos últimos anos o número de situações identificadas em toda essa rede rondou 10, 15 casos por ano, que não muito expressivo, desde do ano passado a APAV gere um dos centros de Acolhimento e proteção para às vítimas de tráfico, em Portugal existem três nós gerimos um que é destinado as mulheres independentemente da forma de exploração posso dizer que até hoje nós não acolhemos nenhuma mulher que tenha sido, mulher brasileira que tenha sido vítima de exploração sexual então diante de tudo isso que foi dito até agora , claro que o tráfico é um fenómeno além de criminal, social extremamente complexo né? Ligado á outros fenómenos também de igual complexidade como a imigração , auxílio a imigração ilegal a questão do lenocínio e outras muitas que acompanham, acho que a questão da sinalização está estritamente ligada a isso não é? Como a nossa experiência é muito limitada nesse âmbito não arrisco aqui nenhuma solução, mas só queria dizer no âmbito da investigação e identificação os outros profissionais que aqui estão com muito mais conhecimento de causa do que nós , nós não trabalhamos por exemplo como a Magdala referiu com trabalhadoras sexuais ou com imigrantes não é a não ser que sejam vítimas de crime que reduz muito nosso 46:36 âmbito de intervenção. Quanto a questão da mulher brasileira, sem querer generalizar, os serviços funcionam de formas diferentes no caso dos profissionais cada um tem uma mentalidade acho que também existe esse perigo da generalização, de como serviços tratam as mulheres brasileiras ou qualquer outro grupo específico, nós notamos sim que a discriminação existe na percepção da mulher brasileira enquanto vítima, já foi recolhido isso aqui não só na altura do tráfico mas qualquer outro crime, seja violência doméstica até discriminação, como se a mulher brasileira estivesse mesmo aqui para sofrer esse tipo de coisa não é? Se tá aqui a prostituição é uma consequência natural, se tá aqui a exploração é uma consequência natural , se tá aqui a discriminação é uma consequência natural, violência doméstica

também veio aqui para quê? Isso as mulheres brasileiras ouvem muito mais do que as vítimas de outras nacionalidades , mais uma vez sempre a generalizar felizmente não são maioritárias pelo ao menos no nosso universo de pessoa

**(MJ):Obrigada... Drª Tereza o que é que acha? As estatísticas refletem aqui a realidade em termos de vítimas de tráfico maioritariamente para exploração sexual, se não para exploração sexual para fins laborais o que é que acha pela sua experiência?**

Drª Tereza: primeiro eu não trabalho diretamente com esses casos..., trabalho com uma mostra da população brasileira, ainda esta semana tive, na tentativa de a ver circular na população portuguesa fora deste estereótipo, e isto no meu trabalho muito pontual porque eu trabalho com professoras universitárias e alunas de pós doutoramento que vem do Brasil, embora também com alunas de licenciatura e de Erasmus primeiro e segundo ciclo e é frequente todas elas em alguma altura do período que estão em Portugal serem confrontadas com esse gênero de leitura, porque há aqui vários aspectos que foram sendo referidos que são significativos no caso português 48:46 não podemos esquecer como é que Portugal constrói o perfil da mulher brasileira? Não constrói nos livros da escola ou pontualmente poderá haver uma caricatura escolarizada desse encontro de Portugal Brasil, constrói nos últimos 40 anos através do meio de comunicação privilegiada que se chama tele novelas, portanto nós não podemos esquecer, isto foi uma educação social foi uma socialização entre Portugal e Brasil , mas simultaneamente uma socialização de gênero na cultura portuguesa nos últimos tempos,

E isto muitas das coisas aqui que foram ditas, se nós puxarmos isto pra si isto é clarinho, portanto quando se olha para uma... eu pessoalmente faço isso, eu vou na rua e não precisa ninguém falar para eu dizer logo a partida que com 20% de certeza identificar as mulheres brasileiras, porquê? Eu costumo fazer isto... em certos sítios talvez não falo, para não pensarem que estou fazendo uma leitura muito tendenciosa, mas em certas zonas da cidade, é se eu for a caminhar ao fim da trade e as vezes faço isto com colegas de trabalho, e as dizemos aquela é brasileira ...aquela ã... e isso é quase um jogo, ...portanto significa também que este perfil que foi construído através da tele novela de facto tem alguma consistência, e tem! se nós vemos 85% de mulheres que fazem trabalho sexual em determinados ângulos são brasileiras, então isso vem dar força, a

este estereótipo que foi sendo construído, portanto nós não ... em Portugal a mulher brasileira executiva , cursada a trabalhar dia e noite não! Entrou-nos em casa a mulher brasileira que era divorciada, a mulher brasileira entrou em Portugal com o divórcio, ou melhor o divórcio entrou.. é verdade se pegarmos as estatísticas de divórcio antes e depois do 25 de Abril eles aparecem associados simultaneamente a entrada da telenovela, as estatísticas diz isso não estou aqui a inventar nada, isso tudo vem reforçar o estereótipo, portanto quando depois nos chegam outras brasileiras fora desta imagem, a verdade é que para se calhar 90 ou 95% dos portugueses ele ã conheceu a mulher brasileira como eu conheço, eu conheço a mulher brasileira através deste meio, e portanto quando encontramos um agente policial qualquer que vai se confrontar com uma brasileira não podemos pedir um santo milagre 51:28 a não ser que faça um trabalho específico só para lhe dar com a população brasileira para ter outra percepção, porque as percepções que nós construímos uns perante os outros não são aquelas que nós academicamente fazemos e também nós sabemos ...penso que todos nós aqui como se difundi o saber acadêmico pela população em geral, isso não é assim, podemos surpreendermos e acharmos que uma injustiça, mas a verdade é que a construção da visibilidade do perfil , do estereótipo e cultural é feito por muitos meios, não é feito pelo meio acadêmico, pelo meio policial é feito por esse contacto maioritário da comunicação social em Portugal volto a dizer, primeiro foi feito pelo veículo privilegiado que foi a telenovela e aí a mulher brasileira trouxe um perfil do feminino que não era o perfil da mulher portuguesa e por isso também aquela associação que surgem por vez aqui e para mim é fácil compreender que pode acontecer muitas vezes de fazer a leitura tráfico exploração sexual então tem de ser vítima do tráfico porque? Porque para o português antes do Brasil nos últimos 40 anos ser prostituta decorria de uma imagem que era a mulher estava a ser coagida ou direta ou indiretamente circunstâncias social de para determinada situação, ora o que estivemos aqui a referir várias vezes foi a mulher brasileira chega a Portugal **53:00**e faz o trabalho sexual falo muitas vezes por escolha, não é ? ora isso para o português enquanto leitura do que é o ser feminino que é o perfil de gênero é inadmissível e portanto a partida é fácil olhar para uma situação e carimba-la logo com outra, não haver só pelo fato de ser brasileira tem haver com o facto de estar a exercer o trabalho sexual .

(MJ):podem conversarem...



**(ComuniDária):** Sim concordo e descordo em algum ponto, eu acho que tem haver com os dois, de ser mulher lógico, e de estar exercendo o trabalho sexual e com um adicional eu acho que aqui a mesmo a questão da discriminação múltipla uma coisa não descarta soma, soma o peso dessa discriminação, ser mulher migrante, migrou com autonomia com determinação, divorciada que muitas não são, realmente tem esse perfil, muitas não são mulheres que vieram pelo reagrupamento familiar, muitos casos mulheres africanas de Guiné-Bissau eu acho que é uma soma, mulher imigrante com auto determinação e com esse perfil que realmente as brasileiras que vieram é o perfil, pelo ao menos nos últimos dados é o perfil que veio mais sozinha com menos reagrupamento familiar , eu vi em um dos relatórios do SEF , a mulher que veio sozinha e este perfil somando e brasileira com essa imagem né? Este estereótipo de brasileira hiper sexualizada soma tudo isto entendeu? É uma soma e agente tem um pacote aí bem interessante né de discriminação, de uma discriminação múltipla, não é? E a brasileira ela pode ser loira, branca, negra entendeu? Ela vai sofrer o impacto por ser brasileira, pode ser de todas as cores.

**(PF):** se me permite eu acho que agente está confundindo alguns conceitos aqui, né? A primeira coisa é que agente está tratando a pessoa **55:09** que veio para Portugal e quer exercer a prostituição no Brasil isso não é crime e aqui também não, né? E agente está tratando a questão do tráfico como se fosse uma situação voluntária da pessoa que de prática não caracteriza crime, né? E vem também de uma concepção machista da sociedade de uma forma geral, o princípio informador da norma como agente trata da questão do tráfico de pessoas, é o princípio de proteção da dignidade da pessoa humana, por isso que a norma ela define que independe da vontade ou não e quando agente está tratando de crime, agente tá tratando daquele que explora, é fácil agente falar ele teve a vontade de praticar o ato, é fácil agente falar não foi voluntário... calma!!! Mas quando agente trata de tráfico agente tá tratando de pessoas, você pode olhar até um perfil na situação brasileira, não reflete nem 1% da população brasileira isto está envolvida com a prática desse tipo de risco, e infelizmente as mulheres brasileiras estão levando uma fama que não possui, as próprias novelas não refletem a realidade brasileira , são bem evolutivas a de vocês também não, né? Isso no mundo é assim e agente tem que ter muito em mente essa questão da necessidade da análise do problema social, porque as vezes quando agente fala em tráfico, agente fala em, engano de pessoas , em perspectivas de melhoria de vida, ofertas de emprego em que essas pessoas migram e

não querem colaborar com a investigação, porque elas querem melhorias econômicas, e chegam no local são retidos os documentos de viagem, são retidos os passaportes, são submetidas a situação de falta de comida, falta de água, privação de sono, uma série de circunstâncias que a pessoa começa a não acreditar naquilo que está acontecendo, existe assim como tem a questão do sequestro, síndrome de Estocolmo que a pessoa tem empatia pelo sequestrador, existe uma síndrome desse tipo de ... que se chama síndrome pós traumática, acho que os psicólogos sabem bem disso, eles não compreendem dada a agressividade dada à lesão, daquela situação a condição daquela pessoa, eles passam a acreditar que aquilo não é verdade, passam a confundir inclusive as vezes agente tem que ter muita sensibilidade quando você vai abordar alguém para conversar sobre tráfico de pessoas porque elas começam a não ter noção de nada de absolutamente nada, então eu temo em relação a isso, esse conceito formal que não reflete em absoluto a realidade da mulher brasileira, não reflete e eu fico muito preocupado porque as vezes agente recebe realmente notícias de mulheres brasileiras em Portugal estão sendo destratadas né? Nos atendimentos, né? Estão sendo discriminadas e são poucas, né tem muitas mas não refletem a realidade da exploração.

**(SEF):** Eu queria deixar aqui só uma nota, para colaborar com isso tudo que o Cláudio disse, é que temos a preocupação da formação dos nossos agentes dos nossos inspetores, é ...não partir dessa base do preconceito, né? Obviamente que estamos muito melhor hoje, do que estávamos há uns tempos atrás, não posso garantir que toda a gente tem esse tipo de postura , muitas das vezes, mas já houve muitas das vezes consequências que houve pra muitos dos nossos funcionários, que partiram desse preconceito errado, e que depois viram envolvidos em questões internas, disciplinares e tiveram de responder por isso etc. E com toda a justiça responderam, mas notasse e eu falo não só pelos Serviços de Estrangeiros e Fronteiras, mas penso mesmo que as outras academias , as outras polícias, também estão nisso, é de fato é não fazer com que o preconceito..., digamos que a nossa ação profissional do dia a dia, porque obviamente isso é gerador de injustiças , porque podemos muitas vezes bater na porta errada e batemos mesmo portanto se não tivermos esse cuidado, mas era só para deixar essa nota, que há de facto essa preocupação, em termos éticos de valores etc. Junto das próprias polícias em que há disciplinas específicas para tratar disso, de facto para se evitar esse preconceito, muitas das vezes contra muitos dos cidadãos, que são nosso utente etc. E queria deixar isso,

embora muitas das vezes, lamentavelmente não se consiga imaginar o número perfeito de pessoas e a priori sobre os imperfeitos.

**(PF):** Isso aí não é culpa da polícia e sim de forma geral, isso é um preconceito social, é a mesma coisa que você falar” há um homem bateu na mulher “ a tendência é achar isso normal, a agressão..., é a “normalização do fenômeno”, esse é o problema.

**(CIG):** eu acho que isso que ela lhe disse é efetivamente a existência de um esforço brutal , que tem feito ou seja, trabalhar a formação nesta perspectiva não é só dizer os indicadores para reconhecer, não trabalha-se muito a formação neste aspecto e isso tem sido feito, quer no Campo dos órgãos de polícia criminal, quer no outro campo que é essencial que é as magistraturas, e isto tem sido feito um esforço brutal, para que isto também se transporte para magistratura, que a magistratura é o fim e início de um processo dessas situações e portanto isto tem sido feito, mas eu queria deixar uma nota na sequência daquilo que o Cláudio disse, e de que Magdala disse também, cuidado quando nós procuramos e achamos que legalizar o trabalho sexual, eu pessoalmente não gosto da palavra mas isso tem haver comigo, não gosto porque não acho...pronto, são concepções, não tem haver com isso, cuidado que a legalização do trabalho sexual não é sinônimo de que vamos ter então agora está tudo globalizado e aquilo as cifras do tráfico vão desaparecer porque não vão! E está provado, mais provado eu estive há dois ano em Amsterdã, e um marinheiro de Amsterdã muito claramente, estamos a falar de Amsterdão...tudo aquilo que nós sabemos, e idealizamos também sobre este fenômeno, da prostituição e do que é prostituição ele dizia claramente ele dizia não as cifras do tráfico não diminuíram pelo facto de termos a prostituição legalizada, e ninguém me garante que aquelas mulheres que estão na montra não são traficadas. Estamos a falar de um País e de uma cultura que aceita chamar trabalho sexual de uma forma, e que isso não se pode fazer colagem, é muito perigoso no meu ponto de vista quando entramos com discursos desse género, no sentido da defesa ou não defesa da legalização da prostituição, e eu não vou entrar por aí, mas é perigoso quando procuramos fazer esta colagem é preciso termos muito cuidado, muito cuidado com isto, porque podemos estar a dar um tiro nos pés.

**(ComuniDária):** Eu queria só colocar uma coisa Manuel albano, quando eu falei da componente da legislação portuguesa, não defendo aqui cegamente nada legalização que eu também não, não defendo inclusive faço parte da plataforma do direito das

mulheres que discute isso, o nobel Europeu é radicalmente contra acredita na erradicação, mas essa é outra discussão , o que me preocupa na questão da legislação propriamente é realmente a questão de uma mulher migrante, não documentada, que está atuando no trabalho doméstico, é isto que me preocupa, entendeu? Não estou para defender

**(CIG):** mas aí nos temos o enquadramento legal Magdala...nós pro trabalho doméstico, podemos ter mulheres migrantes...

**(ComuniDária):** não desculpa ... é exatamente tá escondido, o que me preocupa é..., entendeu não é aqui uma defesa é esta resposta

**(CIG):** Utilizaram um esquema para fazer justificações...eu percebo...

**(ComuniDária):** exatamente esse grau de informalidade que é muito alto, entendeu muito alto no trabalho sexual, por favor eu quero deixar claro que eu não tenho conclusão sobre isto , não tenho uma conclusão sobre legalizar ou não, agora o que me preocupa é essa a resposta, essa resposta que acho frágil entendeu?

**(CIG):** mas é frágil, sim mas é frágil eu concordo contigo, frágil nisso e qualquer outra realidade em que os imigrantes se encontram , estão numa situação de ilegalidade e procuram através de um artifício, não apenas no trabalho sexual, mas em qualquer outra situação homem ou mulher encontraram um artifício que lhe permitem esta situação, **1:03:56** .... trabalhar no bar de alterne não é igual a prostituição cuidado! trabalhar no bar de alterne não é igual a prostituição e isto , trabalhar num bar de alterne tem enquadramento legal, o SEF se for ao um bar de alterne e tudo tiver claramente tipificado em que são empregadas redes hoteleiras , não sei se esta é a designação clara, isto é possível, isto é possível... isto foi discutido, só um exemplo, só um parêntese, nós no Porto , há um espaço de pessoas que conheço, que trabalha com prostituição, há uma prostituta portuguesa que passa recibos verdes a todos os clientes , claro que não põe lá como prostituta tem uma atividade nas finanças que é outras atividades, ela faz questão de passar... e estamos a falar de prostituta... isto é um parêntese só para perceber como é que as vezes se fazem estes enquadramentos nesta matéria, o problema é que nós visualizamos e concordo com que disse, nós visualizamos a partir de um conceito que nós todos idealizamos o que é a prostituição, como construímos como deixamos de

construir o chamado trabalho sexual, a nossa idealização de como nós próprios fomos construindo o que é isto do trabalho sexual, o que é prostituição como é que nós identificamos no sexo, na relação sexual que temos com este ou com aquele, ou seja, tudo isto estes fatores todos pesadíssimos que nos condicionam na nossa análise, né?

**(SEF):** eu quero deixar aqui só uma nota que foge da perspectiva meramente penal , eu quero dizer por causa disto que o Albano estava a dizer que é o fato de se trabalhar é... num bar de alterne isso não significa a prostituição ..ñ significa, nós temos decisões, a nível da contornação judiciais em que o magistrado sanciona o empregador pelo fato de estar a fazer exploração laboral daquela pessoa , em milhares de euros **01:06:08** Coimbra tem vários exemplos desses, em que há sentenças neste sentido foram detectadas X e mulheres a trabalhar nos bares tal, tal, tal... verificou-se que aquilo era um acto contínuo, praticado... tal e tal... e ele teve de pagar pelo fato de ter assim as pessoas a trabalhar de forma ilegal pra si X milhares de euros e até dessa das formas que se pode atuar muitas das vezes.

**(Prof. Canaveira):** Eu devo dizer que quando cheguei aqui, que fui convidado pela Aracelli e disse mas o que é que vou fazer ali? Porque eu nunca, primeiro porque eu ã frequento bares de alternes, nem convívio com nenhuma brasileira, sou casado com uma portuguesa uma data de anos e é com ela que vivo, e portanto o que é que vou fazer ali? Depois cheguei aqui e vi, adido da Polícia Federal, polícia judiciária, auto comissariado etc. e etc. Gente de sociologia, direito e que fala de uma forma que eu percebo, quer dizer em termos de globalização, nós criamos parâmetros legais a sabermos o que é isto o que é aquilo, a pessoa que trabalha num bar de alterne, e isso é uma atividade legal não é, a lei precisa disso, mas eu percebo um bocado do que a senhora Tereza disse, aliás eu gostaria de saber a sua formação de base, são várias para aqui Antropóloga social, eu sou historiador, na minha parte básica e estou nessa, aqui como orientador porque nessas faculdades e nas Universidades há uma quantidade de leis que tudo parece mas não é, e de facto a grande orientadora é a Professora Maria João Guia, que é a pessoa que sabe disto á sério, e por tanto eu estou aqui porque a FCSH obriga que exista um Orientador e a Aracelli está na FCSH, e tem que haver um Orientador, ...ideias ...do convite primeira coisa que eu acho que as pessoas ainda não entenderam nos países europeus e nos países que recebem imigração é que quando recebem um

imigrante recebem a história desse país, com esse imigrante vem a história desse país, não vem a história explicitamente, vem a história implicitamente ou seja, vem inconscientemente a história desse país, e com o Brasil agente está a trazer a questão, pra mim a principal não é esta é as telenovelas, é uma sociedade que até poucos anos era escravocrata, e quem leu Gilberto Freire, Casa Grande e Senzala ou donos do poder do Raimundo Faoro sabe muito bem o que um negra fazia na senzala e portanto essa realidade não existia em Portugal, mas é uma realidade que se tornou sociológica, em determinadas zonas do Brasil, primeiro a primeira coisa que eu faria é, quem são essas prostitutas brasileiras não são brasileiras elas são do Nordeste são do Centro oeste são do sul do país, de onde é que elas vem?, vem da Bahia? vem das zonas onde a escravidão se fez sentir com mais força ou não? Ou não..devo dizer só uma pequena coisa de história, há uma imigração do século XVIII permitida para Portugal de brasileiros do tempo de D.João V e D.José pelo Marquês de Pombal expulsam todos novamente para o Brasil, porque? Porque eles estavam a desestruturar a sociedade Portuguesa, porque Portugal nunca foi igual ao Brasil embora o Brasil fosse uma colônia de Portugal, o problema é esse aqui não havia Judeus no Brasil havia Judeus a corôa era a mesma, a história é diferente a mulher escrava no ambiente de uma sociedade escravagista é uma sedutora, é uma sedutora e é por isso que muitas vezes é vítima da senhora da casa grande, porque leva o marido pra senzala não é? E onde o marido e os filhos do marido fazem isto **01:10:36**, e isto quer queremos quer não, há uma longa duração, a história está cá, o senhor Fernando Rodels estudava isso a grande duração, curta duração, pequena duração no tempo histórico, não é portanto agente tem que saber que o Nordeste e as zonas como a Bahia eram zonas que as bisavós ou as trisavós destas muita gente que aparece aí são escravas que seduziam o senhor da casa grande, para sobreviver,

**(MJ):** portanto o perfil da origem...

**(Prof.Canaveira):** isto nunca existiu em Portugal, em Portugal peço-lhe só isto é um livro eu poço emprestar é o livro das prostitutas que é um livro de poemas tradicional nos anos 20, livro das prostitutas de poemas tradicional feito nos anos vinte, e os poemas são todos....ñ é um conjunto é uma antologia, o poema são todos, tipo andava a desgraadinha do ...que tinha um filho em casa tuberculoso, ela prostituiu-se coitadinha e caiu na desgraça, ficou viúva, tem um filho para alimentar, atire a primeira pedra... é

quase bíblico, não é? atire a primeira pedra quem quiser... porque ninguém. nunca diga desta água não beberei, e portanto é tudo enquadrado assim, mas é o cair em desgraça e portanto vou lhe dizer uma coisa, chamar trabalho sexual em Portugal, poço saber em anfiteatros políticos, nos anfiteatros jurídicos, nos anfiteatros policiais, pode servir na política, ou seja como é que eu ei de dizer na corretamente político, na política correta, mas é ainda para os portugueses no seu âmagô, ou seja na sua cultura telúrica na sua mentalidade, uma coisa inadmissível, ponto!!! não venha pra trabalhar em coisas que são honestas, trabalho honesto, vender o corpo não é trabalho honesto aqui em Portugal e por tanto quando se falou em fisco, quando o governo nem falar em fisco para as prostitutas como acontece em Espanha, houve um fórum da TS que diagnosticaram o que? Já chegaram a isso? Quer dizer tributário um trabalho? Que não é um trabalho é isso meus caros, meus caros, os romanos tinham uma coisa engraçada que é em “Roma sê romano”, quando nós chegamos a um país, eu quando vou há um país mesmo que só para visitar a primeira coisa que compro é a história dessa país, sobretudo se ela for escrita por alguém de lá, as vezes inglês que não conheço, ou sueco tento entender onde é que estou, aquelas pessoas estão lá ha muitos séculos, tem lá sua maneira de viver, as suas multivivências, ei não posso vir ha um sítio, chegar a outro e trazer uma multimundncia que no meu país e pelas circunstâncias da história e que estão alias Gilberto Freire absolutamente tem um valor moral e ético, um peso moral e ético cresci noutro sítio que tem outro peso moral, valor e ético Y , e quando isso acontece há duas coisas, vemos abrir esse contexto vivemos num mundo globalizado, mas quem entra tem que perceber ou começar a perceber onde é que entrou , a casa onde recebeu e quem deixa entrar também tem que começar a ter uma preocupação em saber, qual é o patrimônio histórico que esta pessoa tem, que chegou aqui porque isso também há com os Ucrânicos, a prostituição Ucrânica é igual a brasileira é? Não é

**(CIG):** não estamos a falar de prostituição

**(Prof. Canaveira):** Prostituição ou....ou viver nas margens do social, viver num limbo social, e? Não é? Eu tenho várias, tenho alunas recentemente estrangeiras, que eu não tenho qualquer dúvidas, é ucranianas a preocupação, a profissão em termos de limbo e são estudantes e com belíssimo aproveitamento, mas não há qualquer dúvida, a maneira como se apresentam na aula, e como estão tipificam não é? Uma coisa que se percebe, portanto as pessoas trás consigo uma história nem que seja inconsciente e no caso do

Brasil trazem uma história que é a história da escravidão, e de sedução em que o amor é muitas vezes, feito entre grupos sociais muito diferentes e em que o amor era feito por sedução, o verdadeiro amor porque as vezes o casamento na casa grande era um casamento por conveniência, o verdadeiro amor era entre a senzala, como dizia Gilberto Freire, mas feito de sedução e portanto de uma liberdade sexual que também é própria do Continente Americano, a mulher Americana é muito mais livre na sua forma de estar ao ócio do que a inglesa, do que as mulheres europeias isso tem haver também com o continente americano e a forma de colonização, por isso eu acho que as autoridades devem ter leis

**(SEF):** O ser tropical é ser diferente.....digo isto porque sou de angola e sei como era aquilo, também é diferente.

**(Paróquia):** tem uma diferença na guerra mundial os pilotos americanos, comportamento tanto na Europa....

**(SEF):** obviamente tudo aquilo que emergia fora dos contentados coloniais emergia contra um indício de liberdade que não é o mesmo daqui de Portugal

**(Prof. Canaveira):** ... as leis são para se cumprirem , o bom acolhimento nas leis da imigração são para se cumprirem e tudo isso é para se cumprir, mas temos que perceber de um lado e de outro uns que vieram de um mundo e de uma mundividência e tem uma história, que elas não sabem porque não sabem, se eu for perguntar uma brasileira, não sabe o que é a lei Áurea , não sabe quem é a Princesa Isabel, não sabe o que foi o regime escravocrata, não sabem que é o ..... mas está lá dentro numa vivência social que ainda não está ultrapassada na sociedade brasileira e sobre tudo no Nordeste, eu conheço bem o Brasil, tenho passado os últimos anos vários meses no Brasil, e devo dizer que o único estado que eu não conheço no Brasil é o Tocantins, portanto está e é preciso perceber isso, não é só aqui que é preciso perceber as reações dos de cá, é preciso perceber quem é que vem no avião, que mundo que essa pessoa trás no avião , que mundo e vivência e não digo mais nada olhe se calhar falei demais... (risos)

**01:18:26**

**(Paróquia):** eu queria dizer aqui uma notinha, porque a bocadinho comecei a comentar, algumas coisas....E não respondi objetivamente a questão que tinha colocado, daquilo



que é a minha ....percepção, claro que nunca vamos ter , nem temos meio de ter dados objetivos que representem a realidade do tráfico, porque por si é uma realidade escondida, não é senão não era tráfico, agora temos que em conjunto procurar indicadores , sinais, indiciadores que nos permitam tentar perceber se calhar por de trás de determinado tipo de atitude ou por exemplo dessa dos falsos contratos de trabalho doméstico estará outra coisa e que isso pode indiciar tal crime que se deve atuar, agora sobre aquilo que o professor disse acho de fato pode ser muito importante que é tanto para o tráfico como para outros tipos de crime quando estamos a pensar de grupos que já estão fragilizados pela condição de imigrantes e pela condição de imigrantes que estão muitas vezes ilegais, que é o perfil da origem , eu falei muito do perfil na recepção porque é que os portugueses, neste caso os que estão aqui em Portugal tem determinadas atitudes a priorisse face a mulher brasileira, por tanto temos que olhar no ponto de vista da análise sem preconceito o próprio preconceito se não estamos a escamotear a própria coisa da realidade muito pesada e provar isso que o professor disse que o perfil da origem, porque também a atitude da própria mulher face a todo o contexto e a todas as situações, seja perante a norma, seja perante a autoridade, seja perante a família, seja perante o trabalho, seja perante os outros homens e aqueles que supostamente seriam seus pares é completamente distinta porque radica toda uma vivência que socialização do próprio que é uma aprendizagem, volto a dizer não por uma autoria académica, por não ler um autor, mas porque se experimentou na relação cotidiana, repetidas vezes que é muito distinta, por isso então eu diria fácil identificar, não precisam de por nomes nem origem, fez isto, isto e isto, quem é brasileira e quem é a portuguesa e diz logo, praticamente porque? Estamos a falar de posturas sociais muito diferentes e também se calhar por isso mesmo são ainda mais difíceis de detectar enquanto tráfico, porque já têm em si todo um jogo de vivência que de alguma maneira já tinha aprendido, no próprio tráfico, por tanto já aprendeu a lidar com isso de um modo, que a partida o europeu não lhe daria, no caso uma europeia portanto ainda é mais difícil de identificar.

**(MJ):** muito obrigada!

## 2ª parte

**MJ:** Convidava todas e todos a voltarem para a mesa...Eu antes de recomeçar a sessão ia pedir a todos e a todas novamente que pudessem devolver-nos as declarações de

XXX

autorização para que a Dr<sup>a</sup> Aracelli possa fazer a transcrição que vai ficar na íntegra nos anexos da sua tese e para que depois a análise que irá fazer daquilo que for retirado aqui em termos qualitativos possa ser enquadrado no contexto daquilo que foi aqui debatido. Se depois puderem por favor deixar ficar, muito obrigada. **2.00** Retomávamos então as nossas questões e julgo que está a ser...

**Prof. Canaveira (2.05):** Queria só dizer só uma coisa ainda em relação àquilo... não pensem que eu estava a dizer isto em relação só aos brasileiros porque eu dou história das Relações Internacionais, é uma das minhas cadeiras, e sabem que um dos problemas difíceis que nós estamos a ter é a Rússia, o problema da Rússia. A queda da União Soviética, os países que saíram...eu tenho muitos alunos polacos, tenho muitos alunos ucranianos, muitíssimo bons alunos mas quando se fala da Rússia e do problema...

**SEF (2.40):** Não são nada simpáticos! (risos)

**Prof. Canaveira (2.42):** ...da história da Rússia e até das reações do Putin com o russo, o que vem ao de cima é um ódio histórico que se radica na idade média. É uma coisa impressionante! Eu tenho tido situações de gente a sair da sala fulo comigo, e eu estou a pôr as coisas num sentido de ciência política, não é? De geoestratégia da Rússia e não aceitam. Portanto, isto é uma coisa, tal como os portugueses, eu costumo dizer uma coisa. Eu uma vez vi, a primeira vez que eu fui a Paris lembro-me tão bem, tinha 20 anos e fui no sud-express e ia à frente de mim a saírem em Osterleeds, um senhor campónio vindo da beira, que tinha entrado na Beira em Coimbra, com um chapéu enterrado na grande cidade que é Paris e saindo de um sítio levava um leitão vivo. As pessoas levam a sua história consigo.

**MJ:** Eu devo dizer que todas estas informações são úteis porque ajudam a enquadrar a temática como estava a dizer há pouco, e muito bem, não é possível analisar o fenómeno do tráfico nem nenhum que se relacione com o crime que não seja enquadrado sociologicamente, antropologicamente, e portanto todas as disciplinas neste sentido são importantes para se conseguir compreender os fenómenos na sua globalidade. E por isso sugeria que passássemos para o segundo bloco de questões, que será o coração da tese da Dr.<sup>a</sup> Aracelli, e que respeita às políticas públicas e os planos de prevenção, combate e repressão ao tráfico de pessoas, sobretudo, naquilo que se entende entre Portugal e Brasil, uma vez que o caso Brasil-Portugal será aquele em que a Dr.<sup>a</sup>

Aracelli se centrou. E por isso, deixava à ponderação de quem quiser começar esta reflexão, a ponderação dos planos nacionais contra o tráfico de pessoas e a evolução que sofreram, a intervenção e os acordos bilaterais existentes entre Portugal-Brasil, o facto de termos alguém policial é em Portugal, a fazer troca de informação e facilitação de meios, acham que tem vindo a ser profícuo? Há manifestamente falta cooperação? Em termos dos textos do crime é suficiente o que temos neste momento? Em termos daquilo que também se reflete na transposição desta diretiva que está neste momento em curso? A diretiva 201229 UE que respeita às vítimas de crimes na sua globalidade, não é só de tráfico, mas pensando aqui para o caso específico da Dr.<sup>a</sup> Aracelli uma vez que esta diretiva se encontra em implementação por todos os estados-membros na Europa terá certamente repercussão naquilo que implica os acordos bilaterais, o que é que acham deste assunto? Está tudo feito? Haverá muito a fazer?

**SEF (5.55):** Nunca estará nada tudo feito, mas eu, muito sinceramente, não penso que em termos legislativos se possa inventar muito, muito, muito mais. Porque a questão tem que nos trazer um bocado para a terra relativamente e independentemente dos acordos, da Diretiva, tudo isso. Imaginemos que eu retiro alguém de uma rede de tráfico e posso fazê-lo em termos meramente processuais, sei lá, ter uma casa segura durante uns tempos, obter um certo e determinado tipo de apoio etc. Mas o problema é o depois, é o day after, porque aquela pessoa vai ter que ter, digamos, uma integração social ao nível de uma rede de trabalho, disto, daquilo e daqueloutro, e essa é a lógica que está aqui a dificultar mais isto. E isso não é propriamente solucionável através de qualquer decisão académica em termos processuais e legislativos. Não nos esqueçamos, o facto de uma pessoa que é retirada de uma rede de tráfico e que depois a nossa legislação, como se sabe, prevê...dá-se uma autorização de residência, tem um período de reflexão, mas depois como é que ela vai viver no dia-a-dia? Vamos tirar essa pessoa que está aqui num sítio qualquer de Lisboa ou numa grande cidade, e vamos mandar para o interior do país? Ou vamos mandar para outra cidade? Quem é que lhe vai dar emprego? Ela vai acordar todos os dias às 6h da manhã, apanhar o autocarro, sofrer como sofre o cidadão comum para ir trabalhar e para ter um ordenado ao fim do mês para sustentar um filho? Isso são perspectivas de muita dificuldade. Quer dizer, portanto, mas isso depende da situação em que o país esteja economicamente. Quem é que vai e que estrutura é que vai dar o emprego? Quer dizer, subsidiar apenas isto durante muito tempo e ad eterno, também não resulta, não é? Regressar eventualmente ao país de origem não resulta na

maior parte das vezes porque é mais fácil cair outra vez na própria rede de tráfico. Portanto há aqui uma questão, isto é complexo, quer dizer, mas ultrapassa claramente aquilo que é a cena judicial, a cena policial e isto vai para a rede das estruturas de trabalho, para a Segurança Social. Depois isto a partir de determinado momento, a nós, enquanto estrutura meramente digamos que policial, acaba por nos ultrapassar. Nós podemos dar uma espécie de apoio e teia de segurança em determinado momento transitório para configurar, digamos que aquilo que é o nosso egoísmo, ou testemunho em certo momento processual, e para que em termos de contraditório consigamos assegurar tudo e mais alguma coisa para que as coisas corram bem. O facto de dizer «sim senhora tens aqui um título de residência, está tudo bem, toma», e depois? Como é que ela vai viver? Não é?

**ACM (8.36):** Porque aqui não estamos a falar do imigrante comum, não é? Daquele que vem para Portugal para procurar uma vida melhor. Se calhar até vem com o objetivo de ter uma vida melhor mas as coisas não correram bem. Óbvio que a partir do momento em que acaba todo o processo judicial, a pessoa tem o título de residência, passa a ser um cidadão residente em território nacional mas falta depois tudo o resto, que é a questão do trabalho, a questão da habitação. Portanto, o que é que está feito, que é que se pode fazer para depois ajudar essas vítimas?

**MJ:** E o que é que se pode fazer? E o que está feito?

**ACM :** Ter...como acontece por exemplo com os refugiados em Portugal, durante um certo período de tempo têm um apoio monetário da Segurança Social...eu creio que isso não esteja pensado para as vítimas de tráfico. Portanto que uma vítima, para além de poder ter o título de residência enquanto não se estabelecer quer a nível emocional, habitacional e tudo mais, tenha um apoio por parte de...

**SEF :** Eu acredito que em tese isso esteja tudo mais ou menos planificado e isso até esteja pensado, em tese não é?

**MJ:** Dr. Albano diga-nos.

**CIG:** Não é só em tese, desculpem, tenho que intervir. Não é só em tese que isso está pensado. É evidente que o caminho se está a fazer, e isto nós, nós temos que ter aqui a janela temporal também de intervenção nesta matéria, e uma intervenção séria,

estruturada, com intervenção de todos os agentes, começou em Portugal em 2007. Estamos a falar ainda de 8 anos de intervenção, quer do ponto de vista jurídico-penal é esta a intervenção, quer do ponto de vista do apoio social, penso que era isso que ela estava-se a referir, nestes processos. A existência dos três centros, e não estou aqui para defender, estou à vontade, portanto não é defender apesar de ser a cara do governo digamos assim se quiserem nesta matéria, mas não tem nada a ver com isso, tem a ver com aquilo que objetivamente está feito. E quer os três centros de apoio que existem para estas pessoas que possam ser vítimas de tráfico e sejam aí incluídas, que não é meramente para elas estarem lá. E já há, felizmente, processos de sucesso do ponto de vista quer de reintegração na sociedade portuguesa ou de integração, como queiramos, quer também nos países de origem ou de outro país em que as pessoas optaram para estar. Trabalho das organizações de base local, das associações, das associações como a Magdala, como a APAV, como a APF, como a Saúde em Português, como um conjunto de situações, claro que isto tem todo um conjunto de dificuldades. E quando se diz «se calhar temos de pensar, e pegaste na Diretiva da vítima, ou seja, a Diretiva da vítima, é a Diretiva da vítima não é? E portanto, tem lá um conjunto de apoios que certamente a partir de agora se eram apenas para algumas vítimas, não é? Como a APAV sempre dizia e diz, não é? Que era só, por exemplo, para a medida de acção positiva para as vítimas de violência doméstica, ou em alguns casos para as vítimas de tráfico e existem apoios específicos, nomeadamente, em termos do acesso ao emprego para uma vítima de tráfico que seja assim identifica e depois o Instituto de Emprego tem por obrigação de trabalhar aquilo a partir de uma medida de acção positiva, no sentido de encontrar uma medida mais proativa para encontrar um emprego em termos habitacionais, e depois também depende do trabalho de base local que é feito e de como é que as coisas funcionam. Porque a lei não determina tudo, e a lei às vezes até poder bloqueadora. O que interessa é que isso são relações que as pessoas estabelecem de base local. Dou-vos o exemplo da Rede Regional do Norte. Por exemplo, neste momento tem protocolos com o IEFP, com câmaras municipais, que procura e que trabalha quer as questões da habitação, quer as questões da saúde, quer as questões do emprego. Portanto, há um trabalho articulado e isso foi a grande vantagem que nós fomos construindo, por um lado pela rede de apoio à proteção de um ponto vista nacional enquanto estrutura macro em que todos os que estamos aqui, estamos lá quase todos representados, estamos lá todos e portanto estabelecemos os planos. Os planos são cartas de intenções, é que nós

achamos que os planos são legislativas, não são é vinculativas ou apenas vinculam os governos que as aprove, melhor dizendo, isto é...

**MJ:** Mas já agora em termos de evolução, que melhoras é que podem ser referidas desde o primeiro até ao terceiro?

**CIG:** Nós começámos com um primeiro muito focado na exploração sexual porque era esse quer nacional, quer internacionalmente aquilo que a realidade nos apresentava, era a leitura da realidade. E neste momento temos uma análise do que é a realidade quer de um ponto de vista nacional quer de um ponto de vista mais macro e global, em que evolui. Agora, é o que eu digo, os planos são um bocado cartas de intenções, não são medidas legislativas, vinculativas ou de atuação. É um olhar sobre a realidade e estabelecer metas e indicadores que possam definir uma política e uma intervenção. Quando se fala dos acordos de cooperação, quando se fala de uma intervenção mais articulada, quer dizer, se o SEF e o Brasil têm uma série de ligações de um lado e doutro, ou a PJ, e não trabalharem estas questões de uma forma articulada...não, podemos ter os planos todos. Nós temos trabalhado muito com o plano do enfrentamento do tráfico, já cá esteve a colega, nós já lá estivemos, já fizemos seminários conjuntos. Trabalha-se isto a este nível mais macro, uma coisa que interessa é o que está o terreno, e o que está no terreno são as organizações de base local, e é essas que é necessário capacitar. Quer dizer, dou-te o exemplo de uma evolução fantástica. Onde é que a PJ ou o SEF há 10 anos atrás levava uma organização da sociedade civil a uma rusga? Onde é que levava? Ia alguém? Nem havia essa confiança, não havia a confiança da organização da sociedade civil na polícia, nem da polícia na organização da sociedade civil, porquê? Porque havia uma interpretação de que eram pólos opostos. Hoje em dia, quer uma força policial quer outra se prevê que vai encontrar alguma situação de tráfico, já não sai para rua, deixem-me utilizar esta expressão, sem falar com as equipas de base local, as equipas multidisciplinares «vamos ter isto, era importante que vocês nos acompanhassem, porque nós não sabemos muito bem o que vamos encontrar».

**MJ:** E isso é fruto das políticas públicas?

**CIG:** Claro que é! Claro que foi! E porquê? O que é que isto permite? Permite que aquela vítima que está ali, que a polícia não consegue falar logo porque ela

desestabiliza, ou seja, está numa situação de alto stress perante o confronto com um órgão de polícia criminal, mas tem alguém da sociedade civil que até a estabiliza, e temos aquilo que poderá ser o melhor de dois mundos, é a polícia a conseguir fazer o seu trabalho e ter a cooperação disto com vista à condenação e temos aquela vítima a confiar no sistema porque o que ela vê não é o nosso sistema. Aquilo que dizia, a pessoa acompanha a sua história não é? A história acompanha a pessoa, melhor dizendo e a pessoa o que tem do lado de lá é uma visão completamente diferente do sistema, e isto complica, complica a intervenção. Não está tudo feito, é preciso fazer muito mais. Não tenho dúvidas nenhuma, temos de ter muito mais trabalho de terreno, temos que ter uma coisa que é essencial, isto passar a ser um fenómeno social, ser socialmente conhecido, que ainda não o é.

**MJ:** Mas teremos já dado alguns passos?

**CIG:** Eu acho que sim Maria João senão não estavas aqui a fazer uma tese de doutoramento nem tinhas enveredado por isso. Não, nem tinhas enveredado por isso, quer dizer, a investigação científica como digo, o primeiro estudo é o da Madalena e do Boaventura em Portugal do ponto de vista de base científica data de 2007 que foi quando ele foi tornado público. Se formos ver quantas teses de doutoramento e de mestrado que neste momento há sobre esta realidade e o interesse que todos nós que estamos aqui somos confrontados por investigadores a pedirem-nos, estudantes para irem falar sobre isto e não sei quê...isto demonstra que objetivamente, isto passou a começar a ser uma realidade social, ou seja, nós começámos a tentar perceber o que é que isto significa, como é que podemos abordar a temática. Eu faço sempre o exemplo com a violência doméstica, eu estou nisto há 21 anos, há 21 anos eu não trabalhava na violência doméstica como trabalho hoje e a sua visibilidade era completamente diferente. Não era um fenómeno socialmente aceite, se quiseses, para discutir sequer, e hoje é indiscutível. O tráfico nós temos que atingir patamares deste nível, ou seja, que socialmente nós saibamos aquilo que estamos a falar, e que também é uma forma de o combater, isso eu não tenho dúvida nenhuma.

**Prof. Canaveira:** Senhor Dr. eu gostava de lhe fazer uma pergunta, acha que as autarquias locais, dada a estrutura municipal portuguesa que vem desde a idade média, o poder autárquico é um poder muito presente, muitas vezes é a autoridade que se vê localmente de uma forma mais clara, não é? Um presidente da câmara etc., o poder

autárquico está a fazer alguma coisa para acompanhar? O poder autárquico tem meios, tem casas, tem terrenos, tem capacidade de...como é que o poder autárquico tem reagido?

**CIG:** Depende de onde estejamos a falar, quer dizer, cada concelho é uma realidade, cada intervenção é uma intervenção.

**Prof. Canaveira:** Eu faço a pergunta de outra...por exemplo, o concelho de Montalegre que fica lá centro, se lhe chegarem ao pé deles e disserem assim «olhe nós temos aqui pessoas que estão num limbo social ali em Lisboa ou no Porto, e podíamos ter possibilidade de lhe arranjar aqui até um modo de vida, uma forma de estar, uma habitação etc.». Como é que o concelho de Montalegre que é um concelho do interior reage a dizerem assim «vamos importar coisas da civilização urbana de Lisboa e do Porto para aqui para o nosso....» ou não, colaboram ativamente?

**CIG:** Depende, depende muito. Repare, eu trabalho num organismo que este a Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género, o qual estabelece protocolos, por exemplo, de atuação com quase todos os municípios em termos nacionais. E isto é uma porta aberta, ou seja, porque há toda uma sensibilização, por um lado, primeiro para as questões de género e depois para todas estas questões que emergem e não é por acaso que esta área está de alguma forma também na área da igualdade que permite esta articulação. E eu acho que há uma sensibilidade muito maior, embora considere que em termos de responsabilidades nesta matéria que ainda é necessário fazer muito mais junto das autarquias, e voltando ao exemplo, há 21 anos não havia nenhuma autarquia que pegasse na violência doméstica, nenhuma! Ninguém queria sequer saber. Hoje em dia a base de muita intervenção na violência doméstica, ou por cedência de instalações como é o caso da APAV que tem muitos gabinetes cedidos em instalações municipais, ou de outras organizações de base local como o MAR como a MCV, quer dizer, tem instalações, têm apartamentos onde acolhem estas vítimas, e estou a falar da violência doméstica, isto transporta-se facilmente, este *know how* adquirido para uma outra realidade social desde que ela seja conhecida e que se perceba que é um problema que é a questão do tráfico. E isto não é complexo de se fazer. Agora, como eu digo, isto é evidente que tem que haver, posição macro ou poder político, mais macro, que também definam algumas diretivas e estimulem que isto aconteça mas, por outro lado, e o exemplo que lhe dei da rede regional do norte, mesmo a de Coimbra, do centro,



funciona também um bocadinho desta forma na área do tráfico de seres humanos, já consegue ter autarquias a colaborar com elas nesta matéria. Já consegue colocar pessoas em habitação social, já consegue trabalhar com as estruturas de emprego de base local no sentido da integração, quer no processo que ela falava há bocado, quando elas estão acolhidas no período de reflexão nos 60 dias ou nos 6 meses, nas autorizações de residência ainda provisórias, e tudo isso, quer no processo de integração em cursos de formação profissional no sistema público com toda a garantia, por exemplo, de autonomia, de autonomia não, de confidencialidade, porque estas situações exigem confidencialidade, e estão no sistema público, ou seja, é algo que é uma excepção dentro do sistema. Mas isto faz-se, isto não é algo que não se faz, e está-se a fazer. Agora, temos é que ter a capacidade da generalização disto e as pessoas perceberem. Saber do que estamos a falar é que é importante, porque é diferente. A vítima que o SEF precisa que se proteja por questões criminais e judiciais do ponto de vista do processo, este é um interesse, mas o SEF não vai ter esta colaboração se a vítima não estiver estabilizada, capaz de falar, capaz de prestar um depoimento que seja importantíssimo para aquilo e perceber que afinal o SEF não quer voltar a colocar no circuito, antes pelo contrário. O SEF, PJ, os órgãos de polícia criminal com competência de investigação nesta matéria. Portanto, temos aqui isto e isto é algo que me parece, e é o que nos distingue no espaço europeu, e nós temos visto, e estão aqui...a Juliana faz parte da rede europeia da parte da sociedade civil que na União trabalha isto e é isto que nos distingue dos nossos países europeus, é esta excelente articulação que se conseguiu entre órgãos de polícia criminal e sociedade civil. A confiança.

**MJ:** Dr. Cláudio, em termos daquilo que é a ponte entre Portugal-Brasil, a cooperação e as políticas públicas implementadas na origem, no destino, no trânsito, o que é que acha?

**PF:** Deixa eu tentar fazer uma abordagem mais macro, não é? Eu entendo que no caso de qualquer crime se pratique você tem que ver o fenómeno social, não tem jeito. E os estados de uma forma geral, eles têm mais uma reacção, reativo do que proativo, ninguém estuda o problema porque é que está acontecendo, eles querem uma solução imediata para dar uma satisfação social. Quando a gente trata dessa questão do tráfico, no caso do Brasil especificamente, foi aprovado o decreto 5948, que ele é de 26 de Outubro de 2003, que ele traz 3 eixos norteadores: prevenção; repressão e

responsabilização; assistência e proteção. Mas no Brasil tem um ditado que diz «você dá o peixe, mas não adianta dar o peixe, você que ensinar a pescar», não é? É muito fácil a gente falar, mas a gente tem que estudar o problema de uma forma interessante. Quando a gente fala «não vamos resolver esse problema, vamos acolher» por quanto tempo? E o investimento? O recurso financeiro para solucionar esse problema? Eu acho que os recursos do Estado, eles são escassos, não adianta a gente querer resolver o problema do mundo, a gente não vai conseguir. Isso é, como o professor fala ali, é um processo histórico, o estado se manteve em Roma porque tinha a política do pão e do circo, não é? E até hoje em vários países existe a mesma situação. Então eu acho o seguinte, nós não vamos mudar, mas eu acho o seguinte, se cada órgão tentar fazer a sua parte, dar a sua contribuição, às vezes por exemplo, na emissão de um documento de viagem pelo SEF, verificar uma situação de risco, um documento, uma situação de um tráfico de uma criança, verificar que a documentação não está certa, vamos fiscalizar, o servidor ser mais consciente da sua responsabilidade social, não é? Ele já está colaborando, não é? O Estado, ele precisa não trabalhar só na repressão, ele precisa ser mais proativo para determinar o problema social que está ocasionando. Eu vou dizer uma situação específica. Eu coordenava uma operação no Brasil para desmatamento da Amazônia e a gente conseguiu diminuir o desmatamento da Amazônia de forma significativa. Estavam focados na situação de pegar o cara que estava transportando, como é a mula do tráfico, como é a questão do agenciador, não é? Você não resolveu o problema, você pega aquela situação e acha que fez um excelente trabalho. Você não resolveu o problema, você está enxugando gelo, como a faz no Brasil, porque vai acontecer novamente. Especificamente nesse exemplo, eu tive a curiosidade, a gente tinha apreendido uma grande quantidade de madeira, foram quase 50 caminhões carregados de madeira, e eu perguntei para o cara «mas por que é que você faz isso? Isso, é uma região amazônica», ele falou «moço, meu avô fazia isso, meu pai fazia isso, eu só sei fazer isso. Enquanto o senhor estiver aqui, eu não posso fazer, mas quando o senhor for embora, eu tenho que dar comida para o meu filho.» Era a única alternativa econômica que ele tinha. Ou o Estado provém alternativas econômicas de sustentabilidade, ou então não vai resolver problema social e vai continuar. A falta do Estado é que faz isso.

**MJ:** E acha que é possível no estado de dificuldade que hoje perpassa por todos os estados, conseguir alterar e favorecer?

**PF:** Seria tão bom, seria tão fácil, não é? Mas eu o seguinte, se houver vontade política, se houver organização social porque o Estado não faz nada sem o próprio povo, a sociedade precisa de dar o apoio, se não ninguém consegue nada, talvez...solucionar não, mas talvez minorizar o problema, talvez seja possível. Tem uma passagem, que tinha um maluco numa praia, e teve algum problema ecológico, as estrelas do mar foram para a praia, não é? E todo o mundo perguntava para ele «vem cá, você está maluco cara? Você está achando que tu vai resolver todos os problemas?» Aí ele pegou e jogou mais uma no mar «olha eu não se eu vou conseguir jogar todas, mas essa aqui, eu vou fazer a diferença», e voltou a jogar a estrela no mar. Eu acho que é mais ou menos por aí. Eu acho que as organizações sociais são fundamentais no combate a esse tipo de atividade, a participação comunitária é fundamental, não é? E o Estado ser mais proativo, eu acho que a gente pode tentar melhorar, mas solução, só se for mágico.

**MJ: Dr. António Ferreira, dos oficiais de ligação que foram aqui mencionados, da polícia judiciária, do SEF, acha que o trabalho tem estado a ser feito, tem mostrado a diferença no que concerne o combate, a repressão, a prevenção deste tipo de crime entre Portugal-Brasil? Ou o que é que acha sobre este assunto?**

**PJ:** Como disse no princípio, nós em termos de tráfico de pessoas do Brasil temos muito pouca coisa. A cooperação quando é necessária, obtêm resultados mas não temos lá nenhuma, o SEF é que tem, trabalhamos através do SEF ou através da embaixada...mas não tenho dados concretos em relação Portugal-Brasil, os casos são tão reduzidos.

**Aracelli:** Mas existe algum caso ou, que vocês trabalharam articulados juntos, polícia judiciária com a polícia federal do Brasil?

**PF:** Teve, teve, teve Espanha, Portugal. Teve a atuação de uma operação da polícia federal que teve abrangência em Portugal, na Espanha e na Itália.

**Aracelli 28.19:** Tráfico humano?

**PF:** Tráfico humano, inclusive, principalmente na Espanha. Nós temos várias ocorrências que podem ser reportadas.

**MJ:** O Dr. António Ferreira acha que aquilo que se encontra estipulado em termos de legislação e aquilo que é a compreensão da diferença entre o crime do tráfico de pessoas, lenocínio e daquelas outras atividades relacionadas com prostituição, é claro para as pessoas? É fácil para um órgão de polícia criminal para poder operacionalizar o combate e prevenção? Ou haverá algo mais que possa ser feito nesse sentido?

**PJ (Polícia Judiciária) (28.55):** É assim, eles conhecem a diferença, embora possa ser esbatida aí no princípio, por exemplo, de não saber distinguir que crimes é que estão em causa. Uma investigação numa fase inicial pode-se julgar que estamos perante um crime, e com a evolução perceber-se que há outros crimes. É assim, nunca estamos perante um crime apenas. O que pode suceder, ocasionalmente, não se conseguiu e que acontecia mais no passado, não se conseguir fazer prova de determinado crime e ter que se socorrer de outros. Pode, porventura, não se conseguir fazer a ligação no tráfico de pessoas, esta ligação entre os factos cá e no Brasil, por exemplo, daria uma pena. Nesse caso, o que é que se faz? Não se consegue condenar ou julgar por tráfico de pessoas, mas são imigração ilegal, pode ser só documentos, sequestro, ofensas, vai dar em termos penais à mesma coisa ou quase. De alguma forma ou por qualquer motivo, não se conseguiu fazer a ligação ou até nem é aceite, porque nós podemos fazer muita investigação e dizer «do nosso ponto de vista, isto é um caso de tráfico», mas o Ministério Público não ter esse entendimento e vai a julgamento por outro crime que acham mais fácil ou porque acham que não se conseguirá condenar por tráfico, há elementos suficientes noutras infracções para se obter a condenação.

**MJ:** E é prática comum?

**PJ :** Já terá sido mais.

**MJ:** Portanto nota-se uma diferença? Uma diminuição?

**PJ:** Sim, sim.

**MJ:** O que quer dizer que eventualmente haverá mais facilidade em termos de identificação da prova para a condenação de tráfico? Ou não?

**PJ (Polícia Judiciária) (30.41):** Não estou, não irei por esse campo. A magistratura está mais atenta à questão do tráfico. Aqui há 15 anos, para dar o exemplo, era quase impossível uma condenação associação criminosa, porque a associação criminosa tinha sido com.... 25 de Abril Nessa altura estávamos com os crimes de leste, conseguiu-se «epá vocês não vão conseguir as condenações porque a magistratura não está, não estão habituados, não vão fazer isso». Conseguiram-se condenações, a partir daí aumento muito as condenações por associação criminosa. Há um paralelismo em relação ao tráfico. A magistratura tendo conhecimento, havendo mais investigações, estando sensibilizadas para a situação, havendo um conhecimento da sociedade, consegue-se mais condenações nesse sentido.

**MJ: Dr.Keller em termos de um oficial de ligação foi mencionado que é o SEF que tem esse mesmo oficial de ligação, tem sentido que há melhorias no que concerne a ponte entre Portugal-Brasil no que respeita a prevenção do crime de tráfico de pessoas em Portugal?**

**SEF:** Sinto, sinto melhorias, embora sinta que eventualmente o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras no caso concreto da instituição que represento possa colaborar mais e deva colaborar mais, e ter mais um aspecto prático de mais envolvimento com a própria polícia federal, não é? Por exemplo, extrapolando isso para o âmbito da, não só no Brasil mas com outros países no âmbito da CPLP, o caso do Brasil por exemplo não está contemplado, nós vamos ter um curso agora, vai começar em Setembro se tudo correr bem, depois vários problemas que tivemos vamos ter um curso por ser mais ou menos um ano letivo, uma componente teórica, depois prática, é um curso de polícia no fundo...e penso que mesmo ao nível desta formação do intercâmbio, nós aqui acho que podemos fazer mais qualquer coisa. Ou virem alguns colegas brasileiros cá ou nós ir lá, etc. penso que por aí, ao nível da formação, desta forma de experiências muito concreta, podemos fazer mais qualquer coisa. Nós vamos ter colegas de Angola especificamente com quem tivemos recentemente a trabalhar por causa do tráfico das crianças angolanas. Vão mandar para cá colegas para fazer o curso, vamos ter colegas de S. Tomé, de Cabo Verde especificamente, da Guiné-Bissau. Portanto, isto até do ponto de vista estratégico, porque nós queremos trazer pessoas um bocado para o nosso universo de pensamento, não é? Nesta perspectiva para trabalharmos de forma muito similar e, portanto haver, digamos que uma harmonização até dos procedimentos. E penso que por

aí com a polícia federal poderemos vir a fazer mais qualquer coisa, e portanto desde já fica lançado o desafio. Quando houver possibilidades nós podemos convidar alguém que venha e se vocês tiverem também perspectivas seja em termos de seminários que já lá tivemos ou em termos até de formação junto da própria academia da polícia federal, estaremos abertos a isso e obviamente que gostaremos muito. Mas nós temos trabalhado muito não só em termos de informação muito prática, isso ainda foi no tempo do Pontel, do Luís Pontel que estava cá. Devem ter ouvido daquele caso em que morreu um familiar do presidente de Angola, não é? Portanto, houve uma série de informação digamos que serviu, não do ponto de vista prático para nós, serviu-nos como informação de intelligence que foi disponibilizada para a polícia federal e que, pensamos nós, terá ajudado de alguma forma a estabelecer todo aquele circuito e posicionamento de Portugal enquanto placa de trânsito que servia tudo isso etc., e a confirmação de muitos dados e envolvimento até da própria pessoa. Tudo isso foi feito por nós e foi na altura disponibilizado pelo oficial de ligação. Portanto, estas coisas têm de ser assim, porque se cada um estiver a trabalhar só no seu espaço, não teremos grande hipótese de sucesso. Até porque há uma coisa que agora, independentemente daquilo que disse...desta perspectiva um pouco clássica que o Sr. Professor falou da história e do movimento, há assim uma espécie de nova realidade chamada globalização que tende a massificar tudo o resto e a deixar de baixo e trazer um pouco uma espécie de nova mentalidade. Eventualmente até de novo riquismo que faz com que as pessoas andem ali de um lado para o outro e esquecer este tipo de pormenores, e é isto que às vezes nos traz estes problemas todos **35.11** Portanto, as pessoas têm uma perspectiva muito recente das coisas. Isto agora é permitido, é possível porque a democratização permitiu isto mesmo, eu posso fazer um empréstimo, compro um bilhete de avião, não preciso de visto meto-me num avião, passado meia dúzia de horas estou noutra canto do mundo, não é? E a partir daí...as coisas já não são como dantes não é? Exatamente, tudo pode acontecer. Portanto é tudo isto, temos estado aqui neste envolvimento. Este trabalho em rede ao nível das polícias tem que ser necessariamente feito. Não é isso que está a acontecer, já agora só....isso depois levava-nos a outro problema e pode ser que nos leve a outro debate, é o que está a acontecer, esta desorientação toda por causa do mediterrâneo. Em que nós estamos ali, não direi numa terra de ninguém, estamos num mar de ninguém porque estamos apenas habituados a trabalhar neste tipo de estrutura física em que nós conhecemos minimamente a coisa. Quando vamos para espaços que estão desocupados, que não há jurisdição, não há nada, e que há redes e pode não haver

redes, ninguém sabe o que é que há-de fazer e as coisas são o que são e que estão a acontecer agora.

**MJ: Dr.<sup>a</sup> Sónia com o novo rumo que o ACM tomou até com a alteração da própria nomenclatura, haverá alguma linha de atuação nesta área das políticas públicas no que concerne o tráfico de pessoas, prevenção, a repressão, a sensibilização, há algo que esteja a ser projetado e que venha a ser implementado?**

**ACM:** Uma coisa que nós temos estado a fazer de alguns anos para cá e sempre com a colaboração da CIG é a formação dos técnicos, não só dos que trabalham nos Centros Nacionais de apoio ao imigrante, de Lisboa, Porto e Faro, mas também dos centros locais de apoio ao imigrante que estão espalhados pelo país, por forma a que cada vez mais sejamos sensibilizados para esta questão. Porque as vítimas não aparecem com um papelinho na testa a dizer «sou vítima», não. Aliás é muito, é praticamente raro alguém aparecer a dizer que é vítima. Nós é que devemos ter essa sensibilidade e essa formação, e essa consciência de que o tráfico existe e às vezes em pequenas conversas, como já aconteceu, por exemplo, no nosso gabinete de apoio jurídico, perceber-se que aquela pessoa muito certamente seria uma vítima de tráfico laboral. E é isso que temos estado a fazer ao longo destes anos, porque a partir do momento em que num terreno, os técnicos estão mais sensibilizados para essa questão, eu acho que mais facilmente também conseguimos detectar as situações e ajudar o cidadão. Pronto, basicamente...

**MJ: Em termos de portugueses detectados, em que situações de tráfico no estrangeiro, uma vez que a valência agora...**

**ACM:** Nunca passou... pelo menos que eu tenha conhecimento não, nunca me apercebi disso.

**MJ: Dr.<sup>a</sup> Magdala, da instituição que representa tem sentido que lhe é pedido mais envolvimento em termos da sua colaboração com outros órgãos ou outras instituições estatais ou não?**

**Comunitária:** Não, não tenho sentido isso. Tenho sentido que a instituição que eu represento, apesar de ser uma pequena organização, tem evoluído nesse sentido, não é? A partir da integração em várias redes que a associação faz parte, do Observatório, da rede também de combate ao tráfico da CIG, da ligação institucional, não só institucional

mas muito aproximada com o consulado brasileiro em Lisboa, isto de facto tem fortalecido a nossa atuação, as respostas não é? E essa rede e essa proximidade maior também com as ONG que trabalham diretamente. Eu sinto essa evolução na nossa organização, mas foi uma evolução que partiu dessa...não diria que houve ali um fator externo, houve essa aproximação não é? Da organização com estas redes e isso realmente deu muita força. Agora é como o Manuel Albano falou aqui, o caminho ainda é muito para visibilizar, não é? A questão do tráfico, eu penso ainda há muito caminho por andar, as pessoas é de uma obscuridade imensa não é? O tráfico para a pessoa comum, para a pessoa que nos visita, uma imigrante normal, comum, que não nem uma refugiada nem é uma traficada, essa relação com a realidade do tráfico na nossa experiência é muito desconhecida, é muito desconhecida, de facto muitas vezes não se sabe que está sendo traficada por um outro fim. Acho que aí precisava talvez, não é Manuel? Um reforço maior, não é? Nessas questões da divulgação, do marketing mesmo e da prevenção, não é? A gente eu acho que ainda está numa fase de formar essas redes, a parte criminal está sim, a lei também está tudo bem, agora está faltando aí caminhar para o lado mais preventivo não é? Do conhecimento e da prevenção das comunidades que na minha visão...

**PF:** Formação não é?

**Comunitária:** Exatamente! Na minha visão, a visão comunitária, está muito aquém entendeu? As pessoas não têm noção.

**SEF:** Ao nível da educação nas escolas...

Comunitária: Isso, na educação nas escolas...

**SEF:** A partir do 10º ano deveria ser uma cadeira de educação cívica qualquer coisa em que estas coisas estivessem trabalhadas.

**Comunitária:** Exacto! Isso aí está ainda...não sei se o Estado...está completamente, quase, eu diria, que quase desconhecido. Tanto que quando a gente coloca um cartaz, como a gente tem um cartaz agora na porta, a gente entrou na associação, um exemplo claro, a gente entrou numa comunidade que tem uma presença cigana, a associação não tinha experiência com as comunidades ciganas. E o primeiro, o cartaz que a gente colocou, aquele cartaz imenso da CIG «Apanhadas no tráfico», foi incrível! A



comunidade cigana passa no passeio, entra na associação e só olham para aquele cartaz. Aquele cartaz tem um impacto incrível, aquele cartaz. Eu nunca vi um cartaz para ter um feedback de impacto, aquele cartaz realmente é incrível viu? Esse trabalho quando acerta...

**CIG:** Quando acerta! (Risos) Às vezes vai ao lado, tens toda a razão! (risos) Mas este está a dar certo. O anterior, o da campanha do coração azul, não é que tenha funcionado... não funcionou mal até porque permitiu dar explicação a quem ligava, mas estávamos claramente numa época de crise, ou seja, isto foi em 2012 portanto ali no auge, e o cartaz apesar da figura, tinha... era de uma mulher magoada, sentida, mas dizia qualquer coisa se te oferecem emprego e não sei quê, e aparecia a linha deles, o SOS imigrante. Bem, desgraçados, receberam chamadas à procura de emprego porque as pessoas fixaram-se no oferta de emprego... (falam indistintamente) ...o do coração azul. É esse, exatamente. «Oferecem-lhe um trabalho no estrangeiro com alojamento garantido e um excelente salário, informe-se». As pessoas não se fixaram na imagem, não se fixaram em nada, fixaram-se naquela mensagem. Ou seja, o ACIDI, uma vez tenho a Cristina a ligar-me «Manuel temos que tirar os cartazes, estamos invadidos de chamadas a pedirem-nos emprego». Como é que isto funcionou, e tinha a linha dos CAPES<sup>43.35</sup>, e exatamente a mesma coisa. Ou seja, permitiu que quem ligasse pelo menos desse a informação do que é que se estava a falar, mas é isto. E o impacto foi... Agora este pelos vistos está a funcionar.

**Paróquia:** E revela uma das linhas que leva as pessoas ao tráfico.

**CIG:** claro que sim, é este grau de vulnerabilidade!

**ACM:** É o desespero!

**Comunidária:** Esta comunicação desculpa, foi... essa comunicação agora foi mesmo comunitária, passou «espera aí, você faz parte disso aqui! Você faz parte dessa rede entendeu?» Passou uma visão comunitária que até então essa visão estava muito, parecia que vai acontecer lá com o outro, não é com você que está por aqui entendeu? Essa não, essa passa mesmo uma visão comunitária.

**MJ:** Acha que haverá por isso um trabalho mais específico a ser feito com a comunidade romena? Porque me fala dos ciganos serão portugueses, serão romenos, serão ambos?

**Comunidária:** Como é que eu posso responder a isso com mais...porque é muito recente essa relação, que nós estamos há um mês...

**CIG:** Está a haver o desenvolvimento de um projeto no norte, a rede europeia anti-pobreza norte que está a trabalhar no «push begging» que é o nome do projeto que vai ter final agora em Julho, e tem trabalhado as questões da população romena, de alguma forma a especificidade e, nomeadamente as crianças da população romena que são utilizadas para o pedido, não é? Para a mendicidade, a mendicidade, não é? E isso está-se a trabalhar. Agora, é uma população extremamente difícil de se atingir pela volatilidade que eles têm, as mudanças constantes de posicionamento que têm, a falsidade dos documentos que é comum, não é? E és das populações mais complexas de um ponto de vista de trabalho por exemplo em centros de acolhimento, é muito complicado trabalhar a população romena, mesmo jovens, trabalhar a população romena ali é extremamente doloroso.

**PJ:** É uma população que não tem...sem dizer mal, não estão habituados a trabalhar.

**CIG:** A população romena é um mundo um bocadinho à parte neste contexto específico do tráfico.

**PJ:** Sempre se dedicaram à mendicidade, só fazem aquilo...

**CIG:** Houve uma situação complexa que se passou num centro de acolhimento, em que duas se atiraram de um 4º andar, espartilharam-se todas, e houve a tentativa por parte da mãe de uma delas de a matar no hospital. Portanto, falamos de coisas muito, e não estamos a falar de nenhuma rede, estamos a falar de uma rede familiar. Quem vendeu aquela filha, que era menor, foi a própria mãe. E quando isto acontece, tanto à exposição como à investigação que conduz a isso, as autoridades romenas envolvidas também já nisto, há uma vinda da mãe a Portugal e tenta matar a filha no hospital. Teve com proteção policial durante quase 5 meses. Portanto era, exatamente, era estragar o negócio. Falamos de realidades, lá está, tem que se perceber muito bem a história para perceber.

**SEF:** É o que diz o Cláudio de há bocado, «o meu pai faz isto, o meu avô faz isto...eles crescem a fazer isto e vão fazer aos outros.

**Prof. Canaveira:** Essa questão da população romena, o que eu digo às vezes é uma grande injustiça para os romenos, não é? Porque o problema é que a população cigana, é uma população magiar da grande Hungria que com a queda do império austro-húngaro acaba por ser integrada numa parte da Roménia, numa região que chamava Evódina, não é? Que também apanha a Jugoslávia, e que, onde estão concentrada uma população cigana que veio desde tempo imemoriais para a Europa central, da península Indostânica e que não são romenos, eles não são romenos. O problema é que demagogicamente o presidente Ceausescu, no final lhes passa uma coisa que nunca tinha passado pela cabeça de ninguém dar na Roménia, nem sequer na Hungria, passaporte romeno e nacionalidade romena, que é uma coisa que ainda hoje na Roménia... Eu tenho histórias romenas a dizerem que Ceausescu fez uma coisa absolutamente inadmissível que foi dar nacionalidade romena. Estes tipos aparecem aqui como romenos, não são romenos, não são populações balcânicas, não são normais, não é? Portanto, eles não são romenos, eles têm uma cultura cigana da Europa central magiar que dá isso, que é uma cultura que é feita contra os impérios que de desfizeram na I Guerra Mundial e que é uma cultura mafiosa, é uma cultura que acaba por ser mafiosa.

**SEF (49.00):** E são um extrato da população que é perfeitamente marginalizada pelas próprias estruturas do poder.

**Prof. Canaveira:** Exatamente! Portanto, é um problema!

**SEF:** Nós dizemos romenos só por uma questão de facilidade. (falam indistintamente)

**Prof. Canaveira:** Eu conheço mais ou menos isso bem porque há uma pessoa que foi minha professora na faculdade que era portuguesa e tinha casado com um romeno, o professor Vítor Boescu que esse sim era romeno, que veio com o rei Carol quando foi o ataque comunista na Roménia. O rei Carol refugiou-se aqui em Portugal, não é? No Estoril como todos os reis, não é? E ela era casada com um romeno, o professor Vítor Boescu, aliás um grande professor da Faculdade de Letras de cultura grega etc., e eu conheço os filhos não é? Os filhos que são portugueses mas têm todos o nome de

Boescu, «escu» é sempre um sufixo de um nome realmente romeno, não é? E eu tinha longas conversas com eles e eles explicaram-me bem o que era isso dos ciganos romenos. Eles realmente têm nacionalidade romena, mas a cultura autóctone deles não tem nada a ver com o país europeu, e a pobre da Roménia é que é apanhada nesta coisa.

**CIG:** E eles próprios vivenciam isso internamente. Nós estivemos lá, não foi Ferreira? Na zona onde nós estávamos, naquele hotel...

**Prof. Canaveira:** Ah então acabo de falar, porque sei que sabem mais que eu! (risos)

**MJ:** Isto levar-nos-ia ao debate do vínculo entre os cidadãos e o Estado, de facto Vestefália trouxe este vínculo de forma a resolver ou até trazer-nos ainda mais problemas até em termos da análise destes problemas sociológicos. Mas como estamos quase a chegar ao nosso limite, não querendo abusar da boa vontade de todos, perguntava à Dr.<sup>a</sup> Juliana se em termos de políticas públicas, sabendo que a APAV tem estado envolvida em projetos europeus, em formação e tem colaborado numa série de envolvimento da sociedade civil mas também com pontes para instituições do Estado, se tem notado que as políticas públicas têm melhorado? Têm sido mais facilitadoras de mais sensibilização, de mais formação? Ou se há ainda uma necessidade de, obviamente haverá sempre, mas se haverá algo específico que possa apresentar em termos de medidas que pudessem ser implementadas?

**APAV:** Específico, eu diria que não. Eu acho que realmente foi um percurso, eu não acompanhei todo esse percurso, mas estou na APAV só há 5 anos, o percurso da APAV nessas políticas e na área do tráfico é anterior a isso também. Mas o que eu consigo notar, pelo menos na minha experiência é que o envolvimento das organizações da sociedade civil, como o Albano já referiu também, mudou drasticamente, não é? Dantes a sociedade civil não era um ator relevante na dinamização dessas políticas, muito menos na execução. Hoje em dia os planos nacionais de combate e prevenção ao tráfico são discutidos e planeados nas organizações da sociedade civil, acompanhados por organizações da sociedade civil, e essas organizações também participam mais na execução de determinadas atividades, não é? Esse envolvimento, como o Albano referiu também, não é visto, não é presente noutros países da União Europeia, não saberia citar outro em que isso esteja tão avançado como Portugal, não é? No âmbito da União Europeia, também essa rede que já foi referido, das organizações da sociedade civil, é

um avanço muito importante, isso possibilita que duas vezes por ano organizações da sociedade civil se encontrem em Bruxelas e discutam as políticas do tráfico. Aqui em Portugal, felizmente, nós temos uma relação muito próxima com as organizações que estão connosco nas redes de intervenção, não é? Qualquer dúvida, sugestão, até crítica e até pedido de ajuda, está à distância de um telefone, seja da CIG, seja do SEF, seja de outras instituições. No ano passado nessa última reunião da plataforma europeia, houve um espaço em que as organizações puderam contactar os relatores nacionais com os quais elas nunca tinham se relacionado antes, e isso demonstra muita distância que acontece noutros países, não é? Aqui esse passo, acho que tem crescido sim, eu acho que, é claro, sempre tem as diferentes visões dos ângulos da participação, visão parlamentar, visão governamental, visão da sociedade civil é a própria também, isso sempre vai causar alguns conflitos como é natural, mas acho que as organizações hoje em dia caminham juntas, caminham para a frente e acho que isso é muito positivo. Dois pontos que nós tocamos agora também que eu queria falar, não se até é um caminho para a investigação, não sei?!

**MJ:** Excelente!

**APAV (53.48):** No âmbito da prevenção, claro que não descurando da importância da prevenção, não é? As medidas de prevenção sejam campanhas nacionais ou europeias, ou campanhas desenvolvidas por cada organização que tem um nicho menor, não é? A APAV tem um projeto, desenvolve uma campanha, mas o nicho é muito menor do que a campanha desenvolvida pela CIG, por exemplo, não há dúvidas. Essas campanhas são sempre uma dificuldade, porque atingem também um nicho muito pequeno, não é? Sendo as vítimas, a maior parte das vítimas identificadas em Portugal estrangeiras, qual é a eficácia das campanhas portuguesas que são para as pessoas que já estão aqui, não é? Ok, a identificação, a prevenção de portugueses ou comunidades imigrantes ou minorias étnicas aqui presentes, pode até haver uma prevenção para essas comunidades, não é? Mas para as outras não há. Existem campanhas europeias ok! E agora? No caso do Brasil, o que é que adiantam as campanhas de prevenção aqui por mais eficazes que sejam no Brasil não têm impacto, não previne a vitimação e a vinda de mulheres ou homens brasileiros para cá. Outra questão, confesso que eu não estou a par dos acordos de intervenção, de cooperação, no âmbito da investigação criminal, não é a minha área, sei que existem, também foram referidos, mas é uma área que não há qualquer tipo de

cooperação e é muito difícil que haja uma resposta, seja ao nível ou de políticas, quer depois no âmbito do apoio e da prevenção, da reintegração. Como exemplo, algumas vezes nós acompanhamos mulheres, brasileiras no caso, sendo vítimas de violência doméstica ou até casos que ficam ali entre o lenocínio, tráfico ou outra coisa qualquer. 55.26 Acontece dessas pessoas quererem, ou ser a única opção, de retornarem ao Brasil. Entretanto toda a rede do tráfico está lá, a estrutura familiar também faz parte do tráfico de alguma forma, não é? Existe esse risco do retorno, não é resposta, a pessoa não tem opção se ela é de um determinado estado do Brasil, não há nenhum apoio governamental brasileiro no caso, por exemplo, para que ela vá sozinha ou com a família para algum outro estado onde tem algum tipo de proteção e não volte para a situação social que deu origem ao tráfico. Dou o exemplo do Brasil, acontece também com outros países, embora seja mais fácil. Em relação a Portugal com a Roménia, hoje em dia já tem avançado mais, existem mais medidas que podem ser colocadas em prática. Fora da União Europeia é muito mais difícil, chegar numa resposta, como é que se dá a volta a isso também é muito complicado.

**MJ:** Muito obrigada. Dr.<sup>a</sup> Teresa aproveitando o facto que representa a Paróquia Nossa Senhora de Fátima e porque era também uma das questões da Dr.<sup>a</sup> Aracelli saber se a igreja católica, ou outra igreja, ou religião, tem contribuído ou poderá melhorar o que tem vindo a ser feito no sentido em que a Dr.<sup>a</sup> Aracelli levanta aqui, ou traz ao debate, uma campanha que foi no Brasil, não é? Uma campanha realizada no Brasil que facilitou a sensibilização e prevenção deste fenómeno, acha que a igreja católica ou outra religião que se encontre em Portugal ou noutro país, pode contribuir em termos positivos para sensibilizar mais as comunidades em termos das políticas públicas? Qual é o papel da igreja em termos gerais, não falo da igreja católica, todas da religião, neste sentido? O que pode fazer?

**Paróquia Ns<sup>a</sup>. Sr<sup>a</sup> de Fátima (57.12):** A partir do momento em que nós falamos em prevenção, a tarefa educativa e esta educativa não estamos a falar escolariza, mas educativa em lato senso, está sempre presente, porque no caso concreto da igreja católica há documentos universais, da doutrina social da igreja que chamam a atenção para a impossibilidade da exploração, do tráfico...não só a impossibilidade mas do cuidado pelo tal respeito pela dignidade da pessoa e garantir que na situação de trabalho, ele é justo e é corretamente contribuído etc. Portanto, digamos que do que

seria o normativo dentro da igreja, isso está presente. Noutras religiões e eu conheço um bocadinho do mundo islâmico por via do meu trabalho de mestrado, o que sinto é que isso se calhar não está tão presente. Porquê? Porque temos um todo, voltamos à questão das identidades de género, porque temos todo um perfil de submissão, de organização social, do papel da mulher, do papel da família, daquilo que cada um pode e de quem depende que pode facilitar a existência destas redes de tráficos. E não só facilitar como e alguma maneira, quase diria, as legitimar. Pode ser facilmente manobrado nesse sentido. No dia-a-dia e daquilo que conheço, e eu quando me pediram para estar aqui, pensei imediatamente noutro nome porque sei de uma pessoa que trabalha diretamente com as questões de tráfico, e pensei que ela seria a pessoa indicada para estar, sei que há atividade de grupos cuja ação de acompanhamento social e de fragilidade social está muito atenta à questão do tráfico humano.

**MJ:** A igreja católica tem sido interventiva nas políticas públicas?

**Paróquia Ns<sup>a</sup>. Sr<sup>a</sup> de Fátima(59.21):** Não enquanto instituição, mas enquanto pessoas que se, e da pessoa que eu estava a falar é uma irmã das franciscanas missionárias de Maria que trabalha diretamente com situações deste género. Por isso há essa sensibilidade, há essa preocupação, e claro que sempre que há suspeitas se procura orientar e dar proteção a essas pessoas e saber o que é que existe em termos de rede a que se possa recorrer.

**CIG (59.50):** Maria João, não querendo intrometer-me, mas quer dizer, nós temos na rede temos as Oblatas e as Adoradoras e porquê? Não é por acaso, não é? É porque a tradição destes dois institutos de religiosas, para além da promoção da dignidade humana foi muito um trabalho que elas próprias despoletaram do ponto de vista do conhecimento do fenómeno, não é? A partir do apoio de base e sem julgamento, religioso até, à prática prostitutiva, mas do desenvolvimento da pessoa, enquanto pessoa e as opções que queriam, estes dois institutos concretamente, começaram eles próprios a identificar situações de tráfico e se fossem todas assim era muito bom porque tínhamos uma partilha eficaz de informação e daquilo que é revelado. Tem tido um papel e pegando, quer dizer, o Papa Francisco tem dado pedradas no charco todos os dias sobre esta matéria, que tem sido influenciadores até em termos de políticas internacionais nesta matéria, não é? A questão mediterrânica e tudo mais, tem sido acção dele porque levou a que isto...porque ele tem criticado formalmente e claramente

as questões do tráfico como algo que é inadmissível que aconteça. E neste caso, estes dois institutos em Portugal, e não só, no mundo de alguma forma, este tem sido o seu trabalho. Rotas, por exemplo, da América latina para chegar à América do norte quem está presente são precisamente, eu faço sempre confusão entre as Adoradoras e as Oblatas, mas uma delas está lá. No norte de Espanha, por exemplo, na Galiza, o trabalho que desenvolvendo com outra franja que tem a ver da América latina, essencialmente as Dominicanas, que essas sim utilizam muitas vezes Portugal como porta de entrada, porque o nosso controlo é diferente, não é? É um bocadinho o que acontece com França e Itália que deixam vir porque é diferente, sabem que não vão ficar lá, tem tido também muito este trabalho de identificação destas situações. E isto, estes institutos porque têm uma vocação essencialmente de promoção da dignidade humana em primeira instância e em segunda instância, diria eu, tem tido um papel fundamental na desocultação do fenómeno e no apoio às pessoas que vivenciam estes fenómenos. Acho que tem sido fundamental.

**Prof. Canaveira (1.02.11):** Sem querer ser, porque isto desfia-se e vem umas coisas atrás das outras

**MJ:** Se pudéssemos ficávamos aqui...

**Prof. Canaveira (1.02.16):** Mas há uma coisa que a mim muito me preocupa, deve ser pela idade porque eu já estou perto dos 60 anos e preocupa-me pela idade, se calhar, porque cada vez tenho mais sensibilidade a isso. Só ouvi falar de mulheres que têm ideias, que vêm trazer isto, que vêm ter emprego e depois não têm, depois caem nas malhas etc. etc. etc., de lenocínio, enfim, de gente adulta, e as crianças? O que é que se passa com as crianças? Com as crianças de 6, 7, 8 anos, o que é que o Estado está a fazer? Os filhos dessa gente? Essa gente tem filhos?

**CIG 1.02.58:** Nós temos um sistema em Portugal muito claro de proteção das crianças e o superior interesse das crianças deve ser salvaguardado nestas situações.

**Prof. Canaveira (1.03.07):** Havia as florinhas da rua...

**Paróquia Ns<sup>a</sup>. Sr<sup>a</sup> de Fátima (1.03.12):** São muito mais graves, se me permitem eu ainda não há 10 anos estava a dar aulas em Cascais e estava a trabalhar no agrupamento de S. João do Estoril e dava apoio em 3 escolas, e numa delas eu dava apoio muito



direto até porque a professora que estava destacada para aqueles alunos faltava imenso e eu acabava muitas vezes por me pedirem para eu os acompanhar, a um grupo de 14 crianças que estava a crescer ao abrigo da lei do reagrupamento familiar. E durante o ano, para além de nós termos naquele reagrupamento termos crianças, e isto é que é o grave, portanto não são crianças que nós possamos pegar e vamos por esta institucionalizando-as, não era o caso. Supostamente elas tinham, estavam enquadradas, tinham vindo para Portugal como digo ao abrigo do reagrupamento familiar. Tínhamos crianças até aos 14 anos que não falavam uma única palavra de português nem nenhuma língua europeia, que não tinham sido escolarizadas, que não sabiam ler nem escrever língua nenhuma. Quatro delas vim, com trabalho ao longo do ano letivo, a descobrir que só falavam uolofe, na altura eu não sabia sequer o que era uolofe

**ACM (1.04.24):** Do Senegal, não é?

**Paróquia Ns<sup>a</sup>. Sr<sup>a</sup> de Fátima (1.04.24):** Exacto! Mas até eu lá chegar, não é? Descobri um vocabulário dos Estados Unidos quando intervêm na Serra Leoa, enfim.

**Prof. Canaveira (1.04.32):** Escreve-se OLOF?

**ACM 1.04.35:** Exacto, OLOF. É do Senegal, é!

**Paróquia Ns<sup>a</sup>. Sr<sup>a</sup> de Fátima (1.04.38):** Estávamos a falar, portanto, de crianças a entrar na adolescência, incapazes de comunicar a língua portuguesa tanto com os seus pares como no meio onde estavam a viver, e como digo era uma população que estava a aumentar e durante o ano eles começaram a criar conflitos graves. Tinham perfis completamente distintos, 3 deles eram irmãos. Como as situações se foram agudizando, um dia pediu-se a intervenção da escola segura e a polícia vai, falou com um, falou com outro «se continuas assim...», claro que ele coitadinho não percebia nada, só percebia porque estava a acontecer, pelo aparato, o resto era difícil. E a polícia foi-se embora, e eu chegava ao pé de um dos alunos, daquele que era assim mais assertivo e disse «olha lá, não compreendo, então e o teu pai o que é que diz? Tu estudas, os teus irmãos não?!» Depois de muito insistir, o rapaz explodiu e diz assim: «eles não são meus irmãos.» Portanto, eles entraram em Portugal ao abrigo da lei do reagrupamento familiar e nenhum era familiar de nenhum.

**ACM (1.05.43):** Agora os consulados estão mais atentos a isso.

**Paróquia Ns<sup>a</sup>. Sr<sup>a</sup> de Fátima (1.05.46):** São casos que eu até hoje guardo.

**SEF (1.05.50):** Isso é um problema que nós ainda temos hoje mesmo relacionado com muitas das famílias que estão a viver já legalmente em Portugal, e o grande problema que se coloca, a nós, não só nestes termos, mas mesmo para coisas mais graves em termos de segurança interna, é aqueles países emitem documentos sem credibilidade nenhuma. E portanto, como eu faço...quer dizer, para nós aqui é normal, o nosso filho nasce, naquele próprio dia na maternidade faz-se o registro. Ora quem teve em África sabe que não é assim, não é? E há ali crianças que depois por uma razão ou outra são juntas à volta de alguém e passado uns anos faz-se o registro e diz-se «olha são todos meus filhos», e depois as coisas não são bem assim. Esse é um dos problemas, outro será, por exemplo, a questão da forma como estão a obter a nacionalidade portuguesa certo tipo de origens, como por exemplo, da Guiné-Bissau onde alegadamente serão filhos de cidadãos portugueses e nada daquilo é verdade, não há um documento verdadeiro sequer, não há. É uma coisa absolutamente impressionante. E portanto isso está-nos a trazer problemas, mas nós muito dificilmente podemos daqui, se não tivermos alguma informação credível a partir da origem, poderemos dizer «olhe este documento não é bom, é falso por isto tal tal tal».

**Paróquia Ns<sup>a</sup>. Sr<sup>a</sup> de Fátima (1.07.06):** A minha questão e por isso é que nunca esqueci estes alunos e vou mentalmente muitas vezes novamente lá, nem é tanto pelo documento porque eu olhei para aquela gente e a primeira coisa que eu disse no agrupamento, é assim, isto é nosso, portanto estou agora a partilhá-lo aqui convosco e acho que compreenderão, não é? Mas a questão não era o documento ser verdadeiro ou não, era nós enquanto país receptor, a nossa responsabilidade perante estas crianças, porque eu estava a vê-los passar 3 anos e como é que se vive numa sociedade com a qual eu não consigo comunicar?! Que eu desconheço totalmente?! Da qual eu estou tolhido de todos os modos, como é que se vive? Como é que está garantida a dignidade com esta condição de base? E acho que, eu pessoalmente acho que aqui há muita necessidade. E na altura recorde-me que era quase uma novidade no agrupamento, mas as pessoas diziam «mas não», muitos mas, não é? Nós entanto país de acolhimento recebemos, são crianças, portanto a partir do momento que cá chegam eu diria «são nossas».

**ACM:** Isso foi há quantos anos?

**Paróquia Ns<sup>a</sup>. Sr<sup>a</sup> de Fátima (1.08.11):** Há 10, ainda não há 10 anos...são nossas e temos é que agir para garantir que estas crianças vão conseguir fazer caminho, não é?

**SEF (1.08.20):** Eu penso que há aqui só, há uma questão que eu acho que é importante, isto é um bocado regressar à Grécia, que é a questão daquela educação para a cidadania cívica, estar a viver na cidade, não é? E isso devia ser um programa que deveria ser transitório, integrador para as pessoas que chegam, porque muitas das vezes o que é que tem estado a acontecer não só em Portugal como aliás na Europa? Ao contrário, por exemplo dos Estados dos Unidos, estas pessoas vão ficando cá, a partir de determinado momento fruto de cumprir determinados requisitos, tornam-se cidadãos portugueses. Mas eles apenas abraçam a cidadania portuguesa por uma questão administrativa, não por uma questão de afeto. Nós se vamos aos Estados Unidos, há uma cerimónia em que as pessoas metem a mão no peito ou na bíblia, ou juram a Constituição, e têm um apego, sejam eles muçulmanos ou cristãos. É isso que é congregador numa cidade de imigração como é os Estados Unidos, e de alguma forma como o próprio Brasil, é uma vantagem que tem, não é? E aqui não, é apenas uma mera questão administrativa, não há qualquer tipo de simbologia. E acho que isso deveria ser trabalhado, para que as pessoas sentissem algum afeto, não é? Quando vissem a bandeira, qualquer coisa como o novo espaço que o recebeu etc. E acho que nos está a faltar isso, e eu acho que isso é muito importante, não é? Para trazer uma espécie de nacionalismo bacoco, não é isso, mas claramente uma forma de pertença.

**ACM (1.09.46):** É uma forma de integração, não é? Porque a pessoa conhecer a história do país, do nacional, porque a partir do momento em que lhe é atribuída a nacionalidade é um cidadão português, portanto se é m cidadão português tem que saber o mínimo da história do país onde vive e do qual tem a nacionalidade. E de facto cá isso não acontece e eu tenho notado algumas situações que eu faço muito o atendimento ao público, aquilo que eu noto é que eu tenho pessoas com a nacionalidade portuguesa que não conseguem ter um discurso comigo. Portanto, não conseguem explicar o que é que pretendem e isso aflige-me imenso. Continua-se a atribuir a nacionalidade a pessoas que não falam português. A pessoa chega-me ali e pede-me um tradutor de russo quer dizer, e entrega-me o cartão do cidadão.

**MJ:** Foram aqui levantadas questões que dariam para estarmos a conversar horas seguidas, dado o avançado da hora ia pedir uma reflexão final a cada representante das

instituições sobre aquilo que aqui foi debatido, aquilo que consideram mais importante, mais interessante, uma linha de investigação, uma reflexão, uma conclusão, aquilo que considerem da globalidade que aqui foi falado que possa ser útil para a Aracelli poder acabar de escrever a sua tese, agradecendo, desde já, a participação e o altruísmo de todos neste debate. E portanto se calhar dava a palavra ao Dr. Cláudio.

**PF (Polícia Federal) (1.11.08):** Em primeiro lugar eu queria agradecer a oportunidade de contribuir aí para o trabalho, não é? E eu acho que levo como foco a necessidade das instituições públicas falarem o mesmo idioma, não é? Começarem a se comunicar mais, trocarem informações porque só trabalhando com a inteligência a gente vai conseguir poder prevenir e reprimir as organizações. Paralelamente, a necessidade do Estado se melhor aparelhar para evitar que as causas sociais continuem a ocorrer porque senão não adianta vir o Estado repressivo, não é? Como a grande solução e a gente sabe que é um fenómeno sociológico que vai se repetir e a gente está só enxugando o gelo, são recursos públicos que são gastos do próprio Estado que nós pagamos através dos próprios impostos e que não é uma solução definitiva. É um problema complexo, não é uma solução fácil, mas acho que cada um tem de fazer a sua parte. Muito obrigado.

**MJ:** Muito obrigada. Dr. António Ribeiro.

**PJ (Polícia Judiciária) (1.12.15):** O tráfico de pessoas que é uma evolução digamos, já há países que lhe chamam, os ingleses, a escravidão moderna, é algo que apenas recentemente começou a ser conhecido e exige intervenção de todos. Tanto em termos das polícias da cooperação entre todos, tanto a nível do país como fora, com os países de origem, países de destino, como que é feito cá, como cooperação com outras instituições que dão o apoio que a própria polícia não pode dar. A polícia o ano passado chegou a fazer todos os papéis, nós chegámos a dar alojamento e a arranjar trabalho para imigrantes ilegais, a própria polícia. Pagar alojamento, arranjei-lhes emprego, para que eles pudessem permanecer em Portugal pelo menos enquanto a situação não tivesse resolvida. Portanto, esta forma de trabalhar, que se tem desenvolvido nos últimos anos tem-se revelado vantajosa e tem resultado. Agora é uma questão de desenvolver e melhorar os resultados.

**MJ:** Muito obrigada. Dr.<sup>a</sup> Sónia.

**ACM (1.13.28):** Eu, pegando aqui numa questão mais prática, acho que estamos num bom caminho, se há 10 anos atrás a palavra tráfico soava-me estranho que é isso que quero vincar, hoje em dia já se fala mais, embora haja ainda muito que fazer porque no dia-a-dia contacto com pessoas, isto a propósito da nova campanha da CIG. Nós temos os panfletos e os cartazes, a imagem é apelativa e as pessoas continuam a perguntar «mas traficar pessoas isso é possível?» Sim, de facto é possível, tanto que é um crime que segundo dizem dá mais lucros do que o próprio tráfico de armas ou de drogas, não é? Portanto, acredito que não seja fácil combater esse tráfico, muito menos acabar com esse tipo de crime, mas podemos ajudar a minimizar. Como é que isso pode ser feito? No terreno continuar a formar os técnicos, campanhas eu acho que é muito importante, cada vez mais, quer seja para cidadãos portugueses porque esses também são vítimas de tráfico embora possa não se falar muito, mas há portugueses que são vítimas de tráfico. Tanto para os portugueses que estão cá, tanto para os imigrantes que aqui estão saberem que todos nós podemos ser vítimas. E a partir do momento em que estamos mais elucidados mais facilmente conseguimos estar alertas para esse tipo de situações. E também a cooperação que tem havido quer seja com organizações da sociedade civil quer seja com os órgãos de polícia criminal, por exemplo, eu falo na linha SOS imigrante, há uma denúncia, temos um canal com a polícia judiciária com a qual fazemos chegar a denúncia. Portanto, tem funcionado muito bem, e qualquer dúvida que nós tenhamos temos, por exemplo, os técnicos da equipa multidisciplinar que estão sempre lá para nos dar qualquer tipo de informação e esclarecer dúvidas. Pronto, acho que é isso.

**MJ:** Muito obrigada. Dr. Manuel Albano.

**CIG (1.15.43):** Muito rápido, eu acho que a cooperação e a parceria é a pedra de toque quando falamos destes fenómenos e de fenómenos com este grau de ocultação e de cifras negras tão elevadas, quer seja interna, quer seja externa. E isto para mim é essencial, as políticas existem, estão aí quer nacionais, quer internacionais, agora é transpô-las para a prática, e quer dizer, e a prática e aquilo que nos tem revelado como o sucesso, ou o melhor sucesso, é em função da vítima, e essa é outra, é algo que nós temos de pensar. Não temos de pensar em nós, não tem de pensar na CIG, no SEF, na PJ, são as instituições que estão aí, mas temos que pensar qual é o foco da nossa intervenção. E se nós colocarmos o foco da nossa intervenção na pessoa a que nós

pretendemos atingir, ou seja, a análise a partir de uma perspectiva de direitos humanos, certamente conseguimos trabalhar muito melhor relativamente a isso.

**MJ:** Muito obrigada. Dr. Keller.

**SEF:** Vamos valorizar a cooperação, naturalmente, o trabalho isolado não vai produzir certamente resultados. Valorizar cada vez mais a condição humana porque há uma peça estrutural em tudo isto, no êxito de qualquer investigação e que é aquilo que é a representação, o próprio teatro no momento do julgamento. Se nós estivéssemos a falar de tráfico de droga ou de carros ou de outra coisa qualquer, nós não precisaríamos nunca do testemunho da nossa vítima porque em última análise se fizéssemos o flagrante, roubou isto, roubou aqueloutro, tem a droga, tem isto, tem aqueloutro, em última análise isso vai a julgamento e pode-nos assegurar materialmente uma condenação. Ora tudo aquilo que não é dito em tribunal, não está no mundo, portanto se a vítima não tem esse tipo de possibilidade de nos ajudar e ela própria conferir aquilo que vai proporcionar a convicção do juiz, não resultará. E portanto, a vítima tem que entender que ela digna e que aquilo que ela produzir vai ser positivo para ela e vai evitar que muita mais gente possa, eventualmente, cair nisto. Como disse o Cláudio, se cada um fizer um bocadinho, nós talvez consigamos fazer a diferença, não é? É isto.

**MJ:** Muito obrigada. Dr.<sup>a</sup> Magdala.

**Comunitária (1.18.01):** Também estou aqui na linha do Manuel Albano, eu acho que dar continuidade ao fortalecimento das redes, dessas redes que realmente têm sido construídas, não de uma forma apenas burocrática mas realmente conectando-se, não é? As redes, as organizações não-governamentais e governamentais trabalharem realmente numa perspectiva de facto mais comunitária, não é? E mais integrada, eu acho que isso faz uma grande diferença, sem esquecer realmente a perspectiva de direitos humanos, não é? Menos criminal, mais preventiva e de direitos humanos, e integrada. Eu acho que continuando nessa linha, acho que temos condições de chegar mais lá, entendeu? Acho mesmo.

**MJ:** Muito obrigada. Dr.<sup>a</sup> Juliana.

**APAV (1.18.48):** Acho que tocando na investigação aqui em causa, acho que seria mesmo interessante o confronto, não sei se é isso que já está pensado para o rumo da

investigação, mas acho que seria uma mais-valia tanto o confronto de medidas concretas, não é? Do que que acontece em Portugal e do que acontece no Brasil, sugestões também muito concretas. Nós temos visto já muitas, posso falar por mim, eu acabei há pouco tempo de apresentar a minha dissertação de mestrado também, foi sobre o crime de auxílio à imigração ilegal, tocou um pouco no tráfico, não foi o foco da questão mas acabei por consultar outras produções científicas nessa área e há muita coisa escrita que não chega a lugar nenhum, para falar que sim tráfico existe, sim era possível melhorar mas nada diz como. Então eu acho que talvez o grande desafio dessa investigação era, a situação atual é esta, o caminho par melhorar é este muito concreto.

**MJ:** MUITÍSSIMO obrigada. Dr.<sup>a</sup> Teresa.

**Paróquia Ns<sup>a</sup>. Sr<sup>a</sup> de Fátima (1.19.43):** Daquilo que pode ser a participação em concreto na comunidade que é disso que se trata localmente da nossa casa mais próxima é, principalmente pelas pessoas que nos chegam e situações de fragilidade, ser capaz de estar atento aos sintomas de estarmos perante alguém vítima de tráfico e temos em atenção esta quantidade de instituições e de organismos às quais se pode recorrer para que o apoio que é dado seja eficaz, e possa de facto levar a que pessoa consiga ter uma autonomia e não ficar dependente daquilo que a trouxe a Portugal nessa circunstância.

**MJ:** Muito obrigada. Sr. Professor.

**Prof. Canaveira (1.20.30):** Eu não tenho mais nada a dizer, apenas que a Aracelli teve uma grande sorte que a Professora Maria João Guia tenha também proporcionado este encontro e ter ouvido pessoas que são realmente pessoas que estão no terreno. E também para dizer o seguinte, e eu agora vou dizer isto um bocadinho com o coração nas mãos. A Universidade, e eu disse isso como orientador à Aracelli «você está-se a meter numa área que é uma área complicada do mundo», não é? Tráfico...coisas tão complicadas. A Universidade não pretende na sua tese descobrir nada, nem descobrir segredos de Estado, nem de descobrir vidas de pessoas, nem destapar vidas de pessoas. De facto, eu devo-lhe dizer uma coisa, está na lei o que eu vou dizer, o que eu vou dizer está lei, uma tese de mestrado, uma dissertação de mestrado tem um objetivo que é o de recolher informação que pode ser dada pelas autoridades como o caso do SEF, da polícia federal brasileira, ou da PJ, mas não é um trabalho de investigação no sentido de descobrir e de modificar o mundo, não é? Não é isso que está na lei, não é essa a função

da Universidade e a lei mesmo é clara sobre isso. É a exposição de um tema, o que interessa à Universidade é a exposição de um tema e nesse sentido eu acho que a Aracelli teve muita sorte no que aconteceu aqui, porque as pessoas que estão no terreno e que obviamente têm informação, muito mais importante sobre estas questões e algumas até podem estar em segredo de Estado ou perto disso, para ela não tentar entrar por esses caminhos não é isso que interessa à Universidade. A Universidade não é um órgão de investigação criminal, não é um órgão de fronteiras, nem é um órgão que esteja para ajudar as pessoas como uma organização não governamental. É apenas um local onde se devem tratar todos os problemas e ao nível de um mestrado deve-se tratar no sentido daquilo que se sabe e daquilo que as autoridades estão dispostas a dizer, e as organizações que estão no terreno. Nesse sentido, acho que foi utilíssimo para ela.

**MJ:**Sr. Professor obrigada pela generosidade, agradeço a todos novamente.

**Aracelli:** Também quero agradecer, vocês vão ouvir a minha voz (risos). É assim, obrigada pela participação de vocês, com certeza vai ser, é um grande contributo e está sendo para a minha dissertação de mestrado. Cada um de vocês ter reservado um tempinho, um espaço do seu tempo para poder estar aqui hoje, agradecer também à co-orientadora que desde o início está tratando de tudo e ela sabe bem também do assunto, ao orientador também por estar presente. E é assim, são várias questões a serem levantadas que daria o dia todo aqui, com certeza eu ainda teria muitas perguntas para fazer para vocês, mas eu creio que o que eu tenho aqui em mãos e o que foi debatido hoje aqui seja o suficiente para fazer uma boa dissertação. Obrigada. **1.23.56**